



Coloquios dos simples, e drogas he cousas medicinais da India, e assi dalgũas frutas achadas nella onde se tratam algũas cousas tocantes a medicina, pratica, e outras cousas boas, pera saber cõpostos pello Doutor garçia dorta: fisico del Rey nosso senhor, vistos pello muyto Reuerendo senhor, ho licenciado Alexos diaz: falcam desenbargador da casa da supricaçã inquisidor nestas partes.

Com privilegio do Conde visõ Rey.

Im presso em Goa, por Ioannes de endem as x. dias de Abril de 1563. annos.



21
Edição Internacional
International Edition

Revista de Cultura
Review of Culture



RC

Revista de Cultura
Review of Culture

INSTITUTO CULTURAL do Governo da R.A.E. de Macau



International Edition **21**
Edição Internacional **21** Janeiro/January 2007

EUROPEAN TRAVELLERS
AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II
OS VIAJANTES EUROPEUS
E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

EDITOR

Publisher

INSTITUTO CULTURAL
do Governo da Região Administrativa
Especial de Macau

CONSELHO DE DIRECÇÃO

Editorial Board

Heidi Ho, Marie MacLeod,
Luís Ferreira, Charles Lam,
Wong Io Fong e Paulo Coutinho
rci@icm.gov.mo

COORDENADOR

Co-ordinator

Luís Ferreira
LuisF@icm.gov.mo

Edição Internacional / International Edition

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor

Paulo Coutinho
PauloC@icm.gov.mo

Edição Chinesa / Chinese Edition

EDITOR EXECUTIVO

Executive Editor

Wong Io Fong

DIRECTOR GRÁFICO

Graphic Director

Victor Hugo Marreiros
VictorHugoM@icm.gov.mo

CONCEPÇÃO GRÁFICA

Graphic Design

Grace Lei

SEPARAÇÃO DE CORES

Color Separation

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

IMPRESSÃO

Printing

Tipografia Macau Hung Heng Ltda.
hhengpcl@macau.ctm.net

TIRAGEM

Print Run

2000

REDACÇÃO E SECRETARIADO

Publisher's Office

INSTITUTO CULTURAL
do Governo da R.A.E. de Macau
SEP - Sector de Edições Periódicas
Praça do Tap Seac, Edifício do Instituto Cultural, Macau
Tel: (853) 3996310
Fax: (853) 28366896
Email: rci@icm.gov.mo
Internet: <http://www.icm.gov.mo>

RC é uma revista de Cultura e, domínio do Espírito, é Livre. Avassalada ao encontro universal das culturas, servente da identidade cultural de Macau, agente de mais íntima relação entre o Oriente e o Ocidente, particularmente entre a China e Portugal. RC propõe-se publicar todos os textos interessantes aos objectivos confessados, pelo puro critério da qualidade. Assim, as opiniões e as doutrinas, expressas ou professas nos textos assinados, ou implícitas nas imagens de autoria, são da responsabilidade dos seus autores, e nem na parte, nem no todo, podem confundir-se com a orientação da RC. A Direcção da revista reserva-se o direito de não publicar, nem devolver, textos não solicitados.

RC é uma revista trimestral, simultaneamente publicada nas versões Chinesa e Internacional (em Português e Inglês). Buscando o diálogo e o encontro francos de Culturas, RC tem na limpidez a vocação e na transparência o seu processo.

RC is a cultural magazine published quarterly in two versions — Chinese and International (Portuguese/English)—whose purpose is to reflect the unique identity of Macao. The magazine also seeks to promote freedom of expression and through the articles published we hope to stimulate ideas and discussion of topics related to Western/Eastern cultural interchange, especially between China and Portugal.

RC publishes articles covering an extensive range of topics expressing a diversity of views. However, RC is not responsible for ideas and opinions voiced in these articles and thus they cannot be taken as editorial opinion. In addition, we reserve the right to withhold any unsolicited text from publication and the right not to return any unsolicited text.



Assine a Revista de Cultura

Subscribe to
Review of Culture



Preços / Rates

Exemplar Avulso / Single Copy

Macau

MOP 80,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 23,00

via marítima / surface mail

US\$ 14,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 29,00

via marítima / surface mail

US\$ 16,00

Assinatura / Subscription

(4 números / issues)

Macau

MOP 160,00

Ásia / Asia

via aérea / air mail

US\$ 72,00

via marítima / surface mail

US\$ 36,00

Outros países / Other countries

via aérea / air mail

US\$ 96,00

via marítima / surface mail

US\$ 44,00

A globalização do conhecimento começou em Macau no século XVI quando os *saberes* do Oriente e do Ocidente se cruzaram nesta terra singular do Sul da China.

No século XXI, o intercâmbio cultural entre os *dois mundos* continua a ser a vocação de Macau.

A *Revista de Cultura* é o veículo dessa vocação.

Knowledge entered into an age of globalisation in Macao in the 16th century when the *wisdoms* of East and West met in this unique part of South China.

In the 21st century, Macao remains dedicated to cultural inter-change between *both worlds* in a vocation maintained by *Review of Culture*.



Para fazer a assinatura ou para a compra de números atrasados, s.f.f. preencha e envie o formulário destacável que encontrará nas últimas páginas desta edição.

To subscribe or to purchase back issues, please fill in and mail the form available at the end of this issue.

CONTACTOS

Contacts

Email: rci@icm.gov.mo

Tel: 853-3996310

Fax: 853-28366896

COLABORARAM NESTE NÚMERO

Contributors to this Issue

RC, n.º 21, IIIª Série, 1.º Trimestre 2007
 RC, no. 21, IIIrd Series, 1st Quarter 2007

CONSULTOR

Consultant

Rui Manuel Loureiro

TEXTO

Texts

Ana Maria Amaro
 Arlindo Manuel Caldeira
 Beatrice M. Bodart-Bailey
 Christina Granroth
 Elio Brancaforte
 Elisabetta Colla
 Rui Manuel Loureiro
 Zoltán Biedermann

TRADUÇÃO

Translation

PHILOS - Comunicação Global,
 Lda. (Português-Inglês e Inglês-Português)

REVISÃO

Proofreading

Chao Siu Fu (Chinês),
 Cathryn C. Clayton e T. Rex Wilson (Inglês),
 Luís Ferreira (Português)

AGRADECIMENTOS

Acknowledgements

Archives of Svenska Litteratursällskapet,
 Helsinki, Finland
 Arquivo Histórico de Macau
 Royal Library, Stockholm, Sweden
 Syndics of Cambridge University Library,
 England



Design Victor Hugo Marreiros

A NOSSA CAPA

Da ilha de Socotora, no mar Vermelho, ao arquipélago do Japão. De Quinhentos a Oitocentos. De Garcia da Orta a Kaempfer. Do bételo mascatório, a “verde folha da erva ardente” que inspirou Camões e intrigou os europeus, à produção de tabaco, transplantado das Américas para solo chinês. Eis as coordenadas do projecto editorial que se conclui neste número de *Revista de Cultura*. Duas edições – mais de 300 páginas buriladas por uma panóplia qualificada e diversificada de investigadores – que, no seu conjunto e na sua complementaridade, almejam constituir-se como uma obra de referência sobre a relação dos europeus com o mundo natural asiático (e vice-versa) e sobre o “pulo e avanço” que este intercâmbio de produtos, saberes e práticas provocou nas ciências botânica e médica da Época Moderna.

OUR COVER

From Socotra in the Red Sea, to the Japanese archipelago; from the 16th to the 19th centuries; from Garcia da Orta to Kaempfer; from betel nut—that “burning leaf” which inspired Camões and intrigued Europeans—to tobacco transplanted from the Americas to Chinese soil. These are the topics covered in this issue of *Review of Culture*, the second of two issues which bring together an eminent panoply of academics to create a reference work on European travellers’ interaction with and response to the Asian natural world, and vice versa, as well as examining the changing fortunes in the exchange of products, knowledge and practice in the fields of botany and medicine in the modern era.



OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- 6 EDITORIAL / EDITORIAL
社论
Rui Manuel Loureiro
- 11 O MUNDO NATURAL ASIÁTICO NOS *RAGIONAMENTI* DE FRANCESCO CARLETTI (1594-1606)
在弗朗切斯科·卡尔列蒂之“*Ragionamenti*”中的亚洲自然世界
Elisabetta Colla
- 30 UMA ERVA DE MUITAS VIRTUDES. O ALOÉS SOCOTORINO NA MIRA DE BOTANISTAS E VIAJANTES DESDE A ANTIGUIDADE ATÉ À IDADE MODERNA
一种非常有效的植物：芦荟与现代欧洲游历家
Zoltán Biedermann
- 49 “A VERDE FOLHA DA ERVA ARDENTE”. BETEL CHEWING IN 16TH CENTURY EUROPEAN SOURCES
‘带绿叶的灼热植物’— 槟榔在16世纪欧洲原始资料中
Rui Manuel Loureiro
- 64 A DIVULGAÇÃO DO TABACO BRASILEIRO NA CHINA. A MIRAGEM DE UM MERCADO
巴西烟草在中国的传播：市场的幻觉
Arlindo Manuel Caldeira
- 82 “SEDUCED BY THE THIRST FOR KNOWLEDGE”. ENGELBERT KAEMPFER’S SCIENTIFIC ACTIVITIES IN SAFAVID PERSIA (1683-1688)
“求知欲的引诱”— 恩格尔伯特·肯普费于波斯萨非的科学活动 (1683-1688)
Elio Brancaforte
- 100 BEYOND THE BORDERS OF EUROPE. ENGELBERT KAEMPFER’S MEDICAL RESEARCH AND TREATMENTS
欧洲边境以外：恩格尔伯特·肯普费的医学研究及治疗
Beatrice M. Bodart-Bailey
- 121 FÁRMACOS CHINESES USADOS NA MEDICINA PORTUGUESA NO SÉCULO XVIII
18世纪在葡国医学中使用的中国药剂
Ana Maria Amaro
- 137 FLORA’S APOSTLES IN THE EAST INDIES. NATURAL HISTORY, CARL LINNAEUS AND SWEDISH TRAVEL TO ASIA IN THE 18TH CENTURY
植物群于亚洲的传播：林奈动植物分类法计划及十八世纪的瑞典赴亚洲之旅
Christina Granroth
- 157 RESUMOS
- 159 ABSTRACTS
- 161 ÍNDICE DE AUTORES N.ºS 17-20 / AUTHORS INDEX NOS. 17-20



Fig. 3.



Fig.



Fig. 1.



Fig. 2.



EDITORIAL

RUI MANUEL LOUREIRO*

O presente número da *Revista de Cultura* desenvolve e complementa o anterior, continuando a percorrer a temática dos viajantes europeus no seu relacionamento com os recursos naturais asiáticos e com as modalidades do respectivo aproveitamento, ao longo dos séculos XVI a XVIII. As respostas do mundo internacional da investigação ao desafio lançado pela *Revista de Cultura*, para abordagem de um assunto relativamente inovador, ultrapassaram largamente as expectativas, viabilizando a organização de um conjunto de dois número temáticos, que marcará decerto lugar no campo dos estudos de história euro-asiática. Investigadores ligados a múltiplas áreas de especialização e oriundos das mais variadas posições geográficas e institucionais, continuam agora a glosar as complexas ligações que os europeus estabeleceram com o mundo natural asiático no largo período histórico que se estende de 1500 a 1800. A área geográfica abrangida por este novo conjunto de textos estende-se a toda a Ásia marítima, desde a pequena ilha de Socotorá, à entrada do mar Vermelho, até ao longínquo arquipélago do Japão, visitado por raros viajantes, depois que, a partir de meados do século XVII, os nipónicos implementam a política do 'país fechado', passando pelo entreposto luso-chinês de Macau, onde produtos naturais e saberes médicos ocidentais e orientais se entrecruzam. A riqueza da temática escolhida, mais uma vez, é comprovada pela qualidade e pela variedade das perspectivas adoptadas pelos diferentes colaboradores da *Revista de Cultura*.



C. J. Gethe, *Dagbok hållen på resan till Ostindien, 1746-1749* (Journal from a Journey to the East Indies 1746-1749). Manuscript collection, Royal Library, Stockholm, Sweden. Photo Jessica Lund.

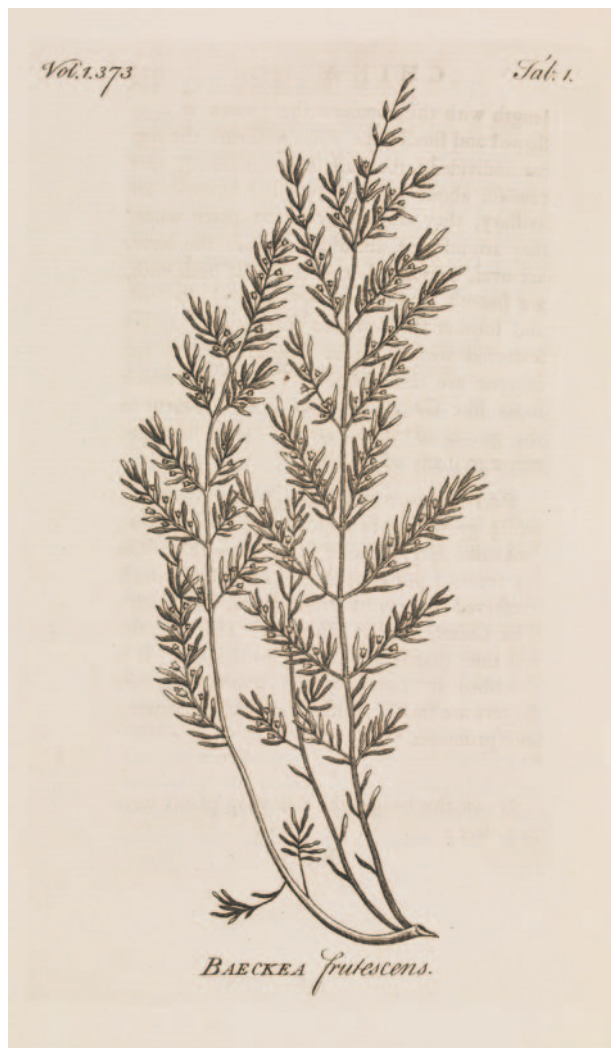
Alguns investigadores escolheram determinados autores ou obras como objecto de análise. Elisabetta Colla estuda os pouco divulgados *Ragionamenti* de Francesco Carletti, mercador florentino que na passagem do século XVI para o XVII efectuou uma larguíssima peregrinação à volta do mundo, visitando nomeadamente Macau, de que deixou uma curiosíssima descrição. Estas originais memórias de viagem, nunca traduzidas na íntegra para português ou para inglês, prestam particular atenção ao exótico mundo natural,

* Doutoramento em História pela Universidade de Lisboa. Director de projecto na Câmara Municipal de Lagos, investigador do Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa).

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

que é apresentado com extraordinária riqueza de pormenor. Dois outros investigadores debruçam-se sobre essa personagem fascinante que foi Engelbert Kaempfer, médico de origem germânica que em finais do século XVII peregrinou extensamente pela Ásia. Por um lado, Elio Brancaforte examina com minúcia as actividades científicas de Kaempfer durante a sua estada na Pérsia, entre 1683 e 1688. Por outro lado, Beatrice M. Bodart-Bailey analisa detalhadamente a carreira médica do autor das *Amoenitatum exoticarum*, que se desenvolveu não só na Europa, mas também em diversas regiões asiáticas, como a Pérsia, a Índia, a Insulíndia e o

Illustration from *A voyage to China and the East Indies, by Peter Osbeck... together with A voyage to Surat by Olof Toreen... and account of the Chinese husbandry by captain Charles Gustavus Ekeberg. To which are added a Faunula and Flora Sinensis*, London 1771. Reproduced by the permission of the Syndics of Cambridge University Library.



Japão. A obra deste médico – viajante, tão importante para o conhecimento do mundo oriental seiscentista, permanece em grande parte desconhecida do público, já que está maioritariamente registada em latim ou em alemão. Outra investigadora, Christina Granroth, centra-se numa área praticamente inédita, utilizando abundantes materiais manuscritos: as viagens de exploração botânica dos discípulos suecos de Linneu, que no século XVIII viajam pela Ásia, visitando nomeadamente o Sul da China, onde recolhem espécimes e notícias sobre produtos naturais e os respectivos usos.

Outros participantes deste número temático da *Revista de Cultura* dedicam a sua atenção a produtos específicos no contexto do mundo natural asiático, indagados através de fontes europeias. Zoltán Biedermann escreve informadamente sobre as impressões dos viajantes europeus dos alvares da modernidade a respeito do aloés socotorino, droga de propriedades consideradas miraculosas. Rui Manuel Loureiro procura traçar um retrato amplo e documentado da “verde folha da erva ardente” de que falou Luís de Camões, ou seja, o masticatório oriental designado como bétéle, recenseando e contextualizando muitas das referências encontradas nos textos quinhentistas a um produto natural anteriormente desconhecido dos europeus. Arlindo Manuel Caldeira escolhe um curiosíssimo produto natural, o tabaco brasileiro, buscando as origens e os motivos da sua implantação em terras chinesas. Três produtos naturais que são objecto de diversificadas abordagens, comprovando as extraordinárias potencialidades da temática escolhida. E Ana Maria Amaro adopta um assunto mais abrangente: estuda práticas aculturativas euro-asiáticas, procurando identificar e caracterizar não só os fármacos chineses que eram utilizados pela medicina portuguesa setecentista, mas também os estudiosos europeus que contribuíram para a difusão na Europa das coisas da China.

Aí está mais um número da *Revista de Cultura* reportando temas, personagens e problemas descurados pela investigação ocidental mais recente. Os viajantes europeus, nas suas incessantes deambulações por terras asiáticas, nos séculos que se seguiram à abertura da rota do Cabo pelos portugueses, forneceram contributos fundamentais para o conhecimento mútuo e para a aproximação de mundos que antes viviam mais isolados. A abertura do mundo que teve lugar nos séculos XVI a XVIII, de certa forma precursora da globalização que hoje vivemos, continua a revelar-se um filão inesgotável do ponto de vista da investigação. **RC**

EDITORIAL

RUI MANUEL LOUREIRO*

This edition of the *Review of Culture* builds on and complements the previous issue, continuing to focus on the topic of European travellers and their relationship with Asian natural resources and how they were used throughout the 16th to the 18th centuries. The response from international researchers to the challenge launched by *Review of Culture* to tackle a relatively innovative subject matter, greatly surpassed expectations, making it possible to compile two issues on the topic. Researchers from across the world, working in a wide range of specialist fields and institutions continue to delve into the complex connections that the Europeans established with the natural Asian world in the long historical period from 1500 to 1800. The geographical area covered by this new set of texts encompasses the whole of maritime Asia, from the small island of Socotra, at the entrance to the Red Sea, to the far-away archipelago of Japan, visited by few travellers after the mid-17th century when the Japanese implemented a ‘closed country’ policy, including of course the Portuguese-Chinese trading post of Macao, where natural products and Western and Eastern medical knowledge intertwined. The richness of the chosen topic is once again proven by



the quality and variety of the perspectives adopted by the different contributors to *Review of Culture*.

Some researchers selected certain authors or works as their object of analysis. Elisabetta Colla studies the little-known *Ragionamenti* by Francesco Carletti, a Florentine trader who, at the turn of the 17th century, completed a huge journey around the world, visiting Macao, of which he gave an interesting description. These original travel memoirs, which have never been fully translated into Portuguese or English, pay particular attention to the exotic natural world, describing it in extraordinary detail. Two other researchers dwell on the fascinating figure of Engelbert Kaempfer, a doctor of German origin who, at the end of the 17th century, travelled extensively through Asia. On the one hand, Elio Brancaforte meticulously investigates Kaempfer’s scientific activities during his stay in Persia between 1683 and 1688. On the other hand, Beatrice M. Bodart-Bailey makes a detailed analysis of the medical career of the author of *Amoenitatum exoticarum*, which he undertook not only in Europe but also in several Asian regions, such as Persia, India, the Malay Archipelago and Japan. The work of this travelling doctor, which was so important in understanding the 17th-century eastern world, has remained largely unknown to the public, given that it is written mainly in Latin and German. Another researcher, Christina Granroth, focuses on a practically

* Ph.D. in History from the Universidade de Lisboa. Project director at the Lagos city council (Portugal). Researcher at the Centro de História de Além-Mar (Universidade Nova de Lisboa).

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

untouched field, using abundant hand-written manuscripts: the botanical exploration journeys of the Swedish disciples of Linnaeus, who in the 18th century travelled through Asia, visiting South China, collecting specimens and accumulating knowledge about natural products and their uses.

Other contributors to this edition of *Review of Culture* dedicate their attention to specific products in the context of the Asian natural world, researched using European sources. Zoltán Biedermann writes with authority on the impressions of European travellers at the dawn of modernity with regard to the *Aloe succotrina*, a homeopathic remedy considered to contain miraculous properties. Rui Manuel Loureiro seeks to sketch an ample and documented portrait of the “green leaf of the burning herb” of which Luís de Camões spoke, i.e. the Eastern oral aphrodisiac betel, outlining and contextualising many of the references found in 16th-century texts about a natural product previously unknown to Europeans. Arlindo Manuel Caldeira chooses another extremely interesting natural product, Brazilian tobacco, delving into the origins and reasons behind its plantation in China. These three natural products are looked at from several angles,

proving the extraordinary potential of the topic chosen. And Ana Maria Amaro adopts a more wide-ranging subject: she studies European-Asian acculturation, seeking to identify and characterise not only the Chinese medicines that were used by 17th-century Portuguese scientists, but also the European scholars who contributed to the dissemination of Chinese products in Europe.

So here we have another edition of *Review of Culture* reporting on topics, people and problems neglected by the most recent Western research. European travellers, in their incessant journeying to Asian lands in the centuries that followed the opening of the Cape route by the Portuguese, made fundamental contributions to mutual knowledge and towards bringing together worlds that hitherto had lived in separation. The opening up of the world that took place in the 16th to 18th centuries, which was to a certain degree the forerunner of today's globalisation, continues to be an inexhaustible well for research. **RC**

Translated by PHILOS - Comunicação Global, Lda.



O Mundo Natural Asiático nos *Ragionamenti* de Francesco Carletti (1594-1606)

ELISABETTA COLLA*

O CONTEXTO

A entrada dos Turcos em Constantinopla, a partir de 1453, significou um ponto de viragem na história europeia¹. Os europeus, por um lado, desenvolveram de forma notável os processos comerciais na Idade Média, mas, por outro, não conseguiram atingir níveis de agressividade no campo político-estratégico e militar, situação que favoreceu as constantes incursões muçulmanas e sarracenas, dos vikings e dos húngaros, gerando um clima de constante instabilidade que nem as cruzadas conduzidas com sucesso conseguiram parar. A necessidade de abrir novos caminhos para alcançar o espaço económico e comercial das especiarias, bloqueado pelos muçulmanos, foi uma motivação suficiente para abrir a “Era de Vasco da Gama”. Os descobrimentos foram protagonizados inicialmente por portugueses e espanhóis, que, “arando mares desconhecidos”, traçaram uma teia de rotas, incentivando todo um tipo de movimento de navios, transportes terrestres, deslocações de pessoas e de mercadoria numa escala progressivamente mundializante. Este processo transformou os homens, as actividades económicas e produtivas, desencadeando

uma gradual e inevitável alteração dos equilíbrios sociais: apareceram vários grupos que, na configuração do espaço mundial, estavam interligados num processo de trocas, económicas, sociais, culturais, etc.

Ao longo do processo histórico, económico, político e social envolvente do espaço geográfico dos descobrimentos, os europeus entraram em contacto com várias e diferentes populações, desde os povos das Américas e África, até civilizações extremamente desenvolvidas como aquelas da Ásia. Se é verdade que Vasco da Gama ia à procura de “cristãos e especiarias”, num balanço global a experiência iniciada com a expansão ibérica foi, parafraseando Boxer, essencialmente uma aventura comercial. “Os Descobrimientos são a gesta que faz evolver da longa depressão à expansão à escala do orbe, inaugurando a biografia moderna do capital (Marx) e, pelo comércio, circulando pela teia que constrói a rede mundial de rotas, desencrava civilizações, sociedades, grupos e os põe em contacto e num sistema de trocas”². Os efeitos secundários dos Descobrimientos não se distribuíram justamente neste espaço, nem tiveram o mesmo impacto nas várias sociedades envolvidas, sendo que encontraram diversas culturas e economias ao longo dum percurso heterogéneo. Se o movimento foi globalizante, as realidades que o caracterizaram foram únicas.

A realidade que Francesco Carletti nos apresenta é globalizante, no sentido geográfico do termo, e é única por ser descrita numa altura histórica de grande significado, entre dois séculos (XVI e XVII). O final de Quinhentos constitui um período inovador. De

* Licenciada em Línguas e Literaturas Estrangeiras Orientais pela Universidade Ca' Foscari (Veneza) e diplomada em língua chinesa pela Faculdade de Línguas da Universidade de Pequim, concluiu recentemente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto o mestrado em Estudos Asiáticos.

Graduate in Oriental Languages and Literature from Ca' Foscari University (Venice); diploma in Chinese from Beijing University Faculty of Languages. Recently completed an MA in Asian Studies in Oporto University's Faculty of Arts.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

grandes transformações no âmbito agrícola, comercial e, conseqüentemente, social e cultural. A imagem do mundo altera-se constantemente, os homens mudam ao olhar para ele, criando novas imagens, sempre mais perto do real e do fantástico; cada vez mais se substitui por modelos científicos onde o espaço imaginado se aproxima gradualmente do espaço real. O ver é sempre mais apurado, sempre mais científico e matemático. O processo da viagem, como multiplicação da experiência humana no espaço geográfico, muitas vezes mitificado, enriquece o contacto com o outro e com a paisagem outra, com civilizações outras, com hábitos alimentares outros e cria uma evolução psicológica interior fundamental nestas mudanças globais quinhentistas, onde se insere o global particular de Carletti. Aquele processo que leva o autor a substituir, em harmonia com o progresso da viagem, o seu próprio imaginário simbólico pelo real objectivo.

Nesse contexto europeu de expansão, Carletti é o representante duma maioria de mercadores activos que participam nos bastidores³: o “modelo italiano”⁴. Braudel sistematiza o que foi a propulsão italiana⁵ nesta aventura comercial. Começando pela língua italiana (onde o vulgar toscano era considerado língua franca), os mercadores italianos, a mobilidade dos italianos, as influências e as aventuras que tiveram origem em Itália. Estruturas que nos levam a afirmar, com Braudel, que o espaço renascentista italiano transborda, por necessidade e curiosidade, dos limites geográficos da própria Península e se expande no espaço mundial, onde os italianos se deslocaram e escreveram a própria história particular. O que nos leva a lançar uma provocação: Vasco da Gama não descobriu a Índia, descobriu um caminho inteiramente marítimo a para atingir. Os espanhóis abriram o caminho para o Novo Mundo, porém quem descobriu a América foi Amerigo Vespucci com Colombo (supostamente italiano). “A história da Itália acabará por ser toda a história do ‘Ocidente’, tomada na globalidade das suas relações, das suas heranças, dos seus adquiridos, isto é uma participação numa riqueza comum que todos dão, todos recebem”⁶; neste contexto o Renascimento seria, portanto, o resultado duma construção colectiva europeia, onde Itália afirma a sua diferença. Os italianos

disseminados, agrupados em colónias⁷ no mundo, são mercadores e padres. Há uma clara transposição da conjuntura económica europeia para a conjuntura particular de uma cidade, Florença, e de um particular, Francesco Carletti.

Um número relativamente alto de mercadores italianos frequentou as terras descobertas pelas coroas de Portugal e de Castela. A época iniciada com a viagem em torno de África por Vasco da Gama e a descoberta do Novo Mundo por Cristóvão Colombo abriu novas possibilidades de comércio por via marítima, eliminando toda uma série de condicionalismos de carácter diplomático e económico, ao mesmo tempo que se criavam novos. Até à época dos Descobrimentos, o protótipo do viajante e mercador italiano foi sem dúvida nenhuma Marco Pólo, porém ainda ligado a um espaço geográfico fantástico, em que fronteira entre o real e o imaginário era extremamente subtil. Outros seguiram o nosso mercador medieval, revelando sempre maior precisão do mundo que iam visitando por razões comerciais e eliminando cada vez mais esta linha invisível de demarcação.

Enquanto as dimensões dos circuitos financeiros e comerciais “europeus” se foram delineando, transparecem nas obras dos mercadores italianos os condicionalismos políticos, diplomáticos e económicos ao lado de descrições de pessoas, experiências de viagens que, graças à divulgação que tiveram, conseguiram influenciar a opinião “pública europeia” e estimular uma aproximação sempre maior e sempre mais concreta das diferentes regiões do mundo. Na constelação variada de agentes de comércio italiano que frequentavam os espaços económicos da época dos Descobrimentos temos os venezianos que monopolizaram o comércio com a Ásia Oriental, os genoveses que continuavam a defender a rota atlântica e os toscanos que, através da Península Ibérica, entraram de forma neutral nos vários mercados da “economia mundo”. A importância dos relatos que nos deixaram os mercadores acabou por consagrar esta classe como o principal grupo de divulgadores objectivos da acção ibérica na época dos Descobrimentos. Não estando vinculados a um projecto de conquista ou de dominação, oferecem uma visão imparcial da presença “europeia” nas Índias Ocidentais e Orientais, deixando-nos fontes muito importantes para a compreensão dos mecanismos burocráticos, mas também testemunhos do ambiente etnográfico, zoológico e biológico da época.

O fruto e a folha do jameiro. Aquarela da autora com base na ilustração apresentada por Manuel Godinho de Erédia in *Suma de árvores e plantas da Índia intra Ganges*.

puro argento, il quale si prova con pesarlo et insieme
 si annouera, et nel contare come s'amaua a dieci
 e che si vuol dire undeci si fa così + che vuole
 dire dieci, et uno e sequitando sino a decasue.
 Si farebbe così + + + + + che l'ultimo vuol
 dire dieci e più none, hora a voler dire uenti
 dicono due decine mettendo due segni di sopra così
 + + et di sotto il dieci, et così contando in fine a no-
 uanta con dire noue decine e il cento + così
 ma ragionando direbbono dieci decine et uolendo
 dire mille dicono dieci centinaia con questo
 segno + et il dieci mila con questo + con tutti
 li quali si può contare senza altri caratteri in
 infinito moltiplicando di dieci in dieci qual
 si uoglia numero come se trouerò centi mila
 si dirà dieci uolte dieci mila così + il dieci di
 sopra et di sotto il dieci mila e dicendo un milione
 + così cento uolte dieci mila, comprando, et
 uendendo ogni cosa a peso sino alle galline
 uive, alle quali perche habbino buoni, ma fatto
 per, li danno a margrave della Rea ammassata
 intrata con crusca o altro, et al Re se li troua
 loro nel uentre, spene uolte, delle pietre mense
 agosta per la medesima causa, et facilmente curano

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Em termos gerais, os italianos que, como Carletti, foram para a Índia e para o Novo Mundo no século XVI já não tinham a preocupação de “descobrir” novas terras, de converter almas ou de relatar visões inéditas sobre terras incógnitas. A viagem do mercador era motivada por razões mais pragmáticas, ligadas ao comércio e ao lucro. Como se vê, por exemplo, no fólho 116 do Códice 1331⁸, onde se descreve com muito cuidado o sistema numérico chinês.

Muitos deles produziram uma literatura de viagem, única pelo estilo e conteúdo, percursora por vezes duma prosa que, definida científica com Galileu, antecipa uma evolução estilística típica do século XVII.

Leonardo Olschki, embora analisando as obras de Marco Pólo e de Colombo, transmite-nos o conceito universal “que a descoberta acontece no momento em que a consciência transforma em pensamento e em palavras o que é visto”; sendo assim, considera importante examinar quais os aspectos naturais e humanos que atraem a atenção dos mercadores viajantes⁹. Este binómio mercador/viajante, nesta e em outras épocas, parece indissolúvel, a tal ponto que poderia constituir uma única categoria. Todavia, neste contexto estamos interessados na especificidade do grupo que pode ser definido como o “mercador-viajante-narrador”, para identificar a sua forma de expressar, observar, situar e apresentar as terras descobertas e exploradas, ajudando-nos a compreender o efeito que essas narrativas tiveram sobre o imaginário e sobre as empresas de outros homens que os seguiram.

Aquela “representação da realidade”, que é diferente da segunda categoria de viajante-narrador, aquela característica que nos permite relacionar um autor a um tipo específico de texto, e não ao objecto que descreve, que é sempre o mesmo. Segundo Greenblatt¹⁰, o estilo que liga o descoberto aos “representantes munidos de representação” torna-se no intermediário entre os descobridores e os leitores/ouvintes. O que nos leva a acreditar que este tipo de testemunho, mais que qualquer outro, é um processo *a posteriori*, baseado numa grelha onde se efectua o cruzamento de dados históricos¹¹ com o objectivo de chegar o mais próximo possível da representação verídica e objectiva da realidade.

No caso do nosso mercador florentino, a viagem está indissolúvelmente ligada ao apelo constante da sua experiência pessoal, que Carletti evidencia utilizando expressões e construções frásicas como

“... *raccontandola non sarà creduto e pure è verissimo; e supposto che questi miei ragionamenti non hanno a essere d'altro, se non di quelle cose che ho fatte e viste, credamisi dunque che la cosa è verissima...*” [fl. 19]¹²

que sanciona o texto e enfatiza a autoridade do testemunho visual, visando ao mesmo tempo fazer um paralelismo¹³ com as existências do mundo europeu e a compreensão da origem. A viagem de Francesco Carletti concede autoridade aos seus *Ragionamenti*, neste constante atrair a atenção do ouvinte/leitor, na insistência de que o descrito corresponde à verdade: “É verdade...”, “Sendo coisa verdadeira...”, “corresponde à verdade...”. Uma experiência directa que Ludovico de Varthema, citado por Ramusio no seu itinerário através do Médio e Extremo Oriente¹⁴, “... não havendo ânimo para o estudo ou conjecturas [...] decidi, em pessoa e com os próprios olhos tratar de conhecer os sítios das localidades, as qualidades das pessoas, a diversidade dos animais, a variedade das árvores frutíferas e odoríferas do Egipto, da Síria e da Arábia Deserta e Feliz, da Pérsia, da Índia, da Etiópia, sempre me recordando ser de maior estima um testemunho visual do que dez de ouvir dizer”.

Aquela visão que Fernand Braudel considera como o sentido mais importante para os homens que viviam na Europa do Quinhentos¹⁵: muitos tinham o desejo de “ver” o que já tinham “ouvido dizer”.

Francesco Carletti segue à risca esta orientação, revelando e anotando com cuidado os traços específicos das maneiras de fazer e de pensar de cada região, reproduzindo fielmente as práticas sociais, produtos comercializados, o engenho e a cultura, segundo uma lógica cronológica progressiva, dividindo a obra em dois espaços geográficos fundamentais (Índias Ocidentais e Índias Orientais), cuja linha de demarcação foi definida pelo Tratado de Tordesilhas¹⁶, e dezoito espaços de vivência pessoal, divididos segundo uma lógica de oportunidades comerciais (e não geográficas), determinando uma ligação subjectiva das diversas partes do mundo que visitou.

Francesco Carletti não foi o primeiro mercador italiano a dar a volta ao mundo, porém é o primeiro que o faz a título particular. Foi, sem dúvida, o primeiro

Fólho 116 do Códice 1331, onde se descreve o sistema numérico chinês (Biblioteca Angelica, Roma).

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

mercador a dar a volta ao mundo numa missão não oficial, enquadrado numa aventura privada e não planeada. Julga-se que não saiu de Florença para Sevilha e daí para diante com o real objectivo de circum-navegar o mundo então conhecido, mas simplesmente (ou era este o propósito evidente do pai, Antonio) para fazer fortuna no mundo descoberto por espanhóis e portugueses. Como Stefania Pineider afirma, Carletti aproveita as carreiras das Índias “com objectivos privados, calculando de cada vez a sucessão das escalas segundo uma estimativa dos lucros”¹⁷. O objectivo da família Carletti é claro e, sendo mercadora, não podia ser outro: ganhar dinheiro. O que aconteceu, porém, foi um fenómeno muito estranho, que me leva a pensar que Francesco Carletti, no fim, não teve grande sucesso como mercador e que, se tivesse tido outra educação, provavelmente teria tido grande divulgação como literato. Dos *Ragionamenti* Francesco Carletti emerge como uma personagem rigorosa, observadora, antropólogo *ante literam* e homem essencialmente sensível: no Segunda Relação do Primeiro Discurso declara que o comércio de escravos ‘mouros’ “*mi causa una certa tristezza e confusione di coscienza, perché veritieramente, Serenissimo Signore, questo mi parve sempre un traffico inumano et indegno della professione et pietà Cristiana*” [fl. 10]¹⁸.

A VIDA

Quem era Francesco Carletti? As referências bibliográficas estão concentradas nestes trabalhos fundamentais: a obra de Domenico Maria Manni¹⁹, publicada no *Opuscoli dell'Abate Calogera*²⁰ e, no princípio do século XX, as obras de Gemma Sgrilli (*Francesco Carletti. Mercante e viaggiatore fiorentino 1573-1636* e *Francesco Carletti. Notizie biografiche. Bibliografia*, que aparece também resumida no *Bollettino della R. Società Geografica Italiana*²¹). Posteriormente, a obra de Sgrilli foi recenseada por G. Mondani em “Francesco Carletti, mercante e viaggiatore fiorentino 1573-1636”, artigo publicado na *Rivista Geografica Italiana*. Vários outros autores, como Amat di S. Filippo²², tentaram percorrer os caminhos traçados por Manni e por Sgrilli, porém nada acrescentando de relevante.

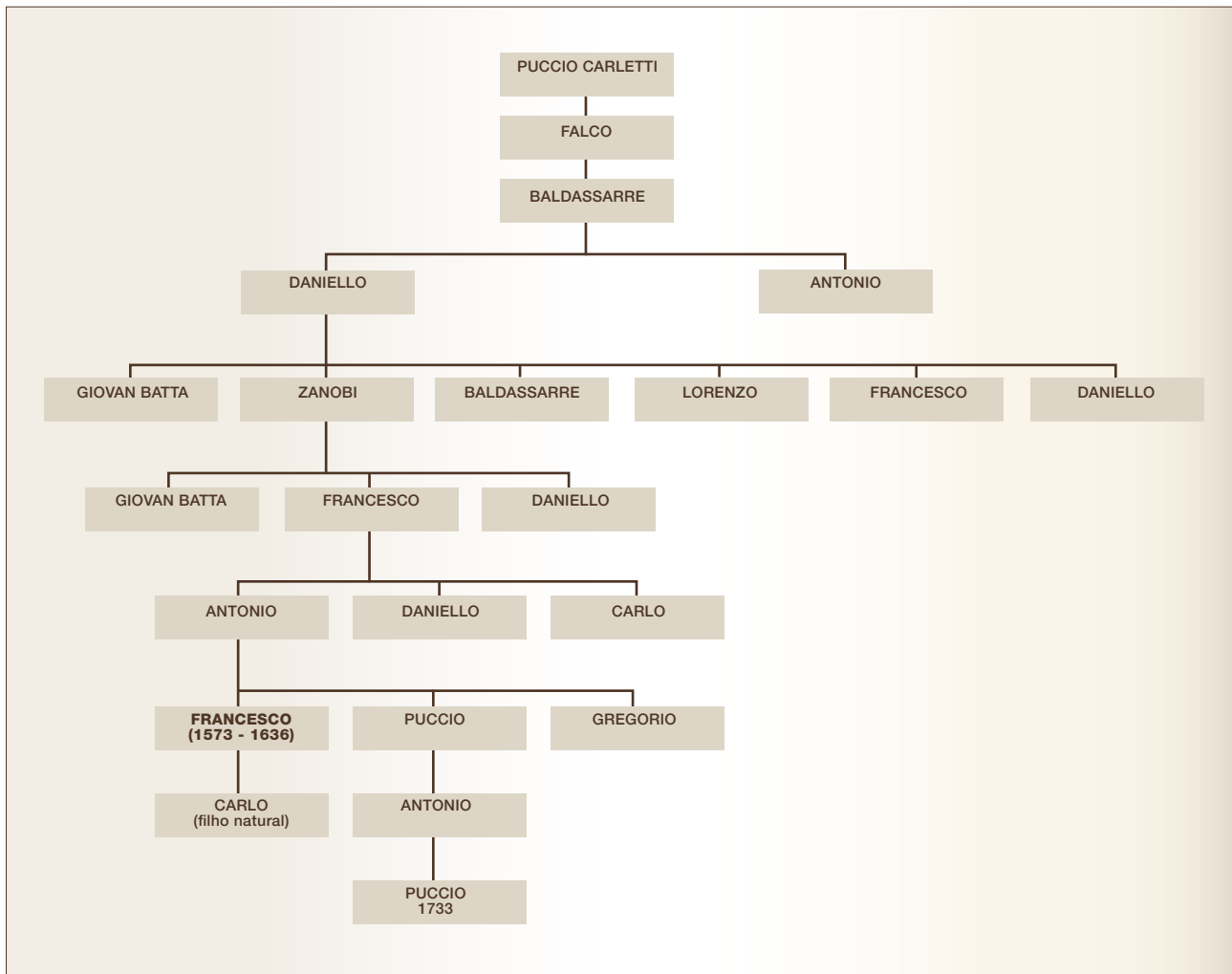
Muito foi já escrito acerca de Carletti, no entanto, permanecem algumas zonas de sombra, onde até hoje ninguém ainda conseguiu fazer luz. A

data de nascimento é uma destas dúvidas: 1573 ou 1574? Dúvida que nasce duma declaração do próprio Francesco Carletti no Primeira Relação das Índias Ocidentais: “*E cominciando dico, Serenissimo Principe, che nell'anni di nostra Redentione 1591, alli 20 di maggio, essend'io di età d'anni 18...*” [fl. 2v.]²³. Sabemos que pertencia à terceira geração²⁴ duma família de enraizadas origens mercantis e que quatro dos seus familiares exerciam cargos de prior no governo comunal. “Não era homem de letras”, escreve Sgrilli, “e não participou na vida pública, embora tivesse sido chamado à corte dos Medici como conselheiro:”²⁵ em consequência é muito fácil entender como bem poucas pessoas pudessem lembrar-se de se ocupar dele [...] é necessário por isso termos presente que até agora, além do que ele próprio afirmou, pouco mais podemos saber”²⁶. Por esta razão, a sua bibliografia apresenta muitas lacunas que se tentam preencher com meras suposições e deduções lógicas, tentando comprová-las através duma série de documentos avulsos que Sgrilli sistematizou na sua obra. Um século depois da sua morte, Domenico Maria Manni foi o primeiro a recolher o maior número possível de dados acerca do mercador²⁷, constituindo desde o século XVIII a única fonte fidedigna, embora com pequenas imprecisões, onde directa ou indirectamente se basearam aqueles que se interessaram pelo mercador florentino.

Os Carletti são de origem florentina, embora haja indicações de que os antepassados seriam originários de Terranuova, Arezzo. Eram todos mercadores e pertenciam à *Arte di Por Santa Maria*²⁸, o que nos leva a especular que Francesco Carletti, não tendo sido destinado a padre, só podia tornar-se comerciante. O primeiro registo sobre a família Carletti remonta a 1247, quando um tal Bardo Carletti aparece inscrito naquela guilda. Em 1351, 1354 e 1357 Puccio foi prior do bairro de Santa Maria Novella²⁹; em 1379, Brancazio di Puccio ocupou o mesmo cargo e terá sido através deste ofício que a família ascendeu à nobreza, tradição continuada pelo irmão de Francesco Carletti (júnior), Puccio Antonio di Puccio, frade no convento de Santa Maria Novella com o nome de Fr. Giuseppe Giacinto e que morreu em Viterbo em 1733, já octogenário³⁰.

Os vários membros da família mais chegada de Francesco Carletti constam nos livros de cadastros do quarteirão de Gonfalone Chiave (ou de S. Giovanni)³¹ e os dados estão registados nas *Provanze di Nobiltà* do

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II



A família Carletti, segundo os dados de Domenico Maria Manni e Gemma Sigrilli.

Arquivo Stefaniano³², onde encontramos rastros dum cavaleiro, Vincenzo di Giovanni Borgherini, com uma Carletti como antepassada pelo lado paterno. Este, a 26 de Setembro de 1637³³, para aceder à Ordem de Santo Stefano³⁴, teve que provar a suas origens nobres e, ao fazê-lo, deixou-nos indicado que “*Vincenzo di Giovanni [...] esistono l’armi delle tre famiglie de’ Borgherini, Carletti, Morelli*”³⁵. Porém, para nos aproximarmos do nosso viajante florentino é suficiente concentrarmo-nos na figura de Mário (?) Zanobi, nascido a 30 de Janeiro de 1467, descendente de Daniello di Baldassarre Carletti, que no dia 27 de Janeiro de 1503 foi pai dum Francesco, também mercador, que viveu em Nápoles e que casou com Alessandra di Bartolommeo Angelieri de quem teve vários filhos³⁶, entre eles Antonio, pai do nosso mercador. Francesco (sénior) morreu a 26 de Maio de

1576, pouco depois do nascimento do nosso Francesco Carletti.

Antonio Carletti nasceu a 30 de Setembro de 1541. Mercador inscrito na *Arte della seta degli Antinori*³⁷, como os seus antepassados, afastou-se de Florença e foi para Espanha e Portugal, regressando só em Dezembro de 1582, como sugere Manni³⁸ e como nos confirmam duas cartas enviadas de Lisboa por Filippo Sasseti, uma a Francesco Valori e outra a Baccio Valori, respectivamente a 13 e a 27 daquele mês. Estes documentos provam que Antonio Carletti saiu de Lisboa naquela altura. Casou com Lucrezia di Giovanni Macinghi e tiveram vários filhos, entre eles o nosso Francesco.

Faltam indicações precisas sobre o local do seu nascimento, na cidade de Florença ou arredores, e por

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

pertencer a uma família de aventureiros itinerantes, viu-se deslocado entre França, Áustria e Holanda, tendo trabalhado como consultor comercial na corte de Ferdinando I, duque da Toscana³⁹.

Da sua educação sabe-se muito pouco. Era católico (o que não era invulgar à época) e imaginamos ter recebido uma instrução semelhante à que receberam os seus coetâneos com a mesma origem, caracterizada por ser, tal como é definida por Pierre Jeannin, “a aprendizagem dos mercadores”, ou “o estilo e trem da mercadoria”⁴⁰. Pode-se afirmar, sem dúvida, que se terá destacado dos outros homens de negócios da altura em termos de sensibilidade e curiosidade, juntando-se àquela categoria de narradores que foram definidos, já na nossa época, como “mercadores-viajantes”. Não tendo sido um dos primeiros a estar envolvido numa aventura destas proporções, respirou um ambiente mirabolante de mundos fantásticos e de histórias vindas de novos hemisférios, o que levou alguns estudiosos a duvidar da palavra do florentino, tentando encontrar analogias com obras anteriores. Posições facilmente descartadas graças ao inconfundível estilo pragmático do narrador florentino e à característica histórico-científica do texto. Muitas das precisões sugerem que o texto passou por duas fases complementares: redacção e revisão. Nesta última, Carletti poderá ter recorrido a outros autores como José de Acosta, Antonio de Morga ou ainda Matteo Ricci, elementos evidenciados por G. Sgrilli, mas também pela obra de F. Perujo⁴¹. Em muitos casos, porém, as descrições são mais ricas do que as daqueles autores. Pela leitura dos *Ragionamenti* é evidente que não terá recebido uma educação literária, pois o estilo que transparece das suas páginas é invulgar na sua época. É uma escrita revolucionária, não contaminada por regras e modas precisas: apresenta-se sem uma matriz literária específica, o que o tornou um involuntário precursor duma forma literária mais próxima duma prosa científica, por um lado, e iluminada, por outro.

A 20 de Maio de 1591, com 18 anos, Francesco sai, por terra, de Livorno (Itália) em direcção a Espanha (Alicante e depois Sevilha), ao serviço de Niccoló Parenti (provavelmente envolvido em trabalhos pesados)⁴², para aprender a actividade. Embora se saiba que Francesco já tinha alguma experiência, pela vivência em embarcações locais (no Mediterrâneo) com tripulações cosmopolitas, Antonio, mercador muito experimentado⁴³, não tolerando nenhuma ligeireza e tendo consciência que

o filho não estava suficientemente preparado para esta aventura e, sobretudo, tendo bem presente as complicações que poderia enfrentar nos labirintos da burocracia colonial luso-espanhola, decidiu acompanhá-lo. E, como testemunha Domenico M. Manni:

*“Ma siccome lo scopo principale del nostro ragionare sí è la persona dell’altro figliuol suo Francesco piú di lui Viaggiatore, si vuol qui dire, credersi, ch’ei nascesse in Firenze l’an. 1574 e che quivi educato fosse, qualmente la civiltá richiedeva de’ suoi natali: tantoché divenuto giovane di ben diciott’anni, dietro l’esempio d’Antonio, e mandato da lui, prese per Ispana il cammino, in compagnia, ed in servizio di Nicoló Parenti Mercante di questa Patria, lasciando Firenze ne’ 20. di Maggio del 1591. ed a Siviglia indirizzandosi, affine di far progressi nella mercatura. Dopo poi, non diró a una dimora, ma a un continuo veleggiare di due anni, s’imbarcò nel 1593. insieme collo stesso suo Padre, colà anch’egli giunto, prendendo vela verso l’Indie Orientali con procacciare assiduamente ventura”*⁴⁴.

Três anos depois, a 8 de Janeiro de 1594, velejaram do porto andaluz de San Lucar de Barrameda em direcção as Índias Ocidentais. A viagem com o pai começa neste momento e acompanha cronologicamente 15 anos de vida do autor. Francesco, como explica na sua obra, fingiu ser agente de comércio de Dona Menzia de Medina, uma sevilhana casada com Cesare Baroncini, toscano de Pisa⁴⁵. Também dos *Ragionamenti* ressalta que o objectivo dos Carletti era o comércio de escravos “mouros”, garantido com documentos falsos, que iam adquirir em Cabo Verde⁴⁶ (San Lucar de Barrameda/cabo Branco, via Canárias/Santiago).

A 19 de Abril de 1594 deixam Cabo Verde e, atravessando o Atlântico, chegam à Colômbia: Santiago/Cartagena, via Antilhas, até 12 Agosto 1594/Nombre de Dios/Casa de Cruces/Panamá, onde ficam de Setembro de 1594 até à primeira quinzena de Novembro, quando da Colômbia viajam para o Peru (Panamá/Santa/Paita/Lima). Decidem ainda nesse ano subir até ao México, onde chegam no ano seguinte (Lima/Gaura/S. Elena/Sansonat/Acapulco (Junho 1595) e, finalmente, cidade do México). O México é uma etapa fundamental da experiência privada dos Carletti, pois Antonio e Francesco mudam de planos:

Algodão. Aquarela da autora com base na ilustração apresentada por Manuel Godinho de Erédia in *Suma de árvores e plantas da Índia intra Ganges*.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II



OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

decidem passar de mediadores a compradores de mercadorias. Surge-lhes, então, a ideia de prosseguirem a viagem e chegarem à outra parte do mundo na tentativa de obterem maiores lucros. A 25 de Março de 1596 deixam o Novo Mundo (México) e seguem a rota espanhola para as Filipinas. A concretização desta parte da viagem foi adiada o tempo necessário para conseguirem um estratagema que lhes permitisse escapar aos controles espanhóis (apenas podiam chegar às Filipinas os colonos autorizados pela coroa de Castela)⁴⁷. De Junho de 1596 até Maio de 1597 navegam entre Acapulco, Las Velas, Luconia, Cavite antes de atingirem o porto de Manila.

O salto entre as Índias Ocidentais e as Índias Orientais foi feito em Maio de 1597; com sorte conseguiram passar das Filipinas para o Japão (Manila-Nagasáqui). A 3 de Março de 1598, deixam o Japão em direcção à China Ming (Nagasáqui-Macau). A 20 de Julho de 1598, com 57 anos, morre Antonio Carletti, sendo enterrado em Macau na igreja episcopal da cidade:

“E prima piacque a Dio tirare a sé Antonio Carletti mio padre, che stentò quattro mesi continui di male di pietra, che per fine li tolse la vita nell’anno 1598 alli 20 del mese di luglio, avendo prima ricevuto tutti li Sacramenti della Chiesa. Io appresso, fattolo sotterrare con onorevole esequie nella chiesa episcopale di quella città, e pigliato un logo piú su che il mezzo di detta chiesa, dirimpetto all’altare grande dove si dice il Vangelo, copersi quel luogo con una pietra lunga e larca competentemente, nella quali vi feci scolpire il suo nome e patria, età, e morte, acciocché quivi resti quella memoria, per quanto piacerà al tempo di conservarla” [fl. 108]⁴⁸.

Carletti filho encontra Orazio Neretti (e não Filippo Sassetti, como afirma Peragallo)⁴⁹, parente e testamentário de Sassetti (superintendente das primeiras expedições ao Malabar), ficando a trabalhar com os Rovellasco, mercadores envolvidos no comércio da pimenta preta. Foi por causa de Neretti⁵⁰ que Francesco abandonou a colónia portuguesa em Março de 1599 seguindo em direcção da Indonésia (Macau-Malaca). Nesse mesmo ano viaja da Indonésia para a Índia (Malaca/Nicobares, via Samatra/Ceilão/cabo Comorim/Cochim), onde chega em Março de 1599, instalando-se então em Goa, *“metropoli et principale di tutte quelle parti d’Oriente, che posseggono li Portughesi”* [fl. 155].⁵¹

A 25 de Dezembro de 1601 parte da Índia e tenta chegar a Santa Helena, conforme se pode ver na Quinta Relação das Índias Orientais:

“Io mi convenni com il piloto d’essa nave, che aveva passato il Capo di Buona Speranza 18 o 20 volte, et accordai di darli mille seraffini, moneta di Goa che vale giulii sette e mezzo, com patto che dovesse fare le spese per tuto il viaggio, sino ad arrivare in Lisbona, a me e tre mia servitori che menavo, uno di nazione Giaponese, uno Corea et l’altro negro di Mozzanbiche” [fl. 177]⁵².

Porém, as coisas não correm como Carletti esperava. A nau foi assaltada por três ou quatro embarcações “piratas” holandeses⁵³, capitaneadas por Gerardo de Roy⁵⁴. Da *Zelanda* dispararam contra os navios portugueses, obrigando à sua capitulação. Já depois de ter dobrado o cabo de Boa Esperança, nas proximidades da ilha de Santa Helena, a *Santiago*, navio principal⁵⁵ da esquadra mercantil capitaneada por António de Melo de Castro (Portugal) e onde viajava Carletti, dirigiu-se para a ilha para esperar as outras naus provenientes de Cochim, para continuar a viagem até Lisboa (Goa/S. Lourenço ou Madagáscar, via costa da Arábia/Moçambique/Santa Helena). A versão portuguesa dos acontecimentos na ilha de Santa Helena, de Melchior Estácio do Amaral⁵⁶, confirma plenamente esta versão de Carletti. Sobre o mesmo tema podemos também consultar Peloso⁵⁷, que na sua obra põe a tónica sobre os portugueses. A sorte de Carletti foi ser um mercador “neutro”, o que lhe permitiu negociar a sua posição e persuadir o capitão Roy a levá-lo com ele⁵⁸:

“Io l’avrei fatta male, se la fortuna non m’aiutava com farmi avere uno de’ vasi di porcellana pieno di pere confette in Cina [...], il quale vaso mi fec un buon giuoco, et con esse mantenni anche due gentiluomini di titolo, com darne una il giorno per cisacuno in tuto quel tempo nel quale navicammo verso l’isoletta di Ferdinando di Norugnia. Ci arrivammo il Sabbato Santo, ché quell’anno fui l giorno di Pasqua di Ressurezione alli 6 d’Aprile del medesimo anno 1602.” [fl. 189]⁵⁹

Sabemos, sempre através do mesmo relato que, acabado de armar, o navio português, conseguiu a 7 de Maio de 1602 deixar Santa Helena, onde ficaram aqueles *poveri et sgraziati Portughesi* [fl. 191], chegando à cidade de Walcheren (ilha de Middelburg) na Zelândia a 7 de Julho de 1602 (Santa Helena/Fernão de Noronha/Middelburg).

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

A 12 de Setembro de 1602 apresentou queixa aos administradores residentes em Middelburg, na tentativa de obter de volta os bens (seda, diamantes, pérolas, rubis, especiarias, dois escravos, zibetas, porcelanas, etc.) que lhe haviam sido apreendidos por Gerardo de Roy. O Conselho pronunciou-se a 13 de Agosto do ano seguinte, mas só a 21 de Abril de 1605 recebeu a notícia de que tinha que renunciar àqueles bens em troca duma soma de dinheiro nada comparável ao seu real valor e às despesas processuais que tivera de suportar⁶⁰.

A sentença, em flamengo, foi traduzida para italiano pelo autor [fls. 197 e 197v.].

A perda de todos os bens foi muito grave para o mercador florentino, que após 15 anos de aventuras se encontrava muito cansado; só desejava voltar para casa, levando com ele as únicas riquezas que não perdera: as informações⁶¹ sobre o mundo que conhecera e a experiência acumulada ao longo desse processo de evolução geográfica e psicológica, os escravos (um japonês, um coreano e um moçambicano) e um atlas⁶². Nas suas cartas, Van der Neesen⁶³ informa-nos que Carletti, deprimido e doente, permaneceu na Holanda até 1605.

De Brielle, e por ordem de Henrique IV, parte de barco a 1 de Dezembro de 1605 para Le Havre, chegando a 19 a Paris, onde fica algum tempo, concluindo a sua viagem em Dezembro de 1606, quando deixa a França em direcção a Itália (Paris/Lyon/Turim/Milão/Bolonha/Florença):

“e finalmente il giorno di San Giovanni Gualberto alli 12 di luglio del 1606 [arrivai] Firenze, di dove ero partito l'anno 1591; sí come dissi nel principio di questi miei ragionamenti fatti a V.A.S.: dalla quale quel medesimo giorno fui introdotto dal detto Signor Cavalieri Vinta, suo primo secretario di stato, a farli riverenza” [fl. 214]⁶⁴.

Depois desta aventura ficará na corte dos Medici por algum tempo, sem estar, porém, a eles vinculado por qualquer contrato. A 9 de Março de 1615 foi lhe atribuído o cargo de *maestro di casa*, ofício que provavelmente lhe foi retirado mais tarde. Depois de ter redigido testamento em favor do seu filho natural Carlo, morre a 12 de Janeiro de 1635, sendo sepultado em S. Pietro Maggiore. Uma vez mais não temos provas, pois a igreja de S. Pietro Maggiore ruiu em 1783. Só ficaram só as arcadas, não havendo, pois, quaisquer vestígios da lápide de Francesco d'Antonio Carletti.

A biografia do nosso mercador apresenta-se como um reportório de pequenas e grandes desgraças: as doenças, as intempéries, as burocracias que o obrigavam como viajante neutro (nem espanhol, nem português) a ter de baloiçar entre ambas as partes do mundo dividido pelo Tratado de Tordesilhas, mas também ao sabor da evolução histórica (não nos podemos esquecer que viveu entre dois séculos).

O propósito dos *Ragionamenti* carletianos não é ser biográfico, antes simples e pragmáticas anotações dum mercador no seu caderno de viagens: os problemas relacionados com as mercadorias e a viagem propriamente dita, com uma especial e imprescindível atenção ao mundo que o rodeava. O contexto: caras queimadas, terras novas, zoo-geografia pormenorizada, vegetação luxuriante e invulgar; uma descrição etnográfica directa e raramente filtrada através das lentes do apologetico cristão; cheiros e sons; ambientes exóticos refinados. Uma escrita que quer contar o que o mercador florentino realmente viu, utilizando constantemente de forma funcional todos os possíveis paralelismos entre o mundo que conhecia e o mundo que ia descobrindo à medida que prosseguia no seu percurso. Uma progressão num espaço geográfico novo que implicou uma inevitável evolução do seu espaço interior, psicológico.

FRANCESCO CARLETTI E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO

Nos *Ragionamenti* de Carletti a paisagem é caracterizada por povos, animais e plantas, descritos pormenorizadamente. A paisagem do nosso florentino deve ser entendida em *sensu latu*, isto é, como toda a realidade que o nosso mercador vê à medida que prossegue na sua longa viagem. O “ver” de Carletti é fundamental, porque sucessiva e constantemente o repete ao longo da sua narração, para desenhar uma clara linha de demarcação entre a realidade por si vivida e o que lhe fora contado ou lera ou, ainda, o que imaginava. (que Carletti, para distinguir, designa sempre com um “disseram-me que”, para contrapô-lo ao “eu vi”, ou seja, uma síntese de todos os elementos presentes nos locais onde permaneceu e a apreensão que se dá à imagem resultante dela).

No seu vulgar toscano,⁶⁵ Francesco Carletti descreve o cenário de viagem, propondo constantemente um paralelismo entre o mundo que conhecia e aquele

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

que acaba de viver como experiência extraordinária. E, de facto, não há nada melhor como ver: “ver-experimentar”, “ver-testar”, “ver-provar”, etc., o resultado directo da experiência que cria na memória uma imagem indelével do vivido. A paisagem natural que nos apresenta, embora rica, revela uma certa superficialidade, talvez pela incapacidade do nosso autor neste âmbito, e uma clara sequência aparêncial/função,⁶⁶evidente na descrição, não dum vegetal, mas duma secreção animal preciosíssima, o almíscar:

“Il musco, non è vero si faccia nel modo che molti hanno descritto, et io ne portavo la pelle intera di tutto l'animale a V.A., com la sua vesciga, che non è altro che lo stesso ombellico dell'animale che li esce in fuora sollo il corpo, pieno di quella materia odorifera. È quasi di grandezza e forma com'una delle nostre piccole volpe, et aveva la sua vesciga piena di musco, che la natura vi infonde a poco a poco.” [fls. 110v. e 111]⁶⁷

As notícias que Carletti nos fornece acerca de animais e plantas dos vários locais não são simples descrições; sempre que pode, o autor tenta, com as limitações acima referidas, fundir toda uma série de elementos práticos, como as propriedades da planta ou fruta analisada, o seu cultivo e a sua difusão. Por vezes, como acontece na Primeira Relação da segunda parte dos *Ragionamenti* (dedicada ao Japão), dá-nos a impressão de pretender descrever o panorama mais geral do contexto agrícola de cada país:

“Nelle quali isole si potrebbe passare la vita felicemente e con pochissima spesa, e chi quivi è signore di mille scudi stea meglio che non starebbe uno con dieci mila in questi paesi. Et se quella terra fosse coltivata come la nostra d'olivi, de' quali li Padri Gesuiti ve ne hanno introdotti alcuni, e vi fanno bene, e il simile fariano le vite che loro tengono solamente per delitia nelle pergole, sarebbe molto più abbondante” [fls. 84 e 84v.]⁶⁸

Logo se queixa que os Japoneses se dedicam mais às artes da guerra que à agricultura.

Sendo que Francesco Carletti perdeu todos os seus escritos e que nos seus *Ragionamenti* recorre somente, como declara⁶⁹, ao auxílio da sua boa memória, muitos pesquisadores se questionaram sobre se Carletti não terá recorrido a outro textos. Dada a riqueza de pormenores, é evidente que o mercador, ao relatar as suas aventuras, pode ter-se baseado em outros documentos. É muito difícil determinar com

exactidão quais as partes já mencionadas por outros autores, quais os textos utilizados ou onde poderá ter encontrado tantos dados para o auxiliar a sua narrativa. Foi acusado por alguns autores contemporâneos de plágio, acusação que não me parece correcta, pois se em alguns parágrafos parece evidente ter-se inspirado em outros textos, deve-se também reparar que as suas descrições são normalmente muito mais ricas e mais desenvolvidas do que nas outras obras em circulação.

Como mercador que era, é natural que lhe parecessem mais importantes as especiarias, como por exemplo o cravo-da-índia (*Caryophyllus aromaticus* L.)⁷⁰, que descreve na Terceira Relação das Índias Orientais, informando o grão-duque D. Ferdinando de Medici da existência de cinco locais (*Ferrenate, Fidor, Mottin, Machian e Bacchin*)⁷¹ onde se produzia, afirmando ser semelhante ao nosso louro e se dizer só fazer fruto nas Molucas. Assinala também os lugares onde é produzida a preciosa pimenta, discriminando as várias espécies (*D'India, Bianco, nero, betel*) consoante as regiões na ilha de Samatra (Pacém, Pedir, Achém e Indragiri), afirmando que há pimenta importada do país de *Giambi* (Jambi), na costa em frente de Malaca, bem como de Sunda e de outras ilhas e lugares daquela área, onde

“si coltiva abbondantemente la pianta che lo produce, appresso a un albero sopra il quale si vanno aggrappado le piante, come fanno li piselli, se ene queste crescono molto più e com manco di foglie, assai simile a quelle de' fagioli nostrali, ma più tonnette, facendo li granelli del pepe attaccati al fusto, quasi racimi d'uva piccola, in dua ordini o filari di granelli i quali sono sempre verdi fino a che sieno bene maturi, il che accade nel mese di gennaio, che diventano neri, se bene ve ne sono d'una sorte ch'è sempre bianco, e questo è molto stimato da questi Indiani. L'una e l'altra sorte, mentre è ancora verde, si condisce nell'aceto com sale et l'usano a mangiare come noi i capperi, per svegliare l'appetito, et fa ancora mirabile effetto di confortare e riscaldare lo stomaco” [fls. 147 e 147v.]⁷².

Outra especiaria citada é a canela (*Cinnamomum zeylanicum*), que abunda em *Seilan* [168]⁷³, ilha conhecida também pelas minas de safiras, rubis e outras pedras preciosas.

Refere igualmente o algodão (*Gossypium herbaceum* L.), de que há várias espécies e variedades, e que há milhares de anos é cultivado no Oriente.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Falando das feiras que tinham lugar em Cantão e para onde eram levadas as mercadorias da Índia Oriental no mês de Setembro e Outubro e as do Japão entre Abril e Maio, afirma que nelas se comprava

“quantità di tele di bambagia bianca et di colore, con le quali in generale oggi la maggior parte del popolo piú basso si veste, et non è 400 anni che il seme di bambagia fu loro portato dall’India” [fl. 112]⁷⁴.

No Terceira Relação fala da noz-moscada (*Myristica moschata* T.) que, afirma, nasce somente nas ilhas de Banda:

“così ancora dall’isola di Banda [...] viene la noce moscata et il macis, che quivi solamente nascono d’un albero che produce questa noce, ricoperta d’una scorza dura come le nostre noce, ma piú grossa e di forma piú rotonda” [fl. 148]⁷⁵.

Descreve também as madeiras como o aloés,⁷⁶ águila ou calamba (*Aquilaria malaccensis*), utilizadas como perfumes. Descreve ainda a *Caesalpinia brasiliensis* ou *Caesalpinia echinata* Lam., vulgarmente conhecida como pau-brasil, madeira que, como sublinha, é dita *verzino* no Brasil, chamada *suo* pelos japoneses e *sapon* pelos portugueses no Oriente, e que servia para tingir:

“Similmente navicano insino al Regno di Siam e in quello di Patane, nella costa di qua da Malacca, e acnora a Cambogia, di dove recano certo legno come quello che si chiama verzino chel loro chiamano ‘suò’ e li Portoghesi ‘sapon’, il quale serve per tingere...” [fl. 98v.]⁷⁷.

Não esquece também aqueles produtos que lhe suscitam interesse e curiosidade, não pelo valor comercial, mas por serem mais estranhos, como o durião (*Durio zibethinus* L.), grande árvore da família das bombacáceas, com casca espinhosa e com frutos com o mesmo nome, que descreve logo após ter chegado a Malaca:

“Tutti li mercanti et passeggeri che venivano nella nave scesero in terra e tio com gli altri, a ristorarci di buone galline e polastri, che in questa terra l’uno et l’altro sono di squesito sapore; et inoltre di buonissime ediverse frutte, frale quali vi è il ‘durione’, che è prodotto da un grandissimo albero, stimatissimo frutto in questa terra et celebratissimo nelle altre, dove non se ne ritrovano. Il quale al principio, per parermi, sí come pare a tutti la prima volta che se ne mangia, d’odore spiacevole et molto símile a quello delle cipolle, a me non piacque et mi parve cosa da ridere l’averlo sentito prima e til

sentirlo all’ora tanto commendare da quelli che erano usitati a mangiarne; oltre che anche alla vista, per avere la scorza rubida, con certe eminentie come hanno le pine, ma queste sono pungenti non diletano molto né a toccarle né a vederle. Quello che vi era dentro è una sustanzia di cosa liquida et di colore bianco, ma molto delicata al gusto di quelli che prima si sono assuefatti all’odore; al quale essendomi ancora io accostumato, ne mangiai et mi piacevano assai, et mi confermai a dire come dicono gli altri, che non si può gustare cosa semplice e naturale che paia piú composta et artifiata di questa frutta, per sentirsi in essa diversi sapori et odori in un medesimo tempo da ciascheduno che ne mangi, perché quello che a me pareva odore di cipolla ad altri pareva un’altra cosa, sí come con l’uso parve a me cosa diversissima e molto grata” [fls. 143v. e 144]⁷⁸.

Menciona também a mangueira (*Mangifera indica* L.), grande árvore frutífera oriunda da Índia, que produz as mangas, a fruta mais indicada, segundo escreve, para tirar a sede e à qual Manuel Godinho de Erédia deu primazia no seu catálogo, por ser com certeza a fruta mais importante na dieta das populações do Sueste Asiático.

Descreve de seguida o ananás (*Bromelia ananas* L.), fruta muito boa graças à terra fértil que tem esta região equatorial da Índia (Malaca):

“... quelle che quivi chiamano ‘ananás’, dette da Castigliani dell’Indie occidentali ‘pignas’, frutta grande como una gran pina, fatta a quella foggia, la quale è prodotta da una pianta come nasce il carciofo, di foglie cresce, dure et molto verdi et piene di spine. Alla quale frutta levata la scorza sottilmente, che ha a somiglianza delle foglie rubida et pungente (non dimeno è tenera et facilmente si monda con un coltello), quello che resta s’affetta per il traverso a ruotoli et è di sapore d’un dolce agretto grandemente delicato; et perché nuoca meno la sua saldezza, lavano prima quei ruotoli nell’acqua fresca, spargendovi di poi sopra un poco di sale, et in questo modo la mangiano con mirabile gusto e meno danno, essendo che mangiandole altrimenti sono atte a generar febri maligne et flussi di sangue, per esser quel sugo caldissimo et corrosivo di tal maniera, che bene spesso se ne vede l’esperienza sopra li coltelli con li quali si talgia dette frutte, che lassativi senza nettare si ritrovano in un subito mangiati dalla ruggine” [fls. 144v. e 145]⁷⁹.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

Uma das descrições mais sensuais e mais belas é dedicada ao jambo (*Syzygium malaccense*):

“frutta própria de paese, che essi chiamano ‘giambos’, se bene oggi ne sono anche in Goa, la quale si puo dire che sai uno scherzo della natura, che voglia contrafare et significare come dovrebbe essere la carnatura d’una donna. È questa frutta d’un colore purpureo misto con un bianco lattato, et di una buccia lustrissima et tanto delicata che più non si puo desiderare; della grandezza come li nostri petonciari et d’ore simile alle rose, talché mangiandole senza latrimenti mondarle quel sugo pare adobbato com l’aqua rosa, di che ne riceve diletto il gusto, che è accompagnato d’un agro et dolce che mai non stucca né vine a nausea, sí bene si durasse tutto un giorno a mangiarne. Et in toccandole vi è ancora on piccolo diletto, perché non si può toccare cosa più delicata né mórbida et in vederla non ci è bianco né rosso insieme misto che maggior diletto apporti alla vista et che più simile sai alla carne del viso d’una bella donna, più tosto lisciata che naturale, sí come sono la maggior parte di quelle del nostro tempo; talché mentre si gusta di questa frutta, gettando via un nocciolo che vi è dentro, si viene a dilettere con essa estremamente in un tempo medesimo quattro de’ nossi sentimenti” [fl. 145v.]⁸⁰.

Menciona ainda a *leccia* (*Litchi chinensis* ou *Nephelium litchi*) ou *lizhi* 中文字, que descreve como sendo do tamanho das cerejas, porém com uma casca áspera e dura como a dos medronhos, de cor encarnada ou verde. Tem um sabor não muito doce, aguado, que refresca. Com ela fazem um vinho muito suave e no meio tem um caroço grande como uma azeitona. Fala também da árvore-triste (*Nyctanthes arbor-tristis* L.), citada no Colóquio VI de Garcia da Orta⁸¹, cujas flores perfumadas, semelhantes ao jasmim, têm a característica de desabrochar à noite e caírem às primeiras horas da manhã:

“v’è un un arbore non troppo robusto né grande, ma frale e quasi simile al sambuco, quanto al colore del suo fusto, ma di fiore molto differente, assomigliandosi all’odore et alla fattezza al gelsomino, eccetto che quel poço di gambetto del fiore che entra nella pianta è di color giallo e serve in luogo di zafferano per dar colore alle vivande; questo fiore, il giorno sta sempre chiuso e riserrato in se stesso e quasi non si vede, ma venendo la sera comincia aprirsi, et innanzi che venga il sole

la mattina per tempo si ritrovano tutti cascati in terra, et perciò l’hanno posto questo nome di fiore triste...” [fl. 176]⁸².

Destas plantas, continua, há muitas no cemitério de Goa, perto da catedral, tendo o mesmo efeito dos ciprestes. Esta descrição é semelhante à duma outra árvore de Macau, que perde todas as folhas e que na mesma altura desabrocha as novas aparentemente escondidas por baixo das outras⁸³. Não se esquece de citar toda uma panóplia de medicamentos e ervas, que fazem a riqueza duma região que ele próprio designa como *oriente australe*, onde passam e se abastecem todas as naus vinda da China, Japão e Molucas em direcção de Goa.

Muitas outras plantas são descritas por Carletti, não sendo possível citá-las a todas. Talvez seja interessante terminar com a descrição que ele nos deixou nas primeiras duas Relações do Segundo Discurso dos *Ragionamenti*, dedicada à planta do *cià* e aos misteriosos vasos que têm a propriedade de poder conservar a folha em óptimas condições por nove, dez ou vinte anos:

“Lo [cià] produce una pianta che nasce quasi come quella del bossolo, salvo che há le foglie tre volte più grandi e tutto l’anno si mantiene verde: e fa il fiore odorifero in forma di rossellini da damasco; delle foglie ne fanno polvere, e poi mescolata con acqua calda, che di continuo tengono sempre al fuoco per simile effetto in una caldaretta di ferro, se la bevono quotidianamente più per modo di medicina che per gusto. È di sapore amarognolo, se bene lava poi la bocca; a chi l’usa, buona e saporosa, e fa bonissimo effetto e giovamento a’ deboli di stomaco per la sua calidezza, aiutando meravigliosamente alla digestione, et è specialmente ottima a levare e impedire i vapori et fumi che ascendono alla testa, e per ciò il suo uso è berne di questo cià, che non s’entra mai in una casa che non vi sia offerito amichevolmente, e per creanza e per costume e per onorare l’ospite, sí come si usa ne’ paesi di Fiandra e Germania l’offerire il vino” [fl. 74v.]⁸⁴. **RC**

Nota da autora: todas as traduções do Códice 1331 são da minha autoria, indicando entre parênteses rectos o respectivo fólio.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

NOTAS

- 1 O termo Europa nasceu na Grécia: personagem mitológica, uma das três mil ninfas oceânicas, filha de Tétis e de Júpiter, que vivia em Creta, berço de todas as culturas clássicas gregas. Etimologicamente, Europa significa “terra do pôr-do-sol”; assim, Europa é “terra onde o Sol se põe”, em antítese com o “sol levante”. Uma origem mitológica que se transformou numa aventura geográfico-simbólica, onde o termo Europa ia englobando sempre mais territórios à medida que a história ia evoluindo. O espaço geográfico europeu identificava-se primeiro com a Grécia e depois com os países à beira do Mediterrâneo, até incluir as terras bálticas. Por volta dos séculos IV-III a. C. a ideia de Europa começa a ter uma consistência geográfica, permanecendo, porém, alguma confusão sobre o espaço que corresponde. Os rios continuam a ser uma válida fronteira: além do Danúbio já não é Europa. Nos séculos II e I a. C. já se conheciam os continentes África, Ásia, Europa. Para definir Europa mais concretamente temos que esperar por Carlos Magno, coroado como chefe da Europa quando se fundou o Sacro Império Romano em 800. As cruzadas cimentam os europeus que ainda não tem uma Europa geográfica; a cristandade, bem como a cultura, representam um núcleo fundamental para a percepção do que é Europa. Os europeus cristãos lutam contra os infiéis e têm várias universidades espalhas por um vasto território, todas com uma matriz cultural comum: a língua latina (Bolonha, Paris, Chartres, Cambridge, Oxford, Salamanca, Nápoles, Praga). São estes elementos que levam à criação duma *koiné* europeia. Frederico Chabod (*Storia dell'idea d'Europa*), marca muito claramente que o conceito de Europa nasce na segunda metade do século XIV quando, com a caída de Constantinopla, se delinea pela primeira vez uma Europa não mitológica, não geográfica, mas em termos políticos. O pontífice Pio II Piccolomini, mais do que outros, sentiu a grande necessidade de unir a cristandade europeia contra os turcos. Nesta perspectiva se insere o nosso Carletti que usa os termos Europa e europeu; não encontrei, porém, o termo Itália, apenas italianos.
- 2 V. M. Godinho, *Mito e Mercadoria*, p. 106.
- 3 Quase numa função parasitária, Carletti, age segundo a conveniências: ora numa realidade portuguesa, ora numa realidade espanhola e, quando preso pelos holandeses, beneficia da sua essência política e económica neutra e da protecção da corte do grão-duque Ferdinando de Medici.
- 4 Ref. F. Braudel, *O Modelo Italiano*.
- 5 O espaço geográfico identificado com a ideia de Itália no século XVI permaneceu como centro cultural da Europa, apresentando-se como uma mistura de micro-mundos convergentes num único estilo plasticamente evidente e articulado. A Itália, geograficamente delimitada pelos Alpes, estava dividida em reinos com claras e diferentes influências culturais. Havia uma casa de Sabóia embebida de cultura francesa que tinha o seu centro em Turim. Outro reino era o lombardo, focalizado em Milão, ladeado a este pela República de Veneza no mar Adriático, e a oeste a República de Génova. Mais a sul, o grão-ducado da Toscana e os estados que hoje correspondem à moderna Emília-Romagna, fragmentados entre os ducados de Modena, Reggio e Parma. Outras cidades importantes eram Carrara e Lucca, até se chegar aos Estados Pontifícios, *caput mundi*, sede incontestada da Igreja Católica de Roma. Para concluir, o reino de Nápoles, ligado a Espanha, e o reino das duas Sicílias.
- 6 Ref. Fernand Braudel, *O Modelo Italiano*, p. 27.
- 7 Prospero Peragallo, falando de Filippo Sassetti e da sua viagem para Lisboa para estudar a organização e a movimentação dos tráfegos marinhos do século XVI, cita Carletti como compatriota juntamente com outros florentinos “Velluti, Raffaele Antoni, Andrea Migliorati, Giovanni Buondelmonti, Pietro e Lorenzo Strozzi, Giovanni Battista Vecchietti, Orazio Neretti, António Caletti” (*Cenni intorno*, p. 150).
- 8 Agradeço à Dra. Daniela Scialanga da Biblioteca Angelica, em Roma, a amabilidade demonstrada na resolução de toda a burocracia necessária para disponibilizar a imagem do manuscrito.
- 9 Leonardo Olschki, *Storia letteraria*, p. 7.
- 10 Ref. S. Greenblatt, *Possessões Maravilhosas*.
- 11 Dados derivados de outros relatos, cartas de contemporâneos e descrições avulsas.
- 12 “... a contá-lo não será acreditado e, porém é verdade; e suposto que estas minhas Relações não são outra coisa senão [sobre] aquelas coisas que fiz e vi, crer-se-me-á então que a coisa é verdadeira...”.
- 13 Por exemplo, quando fala do chá: “oferecido amigavelmente e por educação e hábito e para honrar o hóspede, assim como se usa nos países da Flandres e da Alemanha oferecer o vinho” (Primeira Relação do Segundo Discurso,); ou ainda “de fruta citrína como as laranjas, das quais há aquelas que se comem com toda a casca como os nossos limões, e a estas chamam *cunebes*” (*ibidem*); etc.
- 14 O mercador de Bolonha deve a própria fama ao *Itinerario de Ludovico de Varthema Bolognese enllo Egitto, nella Surria, nella Arabia Deserta e Felice, nella Persia, nella India e nella Etiopia. La fede, el vivere e costumi de tutte le prefate province*. A obra, originalmente publicada em 1510 e traduzida em várias línguas, foi introduzida por Giovanni Battista Ramusio, no primeiro volume de *Navigazioni e viaggi* (1550). Cf. G. B. Ramusio, *Navigazioni e viaggi*, vol. I, p. 763.
- 15 F. Braudel, *O Modelo Italiano*, p. 21.
- 16 Demarcação de espaços marítimos de origem luso-castelhana, que não terminou com a assinatura do tratado em 1494; é um processo de longa duração, caracterizado por um conjunto de documentos anteriores e posteriores. Detalhes técnicos que não encontraram solução com a Junta de Badajoz (1524) nem com o Tratado de Saragoça (1529) nem com o projecto do anti-meridiano. Ref. *Ragionamenti*, Quarta Relação, Segundo Discurso (Índias Orientais), e Luís Adão da Fonseca & R. M. J. Asencio (coordenadores), *Corpus Documental del Tratado de Tordesilhas*, pp. 141-167.
- 17 Stefania Pineider, *In cosi immensa pellegrinatione*, p. 7.
- 18 “Causa-me muita tristeza e confusão na consciência, porque verdadeiramente, Sereníssimo Senhor, este pareceu-me sempre um tráfego desumano e indigno da profissão e da piedade cristã”.
- 19 Domenico Maria Manni (1690-1788), celebre polígrafo florentino, foi tipógrafo, linguista, antiquário, estudioso de técnica e escritor de história Toscana.
- 20 *Vita di Francesco Carletti*.
- 21 G. Sgrilli, “Francesco Carletti”, pp. 464-468.
- 22 Pietro Amat di S. Filippo, *Studi biografici e bibliografici*, vol. 1, pp. 362-366 e apêndice, pp. 733-734.
- 23 “E começando refiro, Sereníssimo Príncipe, que nos anos da nossa Redenção 1591, no dia 20 de Maio, tendo eu 18 anos de idade...”.
- 24 Depois do avô Antonio e do pai com o mesmo nome, como indicado na árvore genealógica.
- 25 “É muito provável que, retido pelo grão-duque, ele se tivesse tornado no seu principal conselheiro”, G. Sgrilli, *op. cit.*, p. 190. Sgrilli utiliza o termo ‘provável’ porque, segundo documentos oficiais, a 28 de Novembro de 1616, Alfonso Broccardi foi nomeado como *maestro di casa* pela grã-duquesa Cristina de Lorena, mulher do Ferdinando I (G. Sgrilli, *op. cit.*, p. 213). De facto, a situação de Francesco Carletti nunca foi oficializada (G. Sgrilli, *Francesco Carletti*, pp. 211-215). Ferdinando I tinha um projecto de ir para as Índias Orientais com o objectivo de encontrar pedras preciosas para colocar na capela Medicea (Capela de S. Lourenço), desenhada pelo irmão Giovanni de Medici, além de claros planos de expansão.
- 26 G. Sgrilli, *Francesco Carletti*, pp. 5-6.
- 27 “Quando l'onorato Mercante Jacopo Calieri nostro fece parola di Francesco Carletti palesando chi quello fosse a' leggitori de' suoi viaggi, poço, per mio

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- avviso, dovea di lui essersi trovato, quantunque fosserao ancora in vita de Carletti i descendent. Peloché non dovrà fe non essere commendato il pensier, ch'io mi prendo, di rendere più durevole la memoria di questo benemerito Compatriotto, che il primo forse fu a portare a noi la bevanda della Cioccolata ...*" (Manni, *Vita di Francesco Carletti*, p. 231).
- 28 *Arte di Por Santa Maria*, guilda de mercadores fundada em 1218, que desempenhava muitas vezes a função de conselheiro.
- 29 O priorado de Santa Maria Novella (Lion Rosso). No século XIV, a divisão da cidade de Florença passou de *sestieri* para *quartieri*, como ainda se encontra hoje. Os *quartieri* tinham o nome da sua igreja principal e estavam subdivididos em quatro zonas, cada uma com o seu próprio símbolo. O quarteirão de Santa Maria Novella era representado pela cor vermelha e estava dividido em *Lion Bianco*, *Lion Rosso*, *Vipera*, *Unicorno*. O símbolo do *Lion Rosso* (Leão encarnado) era uma bandeira branca com um leão vermelho. No grão-ducado da Toscana eram elegíveis todas as pessoas com mais de 30 anos pertencentes às *Arti*, que não fossem devedores notórios, tivessem exercido um cargo recentemente ou fossem parentes ou ligados a alguém nessas condições. Os seus nomes eram colocados numa das 8 bolsas de couro que ficavam na sacristia da Igreja de Santa Cruz. Uma vez em cada 2 meses, eram sorteados 9 nomes para o governo, os "senhores" (*signoria*): oito *priori* e um *gonfalonieri* ou chefe da República. Tinham direito a trajas especiais e lindíssimos, a uma moradia no Palazzo, a um certo número de serviços de libré verde, a um salário ridículo, a um belo cavalo e à presença de um *buffone*.
- 30 Como confirma o necrológio, transcrito por Manni, *Vita di Francesco Carletti*, p. 240, "*fere octuagenarius obiit in Conventu Viterbiensi S. Mariae ad Grandus ex febre, e viscerum convulsione, circa Martii médium anni 1733*".
- 31 Que se encontram no *Registro delle età*, Quartiere di San Giovanni, Gonfalone Chiave (Arquivo di Stato di Firenze). Manni, *Vita di Francesco Carletti*, p. 240, confirma que no livro das Vestiduras de Santa Maria Novella se pode ler: *Fr. Joannes Joseph, in saeculo Puccius vocatus filius Domini Antonii de Carlettis Nobilis Florentinus accepit habitum Clericorum pró hoc nostro Conventu, die XXIV. Septembris 1657*.
- 32 Dados que nos faculta G. Sgrilli, *Francesco Carletti*, p. 9, com base no estudo de Manni.
- 33 G. Sgrilli indica 1637, Manni, 1657. Muito provavelmente no texto de Manni há um erro de transcrição.
- 34 Segundo consta (ref. *Statuti Capitoli et Costituzioni dell'Ordine de' Cavalieri de Santo Stephano fondato et dotato da illustrissimo et eccellentissimo signor Cosimo Medici, Duca di Fioreza et Siena*, Tormentino, Firenze, 1562) a *Sacro Militare Ordine Marittimo dei cavalieri di Santo Stefano P. M.* (Sagrada Ordem Militar Marítima dos Cavaleiros de Santo Stefano) foi fundada pelo grão-duque da Toscana Cosimo I de Medici em 15 de Março de 1561 e aprovada pelo Pontífice Pio IV em 1 de Outubro de 1561 com o objectivo de proteger o Mediterrâneo contra as incursões dos infiéis e libertar os cristãos escravos dos turcos. Foram logo definidas como pátrias nobres sete cidades da Toscana (às quais foi adicionada um oitava): Florença, Siena, Pisa, Pistoia, Arezzo, Volterra, Cortona e Montepulciano. A Ordem foi extinta em 1809, no período napoleónico; restabelecida por Francesco III de Lorena em 1817 foi definitivamente dissolvida pelo governo provisório Ricasoli a 6 de Novembro de 1859. Para se entrar na Ordem era necessário ser-se natural duma cidade nobre, ter idade superior a 17 anos, ter uma conduta de vida de acordo com a Moral, ser de nobreza sem mácula, ser titular de cargos honoríficos e de antigas dignidades, ter património adequado, não ter dívidas ou graves hipotecas sobre os próprios bens.
- 35 Arquivo Stefaniano, *Parte III di Provanze di Nobiltá*, n.º 57 (G. Sgrilli, *Francesco Carletti*, p. 10, nota 1). Na mesma nota, G. Sgrilli deixa-nos uma curiosidade, o brasão (*arme*) da família Carletti era constituído por três peixes em fundo azul.
- 36 Além de Antonio, G. Sgrilli, *Francesco Carletti*, p. 10, deixa-nos um registo das tias de Carletti (júnior): uma Concórdia (casada com Giacomo Vivoli), de Selvaggia Capponi (?), e uma Maddalena, que a 27 de Maio de 1579 casou com Vincenzo di Giovanni di Salvi Borgherini, o que prova a origem nobre de Francesco, como descendente indirecto dos Borgherini. Estes dados podem ser confirmados no Arquivo Stefaniano. Borgherini, que transcrevem aquilo que hoje é conhecido como o Manuscrito Moreniano 47, que, dos quatro manuscritos disponíveis (Códice 1331, Manuscrito Moreniano 47, Manuscrito Ginori-Venturi, Manuscrito Malhabecciano), é considerado juntamente com o Códice 1331 (Biblioteca Angelica) um dos mais fiéis ao autógrafo.
- 37 *Arte da seda dos Antinori*, Archivio di Stato di Firenze, *Arte Por Santa Maria*, 30, libro vecchio delle casate, c. 53 v.
- 38 "*Si trova, che ne' 7. di Maggio del 1582. ei partí di Firenze per Ispagna, e Portogallo. Di poi si ha riscontro che egli aveva abbandonato Lisbona per fare a Firenze ne' 27. Dicembre, mentre di colà scrivendo Filippo Sassetti [...] così dice a Messer Baccio Valori: Questa ec. ho dato a messer Antonio Carletti, che sen'è venuto a costea volta sopra la Nave S. Antonio di Buoniaggio, perché la consegnò a V. Signoria*", Manni, *Vita di Francesco Carletti*, pp. 33-234
- 39 Ferdinando I, príncipe mercador, como a maioria da sua família, apaixonado cultor de estudos orientais.
- 40 P. Jeannin, *Os Mercadores do Século XVI*, p. 86
- 41 *Razonamientos de mi viaje alrededor del mundo*, 1594-1606, ed. F. Perujo.
- 42 Pineider, "In cosi immensa pellegrinatione", p. 9, explica que a escassez de notícias bibliográficas relativas ao período sevilhano do Carletti filho provavelmente se deve ao facto de ele não ter sido realmente instruído e não se ter iniciado na real actividade de mercador, mas explorado como mão-de-obra.
- 43 Tendo investido um grande capital na viagem, não podia dar-se ao luxo de algo poder correr mal.
- 44 Manni, *Vita di Francesco Carletti*, pp. 234-235.
- 45 Como nos informa Sgrilli (*Francesco Carletti*, p. 18 nota 2; cfr. Archivio di Stato di Firenze, *Carteggio Universale Mediceo*, filza 5053-27 Julho 1604), Cesare Baroncini é um pisano estabelecido em Sevilha em 1604, que manteve um contínuo relacionamento com a corte grão-ducal de Florença.
- 46 Esta parte foi censurada por Magalotti, o primeiro revisor, pois achou que o tráfico de escravos era imoral. Uma desculpa aparente, pois quanto a Moral há muitos outros parágrafos dos *Ragionamenti* que poderiam ser eliminados. A real e única razão é que se queria censurar um tráfico monopolizado, neste caso, pelos espanhóis, alguns sacerdotes – como o bispo de Cabo Verde –, utilizando licenças régias vendidas pelos representantes da coroa de Castela.
- 47 De acordo com as *Leyes de los Reynos de las Indias*, mandadas imprimir por Carlos II em Madrid, não se podia viajar para as Índias Ocidentais sem licença do rei e da Casa de Contratación em Sevilha, embora "*los Factores de Mercaderes pueden passar com licencia de la Casa por três años*". Francesco teve que inventar um subterfúgio, fingindo ser um marinheiro espanhol, o que não deve ter sido muito difícil (G. Sgrilli, *Francesco Carletti*, pp. 18-19).
- 48 "E primeiramente prouve a Deus levar para si Antonio Carletti, meu pai, que sofreu quatro meses contínuos do mal de pedra, que finalmente lhe roubou a vida no ano de 1598, aos 20 do mês de Julho, havendo antes recebido todos os Sacramentos da Igreja. Eu, pouco depois, fi-lo enterrar com honrosas exéquias na igreja do bispo daquela cidade, e havendo escolhido um lugar acima do meio da referida igreja, em frente ao altar-mor onde se lê o Evangelho; cobri reverentemente aquele lugar com uma longa e grande pedra em que fiz esculpir o seu nome, pátria, idade e morte, de maneira que lá fique aquela memória, enquanto o tempo a não delir". O Pe. Manuel Teixeira preparou uma tradução incompleta do Segunda Relação do II Discurso (*Macau Através dos Séculos*, pp.11-12). Porém, mais uma vez, não há provas. Tentei descobrir o que se entendia em 1598 por igreja episcopal, e é natural pensar-se que fosse a antiga igreja

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- de Santa Maria, onde podiam ser enterrados os bispos e talvez não os mercadores. Segundo refere M. Teixeira, D. Leonardo de Sá foi bispo da China e Japão (de Macau) até 15 de Setembro de 1597. Houve depois uma certa confusão até 1606, quando foi nomeado D. Aleixo de Menezes. Antes deles, segundo M. Teixeira: “Depois da morte de D. Leonardo, governou a Diocese o P. Manuel de Aguiar e, logo a seguir, Frei Miguel dos Santos...” e “Fr. Miguel dos Santos, agostinho, fora expulso da Companhia de Jesus; foi nomeado Governador do Bispado de Macau pelo Arcebispo de Goa, D. Aleixo de Menezes, e governou até além de 1606 e cremos que até à chegada de D. João Pinto da Piedade a Macau, em 1608” (M. Teixeira, *Macau e a sua Diocese*, vol. II, p. 88). Segundo estes dados, podemos pensar que Antonio Carletti pode ter sido sepultado na igreja de Santo Agostinho, construída por Agostinhos espanhóis em 1586 e ocupada pelos portugueses três anos depois. A igreja actual data de 1814. Entre as pessoas sepultadas na igreja conta-se Maria de Moura, uma heroína romântica que em 1710 casou com o capitão António Albuquerque Coelho.
- 49 Peragallo, *Cenni Intorno*, pp. 149-50 Envolvido na história dos descobrimentos da Índia, aberto às actividades europeias comerciais, “*Laonde giovanni Buondelmonti, scrivendo, in data di Conchin 24 Dicembre 1583, a Francesco Valori, potea dirgli scherzando ‘si dice che sono per tutto il mondo i fiorentini’, avendone incontrato parecchi, sparsi no puré per l’Europa ma per l’India. – Egli va e viene da Lisbona a Goa. Nel 1598 Francesco Carletti s’imbattè in Lui nella città di Macao dove si era trasferito da Goa sopra una nave portoghese (in cui era Interessato), col proposito di inoltrarsi nel Giappone*”.
- 50 “*Ma Iddio mi soccorse quando meno lo pensai, e questo fu che doppo la morte di mio padre, non essendo ancora passato undeci giorni, compare quivi Orazio Neretti, fratello dell’eminentissimo avvocato messer Bernardino*” [fl.108v.] [Portém Deus socorreu-me quando eu não estava à espera, e o que aconteceu foi que depois da morte de meu pai, não sendo ainda passados onze dias, apareceu aqui Oratio Neretti, irmão do eminente advogado senhor Bernardino].
- 51 “Metrópole principal de todas aquelas partes do Oriente, que possuem os Portugueses”.
- 52 “acertei com o piloto desta nau, que já tinha passado o cabo de Boa Esperança 18 ou 20 vezes, dar-lhe mil xerafins, moeda de Goa que vale sete e meio *giulii*, com o pacto de ter que cobrir todas as despesas da viagem, até chegar a Lisboa, a mim e aos três servidores que trazia, um de nacionalidade japonesa, um da Coreia e o outro negro de Moçambique”.
- 53 Toda a literatura afirma que o assalto foi dissimulado como sendo de piratas. Sgrilli fala de *Zelanda, Middelburg, Sole* e duma outra embarcação, cujo nome é desconhecido. A ideia da nau ter sido assaltada por piratas nasce do facto de a frota em questão não ter sido armada pelo governo das Províncias Unidas, mas por particulares (G. Sgrilli, *Francesco Carletti*, p. 154).
- 54 Conhecido pelos franceses por vezes como Le Roy, foi o mesmo que, em 1604, pediu a Henrique IV autorização para constituir a Companhia das Índias Orientais; em Junho do mesmo ano foi-lhe concedido o título de “capitão-geral da frota real das Índias Orientais”. O objectivo era receber autorização para construir ou comprar baixéis para as Províncias Unidas e recrutar marinheiros, dado que somente os flamengos eram considerados aptos para certos tipos de navegação.
- 55 Roberto Barchiesi, “L’Oriente catalogato”, pp. 163-182. Ver também Roberto Barchiesi, “Francesco Carletti”, pp. 169-177.
- 56 Melchior Estácio de Amaral, *Tratado das batalhas*.
- 57 S. Peloso, “Le avventure tragicomarittime”, pp. 69-87.
- 58 Os sobreviventes do “incidente de Santa Helena” foram reunidos no porão e deixados pelos zelandeses na ilha deserta de Fernão de Noronha, não longe da costa do Brasil, com pouca comida e um barco para poderem eventualmente chegar à costa.
- 59 “Eu teria feito mal, se a fortuna não me ajudasse em fazer-me reaver um dos vasos de porcelana cheio de peras confeccionados na China, [...] o qual fez o meu jogo, e com elas mantive também dois fidalgos de título, no dar uma por dia a cada um, por todo o tempo em que navegámos em direcção à ilha de Fernando de Noronha. Lá chegámos no Sábado Santo, que naquele ano foi dia de Páscoa e Ressurreição a 6 de Abril do mesmo ano de 1602”.
- 60 G. Sgrilli, *Francesco Carletti*, pp. 91-157.
- 61 Grande riqueza que se pensa poder ter sido vendida ao duque Ferdinando, que desde sempre demonstrou curiosidade dem conhecer as rotas comerciais, um interesse partilhado por muitos naquela altura.
- 62 *Atlas Sinicus sive regni Sinarum descriptio geographica in ipso Sinarum regno impressa, charta et characteribus sinicus*.
- 63 Giovanni Vander Neesen, agente secreto do grão-duque de Holanda, escreve “o coitadinho já está doente há um mês de terças” (Sgrilli, *Francesco Carletti*, p. 160).
- 64 “E finalmente, no dia de San Giovanni Gualberto, a 12 de Julho de 1606, em Florença, donde tinha saído no ano de 1591, assim como disse no início destas minhas Relações a V. A. S.: da qual foi introduzido aquele mesmo dia pelo dito Senhor Cavaleiro Vinta, seu primeiro secretario de Estado, a fazer-lhe reverência”.
- 65 Florença teve sempre uma certa estabilidade política e comercial, num ambiente “italiano” de pequenas tiranias e intrigas entre reinos que caracterizou esta época histórica. Um pólo cultural que expandiu gradual e progressivamente desde o século XIII as próprias ideias, os próprios artistas bem protegidos pelos mecenas, regido por um regime controlado por pequenos empresários, cujas transacções comerciais eram garantidas por uma moda forte e sólida como o florim, que garantiu uma prosperidade económica duradora ao grão-ducado da Toscana (fundado em 1282). A Florença de Dante (pai da língua italiana), de Petrarca e de Boccaccio chega a ser o palco no Renascimento, sob a influência dos Medici, para personagens como Michelangelo, Giotto, Botticelli, Leonardo da Vinci, Maquiavel, Copérnico, Galileu Galilei. Se, por um lado, houve aquele esplendor de *refinatezza* linguística caracterizada por estruturas fráscas caledioscópicas complicadíssimas, mas sem nenhum significado intrínseco, porque preocupadas com a forma, por outro prevaleceu uma linha racional que permitiu a um Galileu impor o próprio estilo científico, caracterizado pelo uso deliberado duma língua vulgar toscana.
- 66 Como sublinha S. Pineider, “In cosi immensa pellegrinatione”, p. 159.
- 67 “Quanto ao almíscar, não é verdade que se faça como muitos têm descrito; eu trazia a pele inteira de todo o animal a V. A., com a vesícula, que não é senão o mesmo umbigo do animal que lhe sai fora debaixo do corpo, cheio daquela matéria odorífera. É quase do tamanho e forma duma das nossas pequenas raposas, e tinha a sua vesícula cheia de almíscar, que a natureza lá infunde pouco a pouco”. O que é muito interessante é que Carletti acrescenta logo a seguir que os chineses aprenderam a falsificar o almíscar, misturando-o com outras substâncias, e duma bexiga fazem três ou quatro.
- 68 “Nestas ilhas poder-se-ia passar a vida felizmente e com pouquíssima despesa, e quem aqui é senhor de mil escudos está melhor do que estaria um com dez mil nestes países. E se naquela terra fossem cultivados olivais como na nossa, dos quais os padres Jesuítas introduziram alguns, e fizeram bem; e se o mesmo fizessem com a videira, que têm somente por deleite nos alpendres, seria muito mais abundante”.
- 69 “*E insieme ho anco fatto mentione d’ogni altra particolarità sovvenutami alla memoria già invecchiata nel trapasso di tanti anni e nello abisso e confusione di tante cose viste e fatte da me, che una confonde l’altra. Ora forse in questo secondo discorso, dove la memoria sarà più fresca, m’andero meglio ricordando di tuto quello feci, veddi, m’accadde e osservai nelli viaggi fatti per via dell’India orientale insino all’essere ritornato in Europa...*” [fl. 70] [E juntamente fiz menção de todos os demais detalhes que me tinham vindo à memória já envelhecida pelo passar de tantos anos, e no abismo e confusão de tantas coisas vistas e feitas

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- por mim, que confundo umas com as outras. Agora, se calhar neste segundo discurso onde a memória estará mais fresca, irei relembrando melhor o que fiz, vi, me aconteceu e observei nas viagens na Índia Oriental até ter voltado à Europa...].
- 70 Descrito no Colóquio XXV de Garcia da Orta: “Ruano: Do gariofilo falemos; pois he pera essas parte donde vem a galanga. Orta: Esqueçeos de falarmos nelle na letra c; porque o bom latim he *cariofilo*, e o máo latim he *gariofilo*, segundo podeis ver em estes modernos que escreve...”, Garcia da Orta, *Colóquios*, pp. 358-384; e provavelmente entre estes “modernos” encontrar-se-ia o nosso Carletti, que chama ao cravo *garofano* (ainda hoje é vulgarmente conhecido por *chiodo di garofano*).
- 71 Ternate, Tidore, Motir, Maquien, Bachão.
- 72 “se cultiva abundantemente a planta que a produz [a pimenta], junto a uma árvore sobre a qual se vão agarrando as plantas, como fazem as ervilhas, embora estes cresçam muito mais e com menos folhas, muito semelhantes aos nossos feijões, porém mais redondas, formando os grãos da pimenta pegados ao tronco, como grainhas de uva pequena, com uma ordem de duas fileiras de grãosinhos, os quais são sempre verdes até ficarem bem maduros, o que acontece no mês de Janeiro, quando ficam pretos, se bem que haja outro tipo que fica sempre branco, e este é muito estimado por estes Indianos. Quer sejam de uma, quer de outra classe, enquanto ainda verdes, temperam-se com vinagre e sal, comendo-se como nós comemos as alcaparras, para abrir o apetite, e ainda fazem um efeito admirável de confortar e aquecer o estômago”.
- 73 Ceilão.
- 74 “... quantidade infinita de telas de algodão branca e de cor, com as quais hoje se veste em geral a maior parte do povo mais baixo, e ainda não passaram 400 anos desde que a semente do algodão foi trazido da Índia...”.
- 75 “Assim ainda da ilha de Banda [...] vem a noz-moscada e o macis, que nascem só aqui de uma árvore que produz esta noz, recoberta por uma casca dura como as nossas nozes, porém muito mais espessa e de forma mais redonda”. O macis (*Mystica fragrans*) é a fibra vermelha clara brilhante que envolve a semente da noz-moscada dentro do fruto da moscadeira. Esta membrana, quando seca, torna-se duma cor amarela acastanhada, fica estaladiça, e tem um sabor e utilização diferentes da noz-moscada. No Colóquio XXXII escreve Garcia da Orta: “E aveis de saber que, quando esta noz he madura, vaise inchando, e rompe a primeira casca como fazem os ouriços das castanhas nossas, e fica a maça muyto vermelha, parecendo como gram fina...”, *Colóquios*, vol. 2, p. 82.
- 76 Amplamente descrito no Colóquio II de Garcia da Orta, *Colóquios*, vol. 1, pp. 23-45.
- 77 “Da mesma forma navegam até o reino do Siam e a Patane, na costa leste ao lado de Malaca, e ainda até ao Camboja, donde trazem certa madeira como aquela que se chama ‘verzino’, e que eles chamam ‘suó’ e os portugueses ‘sapon’, que serve para tingir...”. “Sapon” deriva do malaio sáfang, vulgarmente conhecido como pau-brasil, madeira de onde se extrai uma tinta. Patane é um antigo reino da península malaia.
- 78 “Todos os mercadores e passageiros que vinham na nau baixaram a terra, e eu com os demais, para nos confortarmos com boas galinhas e frangos, que nesta terra são de excelente sabor; e também há boa e variada fruta, entre a qual se encontra o durião que é produzido por uma árvore muito grande, fruto muito estimado nesta terra e muito celebrado nas demais onde se encontra. O qual me pareceu no início, como acontece a todos a primeira vez que se come, de odor desagradável e muito semelhante às cebolas, e eu não gostei e me pareceu uma coisa engraçada ter ouvido antes e ouvir agora tanto recomendar pelos demais que estavam habituados a comê-lo; além de que à vista, por ter a casca rugosa, com certas protuberâncias que parecem pinhas, só que picam, não deleita muito tocá-lo, nem tão pouco vê-lo. Aquilo que tem dentro é uma substância líquida e de cor branca, porém muito mais delicada ao gosto, para aqueles que já se habituaram ao cheiro, ao qual sendo-me eu também habituado, comi e gostei muito, e confirmei o que os outros dizem, que não se pode provar coisa mais simples e natural do que esta fruta, que [ao contrário] parece tão composta e artificial, ao sentir diferentes sabores e odores ao mesmo tempo, assim como me pareceu ao mesmo tempo diferente e agradável”.
- 79 “Aquelas que aqui nomeiam ananás, chamadas pelos castelhanos nas Índias Ocidentais ‘pignas’, fruto grande como uma pinha daquela forma, que é produzido por uma planta como a da alcachofra, de folhas encrespadas, duras e muito verdes, e cheias de espinhos. Fruto ao qual, tirando-lhe cuidadosamente a casca, que é, à semelhança das folhas, grosseira e pungente (além de ser tenra e facilmente cortada com uma faca), aquilo que resta se corta em fatias ou rodelas de través, e é de sabor agridoce muito delicado; e para que a sua calidez não prejudique, antes passam-na por água fresca, espalhando logo por cima um pouco de sal, e desse modo as comem com muito gosto e menos dano, posto que comendo-as doutra forma costumam causar febres malignas e fluxos de sangue, por ser aquele sumo muito irritante e corrosivo, de tal maneira que muitas vezes vê-se a experiência em cima das facas com as quais se cortam as ditas frutas, que deixadas sem néctar se encontram logo comidas pela ferrugem”.
- 80 “Encontra-se nesta terra um fruto próprio do país, que eles chamam ‘giambos’, embora hoje se encontrem também em Goa, o qual se pode dizer que é uma brincadeira da natureza, que quis imitar e representar como deveria ser a pele duma mulher. É este fruto de cor purpúrea, mesclado com branco leitoso, e duma casca muito brilhante e tão delicada que mais não se pode desejar; tem o tamanho das nossa beringelas e um odor semelhante às rosas, tal que, comendo-o sem sequer mondá-lo, aquele sumo parece ser temperado com água de rosas, do que recebe deleite o paladar, que está acompanhado por um agridoce que nunca cansa e não chega a enjoar, mesmo passando o dia todo a comê-lo. E ao tocá-lo é também muito agradável, porque não se pode tocar coisa mais delicada e mais suave, e ao vê-lo não há rosto branco e vermelho mesclado que maior deleite dê à vista e que mais se assemelhe à pele do rosto duma bela mulher, mais lisa que natural, assim como são a maioria do nosso tempo [fala de mulheres com caras pintadas, como era moda no século XVI], de forma que enquanto se saboreia o fruto, tirando-lhe a semente que há dentro dele, se deleitam os quattros sentidos ao mesmo tempo”. Manuel Godinho de Erédia, bem como Garcia da Orta, acham que o fruto é melhor para a vista do que para o paladar. Alias, Erédia deixa-nos várias gravuras que representam esta planta com fruto e flor.
- 81 Garcia da Orta, *Colóquios*, vol. 1, p. 69.
- 82 “Existe uma árvore não muito robusta e não muito grande, porém frágil, semelhante ao sabugo, quanto à cor do seu caule, porém com uma flor muito diferente, semelhante à do jasmim em forma e cheiro, com excepção daquele pouco de pedúnculo que entra na planta, que é de cor amarela e serve em lugar do açafão para dar cor aos pratos. Esta flor de dia fica sempre fechada e cerrada sobre si própria, quase não se vendo; porém, ao anoitecer começa a desabrochar e antes que saia o Sol de manhã cedo se encontram todas caídas no solo, e por isso lhe puseram este nome de flor triste...”.
- 83 “... *Diverse sorte d'alberi, ma solo vi dirò d'uno, che stava sopra la piazza della chiesa de' Gesuiti in Amacao: a questo in una mattina gli veddi cadere tutta la foglia, et in quello istante islargava la nuova, che avanti cascasse la vecchia era già grande, atortigliata in modo et luogo che non si vedeva, sí che in un tratto apparve tenera et fresca che pareva nata et germogliata in quel medesimo giorno che s'allargano tutte a un'otta* [fl. 132v.]”; [Crescem] lá várias espécies de árvores, porém aqui quero falar apenas duma, que se via no adro da igreja dos Jesuítas em Macau: a esta numa manhã vi cair todas as folhas e naquele instante desabrochavam as novas, que antes que caducassem as velhas eram já grandes, enroscadas de maneira e lugar que não se via, de modo que de repente apareceu a árvore tenra e fresca com folhas nascidas e germinadas naquele mesmo dia, que se largam todas ao mesmo tempo].

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

84 “[O chá] é produzido por uma planta que nasce quase como aquela do buxo, porém tem as folhas três vezes maiores e todo o ano se mantém verde: e faz uma flor odorífera na forma de rosas de damasco [uma pequena rosa branca muito perfumada]; com as folhas fazem pó, que depois misturado com água quente, que [eles] mantêm continuamente ao fogo para este efeito numa caldeirinha de ferro, bebem diariamente, mais como se fosse um medicamento que por gosto. Tem um sabor amargo, embora lave depois a boca; a quem a utiliza parece boa e saborosa, e faz um bom efeito de alívio aos

fracos de estômago pela sua calidez, ajudando maravilhosamente a digestão, e é especialmente ótima para levar e impedir os vapores e fumos que ascendem à cabeça, e por isso o seu uso é beberem logo após terem comido, quando se sentem carregados demais de vinho, e ao tomá-lo depois do jantar tira o sono. Por fim, é tanto o hábito de beber deste *cià*, que não se entra nunca numa casa que não seja oferecido amigavelmente, e por educação e hábito e para honrar o hóspede, assim como se usa nos países de Flandres e de Alemanha oferecer o vinho.”

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

- Código 1331 (T.3.22), Biblioteca Angelica, Roma. Consta de 214 páginas numeradas e parece ser o mais próximo da versão original. É a base da última edição italiana.
- Ginire-Venturi. Obra sobre a qual se efectuou a revisão da Academia da Crusca para a 1.ª edição de 1701. Este manuscrito pertence actualmente ao Marquês de Ginori-Venturi.
- Moreniano 47, Biblioteca Ricardiana de Florença. Tem 345 páginas numeradas à mão. Nas primeiras páginas temos acesso a algumas notas bibliográficas sobre Carletti.
- Maglibechiano–Classe XIII, n. 8. Disponível na Biblioteca Nacional de Florença, consta de 436 páginas numeradas.

Fontes impressas

- Amaral, Melchior Estácio do, *Tratado das batalhas e sucessos do galeão Santiago com os holandeses na ilha de Santa Helena*, Lisboa: António Álvares, 1604.
- Amat di S. Filippo, Pietro, “Biografia dei viaggiatori italiani com la bibliografia delle loro opere”. In *Studi biografici e bibliografici sulla storia della geografia in Italia*. Roma: s.e., 1882.
- Barchesi, Roberto, “Francesco Carletti, Nota all’História Trágico-Marittima”. *Estudos Italianos em Portugal* (Lisboa), n.º. 14-15, 1956.
- Barchesi, Roberto, “L’Oriente catalogato in un manoscritto pittorico del Cinquecento”. *Quaderni Portoghesi* (Pisa), vol. 4, 1978, pp. 163-182.
- Boxer, Charles R., *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2005.
- Braudel, Fernand, *O Modelo Italiano*. Lisboa: Teorema, 1994.
- Carletti, Francesco, *Ragionamenti del mio viaggio intorno al mondo*, ed. Paolo Collo. Turim: Einaudi, 1989.
- Carletti, Francesco, *Ragionamenti di Francesco Carletti fiorentino sopra le cose da lui vedute ne’ suoi viaggi, sì dell’Indie Occidentali, e Orientali come d’altri paesi*, ed. L. Magalotti. Florença: Stamperia di Giuseppe Manni, 1701.
- Carletti, Francesco, *Razonamientos de mi viaje alrededor del mundo, 1594-1606*, ed. F. Perujo. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1976.
- Chabod, F., *Storia dell’idea d’Europa*. Bari-Roma: Laterza, 1993.

- Erédia, Manuel Godinho de, *Suma de Árvores e Plantas da Índia Intra Ganges*, ed. J. G. Everaert, J. E. Mendes Ferrão & M. Cândida Liberato. Lisboa: CNCDP, 2001.
- Fonseca, Luís Adão da & Asencio, R. M. J. (coord.), *Corpus Documental del Tratado de Tordesillas*. Lisboa: CNCDP, 1995.
- Godinho, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990.
- Greenblatt, Stephen, *Possessões Maravilhosas: O Deslumbramento do Novo Mundo*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- Jeannin, Pierre, *Os Mercadores do Século XVI*. Porto: Vertente, 1986.
- Manni, Domenico Maria, *Vita di Francesco Carletti viaggiatore fiorentino, scritta dal signor D.M.M. Accademico Catenato*, “Raccolta di opuscoli scientifici e filologici dell’abate Calogera”, v. 50 (1754).
- Olschki, Leonardo, *Storia letteraria delle scoperte geografiche*. Florença: Leo Olschki Editore, 1937.
- Orta, Garcia de, *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (1563), ed. Conde de Ficalho. 2 vols. Lisboa: IN-CM, 1987.
- Peloso, Silvano, “Le avventure tragicomarittime di un onesto negriero in giro per il mondo: i Portoghesi di Francesco Carletti”. *Quaderni Portoghesi* (Pisa), n.º 5, 1979, pp. 69-87.
- Peregallo, Prospero, *Cenni Intorno alla Colonia Italiana in Portogallo nei Secoli XIV, XV e XVI*. Génova: s.e., 1904.
- Pineider, Stefania, *‘In cosi immensa pellegrinatione’. La scrittura del viaggio nei ‘Ragionamenti’ di Francesco Carletti*. Roma: Vecchierelli Editore, 2004.
- Ramusio, Giovanni Battista, *Navigazioni e viaggi*, ed. Marica Milanese. 6 vols. Turim: Einaudi, 1978-1983.
- Sgrilli, G., “Francesco Carletti. Notizie Biografiche. Bibliografia”. *Bollettino della R. Società Geografica Italiana* (Roma), vol. VI, n.º. 1-10, 1941, pp. 464-68.
- Sgrilli, G., *Francesco Carletti mercante e viaggiatore fiorentino 1573-1636*. Rocca San Casciano, 1905.
- Teixeira, Manuel, *Macau e a sua Diocese*, vol. II. Macau: Imprensa Nacional, 1940.
- Teixeira, Manuel, *Macau Através dos Séculos*. Macau: Imprensa Nacional. 1977.



Uma Erva de Muitas Virtudes

O Aloés Socotorino

na Mira de Botanistas e Viajantes

desde a Antiguidade até à Idade Moderna

ZOLTÁN BIEDERMANN*

INTRODUÇÃO

É comum falar-se, nos nossos dias, das qualidades curativas e cosméticas do aloés. O suco desta planta regula as funções intestinais, fortalece o sistema imunitário, combate infecções, reduz inflamações e ajuda a curar as feridas dos órgãos interiores e da pele. Segundo alguns, é mesmo eficaz na luta contra o cancro. Com tantas qualidades, é natural que o aloés tenha vindo a conquistar mercados sucessivos desde a Antiguidade até aos nossos dias.

A história do aloés mereceria, por isso mesmo, um livro inteiro. Ela envolve as mais diversas épocas e civilizações, e por conseguinte fontes escritas que vão desde a literatura médico-mágica da antiguidade pré-clássica até às tentativas de sistematização botânica e química do século XIX. No âmbito do presente artigo, porém, mais não podemos fazer do que fornecer

elementos esparsos, lançando um pouco de luz, com a ajuda de textos que nos parecem representativos dos principais desenvolvimentos, sobre as diversas etapas desta história longa e complexa. É natural que muitos aspectos fiquem de fora, alguns dos quais se poderão revelar significativos no futuro. É também possível que, face à confusão por vezes considerável dos textos da Época Moderna dedicados ao aloés, nós próprios cometamos erros ou imprecisões. Esperamos no entanto que estas falhas acabem por perder um pouco da sua importância perante a diversidade dos “fios”, por vezes soltos, por vezes entrelaçados, que tentaremos identificar e seguir.

Um dos principais desafios que se colocam a quem observa a história do aloés é a diversidade de espécies do género das aloíneas que produzem sucos com qualidades curativas em regiões variadas do mundo. Encontram-se hoje catalogadas mais de três centenas. Daí que, quando o aloés – não tanto a planta, mas sim o seu suco homónimo e os respectivos derivados – aparece nos “livros” médicos da Antiguidade pré-clássica e clássica, não saibamos exactamente que espécie estava na sua origem, nem de que região vinha. Embora o maior conjunto das aloíneas conhecidas seja originário do continente africano, e principalmente da sua parte oriental, existiam também plantas deste género em várias regiões do Mediterrâneo Oriental e do Índico. Há, portanto, múltiplas pistas que por vezes se cruzam e por vezes correm lado a

* Doutoramento em História pela Universidade Nova de Lisboa e pela École Pratique des Hautes Études (França). Especialista em história da expansão portuguesa no Índico. Autor de dois livros e vários artigos dedicados à história de Socotora, do Golfo Pérsico, do Sri Lanka e da Índia Meridional. É investigador bolseiro do Centre for 17th and 18th Century Studies, Universidade da Califórnia, Los Angeles.

Ph.D. in History from the Universidade Nova de Lisboa and École Pratique des Hautes Études (France). Specialist in the history of the Portuguese expansion in the Indian Ocean. Author of two books and several articles on the history of Socotra, the Persian Gulf, Sri Lanka and South India. Research fellow at the Centre for 17th and 18th Century Studies, University of California, Los Angeles.

lado, criando alguma, ou mesmo bastante, confusão. Épocas diferentes tiveram aloés diferentes, e mesmo dentro de cada horizonte cronológico existiram variações geográficas que importará um dia retrair com precisão. Para mais, nem tudo o que se chama aloés nos documentos é aloés, visto que existe um produto de origem totalmente diferente, o lenho-alóés, que partilha com o objecto da nossa curiosidade parte do nome, e que por vezes com ele é confundido, embora os dois nada tenham a ver um com o outro¹.

A fim de não nos dispersarmos em demasia, tentaremos seguir uma ordem cronológica na nossa abordagem, evocando no quadro de cada época o conjunto dos dados que nos parecem significativos para a história geral do aloés. Visto que o presente artigo se concentra essencialmente na história moderna, iremos dar um ênfase maior a esse período. No entanto, pareceu-nos que seria incorrecto investir apenas no estudo dos autores modernos, pois poderia criar-se assim a ilusão de uma ruptura face a períodos anteriores em que os usos e os conhecimentos ligados ao aloés não eram, na verdade, fundamentalmente diferentes. Só no final da nossa história – e, portanto, também do presente artigo – iremos incidir sobre algumas “certezas” criadas pela química e pela botânica dos séculos XIX e XX, e com isto ajudar, talvez, a “arrumar” um pouco as desordens criadas por autores, viajantes e comerciantes ao longo dos milénios.

O ALOÉS NA MEDICINA GRECO-ROMANA: PLÍNIO E DIOSCÓRIDES

O aloés aparece mencionado, pela primeira, numa placa de argila suméria, escrita por volta de 2200 a. C., e encontrada em Nippur, no actual Iraque. Surge depois também, como seria de esperar, no Egipto Antigo, encontrando-se referenciado no chamado “papiro de Ebers”, um documento de cerca de 1500 a. C. dedicado às qualidades curativas de certas plantas. Mas é já na época romana que os conhecimentos acerca do aloés aparecem descritos de forma mais sistemática, embora sem que saibamos exactamente a que aloés os autores se referiam. A palavra que então se enraizou nos usos do Ocidente foi um nome grecizado derivado de um étimo (talvez *alwa*, *elewa*, significando algo como colostro ou *collostrum*, “o primeiro leite materno”) que, ao que tudo indica, fora trazido para a Grécia a partir da região da Síria ou da Fenícia².

Na verdade, não sabemos até que ponto o aloés foi apreciado nas cidades helénicas antes do início da era cristã. Os grandes autores gregos, nomeadamente Teofrasto – que escreveu a sua *História Natural* no rescaldo das conquistas alexandrinas terminadas em 323 a. C. –, pouco ou nada dizem sobre o aloés, a despeito de ser altamente provável o uso desta planta como cicatrizante na medicina militar daquela época. É apenas três séculos mais tarde, nos inícios da era cristã, que surgem, na Roma imperial, duas importantes descrições do aloés: a de Caio Plínio Segundo, o Velho e a de Pedânio Dioscórides Anazarbeu.

Nestas nos deteremos por alguns instantes porque são, no âmbito da história do aloés, verdadeiros textos fundadores: muitos dos dados neles contidos foram reproduzidos, comentados e desenvolvidos por inúmeros autores ao longo dos 15 séculos seguintes. Temos assim Dioscórides, que descreve a forma da planta do aloés e a sua origem geográfica nos termos seguintes:

“[o aloés] tem folhas semelhantes às da cebola marinha (*scillae*), gordurosas, um tanto achatadas, espessas no rebordo e dobradas para trás; todas as folhas têm espinhos curtos que surgem nas partes laterais. [Estas plantas] fazem rebentar para cima um caule parecido com o do asfódelo [*antherici*]. Toda a planta tem um forte cheiro, e um sabor muito amargo. Possui uma só raiz, tendo por raiz uma espécie de prego. Cresce em maior abundância na Índia, de onde vem também o seu suco para o comércio; mas também cresce na Arábia e na Ásia [Menor], e em certos lugares próximos do mar, como a ilha de Andros.”

O mais interessante para o nosso efeito é certamente a descrição dos usos que já nessa época se davam às substâncias contidas na planta de aloés:

“[Mesmo] não servindo para a obtenção de suco, [as folhas] servem, ao serem esfareladas e colocadas [na pele], para fechar as feridas. Do suco, existem dois géneros; um tem a cor da areia e parece o resto filtrado de um [suco] totalmente purificado; o outro é da cor do figado. [É preferível] tomar o [aloés] gorduroso, de aspecto não arenoso, reluzente, amarelado, fácil de reduzir em pó, como o figado³, tão hidrófilo quanto possível e distinto pela sua amargura; o outro, negro e rijo, pelo contrário, é de evitar. Falsifica-se [o aloés] com goma, o que se nota no sabor, na amargura e no cheiro, assim como

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

pelo facto de, ao esfregar-se entre os dedos, não se reduzir à areia mais fina. Alguns misturam-no também com acácia.

O seu efeito é aquecer, secar, acalmar, fortalecer o corpo; relaxa porém os intestinos e limpa o estômago; ao tomar-se numa quantidade de duas colheres com água fria ou leitosa, faz parar as hemorragias internas; com três óbolos ou uma dracma de água, como bebida, limpa [o corpo] da icterícia.

Tomado com resina ou com água fervida ou com mel, age como laxante sobre o intestino; com uma dose de três dracmas purga de forma definitiva; misturado com outros laxantes, torna estes menos agressivos para o estômago. Espalhado [em pó sobre a pele], fecha as feridas e limpa e limita os abscessos [ou úlceras]. Misturado com vinho doce, presta bons serviços no tratamento de condilomas, pára as sangrias hemorroidais, e ajuda a expulsar unhas encravadas.

[O aloés] age contra os hematomas e derrames de sangue no olho; com mel, reduz as inflamações do rebordo das pálpebras; e untado, com vinagre, na testa e na fronte, [reduz] também as dores de cabeça; com vinho, retarda a queda do cabelo e serve para as amígdalas e as gengivas; com mel ou vinho, [cura] todas as [doenças] da boca. Para [servir de] fármaco para os olhos, é aquecido num recipiente limpo e aquecido, remexendo até se tornar claramente vermelho; purifica-se então retirando os detritos inutilizáveis e guardando [as partes] gordurosas e finas.”⁴

A descrição de Plínio é de tal maneira parecida com a de Dioscórides que se tem especulado sobre a eventualidade de um plágio. Para minorar a polémica, tem-se também aventado a hipótese de uma fonte comum, mais tarde perdida, onde ambos teriam ido buscar a informação tocante às qualidades e aos usos das várias plantas medicinais⁵. Na verdade, os textos relativos ao aloés não são totalmente idênticos, e Plínio é em algumas passagens mais explícito ou até mais completo do que o seu contemporâneo grecófono. Escreve o autor latino:

“O aloés tem semelhança com a cebola marinha [*scilla*], tendo embora as folhas maiores e mais sumarentas, com riscas oblíquas. O seu caule é tenro, avermelhado na sua parte central, não muito diferente do do asfódelo [*antherici*]. A

sua raiz é uma [i.e. tem um só tronco] e penetra na terra como uma estaca. De cheiro é forte, de gosto amargo. O mais louvado vem da Índia, mas também nasce na Ásia [Menor]. Só se usam porém, deste, as folhas frescas para as feridas – pois fecha [as feridas] maravilhosamente – ou [ainda] o suco. Por isso semeia-se em recipientes cónicos, como o *aizoium maius*. Alguns fazem também, antes de estarem maduras as sementes, um corte no caule para obter o suco, [sendo que] outros [cortam] as folhas. Acha-se [porém], também, uma lágrima que adere [à planta] por si mesma; por isso se recomenda bater a terra onde [a planta] está, para que a lágrima não seja absorvida. Alguns houve que afirmaram que na Judeia, acima de Jerusalém, [o aloés] tem uma natureza metálica [ou mineral], mas nenhum é mais impróprio e também mais escuro ou húmido [do que este]. Será portanto o melhor [aloés] gorduroso e reluzente, de cor avermelhada, friccionável e de densidade parecida com a do fígado, facilmente liquescente. A sorte imprópria será [pelo contrário] negra e dura, arenosa e, conforme se nota pelo sabor, adulterada com goma e [suco de] acácia. Está na sua natureza o espessar, o adensar e o aquecer ligeiramente.”

É mais uma vez no tocante aos usos medicinais do suco de aloés que o autor nos fornece as informações mais detalhadas e significativas para a história dos saberes associados a esta substância:

“[O aloés] tem muitos usos, mas o seu alvo principal é o de solver [laxar, purgar], pois é o único medicamento, dos que servem para isso, que também fortalece [*confirmet*] o estômago, e não o ataca com nenhum efeito inconveniente. Bebe-se uma dracma, ou, no caso de fraqueza de estômago, uma colher dissolvida em dois *cyathi* de água fria ou tépida, duas ou três vezes num dia, com os intervalos que as circunstâncias exigirem. Mas para laxar não mais que três dracmas, sendo que [o aloés] é ainda mais eficaz se se comer [algo] depois de o beber. Com vinho austero detém a queda do cabelo ao untar-se a cabeça contra [a direcção] do cabelo. Diminui as dores de cabeça ao colocar-se nas frentes e na testa com vinagre e água de rosas, ou como infusão ligeiramente diluída. É [geralmente] reconhecido que [o aloés] cura todas as doenças dos olhos, em particular

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

os pruridos e as partes ásperas nas pálpebras; assim como as marcas e os derrames [de sangue], quando aplicado com mel, principalmente com [mel] pôntico, as amígdalas, as gengivas e todos os abscessos da boca, e ainda as excreções de sangue, sendo que, quando [estas] são moderadas, se bebe uma dracma [de aloés dissolvido] em água, e, quando são mais fortes, em vinagre. Em estado puro ou com vinagre, [o aloés] sustém o sangue que sai de feridas ou outros lugares quaisquer. É também geralmente de grande utilidade com as feridas, pois induz a cicatrização. Aplica-se também em pó sobre as úlceras no órgãos genitais do homens, sobre sinais [*condylomatis*] e gretas na parte traseira, ou com vinho, ou com vinho de passas, ou só por si em estado seco, conforme as exigências do tratamento em mitigar ou estancar. Também faz parar de forma suave as sangrias demasiado abundantes das hemorróides. Em caso de disenteria dá-se a beber, e quando a digestão dos alimentos causa dificuldades maiores, bebe-se algum tempo depois da refeição. Em caso de icterícia, [tomam-se] três óbolos [de aloés] em água; para alimpar os intestinos também se toma em pílulas com mel cozido ou resina de terebintina. [O aloés] retira dos dedos a pele que cresce [sobre as unhas]. Para o uso em medicamentos para os olhos, lava-se para que as partes arenosas se afundem [na água], ou então torra-se num recipiente, remoendo repetidas vezes com uma pluma para que se torre uniformemente.”⁶

Fica decerto demonstrado, com estes dois textos, que o aloés estava bem enraizado na consciência colectiva dos cidadãos romanos durante a época tardo-republicana e imperial. Existem aliás outras referências textuais a prová-lo. O aloés era amplamente conhecido pela sua extrema amargura, que rapidamente se tornou objecto de um lugar-comum. Assim, por exemplo, Juvenal fala numa das suas sátiras na “beleza” como sendo “um bem precioso e raro” que, no entanto, “não oferece nenhum prazer quando, adulterado pela sobrançeria, contém em si pouco mel e muito aloés”⁷.

Dentro da teoria dos humores que se ia desenvolvendo e popularizando, em versões diversas e de sofisticação desigual, o aloés aparecia recorrentemente como uma substância “quente” (até ao segundo grau), “seca” (no terceiro grau) e “adstringente” ao mesmo

tempo: por razões um tanto ou quanto obscuras, ela exercia um efeito estimulante e laxante sobre os órgãos digestivos, enquanto ajudava precisamente a cerrar as feridas da pele⁸. Como veremos, esta diversidade de efeitos no interior e no exterior viria a ser objecto de discussões acesas na época moderna. Mas, de qualquer forma, quedava estabelecido na sabedoria médica romana que o aloés servia na cura de úlceras particularmente difíceis, na purificação do estômago, na cicatrização de feridas exteriores, no tratamento de inflamações, e ainda no combate às dores de cabeça e dos males oftálmicos⁹. Como é evidente, todas estas qualidades quedavam estabelecidas empiricamente, sem que existisse a mínima noção acerca das substâncias que conferiam ao aloés os seus poderes curativos.

O DESENVOLVIMENTO MEDIEVAL DA HERANÇA CLÁSSICA

Mais do que o texto de Plínio, foi o de Dioscórides que se viu retomado por autores latinos posteriores, nomeadamente Galeno (130-200), Oribásio (325-403), Aécio de Amida, médico de Justiniano I (527-565), e Paulo de Egina (c. 625-690). As citações nem sempre eram explícitas, sendo que já a partir do século III o autor de Anazarba só raramente era mencionado de forma aberta como fonte. Mas a sua influência estendeu-se indirectamente através de todo o período medieval, no Ocidente, passando por enciclopédias como o *Speculum Naturale* de Vicente de Beauvais (m. 1264), o *De Proprietatis Rerum* de Bartolomeu Inglês (c. 1230), e o *Buch der Natur* de Conrado de Megenberg (c. 1309-1374); por colectâneas de *materia medica*, nomeadamente os *Synonyma Medicinæ* e o *Liber Servitoris*, ambos de Simão de Génova, médico do Papa Nicolau IV (1288-1292); assim como pelos antidotários de Mateus Plateário (m. 1161) e de Rufino (século XIII)¹⁰.

Sabemos através destes e de outros textos que o Ocidente medieval usou – e abusou – do aloés na sua farmacopeia. Aliás, mesmo que assim não fosse, haveria pouco perigo de ele cair no esquecimento, pois encontrava-se referenciado em lugar de destaque num dos textos mais lidos e comentados de todos os tempos, o Evangelho de São João. Aí se recordava que, depois de crucificado, Jesus Cristo fora retirado da cruz por José de Arimateia e o seu corpo envolto em ligaduras de linho tratadas “com uma grande quantidade de perfumes, de

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

mirra e aloés (*mixturam aloes et myrrhae*)” trazidos por Nicodemo, sendo assim sepultado segundo o costume judaico¹¹. Ainda que muitos comentadores afirmassem e ainda afirmem ter-se tratado, na realidade, de lenho-aloés, esta referência bastou por si só para, literalmente, immortalizar as qualidades balsâmicas e anti-infecciosas do aloés¹².

Mas havia também outras alusões e citações, mais vulgares, que mantinham o aloés na memória colectiva do Ocidente. Os livros de medicina e farmacopeia mencionavam a substância recorrentemente. Durante toda a Idade Média, ela seguiu sendo conhecida pela sua virtude laxante e purgativa. De tal modo assim foi que Otão II, Sacro Imperador da Nação Germânica, veio a sucumbir, segundo se diz, de forma pouco heróica depois de lhe ter sido ministrada pelos seus físicos, em 983, uma potente *overdose* de aloés¹³. Com efeito, as farmácias ou boticas (*Apotheken*) alemãs continuaram a vender aloés ao longo dos séculos seguintes, conforme comprovam variadas menções em livros de mezinhas (*Arzneibücher*) do período tardo-medieval¹⁴. Não sabemos de onde vinha este aloés, mas o mais provável é que, na maioria, ele procedesse da região do Mediterrâneo Oriental, onde certas espécies eram endémicas e de onde a sua importação não seria excessivamente complicada. Ainda assim, é possível que as melhores enfermarias se abastecessem também de aloés vindo do Índico¹⁵.

Outras referências, quiçá mais interessantes para a história medieval do aloés, encontram-se nos textos orientais. Por um lado, porque a medicina árabe e persa suplantou, em prestígio e sofisticação, a tradição greco-romana, na qual ela própria se baseou. A obra de Dioscórides, por exemplo, uma listagem relativamente simples de espécies com qualidades medicinais, sem receitas complexas comparáveis às que se desenvolveram na Antiguidade Tardia e durante o período medieval no mundo muçulmano, poucas hipóteses tinha de ser tomada em conta como uma opção séria. Na Itália meridional da alta Idade Média, a escola de Salerno produziu obras de grande influência, como o *Antidotarium Nicolai*, cujo original se perdeu, mas do qual se conhece uma versão associada ao labor de Mesué o Novo (Ibn Masawaiyh, c.925-c.1015), ou ainda o *Regimen Sanitatis Salernitarum*. Autores como Avicenna (Ibn Sina, 980-1037) e Averroés (Ibn Rushd, 1126-1198) desenvolveram obras vastas e complexas com base no legado de Galeno – sendo que o *De*

simplicium medicamentorum deste autor (mais do que o *De compositione medicamentorum*) estava por sua vez largamente baseado em Dioscórides. Por vezes, mesmo o texto do autor de Anazarba era lido em versões árabes, como por exemplo o *Al-Tasrif* de Abulcasis (Abu al-Qasim, 936-1013) que esteve na origem de “retroversão” latina do acima citado Simão de Génova.

Em suma, à sabedoria relativamente simples de Dioscórides e Plínio, vieram juntar-se durante mais de um milénio tratados altamente sofisticados cuja autoridade só viria a ser posta em causa novamente pela “redescoberta” das obras de Hipócrates e Dioscórides no Ocidente a partir do século XV e pelo fulgurante sucesso deste último autor ao longo do século XVI¹⁶. Fazer a história do aloés nos textos medievais seria matéria para outros estudos. Mas a seu tempo voltaremos, ainda que tangencialmente, a esta problemática, visto que ela nos leva directamente a um dos autores renascentistas portugueses mais importantes, Garcia da Orta.

O APARECIMENTO DO ALOÉS SOCOTORINO

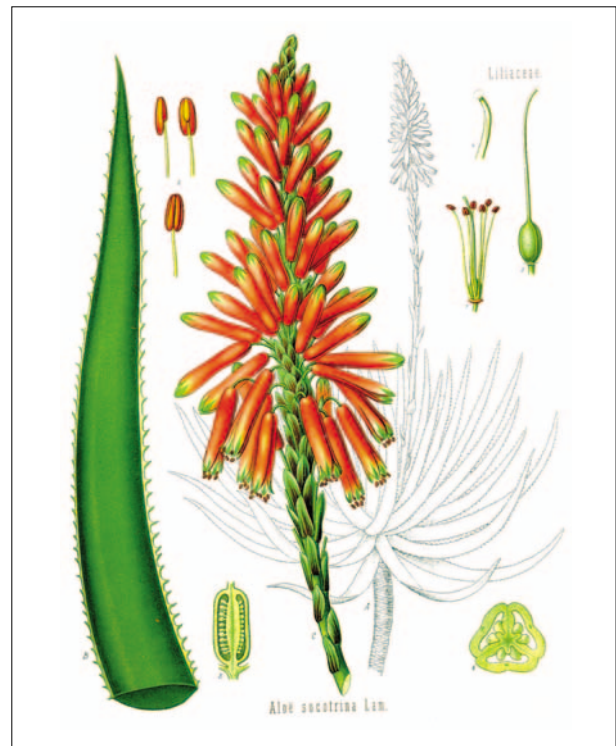
Uma das razões pelas quais os textos árabes e persas são particularmente interessantes para a história do aloés (*as-sabr* ou *as-sebar*) na Idade Média é que eles, pela primeira vez, nos fornecem pistas claras sobre o âmbito geográfico da produção dessa matéria. Enquanto os autores romanos ainda se cingiam a uma genérica menção da “Índia” e da “Arábia”, os autores árabes e persas confirmam uma hipótese que já para a Antiguidade Clássica parece viável, mas para a qual nessa época não existem provas positivas. Falamos do lugar que veio a dar o seu nome à variedade mais famosa e apreciada do aloés, o socotorino ou, em latim, a *Aloe succotrina*: a pista em questão leva-nos directamente à ilha de Socotorá, importante ponto de passagem no comércio que ligava, através do mar Vermelho e do estreito de Bab-el-Mandeb, o Ocidente ao Oriente, os impérios do Mediterrâneo à Índia e ao mundo chinês¹⁷.

Segundo a opinião generalizada dos autores não só medievais, como também modernos, Socotorá, hoje parte da República do Iémen e designada de *Suqutra*, produzia nem mais nem menos do que o melhor aloés do mundo: “*le meilleur aloe qui soit au monde*”, nas palavras de um autor da época barroca¹⁸. Esta ilha, de aparência árida mas dotada de uma flora riquíssima

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

que faz as delícias de qualquer botânico, fora durante a Antiguidade conhecida acima de tudo pela sua produção de incenso, solidamente enraizada numa flora local que incluía pelo menos oito espécies de *Boswellia*, desde a *Boswellia ameero*, *elongata* e *popoviana* até à *Boswellia socotrana*¹⁹. O *incensum* ou, mais propriamente, o *tus*, era um bem de luxo de primeira importância no comércio marítimo da Antiguidade, pois era queimado em enormes quantidades nos templos do Egipto antigo, da Grécia clássica e da Roma imperial²⁰. Diria assim Teofrasto, na sua *Historia Plantarum*, redigida no seguimento da expedição de Anaxícrates desde o Egipto até Cane no Hadramaute, que o incenso “se criava mais agradável na Arábia, mas mais belo nas ilhas adjacentes” – ou seja, em Socotora²¹.

Mas a história do *tus*, hoje produzido principalmente nas regiões orientais do Iémen, não é para aqui chamada senão para dizer que, provavelmente, a exportação do incenso socotorino preparou o terreno para a exportação em grande escala do aloés da mesma ilha. Não sabemos em que momento exacto o aloés de Socotora apareceu nos mercados, mas é provável que tenha sido ainda antes do final da Antiguidade. Embora as fontes não incluam menções explícitas ao aloés nessa época, é preciso ter em conta que as informações de que o geógrafos do Ocidente dispunham eram fragmentárias e alvo de alguma manipulação. Os primeiros textos que se referem explicitamente a Socotora, então denominada de *Dioscorides* ou *Insula Dioscurida*, datam ainda do período áureo de comércio oriental greco-romano: são eles o *Periplus Maris Erythraei*, a *Naturalis Historia* de Plínio, ambos dos finais do século I, e a *Geographia* de Cláudio Ptolemeu, já do século II²². Em tais textos, a ilha nunca aparece como produtora de bens verdadeiramente importantes, mas isso sucedia provavelmente porque ela se encontrava sob dependência política e comercial face a um reino da Arábia relacionado pelos historiadores com o porto de Samarum no actual Dhofar (Sul do Omão), sendo que o trato da ilha estava então arrendado em regime de monopólio²³. A história das plantas, por mais curiosidade que suscitasse em Roma ou noutros lugares do Ocidente, nada podia alcançar face aos factos puros e duros da política comercial²⁴. Ainda Cosme Indicopleustes, erudito grego de Alexandria que viajou pelo Índico nos anos de 523-525, não teve por digno de menção nem o incenso, nem o aloés de Socotora²⁵. Mas para ele, evidentemente, a notícia mais importante a dar



A *Aloe succotrana* na *Medizinal-Pflanzen* de Franz Eugen Köhler (Gera, 1883-1914).

era a de que os habitantes da ilha se haviam convertido ao cristianismo, o que constitui o início de uma outra história ainda.

É, portanto, em fontes de épocas mais recentes que encontramos os primeiros sinais da história do sucesso do aloés de Socotora. Três séculos e meio depois de Cosme Indicopleustes, a geografia comercial do Índico tinha novos centros, entre os quais Baçorá e, na costa iraniana do Golfo Pérsico, uma cidade cujas ruínas apenas foram reencontradas no século XX, Siraf. Assim, por volta de 916, um curioso em geografia, Abu-Zayd al-Hasan, mencionava, no apêndice a um relato de viagem escrito por um certo Sulayman algumas décadas antes, a ilha de *Usqutra* e, nela, a produção do aloés²⁶. Sendo embora uma notícia breve, esta menção vem, entre outras coisas, apoiar uma hipótese esboçada por Nina Pigulewskaya, segundo a qual o comércio da Síria e da Mesopotâmia com a Arábia meridional e com Socotora teria florescido, pelo menos ao longo dos séculos V a VIII, a despeito das rupturas políticas vividas mais a Ocidente com a queda de Roma²⁷. Quiçá até poderá ter sido um suco de aloés vindo de Socotora através das antigas rotas de Bizâncio que deu o golpe de misericórdia a Otão II.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

O que é certo é que, mais do que o século I, foi o século X que trouxe uma verdadeira torrente de informações, na maioria em língua árabe, sobre Socotorá, a sua história e os seus produtos. Dois dos maiores geógrafos muçulmanos, al-Masudi e al-Hamdani, debruçaram-se nessa época sobre Socotorá. Ambos (o primeiro numa obra cujo título é habitualmente dado erradamente como “Os prados de ouro”, e o segundo na sua “Descrição da Península Árabe”) afirmariam que a ilha de Socotorá dera o seu nome ao “aloés socotorino” (*as-sabr suqutri*)²⁸.

Com a descrição de al-Masudi, inicia-se na literatura geográfica islâmica um ciclo particularmente interessante, porque marcado por uma algo bizarra associação de Socotorá não só ao aloés mas também, em simultâneo, a uma suposta conquista da ilha por Alexandre Magno. Como é sabido, a vida do conquistador macedónio constituiu o objecto de uma vasta tradição literária e oral após a sua morte em 323 a. C., levando à criação de inúmeras versões diferentes do “Romance de Alexandre”, originalmente criado em versão epistolar na Antiguidade clássica. Em algumas versões dos tempos áureos da expansão comercial muçulmana, a “Vida de Alexandre” veio a incluir um capítulo inteiro dedicado a Socotorá. Resumindo a história, al-Masudi relatava que Alexandre teria ouvido falar da ilha e do seu aloés, e que teria mandado colonizar a ilha por gregos que assegurassem a sua exploração. Cerca de um século mais tarde, al-Idrisi redigia para Rogério II da Sicília o seu *Opus Geographicum* e dava da história a seguinte versão detalhada: “depois de ter vencido o rei dos persas, de ter conquistado com a sua frota as ilhas índicas, e de ter morto o rei [Poros] da Índia, Alexandre recebeu do seu mestre Aristóteles o conselho de procurar a ilha que produz o aloés”. Depois de várias outras conquistas e aventuras, Alexandre teria empreendido uma viagem desde a Índia até à costa do Omã, aportando por esta ocasião à ilha de Socotorá, “cuja fertilidade e cujos bons ares admirou”. Teria então escrito a Aristóteles e este, nas palavras de al-Idrisi, “aconselhou-o a deportar os habitantes da ilha para um outro país, substituindo-os por gregos a quem se deveria dar por ordem que continuassem a cultivar a árvore do aloés [...] Alexandre fez então o que se lhe pedira: expulsou os habitantes originais de Socotorá,

estabeleceu na ilha uma colónia de Jónios, a quem ordenou que cuidassem sem cessar da manutenção e do cultivo do aloés, o que eles fizeram. E estes colonos ficaram sob a protecção deste príncipe e dos seus sucessores, juntando grandes riquezas”²⁹. Segundo al-Masudi, a maioria destes colonos teria vindo da cidade natal de Aristóteles, Stagira³⁰.

Como é evidente, esta narrativa baseia-se em boa parte em fantasias anacrónicas, embora não esteja excluído um fundo de realidade, relacionado com a expansão comercial do Egipto ptolemaico nos dois séculos que se seguiram à morte do conquistador Macedónio³¹. Alexandre – isso é certo – nunca esteve na Arábia meridional, embora mostrasse interesse pelo controlo da região³². Mas a existência de tal lenda e o seu florescimento na Alta Idade Média é em si mesma muito significativa, porque reforça a ideia de que Socotorá, ilha famosa pelo seu aloés e pela sua população considerada cristã, viveu um momento áureo da sua história entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, antes de cair no quase esquecimento de que falaremos adiante. Al-Idrisi mencionava aliás que o melhor aloés não se obtinha nessa época nem no Hadramaute, nem no Iémen, nem em nenhuma outra parte se não a própria ilha de *Suqutra*. Segundo al-Idrisi, as folhas da planta eram cortadas em Julho de cada ano – o que corresponde às práticas actuais – sendo depois postas a secar ao sol antes de serem cozidas e o seu suco vendido no mês de Agosto³³.

Apesar da fama relativa de que gozava, Socotorá só raramente era visitada por homens de letras, e o seu aloés ficava assim envolto de um certo mistério. Até mesmo Ibn al-Mudjawir (século XIII), um dos poucos geógrafos que estiveram de facto na ilha, apenas apontou: “existe aí um rio que traz muito peixe para o mar [...] regando plantas de aloés e árvores de sangue-de-dragão”³⁴. Tais notas não eram, afinal, mais circunstanciadas do que aquilo que se sabia na distante China pela mesma época. No *Zhu fan zhi* 诸蕃志 (Registos dos Vários Países Estrangeiros), de Zhau Rukuo 赵汝适, fala-se numa grande ilha situada ao largo da Somália, onde se produz o sangue-de-dragão e o aloés (*lu wei* 芦苇, derivado provavelmente do persa *alwa*)³⁵. Mais adiante na mesma obra, descreve-se até, muito sumariamente, a fabricação deste produto: “ele é feito a partir de uma planta que se assemelha à cauda do camarão grande. Os indígenas recolhem-na e trituram-na com utensílios feitos de jade; depois,

O mar Árabe. Pormenor de um mapa incluído no *Itinerario, Voyage ofte Schipvaert van Jan Huygen van Linschoten naer Oost Ofte Portugaels Indien*, de Jan Huygen van Linschoten.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

[o suco] é fervido até ficar uma substância oleosa e ser embalada em sacos de pele; e a isto se chama *lu-weï*.” Ao mesmo tempo, é também de notar que, para o autor chinês, um local, se não mesmo o principal, onde se podia comprar o aloés, não era tanto em Socotorá, mas sim no país de Nu-fa [Dhofar] da região de Ta-shi – ou seja, tal como nos tempos de Cosme Indicopleustes, a terra firme da Arábia meridional³⁶. Será esta a razão pela qual, na mesma época, Marco Polo e, já no final do século XV, o geógrafo Ibn Madjid, ao falarem de Socotorá nada dizem do aloés?³⁷ Uma coisa apenas é certa: inúmeras referências e descrições dos séculos XVI e XVII comprovam que a produção de suco de aloés para exportação estava perfeitamente enraizada na cultura socotorina. O que é possível é que a navegação comercial europeia tenha trazido um novo alento a um ramo económico decadente, mas a quantificação de tais fenómenos não está ao nosso alcance.

O ALOÉS DE SOCOTORÁ NA ÉPOCA MODERNA

Tal como na Idade Média, o produto mais conhecido e procurado de Socotorá foi, na Idade Moderna, o aloés. A sua fama estava solidamente estabelecida, pelo que, também vice-versa, o aloés mais famoso e apreciado continuava a ser o de Socotorá – pelo menos ao longo dos séculos XVI e XVII. Na fórmula elegante de João de Barros, Socotorá “dá o melhor oloés que se sabe, donde geralmente todo por razam do nome da ilha se chama Çocotorino”³⁸. Tomé Pires fora o primeiro autor português a referir, pouco depois de 1510, que o “aloes caetorino” estaria à venda no porto de Ádem³⁹. Depois, o rol dos autores que referem o aloés na própria ilha de Socotorá estende-se desde Tomé Pires, Duarte Barbosa e Andrea Corsali nos anos 1510 até aos autores norte-europeus do século XVIII, passando por cronistas como Fernão Lopes de Castanheda e João de Barros, e ainda numerosos geógrafos, comerciantes e outros aventureiros. Em 1620, Pieter van den Broecke, capitão da recém-criada companhia neerlandesa das Índias Orientais (VOC), relatava para os seus superiores em Amesterdão, atentos a todas as possibilidades de comércio que lhes iam surgindo pelo Índico fora, que o aloés de Socotorá era tido pelo melhor de todo o Oriente, sendo exportado para todos as regiões⁴⁰. Ainda na segunda metade desse século, Carsten Niebuhr, viajante e explorador alemão

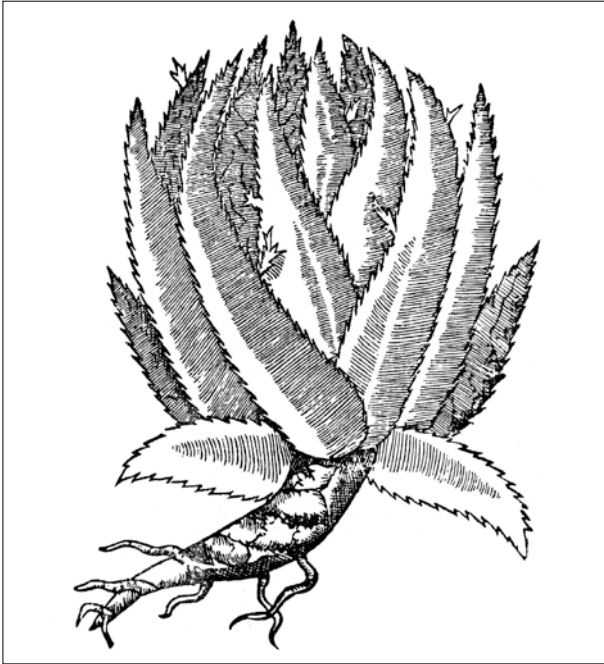
ao serviço da coroa dinamarquesa, referia que a ilha era conhecida pelo excelente aloés que nela nascia⁴¹.

MÉTODOS DE EXTRACÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DO ALOÉS EM SOCOTORÁ

Algumas descrições desta época permitem visualizar com bastante colorido e vivacidade a cultura e o modo de extracção deste produto pelos socotorinos. Nas palavras de Constantin de Renneville, baseadas no relato de Pieter van den Broecke, “*l’Azabar ou la Sempervive [...] est une plante qui est de la hauteur d’un homme, si bien de loin ont prenoit pour un terrein couvert d’hommes les champs qu’on en voioit rempli. C’est cette même herbe dont on fait dans l’Isle de Sacotara, ou Zocotara, l’aloes qu’on nomme Sacotorin, Succotrin*”⁴². Prossegue aí Walter Peyton, que visitou Socotorá no âmbito da 12.ª expedição da Companhia Inglesa das Índias Orientais (EIC), decorrida entre 1612 e 1613: “*they cutt the topps and rootes [of the Sempervive] awaye, and press the Juice out of the beste leaues and boyle it to a certaine height, then being putt into earthen pottes and stopped very close from the ayre (in which manner it standeth eight whole months) is become perfect Alois Suckatrina and is put into smale skinns merchandable to sell*”⁴³.

Ainda recentemente, os métodos artesanais para a extracção do suco de aloés mantinham-se fiéis à antiga tradição. Sendo embora possível que por vezes se usassem processos mecânicos de prensagem, conforme referia Walter Peyton, a técnica mais simples segue sendo um processo descrito em finais do século XIX por Theodore e Mabel Bent. Para recolher o suco do aloés, os socotorinos faziam no chão umas covas pouco profundas, que revestiam com peles de cabra. Depois, empilhavam as folhas cortadas do aloés, com as pontas viradas para fora, em torno dos buracos, construindo assim “cúpulas” de cerca de um metro de altura. As folhas iam então cedendo o suco suavemente, sob a pressão do seu próprio peso. O produto bruto desta operação, bastante liquefeito, era designado de “aloes aguado” (*taif riho*, em socotri, sendo que *riho* significa água); era colocado em sacos de pele e, em parte, vendido sem mais tratamento para a Arábia meridional – provavelmente para ser aí submetido a outros tratamentos como a decocção. Outra parte era engrossada durante várias semanas ao calor do sol, sendo designado de *taif kasahul* ou, em

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II



O aloés, tal como foi representado por Cristóvão da Costa in *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales* (Burgos, 1578).

árabe, de *sabar*. Era este o produto que, segundo um testemunho que abre uma janela para toda uma outra história ainda inteiramente por contar, se exportava nos tempos áureos do império britânico directamente para Londres⁴⁴. Segundo os Bent, haveria também certas “gotas” maiores de suco que se separavam por inteiro das folhas, com a ajuda de um pequeno golpe de faca, sem se liquefazerem, sendo conhecidas pelo nome de *edab amsello* e particularmente apreciadas pela sua grande qualidade⁴⁵. Estas gotas poderiam logicamente cair no chão de maneira imprevisível, pelo que faz todo o sentido a menção de Plínio, segundo a qual se devia bater a terra em torno da planta para que o precioso líquido não fosse absorvido⁴⁶. Curiosamente, Garcia da Orta afirma que a erva-babosa “nam tem goma, senam algumas vezes, polas folhas, chora alguma agua viscosa, de que se nam usa, nem faz caso”⁴⁷.

Uma questão que se coloca é, evidentemente, até que ponto a excelência do aloés de Socotorá andava de mãos dadas com uma estratégia local consciente para a optimização económica e comercial. À primeira vista, a produção parece ter sido muito grande, tendo dominado os mercados internacionais durante séculos a fio. Segundo D. João de Castro, o aloés era “em grande copia” na ilha⁴⁸. E o capitão inglês William Finch especulava mesmo, em 1607: “*Of Aloes, I suppose they*

could make yearely more then Christendome can spend, the herbe growinge in great abundance ...”⁴⁹. Com efeito, Linschoten afirmava existir “muito aloés em Cambaia, Bengala e outros lugares, mas é na ilha de Socotorá [...] que há maior quantidade, e da melhor qualidade. É mercadoria que se leva à Turquia, à Pérsia, à Arábia, e também à Europa, pelo que a ilha é muito estimada”⁵⁰.

Contudo, a produção efectiva de aloés nunca foi muito grande. Em 1614, um observador próximo de Nicolas Downton, talvez mais rigoroso do que os outros por ter seguido de perto as negociações para a compra do aloés, notou: “*Twoe tun is the moste it will yeald in a yeare*”⁵¹. Duas toneladas era matéria para purgar muitos intestinos, mas não era – mesmo que na realidade fossem mais algumas – uma quantidade suficiente para abastecer os grandes mercados do mundo. O facto espanta quando olhamos para a fama do produto no Ocidente e Oriente e as possibilidades que provavelmente teria havido em desenvolver um ramo económico pujante com base na produção de aloés assim como do incenso e de outras drogas que aí crescem sem requerer grandes cuidados. No entanto, um olhar sobre os miseráveis indicadores económicos actuais da ilha deixa adivinhar que o que faltava era principalmente uma vontade firme em explorar o potencial produtivo de Socotorá.

Havia certamente alguma falta de coordenação entre produção e comercialização, visto que os principais portos marítimos de Socotorá foram sendo conquistados, a partir de 1480, pelos xeques de Caxém (Kishn) no Sul da Arábia, ao passo que o interior continuou povoado pelos socotorinos considerados “cristãos”⁵². Sabemos porém que, já no século XVII, o aloés era recolhido por escravos africanos, vindos provavelmente da costa suaíli, ao serviço dos xeques de Caxém, e não – ou não apenas – por socotorinos de raiz⁵³. Pode, portanto, afirmar-se que os fartaquis revelaram um interesse crescente pela produção desta substância, mas que ao mesmo tempo não conseguiram transformá-lo num verdadeiro motor para a economia da ilha, cada vez mais decadente. Segundo certos autores do século XVI, vendiam-se grandes quantidades de aloés supostamente socotorino, mas de proveniência discutível, no porto de Caxém⁵⁴. Trata-se de uma situação que parece ter perdurado até ao século XIX pelo menos, tal como acontecera antes com o incenso. Além disso, a verdade é que a própria procura do produto em Socotorá não parece ter sido suficientemente forte

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

nem para incentivar uma produção maior, nem para permitir uma subida dos preços das resinas em geral, relativamente baixos durante todo o século XVI⁵⁵.

É difícil, com base nos trabalhos até agora realizados, estabelecer quando e porquê exactamente o aloés de Socotorá veio gradualmente a desaparecer dos mercados internacionais. Recorde-se que, apesar de tudo, uma faraçola de aloés socotorino custava em Calicute, em inícios do século XVI, oito fanões, aproximadamente o mesmo que a da noz-moscada (10-11 fanões)⁵⁶. Muito provavelmente, houve mais altos e baixos do que suspeitamos e é até possível que, na realidade, a decadência definitiva só tenha chegado com o final do século XIX. Nessa época, Henry Forbes via ainda hipóteses de reavivar a produção e o comércio desta substância e escrevia: “*a really good Sokotrine aloes has long been a desideration in the market*”⁵⁷. Simplesmente, depois disso nada se fez. A concorrência de outras zonas produtoras de aloés foi decerto decisiva neste processo. Ao longo de toda a época moderna, o aloés de Socotorá sofreu uma concorrência crescente de outras espécies do mesmo género, plantadas noutras regiões no âmbito da globalização dos mercados produtores. A produção do aloés difundiu-se, desde finais do século XVII, para novas áreas, onde aumentou em escala. Foi assim que chegou à ilha de Barbados, onde se veio a cultivar a *Aloe vera*, Linn., originária da África setentrional (primeira menção no mercado londrino em 1693), e as regiões do Cabo (1780) e Natal (1870)⁵⁸. Mas a esta questão regressaremos, ainda que brevemente, mais adiante. Por agora, voltemo-nos novamente para o mundo dos livros e dos autores que, sem nunca terem posto os pés em Socotorá, tentaram descrever as origens geográficas do aloés e as suas qualidades medicinais.

AS ORIGENS GEOGRÁFICAS DO ALOÉS
SEGUNDO OS BOTANISTAS DOS SÉCULOS
XVI-XVIII

Conforme acontece com outras espécies orientais, o aloés foi estudado e descrito de forma incisiva por Garcia da Orta, autor que viveu desde 1534 em Goa, num dos seus *Colóquios dos simples e das drogas* (impressos em 1563)⁵⁹. Entre os aspectos mais inovadores deste texto encontra-se a forma como a erudição clássica e medieval se associa e é posta em relação com a experiência do autor e dos seus informadores. O dispositivo discursivo montado por Orta impressiona desde logo pela ênfase

posta não tanto na etimologia, mas sim na variedade de nomes usados em simultâneo nas várias regiões da Ásia: “*aloes* ou *aloe* he latino e grego, e os Arabios o chamão *cebar*, e os Guzarates e Decanins *areá*, e os Canarins [...] *catecomer*, e os Castelhanos *acibar*, e os Portugueses *azevre*” – provavelmente pronunciado *azebré*⁶⁰. Mais, Orta acrescenta que se informou junto de “Coje Perculim”, língua e secretário dos governadores de Goa que havia entrado na órbita portuguesa por ocasião da cessão de Baçaim em 1534, sobre o nome usado nas línguas persa e turca. Em ambas as línguas era *cebar*, isto é, *as-sebar*⁶¹. Pode recordar-se aqui, a este respeito, que em França era também corrente a designação como *herbe du Perroquet*, ou seja, “herva do papagaio”, devido à sua cor perenemente fresca e verde⁶². Esta servia de resto, também, de propósito a outro nome muito comum, o de *sempervivum* ou *semperviva*.

A grande dúvida que se punha era, no entanto, se existiam diferentes espécies de aloés, se a qualidade do seu suco era diversa e se estas diferenças se podiam definir em termos geográficos. Havia em tal curiosidade, como é óbvio, um misto de preocupações intelectuais e comerciais. Aliás, devemos desde já confessar que não nos foi possível destrinçar de forma satisfatória o imbróglio que de seguida descrevemos. A confusão em torno da questão remontava provavelmente ao próprio Dioscórides, cujas traduções por Ruélio (1516) e Mattiolo (1544) tiveram um impacto profundo sobre a farmacopeia da Europa renascentista⁶³. Recorde-se que, segundo esse autor, existiriam “dois géneros” do suco de aloés, um “purificado” com “a cor da areia”, e outro com a “cor do fígado”; um pouco mais adiante no texto, porém, afirmava-se ser preferível o aloés “gorduroso, de aspecto não arenoso, reluzente, amarelado, fácil de reduzir em pó, como o fígado”; por contraste, “o outro, negro e rijo” seria de evitar (cf. acima).

Durante a Idade Média, desenvolveu-se por um lado a ideia (não totalmente falsa, como veremos) de que as várias qualidades poderiam provir de espécies e de lugares diferentes. Esta tese encontra-se já semiexplícita em Galeno, que afirmava ser melhor o aloés do Índico que o da Síria – mas também deixava subentender que a boa qualidade se relacionava com o calor mais intenso daquelas regiões⁶⁴. Seguindo este tipo de lógica geográfica – embora não aplicando com rigor a teoria da temperatura – Tomé Pires afirmaria que o melhor aloés seria o de Socotorá, o segundo melhor o de Espanha (Valença), e o pior o de Ádem e de Cambaia⁶⁵. Por

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

outro lado, segundo uma outra corrente de opinião, a mesma espécie botânica produziria dois ou três tipos de suco diferentes, os quais se separariam uns dos outros em camadas distintas se fossem deixados a repousar. O melhor e mais claro seria o que ficava por cima, ao passo que o mais ruim e escuro assentaria no fundo do recipiente. Por cima de tudo e, portanto, à luz do sol ficava o aloés mais claro, apresentando uma cor vermelha-amarelada como a do açafraão, o chamado *succotrinum*; a meio, ainda translúcido mas de colorido parecido com o do fígado, o chamado *hepaticum*; em baixo, o pior de todos, negro e malcheiroso, apelidado de *caballinum* por servir como mezinha para os cavalos⁶⁶.

Esta tese ligava-se aliás à teoria das diferenças geográficas de forma curiosa, através de uma confusão de étimos: sendo o suco melhor e mais claro, ligeiramente amarelado, chamado em latim de *succocitrinum* e em português e castelhano de “suco cetrino”, este parecia ser por essência “socotorino”⁶⁷. Mas, curiosamente, muitos autores alemães ainda viam a origem geográfica do aloés na Grécia. Para mais, a melhor variedade de suco de aloés seria para alguns autores precisamente a segunda, e não a primeira. Isto sucedia, muito provavelmente, porque a “consistência” hepática, tão apreciada por Dioscórides, era confundida com a “cor” hepática⁶⁸. Esta teoria refinada em excesso era fruto de uma vontade exagerada de conciliar as teses de outros autores. Nada que admire, vista a confusão que reinava em torno da questão. Andrea Mattiolo, por exemplo, afirmava, inspirado mais directamente por Dioscórides, que o suco do aloés colhido na Arábia e na Ásia se dividia em dois estratos, um *cabalinum* e outro *succocitrinum*, sendo este avermelhado ou da cor do fígado, “e também” da consistência desse órgão. Ao mesmo tempo, Mattiolo omitiu simplesmente a coloração amarelada, como se todo o aloés fosse vermelho⁶⁹.

Perante este panorama desconcertante, Orta tentou impor ordem argumentando que “não são duas, nem tres especies, como dizem os doctores, senão huma só ...”. Em suma, “somente ay bom e mau” aloés, mas ambos são provenientes da mesma planta, apelidada em português de erva-babosa, devido ao líquido que ia perdendo. A qualidade do suco variaria assim não em função de diferenças na espécie, mas das vantagens e desvantagens de cada lugar onde se produzia e do cuidado com que se recolhia. O mau aloés seria, essencialmente, fruto de uma recolha pouco atenciosa, em que o suco se misturava por descuido com

impurezas, nomeadamente ervas e areia. Sendo assim, seria teoricamente possível que houvesse bom aloés em qualquer lugar de clima e solo favorável.

Mas, conforme admitia o próprio Orta com base em testemunhos colhidos junto de mercadores e físicos de origem persa e turca, servidores dos sultões de Ahmadnagar, o melhor aloés seguia sendo o de Socotorá, sendo até quatro vezes mais caro do que os outros, porque “nelle as parte se juntavão bem humas com outras”, o que constitui, portanto, um julgamento sobre a textura do produto, mais do que sobre a cor. Mais, Orta acabaria mesmo argumentando que praticamente todo o aloés de melhor qualidade que circulava pelos diversos mercados (Diu, Ormuz, Jidá, Alexandria, etc.) seria na realidade originário de Socotorá: visto ser de boa qualidade, e visto que a ilha em si não tinha grandes portos comerciais, ele seria objecto de reexportação em vários lugares – “porque quem diabos compra, diabos vende”⁷⁰.

Muitos autores continuaram a considerar durante o século XVII, na senda de Orta, que todo o aloés medicinal provinha de uma única espécie (a *Aloe vera major*) e que o suco desta planta se dividia em três sortes (*succotrinum*, *hepaticum*, *caballinum*). Era uma arrumação confortável. Alguns autores acrescentavam à lista uma quarta qualidade, apelidada de *lucidana*. Mas esta, conforme esclarece John Ray em 1686, era por muitos outros vista como sendo idêntica à *succotrina*⁷¹. No entanto, e como seria de prever perante a existência de mais de 300 espécies de aloés, as confusões continuaram. Ray, por exemplo, afirmava que a *Aloe succotrina* era da cor e da consistência do fígado, sendo quase transparente, ao passo que a *hepatica* seria também dessa cor e consistência, mas opaca, menos pura e um tanto ou quanto “citrina” na coloração – ou seja, a cor acitrinada antes atribuída à *succotrina* passava agora precisamente para a *hepatica*⁷².

Pela mesma época surgiu com crescente nitidez a ideia de existir mais do que uma espécie de aloés. Mas o caminho entre o “regime do aloés único”, defendido por Garcia da Orta em 1563, e o actual catálogo de espécies definido pela botânica dos séculos XIX e XXI, foi particularmente longo e complexo. Significativamente, a diversificação protagonizada pelo botanistas começou, ainda no século XVI, com um erro crasso. Poucas décadas depois do aparecimento dos *Colóquios dos simples* em Goa, Francisco Hernández escrevia que o aloés euro-afro-asiático (*Aloe vulgaris*) se distinguia

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

claramente de um outro, a que ele chamava americano (*Aloe americana*)⁷³. A observação era decerto perspicaz. Simplesmente, a espécie visada não era uma aloídea, mas sim uma agavácea, conhecida hoje como *Agave americana*⁷⁴. Ora, este erro só se descobriu muito mais tarde. Ao longo dos séculos seguintes, começaram a fazer-se distinções cada vez mais finas, incluindo no catálogo das aloídeas certas agaváceas do Novo Mundo. Era este o caso do famoso Abraham Münting que publicou, em 1698, uma *Aloidarum historia*⁷⁵. Mas também era o caso de autores menos celebrados, como Moritz Hoffmann (Mauritius Hoffmannus) e Ludwig Jüngermann (Ludovicus Jungermannus), ambos activos em meados do século XVII. Conforme citava ainda em 1723 Johann Schulze, estes autores distinguiam sete espécies, a saber, *Aloe americana*, *Aloe vulgaris*, *Africana laevis maculata*, *Africana tricolor flore rubro*, *Africana caulescens*, *Africana margaritifera* e *Africana fol. triangulari*⁷⁶. Visto que nenhuma planta especificamente socotorina aparecia nesta classificação, subentende-se que a *vulgaris* seria, como o nome indica, a mais vulgar na Europa e na Ásia, incluindo na ilha que lhe dava o nome mais corrente. Esta espécie era, aliás, considerada mais amarga no sabor do que a *americana*⁷⁷.

Uma das soluções para evitar todas estas complicações era tentar ir direito ao bom aloés seguindo conselhos mais simples, saudavelmente distanciados das discussões dos grandes autores de botânica e farmacopeia. Assim, Pieter van den Broecke escreveria, pragmático e confiante no poder sugestivo das suas palavras (aqui na bela tradução francesa de Constantin de Renneville, de 1725): “*On reconnoît qu’il est bon quand il est gras, sans ordure, sans sable & sans petites pierres; qu’il est d’un roux clair & luisant, ou d’un jaune chargé; qu’il est solide & compacte; qu’il font aisément, & qu’il a de l’amertume au goût*”⁷⁸. Uma vez em Socotorá, o viajante reconheceria o aloés de boa qualidade ao olhar para a sua cor, ao tomá-lo nas mãos e certamente ao confiar um pouco no seu instinto.

Mas longe do terreno, nas cidades onde os livros se escreviam, editavam e discutiam, as coisas tornavam-se irremediavelmente complexas. Numerosos autores tentavam encontrar compromissos para conjugar a existência do aloés em várias regiões com a teoria das “três qualidades”, associando a cada qualidade uma região e/ou espécie autónoma: em 1723, Johann Heinrich Schulze considerava que a *Aloe succotrina* e a *caballina* vinham, ambas, apenas de Socotorá, ao passo

que a *hepatica* seria colhida doutra espécie, existente na China⁷⁹. Quanto a outras regiões de Ásia e África, o autor exprimia sérias dúvidas, ao que parece devido ao facto de não possuir nenhuma notícia fiável⁸⁰. Em 1785, Karl Thunberg, por sua vez, escreveria que a *Aloe succotrina* provinha de Socotorá, a *hepatica*, mais escura e impura, de Barbados, e a *caballina* de outras partes⁸¹. Note-se que por esta época já a ilha de Barbados produzia uma boa quantidade de suco de aloés, aparentemente a partir da espécie que actualmente se apelida de *Aloe vera*. É, portanto, possível ou mesmo provável que as mudanças de opinião dos autores ao longo dos séculos XVI a XVIII estivessem associadas, de forma complexa, à evolução da geografia comercial do aloés e nomeadamente à transferência de parte da produção do Índico para a região atlântica.

Aliás, as confusões não se esgotam por aqui. Numa obra editada em 1697, Johannes Commelinus (Jan Commelin, 1629-1692) descreveu, baseando-se numa planta de aloés que existia no Jardim Botânico ou Medicinal de Amesterdão, aquilo que imaginava ser a espécie originária de Socotorá. Nas suas palavras, ela era a *Aloe Succotrina Angustifolia Spinosa flore purpureo*⁸². Ora, foi esta a espécie que outros autores posteriores, nomeadamente Philip Miller (1691-1771), consideraram ser “o aloés verdadeiro”, apelidado portanto de *Aloe vera* (o aloés de Barbados era, para Miller, *Aloe barbadensis*)⁸³. Lineu (Carl von Linné; 1707-1778) nomearia essa mesma espécie como *Aloe succotrina*, apelidando a espécie de Barbados de *Aloe vera*⁸⁴. Lamarck (1744-1829), por sua vez, estaria de acordo com Lineu sobre a *Aloe succotrina*, mas preferiria chamar a de Barbados de *Aloe vulgaris*⁸⁵. De qualquer forma, todas estas identificações eram falsas. Conforme se descobriu mais tarde, a planta observada por Commelin em Amesterdão não provinha de Socotorá, sendo antes originária da região do Cabo⁸⁶. Era, aliás, precisamente esta espécie que havia sido transplantada, com enorme sucesso, para Barbados. Desta forma, a designação botânica lineana, *Aloe succotrina*, acabou por ficar associada a uma espécie originalmente sul-africana e depois espalhada em Barbados – espécie essa que, por ironia da história, em muito contribuiu para o declínio da cultura do aloés em Socotorá.

Mas então qual era, afinal, a espécie originária de Socotorá? Na verdade, eram várias, mas a principal – e também a que dava o suco de melhor qualidade – era uma planta que só ficou devidamente identificada na

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

seqüência das expedições britânicas de finais do século XIX. Entre 1878 e 1880, Wykeham Perry, Jeremias Collins e Bayley Balfour trouxeram para os jardins botânicos do Reino Unido exemplares de uma espécie endêmica de Socotorá, mais pequena que a *Aloe succotrina* (que cresce na ilha como em tantas outras regiões do Índico), mas oferecendo um suco de qualidade sensivelmente superior. Esta espécie, que observaram ser a mais frequente nas encostas calcárias de Socotorá até uma altitude de cerca de mil metros, parece, afinal, ser a chave para o mistério da qualidade excepcional do aloés socotorino⁸⁷. É caso para dizer que mais vale tarde do que nunca. Finalmente, esta espécie entrou nos anais da botânica moderna com o nome de *Aloe Perryi*, em honra do botanista que, após séculos de um tactear desajeitado de centenas de droguistas e botanistas, se dignou ir para o terreno a ver como eram as coisas na realidade mais distante da erudição livresca⁸⁸.

USOS MEDICINAIS DO ALOÉS
NA ÉPOCA MODERNA

Resta-nos tecer algumas considerações, ainda que muito breves, sobre os usos do aloés na farmacopeia desde o Renascimento até ao Iluminismo. A matéria é por extremo complexa, embora também houvesse quem, na Época Moderna, conseguisse simplificar as coisas. Nas palavras do capitão da VOC Pieter Van den Broecke, “*c’est un remede contre le scorbut. Il purge la bile & la pituite, & est fort bon pour l’estomac*”⁸⁹. Segundo outro viajante neerlandês, Jan Huyghen van Linschoten, “[o aloés] alivia toda a obstipação, e consome as humidades cruas, agindo contra a podridão; além disso, fortalece o estômago, e é reforçado [na sua acção] se se lhe juntar canela, maçã e noz muscada”⁹⁰. Regra geral, a aplicação mais comum e popularizada do aloés seguia sendo aquela que visava laxar e purgar os intestinos. Nos países germânicos, um dos medicamentos mais conhecidos (uma espécie de “aspirina” do século XVI) eram as “pílulas de Frankfurt” (*Frankfurther Pillen*). Dizia-se que o conde de Tilly, general das tropas imperiais na Guerra dos Trinta Anos, teria pago 300 *Reichsthaler* – uma soma muito considerável naqueles dias – para saber a sua receita. Algumas décadas mais tarde, aliás, um botanista do Norte da Alemanha revelava a receita aos seus leitores nos seguintes termos:

“Toma-se da melhor *Aloe Succrotina* [sic] tanto quanto se quiser; esfarela-se e cobre-se com quatro

dedos de água de violetas; põe-se em lugar quente, deixa-se ficar três dias sem tocar e retira-se, com cuidado, a água [que entretanto ficou] colorida; repete-se este processo com água de violetas fresca até que toda a cor esteja retirada. Toda esta tintura assim extraída será evaporada até que fique um extracto parecido com o mel espesso; juntando-lhe ainda um pouco de água de violetas, vai-se engrossando até dar uma massa com a qual se poderão fazer as pílulas do tamanho habitual.”⁹¹

Mas, como é evidente, a medicina renascentista não se limitava à administração de tais pílulas, nem uma substância tão complexa como o suco de aloés poderia deixar de ser objecto de inúmeras aplicações diferentes, sofisticações por vezes gratuitas e, naturalmente, discussões aceras. Havia, por exemplo, toda uma arte em acompanhar os remédios com outras substâncias que influenciavam as qualidades daqueles conforme à teoria dos humores desenvolvida desde a Antiguidade. Estas práticas remontavam claramente ao período clássico e medieval. Escreve Orta a este propósito, sempre cioso de pôr na mesma balança os antigos e os modernos muçulmanos:

“Galeno manda dar 5 pirolas tamanhas como grãos de comer, e desta maneira he bom tomado pera paixões da cabeça, e Plínio diz que he muito boa mézinha, depois de bebida, pouco espaço, se tome cibo sobre ella, e ha de ser pouco e bom. Esta também é muito boa pratica e usada dos fisicos mouros d’esta terra, porque, como o aloés é mézinha debil, nom obrará se depois a natureza nam for fortificada com hum pouco de comer muito nutritivo e pouco em quantidade [...] porque o possa digerir, e, fortificada, faça melhor evacuação. Paulo diz que se ha de tomar em jejuum, e reprende aos que a dão depois de comer, porque diz que o corrompe o comer [...]”⁹²

“As pirolas tomão pella maneira a que nós tomamos, e as purgas liquidas tomão as pella maneira que as nós tomamos, scilicet, em rompendo a alva do dia, e estão sem comer, nem beber, nem dormir cinco horas, e se nestas nam purgão, tomão pera confortar o estomago, per regra de Aviçena, duas dragmas de almécego delidas em agoa rosada, e esfregãolhe o ventre com fél de vaca, e põelhe pannos molhados nelle sobre o umbigo, para çitar a operaçam e estimular a virtude expulsiva, se ha disso necessidade

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

alguma; e se purgar muyto bem, passadas estas cinco horas, bebem tres onças de caldo de galinha muyto bem temperado e outra cousa nam comem, e dormem algum espaço, e bebem alguma pouca quantidade de agoa rosada, e acabado de dormir purgão muyto bem [...]”⁹³

Vale a pena, a este respeito, seguir ainda por algumas linhas Garcia da Orta, que não se desinteressava totalmente, como é natural, da base literária de tais práticas. Por um lado, Orta diria que “perguntandolhe [aos físicos mouros] se faziam assi a todos os que purgavam, diziam que esta era a pratica comum dos fisicos letrados, e para isto não alegavam texto algum”. No entanto, o personagem Ruano, que nos *Colóquios* dialoga com o “autor”, identifica também as origens eruditas da purga descrita:

“Elles tem muyta razão no que fazem e praticam, porque o fel he solutivo per fóra mordicando a virtude expulsiva e em nam comer galinha he texto expresso de Avicena (223, trata. 2, cap. 23), donde diz que convem áquelle que quer tomar mézinha, que a tome muyto pella manhã e tarde o comer, e, passadas tres horas, quatro onças de pão com vinho e pouca agoa, e seis horas despois entre no banho, e saia se delle e estê quieto, e despois lhe dão de comer [...]”⁹⁴

Ora, na Índia, os preceitos da medicina árabe e persa medieval iam também, logicamente, sofrendo alterações conforme as práticas socioculturais locais – que nem sempre eram as mesmas dos europeus:

“E do banho, que diz o texto [de Avicenna], fazem-no? Si fazem, mas não em o mesmo dia, senão em outro dia despois, o qual banho he de preceito aos Bramenes e Baneanos, e a todo o Gentio, que nenhum dia comão sem lavar o corpo primeiro, e os Mouros lavamse, estando sãos, ao menos cada tres dias”⁹⁵.

Estas técnicas, sumariamente afloradas por Orta nos seus *Colóquios*, deixam entrever um pouco do potencial de refinamento que se escondia por trás de receitas aparentemente simples como a das pílulas de Galeno ou de Frankfurt. Não era senão à custa de muito estudo e muita *disputatio* que alguém se tornava físico. Ora, o aloés não servia apenas para tratar obstruções. Como vimos já em alguns dos textos citados, ele era também tomado para curar úlceras e “fortalecer” vários órgãos, equilibrar humores, combater a peste (em pílulas feitas de aloés, mirra, amoníaco, timiama,

vinho e açafraão⁹⁶) e o escorbuto, além de ser aplicado em feridas e infecções externas, não só no homem como ainda em cavalos e, segundo Orta, falcões (neste caso, utilizava-se uma massa chamada “mocebar” ou “bola”, feita de aloés e mirra)⁹⁷.

Facilmente se entende que o aloés, sendo um potente cicatrizante na pele, também poderia ser considerado um remédio para sarar úlceras estomacais. No entanto, esta capacidade para “fechar” e sarar parecia estar em contradição com o facto de o aloés “abrir” e purgar os intestinos. A contradição aparente tomava dimensões tanto maiores quanto mais se procurava encontrar uma fórmula universalmente válida, em vez de confiar nos benefícios da experiência prática. Os autores árabes e persas da Idade Média – nomeadamente Mesué, Serapião e Avicena – haviam chegado à conclusão relativamente pragmática de que, em certas situações, a primeira qualidade se sobrepuja à segunda, “abrindo” por exemplo as hemorróides e causando sangrias dolorosas, ao passo que noutras situações a qualidade adstringente se impunha, “fechando” as feridas exteriores. Garcia da Orta, conhecedor e respeitador da tradição oriental, defendia precisamente esta posição. Aliás, existia mesmo uma fórmula estabelecida por Jacob de Partibus no seu comentário a Mesué a este respeito: o aloés “restringe por fora e abre por dentro” – “e isto”, acrescentaria Orta sabiamente, é normal em “muitas mezinhas, que, tomadas por dentro, tem huma operaçam, e, applicadas por fóra, tem outras”⁹⁸.

No entanto, alguns médicos europeus insistiam em contradizer a tradição muçulmana por uma questão de princípio. Era o caso de Giovanni Manardo, autor de inúmeras cartas e comentários marcados por um pedantismo extremo. Manardo não só ia enviando os seus textos a colegas por toda a Europa, como também os publicou conjuntamente, em jeito de manual de farmacopeia e medicina⁹⁹. Nos seus escritos, este autor atacou em termos violentos os que tinham cautelas com o aloés no tratamento das hemorróidas, e afirmava com grande convicção que o aloés “cerrava as veias” da mesma maneira que sarava feridas externas e úlceras do estômago. Para Manardo tratava-se claramente de uma questão de princípio. Provavelmente, nunca teve hemorróidas para se convencer do seu erro. E quantos doentes não terão passado horrores por causa de tal convicção, enquanto na Arábia ou na Índia – por exemplo no hospital de Goa – teriam sido bem melhor tratados?

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

CONCLUSÃO

Conforme indicámos logo no princípio, a história – e particularmente a história dos usos medicinais do aloés – mereceria por si só um livro inteiro. O que podemos adiantar no presente lugar para encerrar o assunto antes mesmo de o abrir devidamente é que as complicações de que se encontram pejados os textos antigos, medievais e modernos se ligam em boa parte a uma complexidade química do suco de aloés que ainda hoje coloca problemas sérios à sua avaliação e aplicação. Contrariamente ao que alguns *media* sugerem, a ciência médica contemporânea está longe de compreender até que ponto o aloés pode de facto servir como “remédio universal” (ou seja, desde a cosmética à oncologia) para o ser humano sem efeitos secundários nefastos.

Como é evidente, há (e haverá) sempre aqueles que encontram nesta planta uma solução para tudo, nem que para isso tenham de passar pelos meandros da mística e do esoterismo. Assim podemos ler num manual recente:

“No âmbito do complexo processo de fabrico alquimista dos remédios – por exemplo na combinação do aloés com outras plantas – torna-se necessário transformar a informação curativa das plantas de maneira que, em vez de agir ao nível físico, ela o faça ao nível físico-espiritual. A essência [de aloés] liberta no nosso organismo frequências energéticas que vão mobilizar as nossas forças reguladoras. Assim se fortalece o nosso sistema nervoso, ficamos mais alegres, e reestabelece-se o equilíbrio da nossa alma. O elixir da vida afasta também o cansaço, e ainda ajuda a combater o stress dos exames [...]”¹⁰⁰

Na realidade – isto é, naquela realidade que é estudada pelos químicos – o aloés revela-se como uma espécie particularmente complexa, estando ainda hoje por estabelecer o modo de acção exacto de cada uma das suas componentes. Estas dividem-se, grosso modo, em nataloínas e barbaloínas, sendo que nestes últimos se distinguem dois tipos (“a” e “b”), susceptíveis, talvez, de dar uma achega para o antigo mistério da cor cítrica e/ou avermelhada do suco de aloés. As barbaloínas de tipo “a” estão presentes em força na *Aloe barbadensis* ou *Aloe vera*, tendo por particularidade avermelhar a qualquer temperatura. As de tipo “b”, pelo contrário, encontram-se noutras espécies do Índico (provavelmente

na *Aloe Perryi*), dando-lhe uma cor natural amarelada e avermelhando-se apenas a altas temperaturas. Ou seja, é possível supor que os sucos não expostos ao calor do fogo ou do sol permaneciam mais facilmente amarelos, ao passo que os outros, à medida que iam sendo engrossados, se tornavam mais escuros¹⁰¹.

Ainda assim, a última palavra está longe de ser dita no tocante aos componentes e às qualidades do aloés, até porque os diversos autores continuam a não se pôr de acordo sobre estas questões. A maioria dos estudos incide sobre as espécies mais comercializadas, sendo a *Aloe Perryi* de Socotorá muitas vezes ignorada. Geralmente falando, tudo indica que os diversos efeitos acima discutidos têm a sua origem em diversos componentes, mas cada um deles é bastante complexo do ponto de vista molecular e no tocante à acção que exerce sobre o organismo humano. A força purgativa, ligada à estrutura de glicose das barbaloínas presentes nas exsudações da folha do aloés, tem recebido alguma atenção científica. Curiosamente, no entanto, a acção cicatrizante, aparentemente ligada a estruturas de carboidratos mais presentes na parênquima (interior da folha, onde se encontra grande parte do suco) é ainda objecto de dúvidas¹⁰². Há que reter que, enquanto as vendas de aloés continuam a subir nos mercados, várias entidades têm também vindo a alertar para os riscos, nomeadamente cancerígenos, associados às terapias maciças e prolongadas com esta substância¹⁰³. Em 2002, a *Food and Drug Administration* dos EUA proibiu a inclusão do aloés em laxantes de venda livre¹⁰⁴.

Visto o caos (relativo, é certo) que ainda domina os estudos mais recentes, não admira que a toda a história do aloés seja feita de um sem-número de teorias falsas, discussões absurdas e aplicações erradas. A confusão dos textos medievais e modernos é decerto desencorajadora para quem procura uma história simples feita de progressos lineares no conhecimento das plantas. Mas poderá servir para confirmar, embora num campo de dimensões restritas, as ideias daqueles que argumentam que a história da ciência é feita de “convenções” mais do que de “conhecimentos”. Talvez esta história tenha também um efeito purgativo face à ideia traiçoeira, mas ainda fortemente enraizada, de que o progresso científico é o fruto inevitável da confrontação do Homem com a realidade. Em Socotorá, o “melhor aloés do mundo” continua à espera de alguém que o estude como deve ser. **RC**

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

NOTAS

- 1 Esta madeira originária do Sudeste Asiático, caríssima, é o produto ocasional das espécies *Aquilaria agallocha* e *Aquilaria malaccensis*, do género das *Thymelaeaceae*. Apenas as árvores afectadas por certos fungos desenvolvem, ao reagir contra a infecção, a resina que lhes confere o seu odor apreciado e a sua característica cor escura. Cf. nota *infra* sobre o aloés na Bíblia.
- 2 Wagler, “Aloë”, in *Paulys Realencyclopädie der Altertumswissenschaft*, 1.ª série, vol. 2, Estugarda, 1894, p. 1593; Max Aufmesser, *Etymologische und wortgeschichtliche Erläuterungen zu De materia medica des Pedanius Dioscurides Anazarbeus*, Hildesheim, Olms-Wedmann, 2000, p. 94.
- 3 Um dos problemas deste texto residia, como ainda veremos, na interpretação do adjectivo “hepático”, que uns leram (e ainda lêem) como sendo “da cor do fígado” e outros, pensamos que mais correctamente, como “da consistência do fígado”. Na verdade, o que estava em questão era precisamente a facilidade com que o bom aloés se “esfarela” entre os dedos, ao passo que o mau aloés é demasiado duro e se quebra em pedaços maiores; voltaremos a esta questão adiante, a respeito dos autores modernos.
- 4 Pedânio Dioscórides Anazarbeu, *De Materia Medica*, III, 22; Pedânio Dioscurides aus Anazarbeu, *Fünf Bücher über die Heilkunde. Aus dem Griechischen übersetzt*, trad. e ed. de M. Aufmesser, Hildesheim, Olms-Wedmann, 2002, pp. 166-167. Vertemos o texto a partir da tradução alemã, com excepção da referência ao “fígado” (cf. nota anterior).
- 5 Cf. Jerry Stannard, “Dioscorides and Renaissance Materia Medica”, in *Analecta Medico-Historica*, 1, Oxford, 1966, p. 4; reprint in *Herbs and Herbalism in the Middle Ages and Renaissance*, Aldershot, 1999.
- 6 Caio Plínio Segundo, o Velho, *Naturalis Historia*, XXVII, V, 14-20; Caius Plinius Secundus d. Ä., *Naturkunde. Lateinisch-deutsch. Bücher XXVI-XXVII. Medizin und Pharmakologie: Heilmittel aus dem Pflanzenreich*, edição e tradução por R. König & G. Winkler, Munique & Zurique, Artemis Verlag, 1983, pp. 132-135. Baseamos a nossa tradução portuguesa no original latino, com ajuda da versão alemã.
- 7 Sátira VI, 179-181; Juvenal, *Satiren. Lateinisch-deutsch*. ed. por J. Adamietz, Munique, Artemis Verlag, 1993.
- 8 Celso, *De Medicina*, I, 3; cf. Wagler, “Aloë”.
- 9 Plínio, *Naturalis Historia*, XX, 142; XXI, 76; XXVI, 59 & 61; XXVII, 14, 16-20; Galeno, XI, 821; cf. Wagler, “Aloë”.
- 10 Stannard, “Dioscorides and Renaissance Materia Medica”, p. 6.
- 11 João 19, 38-40; tradução segundo a edição da Difusora Bíblica / Franciscanos Capuchinhos, 1993.
- 12 Sobre o lenho-aloés, cf. nota 1; algumas passagens da Bíblia são mais claramente alusivas ao lenhaloés do que outras, nomeadamente em Números 24, 6; cf. também Cântico dos Cânticos 4, 14; Provérbios 7, 17; Salmos 45, 9.
- 13 A morte ocorreu durante as campanhas de Itália, em Roma, em Dezembro de 983.
- 14 Jerry Stannard, “Botanical Data and Late Medieval ‘Rezeptliteratur’ e ‘Notices Concerning the Availability of Medicamenta in Medieval Fachliteratur’”, ambos reimpressos em *Herbs and Herbalism*.
- 15 Cf. Leonhart Rauwolff, *Aigentliche beschreibung der Raiß inn die Morgenlaender*, Lauingen, 1582; nova ed. Graz, 1971, p. 315, onde se descreve uma pousada de peregrinos cristãos, na Terra Santa, cujo pátio verdejava com aloés que, segundo afirma o autor, se importava em grandes quantidades do “Oriente” para a Europa.
- 16 Cf. ainda Stannard, “Dioscorides and Renaissance Materia Medica”, pp. 6-8.
- 17 Sobre a história de Socotorá, cf. os nossos trabalhos “Nas pegadas do apóstolo: Socotorá nas fontes europeias dos séculos XVI e XVII”, in *Anais de História de Além-Mar*, 1 (2000), pp. 287-386 e, com mais pormenor, *Socotra. Geschichte einer christlichen Insel im Indischen Ozean* (Maritime Asia, 17), Wiesbaden, Harrassowitz, 2006.
- 18 Relato de Pieter van den Broecke (ca. 1620) em tradução francesa, René-Auguste-Constantin de Renneville, *Recueil des Voyages, qui ont servi à l'établissement et aux progrès de la compagnie des indes orientales*, 3.ª ed., Rouen, 1725, vol. VII, p. 558 [adaptação francesa de Isaac Commelin, *Begin ende voortganch van de verenighde Nederlandsche geocroyeerde Oost-Indische Compagnie*, 2.ª ed., Amsterdão, 1646].
- 19 Brian Doe, *Socotra, Island of Tranquility*, Londres, Immel Publishing, 1992, pp. 39-40; sobre a botânica da ilha cf. W. Wraniak (ed.), *Socotra. Mensch und Natur*, Wiesbaden, Steiner, 1999.
- 20 Sobre a história deste produto, cf. Walter W. Müller, “Weihrauch”, in *Paulys Realencyclopädie der Altertumswissenschaft*, Supplement 15, Estugarda, 1978, pp. 700-777.
- 21 *Historia Plantarum*, IX, 4, 10; sobre o âmbito desta expedição, despachada em 324 a. C. por Alexandre Magno, um ano depois da expedição que levou Nearco da foz do Indo à foz do Eufrates, cf. Peter Högemann, *Alexander der Große und Arabien*, Munique, Beck, 1985.
- 22 *Periplus Maris Erythraei*, secções 30-31; veja-se a recente edição de Lionel Casson, *The Periplus Maris Erythraei. Text with Introduction, translation, and commentary*, Princeton, Princeton University Press, 1989; cf. ainda Christian Robin, “The Date of the Periplus of the Erythraean Sea in the Light of South Arabian Evidence”, in F. De Romanis & A. Tchernia (eds.), *Crossings – Early Mediterranean Contacts with India*, Nova Deli, Manohar, 1997, pp. 41-65.
- 23 Sobre Samarum, cf. Hermann von Wissmann, *Das Weihrauchland Sa'kalan, Samarum und Mos-cha*, mit Beiträgen von Walter W. Müller, Viena, Österreichische Akademie der Wissenschaften, 1977; cf. também E. H. Warmington, *The Commerce between the Roman Empire and India*, [Cambridge 1928], 2nd edition, revised and enlarged, Nova Deli, Munshiram Manoharlal, 1974, p. 202.
- 24 É provavelmente por aí que se explica também uma notícia famosa e estranha, recolhida por Plínio, segundo o qual Iuba, príncipe dos Núbios, afirmaria explicitamente não existir incenso nas ilhas da Arábia – o que é manifestamente falso: “*Iuba in insulis negat tus nasci*”, *Naturalis Historia*, XII, 32; cf. Jaroslav Tkatsch, “Saba. Nesoi Eudaimones”, in *Paulys Realencyclopädie*, 2.ª série, 1, 2, Estugarda, 1920, p. 1403.
- 25 *Topographia Christiana*, III, 65; *Topografia Cristiana. Libri I-V*, ed. por Wanda Wolska-Conus, A. Garzya & R. Maisano [baseado na ed. francesa de Paris, 1968-1973], Nápoles, D'Auria, 1992, pp. 120-121.
- 26 Cf. Édouard Charton, *Voyageurs anciens et modernes ou choix des relations de voyages les plus intéressantes et les plus instructives, depuis le cinquième siècle avant Jésus-Christ jusqu'au dix-neuvième Siècle*, Paris, 1854-1857, vol. II, p. 27 & 95; Joseph Toussaint Reinaud, *Relation des voyages faits par les Arabes et les Persans dans l'Inde et à la Chine dans le IX^{ème} siècle de l'Ère Chrétienne*, Paris, 1845, p. 139-140; e Gabriel Ferrand, *Voyage du marchand arabe Sulayman en Inde et en Chine, rédigé en 851, suivi de remarques par Abu Zayd Hasan (vers 916). Traduit de l'arabe avec introduction*, Paris, 1922, p. 128-129. É possível ter existido uma menção anterior na muito citada, mas depois perdida sùmula histórica de Ibn Khurdadbeh. Mas no grande “roteiro” desse mesmo autor, escrito em 852-56 e revisto em 894, Socotorá não aparece; cf. *Kitab al-Masalik wal-Mamalik (liber varum et regnarum)*, ed. por M. J. de Goeje, Leida, 1889.
- 27 Cf. Nina Pigulewskaya, *Byzanz auf den Wegen nach Indien. Aus der Geschichte des byzantinischen Handels mit dem Orient vom 4. bis 6. Jahrhundert*, Berlin & Amsterdão, Akademie/Hakkert, 1969, p. 132.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- 28 Al-Masudi, *Os Rios de Ouro*, § 879; *Les prairies d'or. Traduction française de Barbier de Meynard et Pavet de Courteille, revue et corrigée*, ed. por Charles Pellat, Paris, 1962-1997, vol. II, p. 332. O título correcto é, conforme insistem alguns arabistas, “*As Lavagens de Ouro*” ou “*Os Rios de Ouro*”; Al-Hamdani, *Súdarabien nach Al-Hamdani Beschreibung der arabischen Halbinsel*, ed. por Ludwig Forrer, [Leipzig, 1942], Reimpressão Nendeln, 1996, p. 38.
- 29 *Geografia*, I, 6; *Géographie d'Édrisi*, vol. I, p. 47.
- 30 *Os Rios do Ouro*, 879; *Les prairies d'or*, vol. II, p. 332.
- 31 Discutimos os pormenores desta questão em *Sogotra*, pp. 24-31.
- 32 Högemann, *Alexander der Große und Arabien*, p. 85.
- 33 *Geografia*, I, 6; *Géographie d'Édrisi*, vol. I, pp. 47-48.
- 34 Rex Smith, “Ibn al-Mujawir on Dhofar and Socotra”, in *Proceedings of the Eighteenth Seminar for Arabian Studies*, Londres, 1985, p. 85.
- 35 *Zhu fan zhi* 諸蕃志, I, 27; *Chau Ju-Kua: His Work on the Chinese and Arab Trade in the twelfth and thirteenth Centuries, entitled Chu-fan-chi, Translated from the Chinese and Annotated*, ed. por F. Hirth & W. W. Rockhill, S. Petersburgo, 1912, p. 131.
- 36 *Zhu fan zhi*, II, 30; *ibid.*, p. 225.
- 37 Cf. Marco Polo, *Milione. Le divisament dou monde. Il Milione nelle redazioni toscana e franco-italiana*, ed. por Gabriela Ronchi & Cesare Segre, Milão, Mondadori, 1982, pp. 267-269 & 591-593; o texto de Ibn Madjid encontra-se em tradução inglesa de R. B. Serjeant em Doe, *Socotra*, p. 144.
- 38 *Ásia*, II, I, 4; *Ásia de João de Barros. Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente Ásia*, ed. por António Baião & Francisco Lindley Cintra [Coimbra, 1932], Reimpressão em 4 vols., Lisboa, IN-CM, 1988-2001, vol. II, p. 18.
- 39 *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Leitura e notas de Armando Cortesão, Coimbra, 1978, p. 145.
- 40 “... allewa, die voor de besten van geheel Indien gehouden woordt, ende ook op alle plaatsen gevourdi” (*Pieter van den Broecke in Azië*, ed. por W. Coolhaas, Haia, 1962, p. 250; cf. nota seguinte; ver também Vincent Le Blanc, *Les voyages fameux du sieur Vincent le Blanc marseillois qu'il a fait depuis l'âge de douze ans jusqu'à soixante, aux quatre parties du monde*, 2 vols., Paris, 1649, vol. I, pp. 41-42; Le Blanc não visitou a ilha, tendo viajado, em 1568, directamente do Iémen para Ormuz.
- 41 Niebuhr, *Beschreibung von Arabien*, S. 284 & 287.
- 42 *Recueil des Voyages*, vol. II, p. 93.
- 43 “Tweede Reys Van Kapiteyn Walter Peyton, na Oost-Indien”, in *Naaukeurige Versameling der Gedenk-Waardigste Reyzen Na Oost en West-Indien*, Bd. 25, Heft 7, Leida, 1707, p. 23.
- 44 Henry O. Forbes (ed.), *The Natural History of Sokotra and Abd-el-Kuri. Being the Report upon the Results of the Conjoint Expedition to these Islands in 1898-99*, Liverpool & Londres, 1903. Pouco admira tal comércio, visto que a espinha dorsal deste império passava, mais uma vez, perto de Socotór, antes de meter-se pelo recém-inaugurado canal de Suez.
- 45 Theodore [& Mabel Virginia Anna] Bent, *Southern Arabia*, Londres, 1900; A. Tschirch & E. Stock, *Die Harze. Die botanischen und chemischen Grundlagen unserer Kenntnisse über die Bildung, die Entwicklung und die Zusammensetzung der pflanzlichen Exkrete*, Berlim, 1935; cf. Bruno Mies, “Flora und Vegetation”, in Wrantik, *Sokotra*, p. 72.
- 46 “*Ergo pavimentanda ubi sata sit, censent, ut lacryma non absorbeat*”; *Naturalis Historia*, XXVII, 5 (cf. *supra*).
- 47 *Colóquios*, vol. I, p. 31.
- 48 *Obras Completas de D. João de Castro*, ed. por A. Cortesão & L. Albuquerque, Lisboa 1968, vol. I, p. 201.
- 49 Em Samuel Purchas, *Hakluytus Posthumus or Purchas His Pilgrimes, Contayning a History of the World in Sea Voyages and Lande Travells by Englishmen and others*, 20 vols., Glasgow 1905-07, vol. IV, p. 16.
- 50 *The Voyage of John Huyghen van Linschoten*, vol. II, p. 126. Sobre a circulação do incenso e do aloés em geral cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Arcádia, 1963-65, vol. II, pp. 21ss.
- 51 *The Voyage of Nicholas Downton to the East Indies, 1614-15, as recorded in contemporary narratives and letters*, ed. por Sir William Foster [Londres, 1939] Reimpressão Nendeln, 1967, p. 63.
- 52 Cf. *The voyage of Nicholas Downton*, p. 62 e *The Embassy of Sir Thomas Roe to the Court of the Great Mogul, 1615-1619, as narrated in his Journal and Correspondence. Edited from Contemporary Records*, ed. por Sir William Foster [Londres, 1899] Reimpressão Nendeln, 1967, p. 31. Ambos falam num controlo total de qualquer comércio por parte dos fartaquis, o que parece pouco provável, principalmente para os produtos menos luxuosos como a carne, a água e as tâmaras. Quando Roe escreve: “*He raignes soe absolutely that noe man can sell any thing but him selfe*”, refere-se a “*his people*”, portanto à população islamizada.
- 53 *The Embassy of Sir Thomas Roe*, p. 33.
- 54 C. F. Beckingham, “Some notes on the history of Socotra”, in R. L. Bidwell & G. R. Smith (eds.), *Arabian and Islamic Studies. Articles presented to R. B. Serjeant on the occasion of his retirement*, Londres & Nova Iorque, Longman, 1982, p. 178. Tratar-se-ia por consequência da resina retirada da *Aloes succotrina* e não da *Aloes Perryi* (cf. nota *supra*).
- 55 Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, vol. II, p. 29. Note-se como, quando Hagenaar visitou a ilha em 1633, este não parece ter levado mais consigo do que um quintal de aloés oferecido pelo sultão, mais quatro quintais em jeito de pagamento parcial por uma embarcação portuguesa: “*on leur vendit la frégate même qu'on avoit prise sur les Portugais, qu'on estima 250 réales. Ils en paièrent la moitié en aloë, à 33 réales le quintal, & le reste en cabris*” (Renneville, *Recueil*, vol. X, p. 374). Em toda a documentação oficial dos governadores de Batávia da VOC até inícios do século XVIII só se acha uma única menção do aloés: uma “*goed quantiteyt alouwa, mirrhe, cauwa ende andere aldaer vallende coopmanschappen meer*” vieram a Surrate de Mokha, sem que o texto forneça uma indicação mais precisa sobre a proveniência do produto (*Generale Missiven van Gouverneurs-Generaal en Raden aan Heren XVII der Verenigde Oostindische Compagnie*, ed. por W. Ph. Coolhaas et al., 10 vols., Haia, 1960-1998, vol. II, p. 800. É possível e mesmo provável que esta carga já não fosse originária de Socotór.
- 56 *O Livro de Duarte Barbosa* (Edição crítica e anotada), ed. por Maria Augusta de Veiga e Sousa, 2 vols., Lisboa, 1996-2000, vol. II, pp. 409-501; a mesma lista refere também que o lenhaloés “verdadeiro e muito bom, pesado, preto” custaria por faraçola mil fanões – um preço tão exorbitante que pode não passar de um mal-entendido.
- 57 Forbes, *The Natural History of Sokotra*, p. 510.
- 58 *Dictionary of the Economic Products of India*, vol. I, p. 186; sobre as várias espécies cf. *infra*.
- 59 “Colóquio segundo do Aloes”, in *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, ed. pelo conde de Ficalho, Lisboa, 1891-95, vol. I, pp. 23-41; cf. a edição latina de Carolus Clusius (Charles de l'Écluse) que popularizou a obra a partir de 1567; Carlos Clúsio, *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium Historia*, versão latina e portuguesa, ed. por J. Walter e M. Alves, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- 60 Orta, *Colóquios*, vol. I, p. 25. Conforme nota Ficalho, cujas notas seguem sendo da maior utilidade, *cebar* é a transcrição correcta do étimo arábico que veio a dar origem ao *acibar* espanhol e ao “azevre” ou “azebre” português (com base em Dozy, *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe*, Leida, 1869). *Catecomer* é, por contraste, uma transcrição aproximada de um nome coloquial usado no litoral canarim, talvez *Ghrita Kumari*, derivado do sânscrito *Kumari*. *Aréa*, por fim, pode constituir simplesmente uma forma alterada de *elwa* ou *elia*, nomes usados no hindi e no bengali.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- 61 Orta, *Colóquios*, vol. 1, pp. 25-26.
- 62 Assim em Jacques Dalechamps, *Historia generalis plantarum in libros XVIII per certas classes artificiose digesta* [...], Lyon, Apud Gulielmum Rovillium, 1587, livro XVI, cap. 28, p. 1692.
- 63 Cf. Stannard, “Dioscorides and Renaissance Materia Medica”, p. 8.
- 64 Leonhard Fuchs, *De historia stirpium commentarii insignes* [...], Basileia, In Officina Isingriniana, 1542, cap. 49, parágrafo “Ex Galeno”, p. 137.
- 65 “aloes nasce em a Ilha de çacotora em adem em cambaya em Valemça daragã em huma cidade que se chama molvidro e em outros lugares o mujto stimado na Ilha de camatora entao depos este o de nosas partes. o dadem e canbaya he mujto mao que nom vale nada” (carta de Tomé Pires para D. Manuel, Cochim, 27 de Janeiro de 1516, publicado em *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, ed. por Armando Cortesão, Coimbra, 1978, p. 448.
- 66 Assim por exemplo em: Adamus Lonicerus [Adam Lonitzer], *Kreuterbuch. Von allerhand Bäumen, Strauchen, Hecken, Kreutern, Früchten unnd Gewürzen* [...], Frankfurt am Main: Bei Christian Egenolffs Erben, [1.ª ed. 1557] 1560, cap. 157, fol. 156. Este livro, sucessivamente reeditado até 1783, baseia-se na obra de Röchlin (cf. nota seguinte), retomando aliás algumas das suas gravuras. Entre as outras obras que influenciaram Lonitzer, contam-se duas edições de Dioscórides editadas em Frankfurt em 1543 e 1549, assim como os herbários de Bock e Fuchs (cf. Fritz Grossmann, *Adam Lonicers Kräuterbuch*, dissertação de doutoramento inédita, Universidade de Zurique, 1991).
- 67 Cf. Orta, *Colóquios*, pp. 25-27.
- 68 Assim em Eucharius Röchlin [ou Röslin], *Kreuterbuch. Künstlyche Conterfeyunge der Bäume, Slauben, Hecken* [...], Frankfurt am Main, Bei Christian Egenolffs Erben, [1.ª ed. 1533] 1569. Este livro baseia-se originalmente na obra de João de Cuba (c. 1500).
- 69 Ed. alemã *Kreutebuch Des Hochgelehrten weitberumbten Herrn Petri Andreae Matthioli* [...] *Jetzundt widerumb auffß new mit vielen Kreutern und Figuren* [...], Frankfurt am Main, s.n., 1586 [1.ª ed. Praga, 1563], fols. 230-231.
- 70 Orta, *Colóquios*, pp. 25-27.
- 71 John Ray, *Historia Plantarum Species hactenus editas aliaque insuper multas noviter inventas & descriptas complectens* [...], Auctore Joannes Raio, Tomus Primus, Londini, Typis Mariae Clark; Prostant apud Henricum Fathorne, 1686, p. 1196.
- 72 *Ibid.*
- 73 A obra de Francisco Hernández (1517-1587), escrita em latim, ficou manuscrita até ser editada pelo neapolitano Nardo Antonio Recchi (daí ser citado por vezes como *Raius*, a não confundir com John Ray) no século XVII; cf. *De materia medica Novae Hispaniae libri quatuor*, ed. por R. Álvarez Peláez, Junta de Castilla y León, Valladolid, 1998; cf. também Wilhelm Ulrich Waldschmiedt, *Kurtze und Gründliche Beschreibung Derer Aloen insgemein Insonderheit aber dere Americanischen Durch Veranlassung zweyer in dem Hoch-Fürstlichen Lust-Garten zu Gottorf bald blühenden Americanischen Aloen / verfertigt / und nebst einem vor vielen Jahren von eben dieser Materie heraus gegebenem Tractat, ans Licht gestellt*, Kiel, In Verlegung Sebastian Riechels, 1705, p. 13.
- 74 Artigo “Aloe”, em <http://en.wikipedia.org/wiki/Aloe>, consultado a 24-04-2006.
- 75 Trata-se de um apêndice à obra *Dissertatio historico-medica de vera herba britannica. Adjuncta est ejusdem aloidarum historia*, Amstelodami, Apud J. Wolters, 1698; a edição original neerlandesa, *Naauwkeurige beschryving der aardgewassen*, foi editada em Leiden por Pieter van der Aa em 1696.
- 76 Schulze, *Dissertation Historico-Medica de Aloe*, p. 10.
- 77 *Ibid.*, p. 12.
- 78 *Recueil des voyages*, vol. II, p. 93.
- 79 Johann Heinrich Schulze, *Dissertatio Historico-Medica de Aloe quam Placido Eruditorum Examine submittunt Praeses Io. Henr. Schulze [...] et Respondens Christianus Jacobi*, Altorfi Norimbergensium, Typis Iod. Guil. Kohlesii, s.d. [1723], p. 19. O autor cita “Cl. Hermanni *Cynosura mat. med.*, p. 285”, o que deverá referir-se à obra *Cynosura artis medicae*, de Paul Hermann (1646-1695).
- 80 *Ibid.*, p. 9.
- 81 Karl Thunberg, *Dissertatio Botanico-Medica de Aloë, quam [...] Carol. P. Thunberg [...] Pro Gradu Doctoris Publico Examine Subjicit Andreas Hesselius* [...], Upsalae, Apud Joh. Erdman, 1785, p. 11.
- 82 *Horti Medici Amstelodamensis rariorum tam Orientalis, quam Occidentalis Indiae*,
- 83 *The Gardener's and Florist's Dictionnary, or a Complete System of Horticulture*, 2 vols., Londres, C. Rivington, 1724.
- 84 Da vasta obra de Lineu, destacam-se *Systema Naturae* (1735), *Genera Plantarum* (1737), *Species Plantarum*, 2 vols. (1753).
- 85 *Botanique de Lamarck*, 13 vols., Paris, 1783-1817.
- 86 Cf. J.G. Baker, “Aloe Perryi”, in *Curtis's Botanical Magazine*, 3rd series, XXXVII (Dezembro 1881), tab. 6596.
- 87 *Ibid.*
- 88 Cf. ainda George Watt, *Dictionary of the Economic Products of India*, reprint Delhi 1972, vol. I, pp. 179-190.
- 89 Renneville, *Recueil des Voyages*, vol. II, p. 93.
- 90 Trad. nossa a partir de *The Voyage of John Huyghen van Linschoten to the East Indies From the Old English Translation of 1598* (eds. Arthur Coke Burnell & P. A. Tiele), reimpressão Nova Deli & Madrastra, 1988, vol. II, p. 127.
- 91 Wilhelm Ulrich Waldschmiedt, *Kurtze und Gründliche Beschreibung Derer Aloen insgemein Insonderheit aber dere Americanischen Durch Veranlassung zweyer in dem Hoch-Fürstlichen Lust-Garten zu Gottorf bald blühenden Americanischen Aloen / verfertigt / und nebst einem vor vielen Jahren von eben dieser Materie heraus gegebenem Tractat, ans Licht gestellt*, Kiel, In Verlegung Sebastian Riechels, 1705, pp. 4-5.
- 92 Orta, *Colóquios*, vol. I, p. 30.
- 93 *Ibid.*, vol. I, p. 35.
- 94 *Ibid.*, vol. I, pp. 35-36.
- 95 *Ibid.*, vol. I, p. 36.
- 96 *Ibid.*, vol. I, p. 31.
- 97 *Ibid.*, vol. I, pp. 28-29.
- 98 *Colóquios*, vol. I, p. 33.
- 99 Giovanni Manardo, *Epistolam Medicinalium Libri 22*, Basileia, 1535; *Epistolae Medicinales Diversarum Auctororum, Nempe, Ioannis Manardi Med. Ferrariensis. Nicolai Massae Med. Veneti. Aloisi Mundellae Med. Brixienis* [...], Lyon, 1557.
- 100 Rahn-Huber, *Natürlich heilen und pflegen mit Aloe Vera*, Munique, 1999, p. 38.
- 101 Encontrámos estas indicações em <http://en.wikipedia.org/wiki/Aloe> (consultado a 24-04-2006), pelo que elas são de reter com a devida cautela; cf. nota seguinte.
- 102 T. Reynolds, “The compounds in Aloe leaf exudates: a review”, in *Botanical Journal of the Linnean Society*, 90 (1985), pp. 157-177; aí se encontra também uma tabela que intenta identificar as origens mais comuns, na actualidade, das várias qualidades de aloés, ainda hoje denominadas de *Hepatic* e *Socotrine*, além de *Cape*, *Curaçao*, *Zanzibar*, *Natal* (p. 170). Ou seja, as designações geográficas e qualitativas continuam hoje a cruzar-se de forma a causar dificuldades aos cientistas.
- 103 Cf. <http://www.quackwatch.org/01QuackeryRelatedTopics/DSH/aloe.html> (consultado a 24-04-2006).
- 104 Cf. <http://en.wikipedia.org/wiki/Aloe> (consultado a 24-04-2006).

“A Verde Folha da Erva Ardente” Betel Chewing in 16th Century European Sources

RUI MANUEL LOUREIRO*

Around the year 1500, betel chewing was one of the most popular social habits in Asia, regularly practiced by many millions of people regardless of age, gender, religion or status. The consumption of the betel quid was usually done in coastal and tropical regions in a geographical area that extended from Madagascar in the west to the Pacific islands in the east. Perhaps no other natural intoxicating preparation had been so regularly consumed over such a vast area for such a long time for, in fact, archaeological and historical evidence show that betel chewing was practiced thousands of years ago in places as wide apart as South India, Thailand, the Indonesian archipelago, the Philippines, and South China. Betel chewing is definitely of Asian origin although in the course of time it was transplanted to regions in East Africa and the Pacific, mostly through trading connections and migrating communities. Today the habit persists all over maritime Asia and further beyond into the East African shores and the islands of Western Oceania, and, in terms of mass consumption of stimulants, its only serious rival seems to be caffeine.¹

As with so many other Eastern realities, a significant body of information about betel chewing reached Europe only after the discovery of the Cape route, when the Portuguese became the eyes of Europe in the wider world. In fact, before Vasco da Gama's expedition reached India by the sea route in May 1498, news available to Europeans about betel chewing was rather scarce. Maybe the best source would have been Avicenna, the celebrated Arab physician, who mentions betel in his *Canon medicinae*, which was translated into Latin in the Iberian Peninsula in the 12th century and

widely circulated in Western cultural circles, first as a manuscript, and then after 1473 in sundry printed editions.² Another available source would have been the *Description of the World* by Marco Polo, composed around 1392 and widely circulated in manuscript copies and also printed ones after 1485 throughout Europe. The famous Venetian traveler mentions the habit of betel chewing in his description of the “City of Cail”, or Kayal, on the Coromandel coast. He states that “the people of this city, as well as of the rest of India, have a custom of perpetually keeping in the mouth a certain leaf called *tembul*, to gratify a certain habit and desire they have, continually chewing it and spitting out the saliva that it excites.” He does not go into details, only adding that the upper Indian social strata mixed the leaves of the plant with “camphor and other aromatic spices” as well as with “quicklime.” Furthermore, this chewing preparation was said “to be very good for the health.”³ It is not certain that even this scanty piece of information was available to late 15th century European readers of one of the many manuscript copies or printed editions of Marco Polo's travelogue in circulation since it has been suggested that the entire passage could have been a later interpolation introduced by Giovanni Battista Ramusio in his Italian edition of the text published in the second volume of *Delle Navigazioni et Viaggi*, which came out at Venice in 1559.⁴ In sum, Europeans seem to have lived in almost total ignorance of one of Asia's most common and widespread social habits until the Portuguese arrived in India.

The “green leaf of the burning herb,” as the great Portuguese poet Luís de Camões styled the betel leaf

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

in *Os Lusíadas* (Lisbon, 1572),⁵ became widely known in Europe only after 1499 with the return of Vasco da Gama's fleet from its epoch-making voyage to the west coast of India. Álvaro Velho, the presumed author of the account of this expedition, is the first early modern European author to mention betel chewing. When he described the audience granted to the Portuguese by the Samudri, he noted that the ruler of Calicut was being fed by one his servants from a gold bowl standing to his right "some herbs that the men of these parts eat" and which "they call *atanbor*"; every once in a while, he would spit some sort of husk or *bagaço* into a gold pot standing to his left.⁶ Although no further comments are offered by Álvaro Velho, he clearly understood that he was witnessing an important local social habit practiced by kings and commoners alike that involved some sort of ritual preparations. He also transmitted a new word to his European readership, *at-tambul*, the Arabic designation for betel,⁷ not a word commonly used in Calicut rather a

result of the Portuguese using the Arabic language in their first dealings with the Indian authorities.

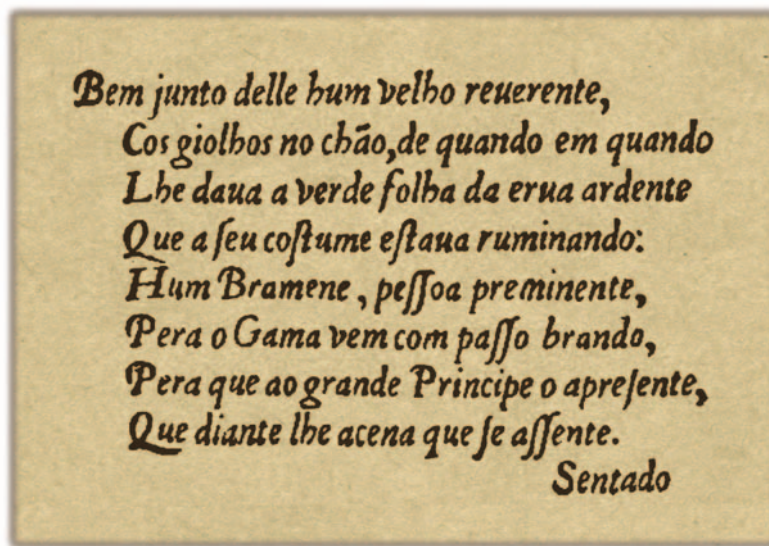
Similar references appear in the accounts of the next expeditions sent to India by the Portuguese crown. The anonymous description of Pedro Álvares Cabral's voyage of in 1500-1501 states that the people of Calicut, "the men as well as the women chew a leaf called *betola* all day long, which makes the mouth red and the teeth black." Only those "of the lowest sort" avoid such a practice, perhaps because they cannot afford it.⁸ Since the original Portuguese account has disappeared, and only Italian translations survive, such as the one included in the first volume of Ramusio's *Delle Navigazioni et Viaggi*, published in Venice in 1550, it is hard to tell if the author used again the word

atambor as Álvaro Velho had done, which seems likely, or if he introduced *betele*, which comes from *vettilla*, the Malayalam term for the leaf of the Piper betel, a word that shows up in Portuguese sources only slightly later.⁹ In 1502 Tomé Lopes mentions betel chewing in his account of the second expedition of Vasco da Gama to India. This time it was the ruler of Melinde, a polity on the east coast of Africa, who during a meeting with the Portuguese "had his mouth filled with *atambor*."¹⁰ This text, likewise, is only known through the Italian translation published by Ramusio in the 1550 edition of the first volume of his monumental compilation of travel literature. However, it seems plausible that Tomé

Lopes reverted to *atambor*, the now familiar designation of the betel quid, as the Portuguese were being introduced to oriental manners and customs by the medium of the Arabic language, which some of them could speak fluently.

However, soon enough the Portuguese would start to decode oriental practices since, as years drew by, ever more

powerful expeditions departed from Lisbon via the Cape route in a deliberate attempt to establish some sort of permanent enterprise in the East Indies. Strategic locations were occupied, fortresses were built, treaties were signed, factories were opened, maritime routes were monitored, trade in exotic goods was controlled, and soon the *Estado da Índia* became an established geopolitical feature of the oriental scene, mainly in the western part of the Indian Ocean. Furthermore, the Portuguese soon discovered that rich profits awaited the more enterprising individuals if they had something to offer the local oriental polities, be it a small trading vessel, some sort of financial power, or expertise in the fields of navigation or warfare. Thus a Portuguese "shadow empire", as it



Reference to betel chewing, the "green leaf of the burning herb", by Luís de Camões (*Os Lusíadas* [Lisbon, 1572], VII-58).

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

has been styled by modern historiography, developed in sundry port-cities of the Gulf of Bengal and the South China Sea.

Empire building, official or otherwise, could not happen without intelligence gathering, so the Portuguese devoted a considerable amount of their energy to the collection of information in the first decades of the 16th century, giving rise to a vast production of texts of a variegated nature that purported to portray many different aspects of the eastern world.¹¹ Among the many new realities identified, of course, were betel, a natural product whose consumption was associated with several other products, and betel chewing, a social habit practiced in very specific circumstances. Portuguese authors, then, in the course of the 16th century would proceed to uncover some of the secrets connected with betel and betel chewing, committing to writing not only their personal observations but also the news they collected from oriental informants. Likewise, other Europeans traveling on board Portuguese ships in whatever capacity within the *Estado da Índia* also contributed to Europe's knowledge of Eastern products such as betel and Eastern manners such as betel chewing.

Ludovico de Varthema was perhaps one of the first Europeans to mention betel chewing in a printed work. As a matter of fact, in his *Itinerario*, published for the first time in Rome in 1510 after he returned from his extensive oriental journeys, the Italian traveler describes some of the habits of the sultan of Gujarat: "he eats certain fruits called *chofole*, which are like a nutmeg; he also eats certain leaves of a plant which some call *tamboli*, similar to the leaves of the sour orange tree; he eats, furthermore, a paste made of oyster shells, together with the said things."¹² Varthema's list of the ingredients of the most common betel quid is quite correct: the green betel leaves (Piper betel, in Arabic *at-tambul*), which are used as an envelope for the whole preparation; thin slices of the seed or nut of the areca palm (*Areca catechu*, in Arabic *fooful*); and lime made of some sort of seashells. The betel quid is then chewed for a certain amount of time, producing abundant salivation and forcing its user to spit frequently.

However, the Italian adds incorrectly that when the sultan of Gujarat wants to kill someone he just spits the chewed stuff all over that person, who, "in a matter of half an hour will drop dead."¹³ During his travels

through Gujarat in 1504, Varthema certainly heard the rumour, also mentioned by Portuguese contemporary authors, that the local ruler, Mahmud I, had regularly eaten small portions of poison since childhood in order to become invulnerable to its deadly effects.¹⁴ Eventually, the Italian mixed this rather strange habit with betel chewing, which would also have been a novelty for him. Later on, in the *Itinerario*, Varthema would repeat the description in connection with Calicut, mentioning some of the local names of the quid's components: *coffolo* (the areca nut, again from the Arabic *fooful*), areca (the tree, proper, from the Malayalam *adekka*), and *cionama* (the oyster lime, from the Malayalam *chunnambu*).¹⁵

Not many years later, two Portuguese authors, both of them living in Asia and both of them close collaborators of Afonso de Albuquerque, the Portuguese governor who laid the foundations of the *Estado da Índia*, would add significantly to Europe's knowledge of betel chewing. The apothecary Tomé Pires wrote his *Suma Oriental*, the first systematic geographical account of Asia to be produced in modern times, between 1512 and 1515 while living in the port-city of Malacca, which just recently had been conquered by the Portuguese. Among many other references to Eastern luxury products and exotic practices, he repeatedly mentions betel and areca in his treatise, using the terms which would become standard in the Portuguese language, *bétele* (from *vetilla*) and areca (from *adekka*), which means that it was in the Malabar region that the Portuguese first became acquainted with these products.¹⁶ According to Pires, in Deccan there is "a great deal of areca and betel",¹⁷ and the latter is widely exported from there, mainly to Cambay, Hormuz and Aden.¹⁸ Malabar also produces "a great deal of betel", and there "are an enormous number" of areca trees.¹⁹ Further south, Ceylon also boasts "a great deal of areca, which is called *avelana Indiae* in Latin. It is eaten with betel. It is a foodstuff and it is very cheap. It is sold in Coromandel."²⁰

The *Suma Oriental* mentions that the best variety of betel was found in Goa, where it grew in abundance: "There is no doubt that the betel in Goa is better than anywhere else, mild and pleasant to the taste and highly prized." Besides, the Goan territory "has more and better areca or *avelana Indiae* than any other place."²¹ Tomé Pires describes Goa, which had been conquered by the Portuguese in 1510, in

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

superlative terms, underlining all the local amenities. He mentions in passing that the Rumes had a saying that went: “Let’s go to the kingdom of Goa to enjoy the shade and the groves of trees and to savour the sweet betel.”²² The Portuguese apothecary’s description of Goan betel suggests that during his years in India he must have tried the betel quid, although in the *Suma Oriental* he does not elaborate on the procedures to be followed. He does so, however, in a list of drugs that he sent to Portugal in 1516, where he adds detailed information about betel chewing: “The men of these parts can sustain themselves on betel three or four days without eating anything else.” Furthermore, it also “helps digestion, comforts the brain, strengthens the teeth”, and sweetens the breath.²³

*As with so many other
Eastern realities,
a significant body
of information about betel
chewing reached Europe only
after the discovery of the Cape
route, when the Portuguese
became the eyes of Europe
in the wider world.*

Another early account of oriental geography was prepared by Duarte Barbosa, who lived in India in the first decades of the 16th century. In his *Livro*, as it is simply known, first completed around 1516, he mentions betel chewing and its components allegedly from first hand experience. Since he lived many years in the Malabar, he could speak fluent Malayalam, and he frequently associated with Indians in Cananor and Calicut. First, Barbosa correctly describes the shape of the betel leaf, stating that it is “very aromatic” and that it grows on a tree that “climbs over other trees.” He then alludes to the habit of betel chewing, stating that the said leaf “throughout India is habitually chewed by both men and women, night and day, in public

places and roads by day, and in bed at night, so that their chewing thereof has no pause.” Finally, he lists the components of the quid: “this leaf is mixed with a small fruit (seed) called areca, and before eating it they cover it with moistened lime (made from mussel and cockle-shells), and having wrapped up these two things with the betel leaf they chew it, swallowing the juice only.” Our author doesn’t mention the constant spitting that betel chewing induces, but he adds that it “makes the mouth red and the teeth black”, being “good for drying and preserving the belly and the brain”, and also to subdue flatulence and take away thirst. As a sort of a linguistic conclusion, Barbosa declares that betel is styled *tambul* by “the Moors, Arabs, and Persians”, a notion that would by now have been familiar to his readers.²⁴

Tomé Pires, in the *Suma Oriental*, stated on two different occasions that betel leaves could be identified with *folio Indio*, first when he was describing Deccan and then when he was discussing the Maluku islands.²⁵ In this latter instance, he declared that as a physician in Portugal, he had been using dried leaves of the clove tree (*Caryophyllus aromaticus*) for more than twenty years, “instead of the said *folio Indio*, which is betel.”²⁶ Later, in his letter to the Portuguese monarch dated January 1516, the Portuguese apothecary confirmed his impression: “*Folio Indio* is betel.”²⁷ The nearly contemporary *Livro* of Duarte Barbosa shares this view, declaring “This betel we call [*folio indio*].”²⁸ As it turns out, both of them were wrong because the plant the Portuguese termed *folio Indio* was an altogether different product, more exactly the dried leaves of some kind of cinnamon, but the confusion would only be definitely dismissed decades later.²⁹

By 1520 the Portuguese had collected enough information to identify the betel quid’s essential ingredients and to understand that betel chewing was not some sort of exotic food but rather a widespread masticatory. Other sources available in Europe pointed to its existence in the outer reaches of the Indonesian archipelago. Antonio Pigafetta, one of the few survivors of the first voyage of circumnavigation led by Fernão de Magalhães, soon after his return to Seville in 1522 published a curious account of the journey. In his narrative he described betel chewing practices in several

Betel cutters.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD II



OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

islands of the archipelago later known as the Philippines, namely in Limasawa. According to his words, the people of this latter port “are constantly chewing a fruit which they call *areca*”, cut “into four parts”, which they wrap in some leaves “they call *betre*”, and mix “with a little lime.” This quid, although leaving them with “the mouth exceedingly red”, is very popular because “it is very cooling to the heart, and if they ceased to use it they would die.”³⁰ Later Spanish observers would confirm the popularity of betel chewing among the Filipinos, calling attention to the specific terminology used in other islands of the archipelago, where betel was styled *buyo* and *areca*, *bonga*.³¹

In the 1530s António Galvão, who was captain of the Portuguese fortress in Ternate, also collected evidence of betel chewing in the eastern islands of Indonesia. In his manuscript, *Tratado das ilhas de Maluco*, written around 1544, he described the local areca trees, which “have the appearance of a cypress, only they are lighter in color and more beautiful; and their flowers give a fine smell, and their fruit looks like an acorn.”³² The Portuguese captain further comments that the local population uses many types of herbs “for food and medicine, poisons and antidotes”; but the “one they use and avail themselves of most of all is the betel”, which they use “so continuously that they never take it from their mouths, so these peoples can be said to go around always ruminating.”³³ António Galvão apparently never tried the quid, but he must have witnessed the practice of betel chewing because, besides stating that it was “intoxicating”, he describes how it was prepared and stored. According to his words, the Ternatense mixed “cleaned areca nut” with “some green twigs”, also adding some sort of “lime, called *tjunambu*.” Unlike other Portuguese observers, the author of the *Tratado das ilhas de Maluco* also mentions some of the utensils associated in Maluku with betel chewing, namely the square copper boxes used to store the areca nuts and the “silver vessels like salt-cellars” where *chunambo* was kept.³⁴

Available news, then, stressed that the betel leaf was used in the composition of some sort of masticatory from Melinde in the east coast of Africa to the Maluku islands in the farthest reaches of the Indonesian archipelago. Unquestionably, betel and areca were highly valuable commodities within the Eastern way of life. Duarte Barbosa had called attention to the intense betel trade that took place in the area around the Betel

River in India,³⁵ and slightly later João de Magalhães, another Portuguese informer, reported that countless Indian *cotias*, small sailing craft, took betel “all year round” to Gujarat.³⁶

By 1520 the Portuguese had collected enough information to identify the betel quid's essential ingredients and to understand that betel chewing was not some sort of exotic food but rather a widespread masticatory.

However, there is no indication that the Portuguese authorities, or Portuguese merchants for that matter, showed any interest whatsoever in the trading potential of the betel leaf and the areca nut. Perhaps what Tomé Pires wrote about the former explains why it was ignored by the Portuguese in the early decades of the 16th century: the apothecary writes that the betel leaf turns dry very quickly, and then “it is good for nothing, for its virtue is so subtle that, when dry, it has neither flavour nor taste.”³⁷ It had to be fresh to be of any use, thus being most appropriate for petty traders and “small craft.”³⁸ The Portuguese, on the contrary, were more interested in oriental goods capable of enduring long-distance journeys. A 16th century Arab account of the Portuguese in Malabar, attributed to Zain al-Din al-Ma’bari, confirms that the European newcomers were profiting from trade in sundry valuable merchandise, but they had left to “the Muslims the trade in areca, coconut, clothes and similar products.”³⁹

In the course of the 16th century the Portuguese continued to gather intelligence on oriental matters either from first hand experience or from local informants as they got involved in new ventures, trading or otherwise, all across maritime Asia. They eventually collected more detailed information about the practice of betel chewing. Important contributions to the knowledge of exotic customs were advanced

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

by the Jesuits after they opened their Eastern mission in 1542. The members of the Society of Jesus were especially keen to understand oriental religious beliefs and social practices in order to be able to develop compatible missionary strategies, and it was a rule of their order that the Jesuits had to commit to paper and dispatch to Europe regular and detailed reports about the missionary fields where they were active. For these reasons, many of their Indian letters are filled with interesting details about everyday life in sundry parts of Asia.⁴⁰

In 1552 Father Manuel de Morais Senior, who was stationed in Colombo, described the Sinhalese practice of betel chewing in a letter to his brethren in Portugal: “they eat the leaves of a certain tree that climbs into other trees, ivy-like; and they practically live on these leaves, mixing them with lime.” Furthermore, the local people also “eat another fruit with these leaves”, and the said fruit “has no taste or flavour, being like dry wood.”⁴¹ Apparently, some Jesuits soon got into the habit of chewing the betel quid because years later, in 1561, another missionary claims that, when visiting some local Christians near the city of Belgaum, to the northeast of Goa, he was offered “betel, which is a sign of love and peace”,⁴² and he accepted it. Jesuit letters clearly show the enormous geographical area over which betel chewing was practiced. Around 1570 Francisco Monclaro saw in Zanzibar “for the first time the areca palms, trees that in India are so fresh and esteemed by their fruit, which is eaten with betel.”⁴³ Not many years later, in 1576, Father Nicolau Nunes, in his general survey of the Maluku islands, mentions the existence of “*betre*” and its regular consumption among the islanders.⁴⁴ However, besides testifying to the widespread practice of betel chewing, the references of the early European observers, including the Jesuits’ letters, did not elaborate on the subject. The masticatory was seen merely as another specific trait of the eastern way of life, which by 1550 had become familiar enough to deserve no more than passing mention in the written materials dispatched to Europe.

In the second half of the 16th century, however, several authors were going to delve more deeply into the matter, but not always with identical purposes. Foremost among Portuguese enquirers of eastern botany stands Garcia da Orta, the well-known physician of Jewish origin active in India after 1534 for

more than three decades. In 1563 he published in Goa his celebrated *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, the first modern European treatise on Asian *materia medica*. Written in dialogue form, the book presented, besides some secondary figures, a character named Ruano, a paradigm of the bookish physicians then produced by Iberian universities, who maintained long conversations about botanical and medical matters with an experienced and open-minded Orta, who, besides his European university degree, could boast a profound firsthand knowledge of eastern medical practices. Among the many subjects debated by the two of them, betel chewing turns up more than once. In fact, Garcia da Orta’s references to betel and betel chewing may be considered the most elaborate and well-informed discussion on these subjects that until then had appeared in print.⁴⁵

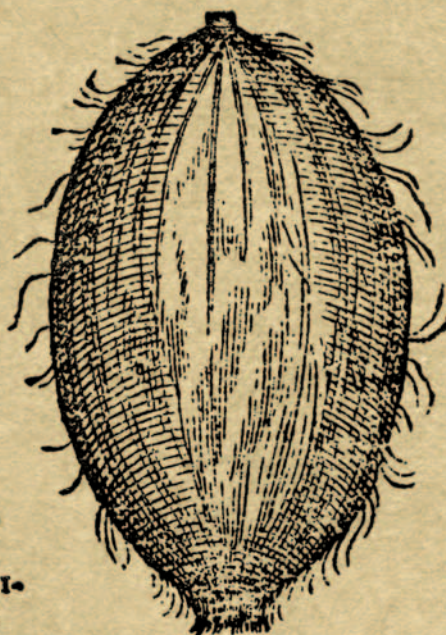
Orta himself never indulged in betel chewing because his first experience when he had arrived in Panjim hadn’t been a pleasant one since he “tasted this *betre*” by itself, without any other ingredients, finding it extremely sour.⁴⁶ However, he certainly was familiar with the custom and with the sundry components used in the quid, which he terms “so sweet to the taste and so fragrant that everyone chews it continually” if they can afford it.⁴⁷ References to betel chewing are found in several chapters of the *Colóquios dos simples*. Besides minor references, the relevant materials are gathered in colloquium 22 “on *faufel* and on Indian figs”, which includes a lengthy description of the areca nut, styled in Portuguese “*avelam da Índia*”,⁴⁸ and in an unnumbered colloquium included at the end of the book “on *betre* and other things”,⁴⁹ where betel chewing is duly explored.

Reverting to his standard procedure, Orta includes some linguistic data on the natural products he describes, underlining that the Portuguese use the Malayalam terms *areca* and *betre* because these were the ones they first became acquainted with on their arrival in India. In passing, he settles the disputed question of whether betel was the *folium indum* of European authors, stating with authority that the latter was, in fact, an altogether different plant. Orta recounts that in his first days in India he had confused them, but on one occasion the Nizam Shah, ruler of Ahmadnagar, had pointed out the difference between the two plants, showing him as proof an Arabic manuscript of Avicenna’s treatise on *materia medica*,

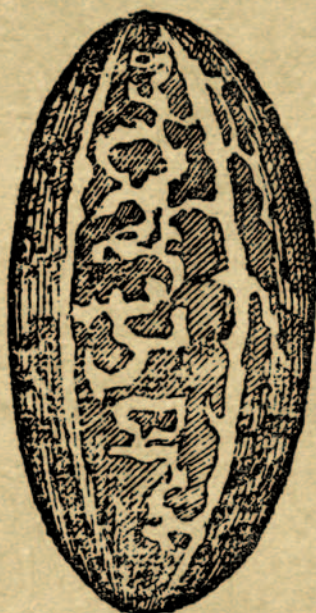
OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO II

LIBER I.

FAVELLÆ CVM SVO INVOLUCRO, ET
inuolucro exemptum,



AVELLANÆ INDI-
cæ genus oblongum.



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

where different chapters were dedicated to betel and to *folium indum*.⁵⁰

Having settled the terminology questions, the Portuguese physician mentions the location of the producing areas and the quality of the available products. The areca tree abounds in the coastal regions of India, because it “loves the sea and doesn’t grow away from it.” It is especially abundant in Ceylon.⁵¹ As for the betel, it also thrives “in all parts of India known to the Portuguese” that are close to the sea because “in the hinterland there is none of it.”⁵² Next, Orta gives a concise description of the areca nut, which “is similar to the nutmeg, but not so big, and very hard inside”,⁵³ and of the betel leaf, which looks like the orange tree leaf, “except that it is longer and more pointed.”⁵⁴

Garcia da Orta must have seen the preparation of the betel quid quite often since he describes it in minute detail in his *Colóquios dos simples*.⁵⁵ According to him, the consumer “takes a betel leaf in his hand” and with his thumb nail rips away the leaf’s nerves; then he places on top of the leaf a “small quantity of lime paste” and some areca nut “chopped or ground”; next, the leaf is “folded three or four times” and then chewed away.⁵⁶ All the ingredients must be previously prepared, of course, and our author mentions the “big scissors” used to cut the areca nut into “small pieces.”⁵⁷ The mixture produces intense salivation of a blood-red colour. “Some people spit away the first juice”; others don’t, and keep on chewing. The process is then repeated with a new quid.⁵⁸ Other ingredients can be added to the normal betel chew, like *cate* (*Acacia catechu*), camphor (*Dryobalanops aromatica*), *linaloes* powder (*Aquilaria agallocha*), amber,⁵⁹ and also musk,⁶⁰ according to the consumer’s taste or financial resources.

As a physician, Garcia da Orta pays special attention to the medical uses associated with betel chewing and with the ingredients of the quid. The custom was considered very healthy: good to strengthen the teeth, to fortify the gums, to comfort the stomach, and to cleanse the head. Orta himself used distilled fresh areca nut juice against “*camaras colericas*”, and he stated that the green areca was an intoxicant “because the people who eat it get drunk, and they eat it not to feel any pain.” It was also a powerful aphrodisiac

as, in the wording of the *Colóquios dos simples*, “*para as vodas de Venus he principal alcoviteiro*.”⁶¹ About the social practices associated with betel chewing, there are some interesting hints in Orta’s treatise that should be mentioned. People chewed the betel quid for a number of reasons. First and foremost because its mildly intoxicating properties produced a continuous state of well-being. Then they used it as a breath freshener, for in Asia no one dared to speak to someone of superior rank without chewing the betel quid beforehand. Also, “the woman who shall deal in love affairs will never speak to the male party without chewing it first.” According to Orta, some Portuguese were so addicted to Indian ways of life that they even received the betel quid from the mouth of their female companions.⁶² It was also used after meals by Portuguese and Indians alike to help digestion. And finally, our author mentioned that betel was used as a departure gift all over India: “the princes who bid farewell to some person, or he to them, never depart before an offer of “*betre*” has been exchanged.”⁶³

Orta’s observations reveal that betel chewing involved important trade ramifications, so widespread was the custom in India alone. “In the hinterland and in places removed from the sea”, the quid’s ingredients were extremely valuable; and the ruler of Ahmadnagar, only by himself, spent “30 thousand cruzados” on it every year.⁶⁴ However, details about this admittedly valuable trade are lacking completely. Also, after his learned dialogue with Ruano about betel, the Portuguese physician invites his colleague to visit the betel plantations in the outskirts of the capital city of Goa: “let us ride and I will show you the “*betre*” in the orchards.”⁶⁵

The *Colóquios dos simples*, despite being printed in distant Goa, had a lasting impact on Europe. The book was bought in Lisbon around 1565 by the Flemish botanist Charles de l’Écluse, who used it to produce an “epitomized Latin version” that was published in Antwerp in 1567 under the title *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia*.⁶⁶ Carolus Clusius, as he is more widely known, included in this version of Orta’s treatise a chapter on betel and another one on the areca nut, where he repeats all the information the Portuguese physician had gathered,⁶⁷ the only novelty being the introduction of an illustration of the *faufel* or areca nut.⁶⁸ Wider Europe, then, was

Betel nut. In Charles de l’Écluse, *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud indos nascentium historia* (Antwerp, 1567).

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

receiving first-hand data on betel chewing through a Portuguese connection.

Shortly after Garcia da Orta's demise, another outstanding Portuguese physician, Cristóvão da Costa, lived and worked in India for a spell, between 1568 and 1572, during the governorship of Viceroy Dom Luís de Ataíde, to whom, apparently, he was related. After his return to Europe, and for reasons unknown, Costa settled in the Spanish town of Burgos as a physician. While in Goa, he had come across a copy of Garcia da Orta's *Colóquios dos simples*, which he decided to complement with new observations and sundry drawings. In Burgos in 1578 he published in Spanish his *Tractado de las drogas y medicinas de las Indias Orientales*, which is not a mere paraphrase of his countryman's earlier treatise but, on the contrary, stands on its own in terms of expertise in the field of Eastern *materia medica*.⁶⁹ Although Cristóvão da Costa knew well the *Colóquios dos simples* and used it extensively in the preparation of his own *Tractado*, textual comparison between the two books clearly shows that they "differ markedly in form, arrangement, and subject matter."⁷⁰

The chapter on the "Avelã-Índica", or areca nut, included in the *Tractado de las drogas* is basically a reproduction of Garcia da Orta's colloquium 22, on *faufel*. Nothing new transpires about the areca tree or its fruit except that Costa adds some details about the shape of the trunk and the use of its wands in crocodile hunting, a practice which he claims to have witnessed frequently.⁷¹ Unlike Orta, our author concludes the chapter with a long Latin quotation from the *Liber aggregatus in medicinis simplicibus*, a treatise by the 11th century Arab writer Ibn Serapion, also known as Ibn Serabi.⁷² A drawing of the areca tree is included.⁷³ On the other hand, the chapter on the "Fólio-indio", besides describing the betel plant in a similar manner as the *Colóquios dos simples*, presents some new material. Cristóvão da Costa states, for instance, that the betel leaf is "much appreciated in China, where it does not grow on account of the land being cold, nor does it grow in Mozambique, nor in Sofala, the land being hot"; and because of its rarity, betel "is worth a lot in those parts."⁷⁴ The betel plant, in fact, was then cultivated in Annam, its consumption being most popular in South China as a stimulant; the areca nuts, on the other hand, were imported from more southerly regions and used for chewing with betel as well as for medical purposes

since Daoist texts indicated they were very effective against beriberi.⁷⁵ Furthermore, Cristóvão da Costa mentions betel in his chapter on durians, where he explains that any indigestion caused by these allegedly delicious fruits can be cured by chewing some betel leaves or even by placing a betel leaf over the stomach of the ailing person.⁷⁶ Finally, he states that there is such an opposition between the two plants that if "some betel leaves are placed inside a ship loaded with durians, or in a house filled with them, or in the place where they lay, all [the durians] will be utterly corrupted and turn rotten."⁷⁷

Before the close of the 16th century, Europeans would be able to read the most thorough and most reliable printed description of betel and betel chewing produced so far: the one by Jan Huygen van Linschoten. The Dutch traveler lived from 1583 to 1588 in Goa, where he was the private secretary of Archbishop D. Vicente da Fonseca. While working among the Portuguese, Jan Huygen amassed a vast amount of firsthand information about Asia and collected all the materials on Asian geography and navigation he could get his hands on, including manuscript drawings, maps and written reports, as well as numerous printed Portuguese and Spanish books. Back in the Low Countries in 1592 he settled down with the help of his friend Berent ten Broecke, also known as Paludanus, to write his famous *Itinerario*, which was printed in Amsterdam four years later. This encyclopedic work about Eastern matters, which was widely circulated throughout Europe in sundry editions and translations, obviously included references to betel and to areca.

As a matter of fact, besides several passing remarks scattered through his book,⁷⁸ Jan Huygen dedicates a whole chapter of the *Itinerario* to the discussion of "the Bettele leaves, & the fruit Areca."⁷⁹ Both plants are minutely described, and the preparation of the betel quid is carefully explained. Attention is also called to the several ingredients that can be added to the mixture, such as *cate*, camphor, amber and *linaloes*. Also the medicinal properties are duly noted: "they say it is very good for the maw, and against a stinking breath, [a sovereign medicine] for the teeth, and fastning of gummess, and [very good] against scurvy."⁸⁰ The Dutch traveler, based on his own overseas experience, mentions the popularity of betel chewing among the Indians regardless of gender, age or social condition: "there

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

is not any woman or man in all India, but that every day eateth a dozen or two of the same leaves or more” properly mixed with the other components.⁸¹

Linschoten stresses that betel leaves, together with the other ingredients, were sold “in every corner, and street, and shoppe” in Goa on account of betel chewing being such an important part of coastal India’s daily life.⁸² The quid was everywhere present, in the privacy of homes and in the public streets, in official audiences and at parties or celebrations and, above all, in lovers’ encounters because, besides all its other qualities, it was supposed to be a mild aphrodisiac. The “Portingale women” seemed to be especially addicted to betel chewing because, according to Linschoten, they did it all day long, sometimes even during the night, when for any reason they could not sleep. In fact, he adds, “if they were but one day without eating their Bettele, they perswade themselves they could not live.”⁸³ Meanwhile, many Portuguese men had also taken to the habit, influenced by their female companions.

The major literary source used by Linschoten in his betel chapter was, of course, the *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, a copy of which he had probably brought home from Goa. His collaborator, Paludanus, produced two notes about the subject using Avicenna’s textbook and also the “commentaries of learned Clusius, upon the Chapter of Garcius touching Bettele”,⁸⁴ that is, some edition of the epitome of Garcia da Orta’s treatise published by Charles de l’Écluse. Thus, once more, to get acquainted with Oriental topics, Europe had to rely on Portuguese materials or the reports of other Europeans who had had the opportunity of traveling through the Asian seas with the Portuguese.

Linschoten was just one of many, but perhaps the foremost informant thanks to the enormous publishing success of his *Itinerario*. Most certainly, part of this success was due to the fact that the Dutch traveler included a large number of illustrations in his work depicting sundry Oriental peoples, social practices, houses and temples, ships and other artifacts, deities, plants and animals.⁸⁵ If we acknowledge the fact that almost no Portuguese graphic depictions of 16th century Eastern topics were available, it will be easy to understand the extraordinary importance of Linschoten’s drawings, even taking into account that in their printed version they had to sacrifice some of

their realism to European artistic conventions. Sure enough, one of the *Itinerario*’s plates depicted the “fruits called areca or *faufel* and the leaf called betel, which the Indians chew all the day long, mixed with lime, swallowing the juice to purge the body and for its other qualities.”⁸⁶ Betel and areca show up in two other of Linschoten’s drawings, the first one depicting the ambassador from Balagate, where some of the utensils associated with betel chewing are represented; the other depicting the famous Goan *arvore triste*, where we can see an Indian woman holding a tray filled with the quid’s ingredients.⁸⁷

All things considered, 16th century Europeans, mainly through Portuguese channels, had access to a significant body of data concerning the exotic Asian custom of betel chewing. The various ingredients of the masticatory were correctly identified, the geographical areas where it was used were perfectly mapped, the bodily effects it provoked were basically defined, the numerous circumstances of its consumption were well established, and the role it played as a regulator of human interactions was more or less understood. Information was only lacking, perhaps, about the finer points of the social symbology of betel chewing, which everywhere in Asia was linked to a multitude of different rites and beliefs, and about the artistic relevance of the several artifacts associated with the practice, which gave rise to a rich handicraft tradition, including a vast array of utensils made of more or less noble materials and crafted in more or less exquisite designs. Some of Garcia da Orta’s pages introduce us to the former; and some of Linschoten’s drawings give us a glimpse of the latter, but we cannot ask the impossible from our sources because, all in all, they seem to be extremely rich. **RC**

Author’s note: A version of this text was published in Portuguese as “A verde folha da erva ardente: O consumo do bétete nas fontes europeias quinhenistas,” in *Mirabilia Asiatica – Produtos raros no comércio marítimo / Produits rares dans le commerce maritime / Seltene Waren im Seebandel*, vol. 2, Jorge M. dos Santos Alves, Claude Guillot & Roderich Ptak, eds. (Wiesbaden: Harrassowitz Verlag & Fundação Oriente, 2005, pp. 1-20).

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

NOTES

- 1 The best historical surveys of betel-chewing can be found in: Louis Lewin (who is quite familiar with some Portuguese sources), *Phantastica*, pp. 246-255; N. M. Penzer, *Poison Damsels*, pp. 185-300; Dawn F. Rooney, *Betel Chewing Traditions*, pp. 1-29; and Solange Thierry, *Le Bétel*, pp. 1-26. About caffeine, see the superlative work by Bennett Alan Weinberg & Bonnie K. Bealer, *The World of Caffeine*, passim, who, incidentally, assert that today “chewing betel is a steady habit for about 10 percent of the world’s population” (p. 263).
- 2 Cf. Garcia da Orta, *Colóquios*, vol. 1, p. 326. Avicenna describes *tembul* in chapter 709 of his *Canon medicinae* (see Conde de Ficalho, *Garcia de Orta*, pp. 288-289). About the role of Avicenna in Western medical theory, see Nancy G. Siraisi, *Medieval and Early Renaissance Medicine*, passim.
- 3 Marco Polo, *The Travels*, ed. Yule & Cordier, vol. 2, p. 371. The description of Cail, however, is not included in the Portuguese translation of the book of *Marco Paulo*, printed in Lisbon in 1502 by Valentim Fernandes; in this edition, Polo mentions something that could be identified as betel only when he is describing the habits of the “Bramanos”: “*Muytas vezes husam hua herua em ho comer que muyto aproueita aa digestom*” (*Marco Paulo*, fl. 68v). For such an identification, cf. Marco Polo, *The Travels*, ed. Masefield, p. 370, n. 3.
- 4 The suggestion was made by Henry Yule in one of his notes to Marco Polo, *The Travels*, ed. Yule & Cordier (vol. 2, pp. 374-375, n. 5).
- 5 Luís de Camões, *Os Lusíadas*, VII, 58: “*Bem junto delle hum velbo reuerente, / Cos giolhos no chão, de quando em quando / Lhe daua a verde folha da erua ardente / que a seu costume estaua ruminando.*” The Portuguese poet was alluding to the audience granted to Vasco da Gama by the ruler of Calicut (cf. infra). See Albano Pereira Júnior, “Riqueza Farmacognósica,” pp. 415-416.
- 6 José Pedro Machado & Viriato Campos, *Vasco da Gama*, pp. 172-174: “*E tinha a mão esquerda hua copa d ouro muito grande, d altura de hum pote de meo almude e era de largura de dous parnos na boca, a quall era muito grossa ao parecer, na qual talha lancava bagaco de huas eruas que os homens desta terra comem pella calma, a qual erua chamam atanbor. E da banda derreita estaua hum bacio d ouro, quanto hum homem podese abranjer com os braços, em o quall estauam aquelas ervas.*”
- 7 Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário*, vol. 1, p. 66.
- 8 Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, vol. 1, p. 643: “*Tutto il giorno, così uomini come donne, vanno mangiando una foglia che si chiama ibetola, la quale fa la bocca vermiglia e li denti negri: e quelli che questo non fanno sono uomini di bassa sorte.*” The Portuguese anonymous account was first published in Fracanzano da Montalboddo’s *Paesi nuovamente ritrovati* (Vicenza, 1507). For a Portuguese translation, cf. António Cruz, *O Porto nas Navegações*, pp. 205-278.
- 9 Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário*, vol. 1, pp. 121-122.
- 10 Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, vol. 1, p. 694: “*e la bocca piena di atambor.*”
- 11 See Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, passim.
- 12 The *Itinerario* of Ludovico de Varthema was also included in the 1550 edition of the first volume of Giovanni Battista Ramusio’s *Navigazioni e Viaggi* (cf. vol. 1, p. 810: “*mangia certi frutti che si chiamano chofole, li quali sono come una noce moscata, e mangia ancora certe foglie d’erbe le quali sono come foglie di melangole, che alcuni chiamano tambor, e appresso mangia certa calcina di scorze di ostreghe insieme con le presenti cose*”). For a Portuguese translation on which my English rendering is based, cf. Ludovico de Varthema, *Itinerário*, p. 127: “*come certos frutos chamados chofole, que são como uma noz moscada; come ainda certas folhas de ervas chamadas tamboli, parecidas com as folhas de laranja azeda; como, enfim, uma massa de cascas de ostras, juntamente com as ditas coisas.*”
- 13 Ludovico de Varthema, *Itinerário*, p. 127: “*bufa aquilo tudo em cima da pessoa que quer matar, e esta, no espaço duma meia hora, cai morta.*”
- 14 About this piece of lore, see N. M. Penzer, *Poison-Damsels*, pp. 31-34; and Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 1, p. 397, who quotes the Portuguese 16th century sources, which include works by Duarte Barbosa, Tomé Pires, Garcia de Resende and Fernão Lopes de Castanheda.
- 15 Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, vol. 1, p. 828. For the Asian names, cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário*, vol. 1, pp. 51-53, 121-124 & 282-283.
- 16 Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 2, bk. 2, pp. 545-546.
- 17 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 1, p. 52. Portuguese text: “*tem mujta arequa & mujto betelle*” (vol. 2, p. 372).
- 18 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 1, p. 54.
- 19 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 1, p. 54. Portuguese text: “*o fruto Das arequeiras chamam areças he nos avelana. Jmdie tem Destes Jmfinjdade tem mujto betelle*” (vol. 2, p. 362).
- 20 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 1, p. 86. Portuguese text: “*tem a terra mujta arequa que se chama avelana Jmdia em latim comese com ho betelle he mamtimento & vaal mujto barata Vemdese em choromamdell*” (vol. 2, p. 454).
- 21 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 1, p. 57. Portuguese text: “*nom he Duujda o Regno de guoa ter betelle mjilhor que em outra parte ssuauae gostoso mujto estimado [...] areça ou avelana Jmdia tem mais & melhor que outro luguar*” (vol. 2, p. 374).
- 22 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 1, p. 57. Portuguese text: “*domde se costumou amtre os Rumes E Jemtes brancas praticarem vamos ao Regno de guoa gostar das sombras E aruoredos E tomar o sabor do doce betelle*” (vol. 2, p. 375). About the Portuguese use of the word “Rumes”, see Salih Ozbaran, “Ottomans as ‘Rumes’ in Portuguese Sources,” pp. 64-74.
- 23 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 2, p. 516. Portuguese text: “*em betele se sostem os homes destas partes tres quatro de [sic] sem comer outra cousa. faz grandemte. digerir conforta o cerebro a Reyga os dentes [...] os que ho costumã comer lhe faz bom bafõ*” (Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 456).
- 24 Duarte Barbosa, *The Book*, vol. 1, pp. 168-169. Portuguese text: “*É tamanho como ua folha de tanchagem e quase de sua feição. Nace em arvores como hera, e sobe por as outras arvores, e [há] dele em latadas. Não dá nenhum fruto nem semente; é folha muito a[ro]matica, a qual folha, em todas as Índias, os mouros e índios muito comer usam, assi homens como molberes; e comem-a sempre, de dia e de noite, nas praças e polos caminhos e em suas casas e na cama; sempre andam comendo esta folha, a qual é mesturada com um pomo pequeno a que chamão areca. E, quando a hão-de comer, primeiro é a folha untada com cal molhada, a qual é feita de cascas de ostras e ameij[ol]as e berbegões, e ajuntam todas tres cousas, e assi com o dito betele com grão de almisce e ambar, não levando mais pera baxo que o çumo. Fas-lhe a boca vermelha e os dentes pretos, e dizem que é bom pera enxugar o estomago e pera conservar o miolo, e faz lançar ventozidades e faz que não bebem nem hão sede. É antre os índios muito estimado e costumeado*” (Duarte Barbosa, *O Livro*, vol. 2, pp. 15-16). The allegation that betel chewing blackens the teeth is not confirmed by modern medical research.
- 25 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 1, pp. 54 & 219.
- 26 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 1, p. 219. Portuguese text: “*E em portugall bem avera vinte annos que eu tenho usado as ditas folhas em lugar do dito folio Jmdio que hee betelle*” (vol. 2, p. 446).

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- 27 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 2, p. 516. Portuguese text: “*Folio Jndo he betelle*” (Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 456). See António Alberto Banha de Andrade, “Drogas do Oriente,” p. 161.
- 28 Duarte Barbosa, *O Livro*, vol. 2, p. 15: “*ao qual betele nós chamamos [ff]olio indio*” (my translation from the Portuguese).
- 29 It was Garcia da Orta, the famous Portuguese physician, who solved the riddle in his *Colóquios dos simples* (cf. *infra*).
- 30 Antonio Pigafetta, *The First Voyage Around the World*, p. 42. Pigafetta’s account was first published in French as *Le voyage et navigation faict par les Espaignols es Isles de Mollucques* in Paris sometime after 1526; it had many subsequent editions, and it was included by Ramusio in the first volume of his *Delle Navigationi et Viaggi*, Venice, 1550 (see Francisco Leite de Faria, “As primeiras relações impressas,” pp. 508-517).
- 31 See Ana Maria Prieto, *El Contacto Hispano-Indígena*, pp. 191-192.
- 32 Hubert Th. Th. M. Jacobs, *A Treatise on the Moluccas*, pp. 44-45: “*Á ariqueiras que são archiprestes na feição, no pé e copa, senão que hé mais limpa e fremosa, e com ha frol cheirão bem, e o ffruito é como huma bolota: nasce em cachos, guasta-se com ho betele, huza-se muito dele.*”
- 33 Hubert Th. Th. M. Jacobs, *A Treatise on the Moluccas*, pp. 56-57: “*Á muytas ervas pera comer he medecynais, peçonhentas e contra-peçonha. a de que mais huzão e se servem é betele, e tão comitino que numqua ho tirão da boqua, por homde se pode dizer que estas gemtes sempre amdão a remoer.*”
- 34 Hubert Th. Th. M. Jacobs, *A Treatise on the Moluccas*, pp. 114-115: “*arequa muito bem aparada com huns raminhos verdes e ffreres per antre eles cheirosas numas caichinas quadradas hou em bacias pequenas d’arame. Comem-no com ha cal a que chamão chunambo, trazem-no numas bucetas de prata como saleiro, a que dizem chunãobeiro.*”
- 35 The *Book of Duarte Barbosa*, vol. 1, pp. 167-168. The *Rio do Betele* of the Portuguese sources has been identified with Vijayadurg, a port in the West coast of India, to the north of Goa (cf. Duarte Barbosa, *The Book*, vol. 1, p. 167, n. 2).
- 36 *Livro que trata das cousas da Índia*, p. 59: “*Betere todo ano amdavão cotias a levã llo.*” About *cotia*, from the Malayalam *kottiya*, cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário*, vol. 1, pp. 316-317.
- 37 Tomé Pires, *The Suma Oriental*, vol. 2, p. 516. Portuguese text: “*seco pa nada nom presta q. tem a virtude tã sutill q. seco no te cheyro ne sabor*” (Tomé Pires, *A Suma Oriental*, p. 456).
- 38 Duarte Barbosa, *The Book*, vol. 1, p. 168. See Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos*, vol. 2, p. 202.
- 39 Zinadim, *História dos Portugueses no Malabar*, pp. 91-92: “*não deixando aos muçulmanos mais que o comércio do arenque, da noz de coco, roupas e produtos análogos.*” The *arenque* (herring) in the Portuguese translation is surely a misprint for *areca*.
- 40 About the informative value of Jesuit letters, see Rui Manuel Loureiro, “O descobrimento da civilização indiana,” pp. 107-125.
- 41 *Documenta Indica*, vol. 2, pp. 433-434: “*a mor matenença que tem, hé folhas de huma certa arvore que atrepa por outras arvores como hera; e destas folhas se mantem envoltas com cal [...]. Comem tambem outra fruita, que hé como maçãs d’acipreste com estas folhas, a qual fruita nenhum gosto nem sabor tem, senam como pao sequo.*”
- 42 *Documenta Indica*, vol. 5, p. 134: “*e nos derão betelle que hé sinall d’amor e paz.*”
- 43 *Documenta Indica*, vol. 8, p. 695: “*Aqui vi a primeira vez as arequeiras, arvores na India tão frescas e estimadas pello fruito que se come com o betele.*”
- 44 *Documenta Malucensia*, vol. 1, p. 685.
- 45 In Garcia da Orta’s *Colóquios dos simples*, betel chewing is discussed in colloquium 22 (vol. 1, pp. 325-341) and in the last, unnumbered, colloquium (vol. 2, pp. 389-405). I use the standard Portuguese edition by the Conde de Ficalho (although he made some questionable choices in his editing of the original 1563 edition). All translations from the Portuguese are my own since I could not
- get hold of a copy of Sir Clements Markham’s English translation, *Colloquies on the Simples and Drugs of India* (London, Hakluyt Society, 1913).
- 46 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, col. betre, vol. 2, p. 389: “*eu provei este betre, quando vim de Portugal, em Pangim, que he huma fortaleza pequena, que está na boca do rio, e amargoume, e assi amargua a todos os que o comem, se lhe nam misturam areca, e alguma pouca de cal.*” Orta’s description agrees with the comments of Louis Lewin about first experiences of betel chewing (*Phantastica*, p. 251).
- 47 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 390: “*he tam aprazivel ao gosto e faz tam bom cheiro, que todos o mastigam continuada-mente; porque muyto pouco tempo passa, que o não mastigam os que o podem gastar.*”
- 48 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 1, pp. 325-341.
- 49 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, pp. 389-405.
- 50 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, pp. 393-394.
- 51 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 1, p. 326: “*e em Çeilam ha mayor cantidade della; esta arvore ama o mar, e longe delle nam se cria.*”
- 52 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 392: “*E quanto he o que dizeis onde o ha, digo que em todas as partes da India sabidas dos Portugueses; e isto se entende nas terras que estão perto do mar; porque em todo o mais do sertam não o ha, senão trazido da fralda do mar.*”
- 53 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 1, p. 327: “*he este fruto semelhante á noz noscada [sic], e não he tam grande, e muyto duro per dentro.*”
- 54 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 395: “*A feição da folha, como vedes, he ser mais comprida e mais estreita na ponta, que a da lorangeira.*”
- 55 Incidentally, one may note that Orta probably discussed betel chewing with Luís de Camões, since both of them lived in Goa at the same time, and the first published work of the latter was a poem printed in the opening pages of the *Colóquios dos simples* (vol. 1, pp. 7-9).
- 56 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 391.
- 57 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 1, p. 328.
- 58 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 391: “*o betre tem humas veas ou nervos ao longo da dita folha, tomam huma folha na mão, e tiramhos com a unha do dedo pollegar [...]; e assi dobram a folha, e lhe misturam a cal em pouca quantidade, e areca em pedaços, ou moida, e, dobrada a folha tres ou quatro vezes, a mastigam; e o primeiro çumo lançam fóra, o qual he de cor de sangue. E algumas pessoas não fazem isto, senam tudo mastigam logo, e tomão depois outras folhas pella mesma maneira feitas.*”
- 59 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 1, p. 328. See N. M. Penzer, *Poison-Damsels*, pp. 192-193. Chapters of Orta’s *Colóquios dos simples* are dedicated to all of these Eastern products: amber (col. 3); camphor (col. 12); *linaloes* (col. 30); *cate* (col. 31).
- 60 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 390. See N. M. Penzer, *Poison Damsels*, p. 197.
- 61 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 1, pp. 327-329.
- 62 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, pp. 389-390: “*quanto mais tomalo da boca da mulher como muitos o fazem (ainda que sejam portuguezes); porque nenhuma mulher conversa com homem, que o não leve mastigado na boca.*”
- 63 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 391: “*porque os principes que despedem alguma pessoa, ou ella se despede, nam se parte até que lhe não deem o betre, e com isto se vam, que é o sinal de se despedirem.*”
- 64 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 390: “*porque no sertam e terras afastadas do mar, val muyto caro e por esta causa gasta o Nizamoxa cada anno em elle 30 mil cruzados.*”
- 65 Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, vol. 2, p. 396: “*cavalguemos, e mostravosey o betre nas hortas.*” Although nothing else transpires from the *Colóquios dos simples*, later sources mention that the “betel rents” of Goa, Bassein, Diu and other territories provided some sort

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- of income to the Portuguese. In 1571 the *renda do betre* for Goa had a value of about 2% of the total income of this territory (*O Orçamento do Estado da Índia 1571*, p. 57: “Sinco mil e outocentos pardaos a renda do betre”). However, in 1585 “the aforesaid betel rents were in sharp decay,” being insufficient to pay the salary of the bishop of Goa, as it had been normal in the previous decades (*Arquivo Portuguez Oriental*, vol. 3, p. 38: “E ey por bem e mamdo que lhe sejam pagos [ao bispo] seus ordenados pela remda do betre desa cidade de Goa, omde os senhores Reis meus amtesores lhos tinham mandados pagar [...]. E por ser eformado que a dita remda do betre está e muita deminuição do que antes remdiá”). Slightly later, the *Tombo de Diu* mentions that the local betel orchards, which produced a significant income, were explored by a Portuguese fidalgo (*O Tombo de Diu 1592*, pp. 94-95).
- 66 Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 2, bk. 3, pp. 434-435.
- 67 Charles de l'Écluse, *Aromatum et simplicium*, pp. 90-94 (betel) and pp. 120-123 (areca nut). The only incongruity in these chapters is Clusius' mention of the visit to Calicut of one “Alois. Cadamust” (p. 94), probably a confusion with one of the Portuguese texts included in the first volume of Ramusio's *Navigazione et Viaggi* (Venice, 1550), already mentioned, which describes the first Portuguese contacts with India. Cadamosto, as is well known, was a Venetian merchant who traveled to the Guinea coast on board Portuguese ships in the middle of the 15th century; the account of his African travels was also published by Ramusio (see Giovanni Battista Ramusio, *Navigazioni e Viaggi*, vol. 1, pp. 461-542).
- 68 Charles de l'Écluse, *Aromatum et simplicium*, p. 119.
- 69 In some literature, Cristóvão da Costa is mistakenly styled as Cristóbal de Acosta, of Spanish origin, on account of having written and published his treatise in the Spanish language.
- 70 Donald F. Lach, *Asia in the Making of Europe*, vol. 2, bk. 3, p. 437.
- 71 Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas*, p. 61.
- 72 Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas*, p. 63. About Ibn Serapion, see Conde de Ficalho, *Garcia de Orta*, pp. 289-290.
- 73 Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas*, p. 62.
- 74 Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas*, p. 93: “É muito estimado na China, na qual não se dá por ser terra fria, nem se dá em Moçambique, nem em Sofala por ser terra quente, nas quais vale muito.”
- 75 Edward H. Schafer, *The Vermilion Bird*, pp. 133 & 175.
- 76 Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas*, p. 140.
- 77 Cristóvão da Costa, *Tratado das drogas*, p. 140: “E é coisa de admirar, a grande inimizada, que tem o bêtele com o durião, e tanta, que se dentro de uma embarcação cheia de duriões, ou em uma casa deles, ou em lugar onde estiverem, puserem algumas folhas de bêtele, se corrompem, e se apodrecem todos.” About these allegations, see Lynn Thorndike, *A History of Magic*, vol. 8, p. 257.
- 78 Jan Huygen van Linschoten, *The Voyage*, ed. Burnell & Tiele, vol. 2, p. 62.
- 79 Jan Huygen van Linschoten, *The Voyage*, ed. Burnell & Tiele, vol. 2, pp. 62-68. For a Portuguese translation, cf. Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário*, ed. Pos & Loureiro, pp. 227-230.
- 80 Jan Huygen van Linschoten, *The Voyage*, ed. Burnell & Tiele, vol. 2, pp. 63-63. Portuguese translation: “Afirmam que esta mistura, bem mastigada e engolido o sumo (porque o resto cospem fora), faz muito bem ao estômago e ao mau hálito, e aos dentes e à firmeza das gengivas, e é um bom remédio contra o escorbuto” (Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário*, ed. Pos & Loureiro, p. 228).
- 81 Jan Huygen van Linschoten, *The Voyage*, ed. Burnell & Tiele, vol. 2, p. 62.
- 82 Jan Huygen van Linschoten, *The Voyage*, ed. Burnell & Tiele, vol. 2, p. 64.
- 83 Jan Huygen van Linschoten, *The Voyage*, vol. 2, p. 64. Portuguese translation: “as mulheres portuguesas têm o mesmo costume de comer este bêtele, pois cuidam não poder viver se ficassem um dia sem o mastigar, e até de noite o têm à cabeceira da cama, para quando não conseguem dormir” (Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário*, ed. Pos & Loureiro, p. 228).
- 84 Jan Huygen van Linschoten, *The Voyage*, ed. Burnell & Tiele, vol. 2, p. 66.
- 85 A complete set of the original illustrations, along with the maps and plans, are included in the Portuguese translation of Jan Huygen van Linschoten's *Itinerário*, ed. Pos & Loureiro, passim. For a recent analysis of Linschoten's iconography, see Ernst van den Boogaart, *Civil and Corrupt Asia*, passim.
- 86 Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário*, ed. Pos & Loureiro, pt. 31: “Frutas chamadas areca ou faufel e a folha chamada bêtele, que os indianos mastigam todo o dia misturada com cal, ingerindo o suco para purgar o corpo e pelas suas outras qualidades.”
- 87 Jan Huygen van Linschoten, *Itinerário*, ed. Pos & Loureiro, pts. 19 and 32.
- 88 On these aspects, see Dawn F. Rooney, *Betel Chewing Traditions*, pp. 30-65; Solange Thierry, *Le Bétel*, passim; and several of the essays included in *Opiums*, passim.

BIBLIOGRAPHY

- Andrade, António Alberto Banha de. “Drogas do Oriente,” *Arquivos do Centro Cultural Português* (Paris), vol. 3, 1971, pp. 112-188.
- Arquivo Portuguez Oriental*. Edited by Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara. 6 vols. in 10 bks. New Delhi: Asian Educational Press, 1992.
- Barbosa, Duarte. *The Book of Duarte Barbosa*. Edited by Mansel Longworth Dames. 2 vols. Millwood, New York: Kraus Reprint, 1967.
- Barbosa, Duarte. *O Livro de Duarte Barbosa*. Edited by Maria Augusta da Veiga e Sousa. 2 vols. Lisbon: Instituto de Investigação Científica e Tropical & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996-2000.
- Boogaart, Ernst van den. *Civil and Corrupt Asia - Image and Text in the Itinerario and the Icons of Jan Huygen van Linschoten*. Chicago: University of Chicago Press, 2003.
- Camões, Luís de. *Os Lusíadas*. Edited by Hernâni Cidade. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972.
- Costa, Cristóvão da. *Tratado das Drogas e Medicinas das Índias Orientais*. Edited by Jaime Walter. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- Cruz, António. *O Porto nas Navegações e na Expansão*. Lisbon: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983.
- Dalgado, Sebastião Rodolfo. *Glossário Luso-Asiático*. 2 vols. New Delhi: Asian Educational Services, 1988.
- Documenta Indica*. Edited by Josef Wicki & John Gomes. 18 vols. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1948-1988.
- Documenta Malucensia*. Edited by Hubert Jacobs. 3 vols. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1974-1984.
- Faria, Francisco Leite de. "As primeiras relações impressas sobre a viagem de Fernão de Magalhães," in *A Viagem de Fernão de Magalhães e a Questão das Molucas - Actas do II Colóquio Luso-Espanhol de História Ultramarina*. Edited by Avelino Teixeira da Nota. Lisbon: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975, 471-518.
- Ficalho, Conde de. *Flora d'Os Lusitadas*. Lisbon: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1980.
- Jacobs, Hubert Th. Th. M. *A Treatise on the Moluccas (c.1544), Probably the preliminary version of António Galvão's lost História das Molucas*. Rome: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1971.
- L'Écluse, Charles de. *Aromatum et simplicium aliquot medicamentorum apud Indos nascentium historia*. Edited by Jaime Walter & Manuel Alves. Lisbon: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.
- Lewin, Louis. *Phantastica*. Paris: Payot, 1970.
- Linschoten, Jan Huygen van. *The Voyage of John Huyghen van Linschoten to the East Indies*. Edited by Arthur Coke Burnell & P. A. Tiele. 2 vols. New Delhi: Asian Educational Press, 1988.
- Linschoten, Jan Huygen van. *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten*. Edited by Arie Pos & Rui Manuel Loureiro. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.
- Livro que Trata das Cousas da Índia e do Japão*. Edited by Adelino de Almeida Calado. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra (Coimbra), vol. 24, 1960, pp. 1-138.
- Loureiro, Rui Manuel. "O descobrimento da civilização indiana nas cartas dos jesuítas (século XVI)," in *Encontro sobre Portugal e a Índia*. Edited by Fernando Mascarenhas. Lisbon: Livros Horizonte & Fundação Oriente, 2000, pp. 107-125.
- O Orçamento do Estado da Índia 1571*. Edited by Artur Teodoro de Matos. Lisbon: Centro de Estudos Damião de Góis & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- O Tombo de Diu 1592*. Edited by Artur Teodoro de Matos. Lisbon: Centro de Estudos Damião de Góis & Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.
- Opiums - Les plantes du plaisir et de la convivialité en Asie*. Edited by Annie Hubert & Philippe Le Failler. Paris: L'Harmattan, 2000.
- Orta, Garcia da. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia*. Edited by Conde de Ficalho. 2 vols. Lisbon: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- Ozbaran, Salih. "Ottomans as 'Rumes' in Portuguese Sources in the Sixteenth Century," *Portuguese Studies* (London), vol. 17, 2001, pp. 64-74.
- Pereira Júnior, Albano. "Riqueza Farmacognósica em *Os Lusitadas*," *Garcia de Orta* (Lisbon), special number, 1972, pp. 405-431.
- Pigafetta, Antonio. *The First Voyage Around the World*. Edited by Theodore J. Cachey, Jr. New York: Marsilio Publishers, 1995.
- Pires, Tomé. *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*. Edited by Armando Cortesão. Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigenis, 1978.
- Pires, Tomé. *The Suma Oriental of Tomé Pires*. Edited by Armando Cortesão. 2 vols. New Delhi: Asian Educational Services, 1990.
- Polo, Marco. *Marco Paulo: o Livro de Marco Paulo; o Livro de Nicolao Veneto; Carta de Jeronimo de Santo Estevam*. Edited by Francisco Maria Esteves Pereira. Lisbon: Biblioteca Nacional, 1922.
- Polo, Marco. *The Travels of Marco Polo*. Edited by John Masfield. London: Everyman's Library, 1983.
- Polo, Marco. *The Travels of Marco Polo - The Complete Yule-Cordier Edition*. Edited by Henry Yule & Henri Cordier. 2 vols. New York: Dover Publications, 1993.
- Prieto, Ana Maria. *El Contacto Hispano-Indígena en Filipinas*. Cordoba: Universidad de Córdoba, 1993.
- Ramusio, Giovanni Battista. *Navigazioni e Viaggi*. Edited by Marica Milanese. 6 vols. Torino: Giulio Einaudi, 1978-1988.
- Rooney, Dawn F. *Betel Chewing Traditions in South-East Asia*. Kuala Lumpur: Oxford University Press, 1993.
- Schafer, Edward H. *The Vermilion Bird: Tang images of the South*. Berkeley, California: University of California Press, 1967.
- Siraisi, Nancy G. *Medieval & Early Renaissance Medicine - An Introduction to Knowledge and Practice*. Chicago: The University of Chicago Press, 1990.
- Thierry, Solange. *Le Bétel - Inde et Asie du Sud-Est*. Paris: Musée de l'Homme, 1969.
- Thorndike, Lynn. *A History of Magic and Experimental Science*. 8 vols. New York: Columbia University Press, 1923-1958.
- Varthema, Ludovico de. *Itinerário*. Edited by Vincenzo Spinelli. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, n.d.
- Weinberg, Bennett Alan & Bonnie K. Bealer. *The World of Caffeine: The Science and Culture of the World's Most Popular Drug*. New York: Routledge, 2002.
- Zinadim [Zain al-Din al-Ma'bari]. *História dos Portugueses no Malabar*. Edited by David Lopes. Lisbon: Edições Antígona, 1998.

Planta do tabaco (*Nicotiana rustica*).
Gravura espanhola do século XVIII.



A Divulgação do Tabaco Brasileiro na China

A Miragem de um Mercado

ARLINDO MANUEL CALDEIRA*



Planta do tabaco (*Nicotiana tabacum*).
Gravura francesa do início do século XIX.

AS VIAGENS DO TABACO: DAS AMÉRICAS AO EXTREMO ORIENTE

Ao longo dos tempos tem sido objecto de alguns equívocos a entrada dos vários tipos de tabaco e das respectivas formas de consumo na China, hoje o maior produtor e consumidor a nível mundial. A chegada relativamente precoce do tabaco faz com que em algumas regiões chinesas se considere a planta como espontânea e autóctone. Quanto à sua utilização, alguns eruditos têm visto no fumo a forma praticamente exclusiva de consumo nos primeiros séculos. Por fim, sobretudo no Ocidente, tem-se a tendência para considerar que o uso do ópio teria antecedido e preparado a adopção do tabaco. Nada disto tem fundamento, como veremos.

O tabaco é uma planta da família das solanáceas, originária da América, onde, à data do desembarque dos europeus, era espontânea em quase todo o continente e já cultivada numa área descontínua e difícil de determinar mas que, grosseiramente, corresponderia aos territórios actuais do México, da Bolívia e da Venezuela. Espontânea ou já objecto de cultivo, o certo é que era consumida, sob formas diversas, praticamente em todo o continente americano, sobretudo na fachada atlântica, desde o sul da Argentina ao Canadá. Pelas posteriores classificações dos botânicos ficámos a saber que ao género *Nicotiana*, com que Lineu etiquetou a planta, correspondiam vários sub-géneros de que os principais eram o *Nicotiana rustica* e o *Nicotiana tabacum*. Será sobretudo este último, através de uma incontável soma de variedades, que se divulgará por todo o mundo.

Deixando as minudências das identificações botânicas, vale a pena dizer que a planta do tabaco, cujas sementes foram levadas por marinheiros, mercadores, boticários e eclesiásticos para as sete partidas do mundo, revelou uma prodigiosa capacidade de adaptação aos mais diversos climas, reproduzindo-se praticamente em todas as latitudes. Esse será, aliás, um dos grandes trunfos da sua divulgação. Claro que a envergadura da

* Licenciado em História, é investigador do Centro de História d'Além-Mar (Lisboa). Nos últimos anos publicou, entre outros, vários estudos sobre as ilhas do Golfo da Guiné. Tem em preparação um extenso trabalho sobre a divulgação do tabaco brasileiro na Europa e no Mundo.

Graduate in History, researcher at the Centro de História d'Além-Mar (Lisbon). Recently he has published several papers on the islands in the Gulf of Guinea. Currently preparing a study on the spread of Brazilian tobacco across Europe and the world.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

planta, o número, a dimensão, a cor e o perfil das folhas, bem como, principalmente, a sua textura e o seu aroma variam com os solos e os climas, fazendo com que haja umas regiões mais privilegiadas do que outras para o seu crescimento. A isso haverá que acrescentar, sobretudo em relação aos primeiros séculos, as técnicas de preparação, mantidas em relativo segredo, que levavam à existência de produtos diferenciados e mercedores de distintos graus de apreço. Voltaremos a este aspecto.

Como se sabe, o papel fundamental de internacionalização do tabaco coube aos povos ibéricos, os únicos que, nos séculos XVI e XVII, conheciam suficientemente a botânica e a farmacopeia da planta do tabaco bem como as respectivas técnicas de cultivo e de transformação¹.

A divulgação do uso e da agricultura do tabaco nas margens do Oceano Índico e no Extremo Oriente teve dois pólos principais: o da costa ocidental da Índia (através dos Portugueses) e o do arquipélago das Filipinas (por intermédio dos Espanhóis).

Na Índia, onde os contactos com o Brasil, directamente ou via Lisboa, eram frequentes, a planta

do tabaco deve ter feito a sua entrada muito cedo. Na zona de Bengala, embora fosse uma das regiões do Indostão com que os Portugueses mais tardiamente estabeleceram relações comerciais regulares (cerca de 1530), já em 1550 fumar se tinha tornado “*an indispensable part of the social life there*”². Por sua vez, na costa ocidental, nas aldeias em volta de Baçaim, o tabaco era já considerado, em 1629, um dos “produtos da terra”, o mesmo acontecendo, em data aproximada, em Goa³. E, antes do fim do século XVII, o uso do tabaco tornara-se, por toda a Índia, um costume de massas⁴. Aliás, muito antes disso e mostrando o dinamismo do consumo, foi instituído em Goa a partir de 1623 (ainda antes de Lisboa) o sistema de monopólio régio na venda de tabaco⁵.

Nas Filipinas, as sementes do tabaco chegaram nos navios provenientes do México seguramente ainda no século XVI, provavelmente em 1575⁶. A adaptação agrícola foi muito fácil e o arquipélago depressa se torna um grande produtor.

Foi muito provavelmente a partir daí que, ainda antes do fim de Quinhentos, se divulga por todo o Sueste Asiático, onde mantém o nome haitiano de tabaco ou formas corrompidas do mesmo. A modalidade de consumo mais corrente vai ser o fumo, através do uso de charutos ou de cachimbos, uso que penetra todos os grupos sociais e a que não escapam novos e velhos, homens e mulheres, praticamente desde o momento da chegada da planta⁷.

No Japão, a primeira notícia sobre o comércio de folhas de tabaco remonta a 1578-1579. E, em 1601, o padre franciscano português Jerónimo de Castro, ido de Manila a Hirado e daí a Fushimi, ofereceu ao daimio local unguento de tabaco e sementes da planta. Esta data é por isso considerada a data oficial da entrada da planta no Japão, embora possamos admitir a sua chegada por via mais informal antes desse ano.

Uma crónica de 1607-1609 refere a recente moda do tabaco que atingira todas as classes da população nipónica e que “introduzido pelos Namban é tido como remédio santo para todas as doenças”. E em 1615, Richard Cocks, feitor inglês em Hirado, estranhava que, sendo um hábito tão recente, o gosto do fumo atingisse já tantos japoneses, quer homens quer mulheres quer mesmo crianças. Logo em 1612 é publicada a primeira proibição de fumar tabaco mas a repetição de medidas do mesmo tipo em anos subsequentes apenas demonstra a sua ineficácia⁸.

Comerciante chinês fumando um longo cachimbo na sua loja de chá. Album chinês do início do século XVIII. Biblioteca Nacional, Paris.



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Não sabemos a data exacta em que o tabaco fez a sua entrada na China. É no entanto seguro que no primeiro quartel do século XVII já se instalara no Sueste da China (entrando pela porta de Macau) e que, pouco depois, estava também já presente na Manchúria (via Filipinas-Coreia)⁹. A presença da planta em Macau, em que cujas costas navios portugueses mercadejavam desde 1532, é, no entanto, com muita probabilidade, anterior, sendo trazida da Índia. E, por essa via, deve ter chegado à China em data relativamente precoce, de qualquer forma antes do fecho do século XVI.

O primeiro o autor chinês a referir-se ao uso do tabaco no seu país terá sido Zhang Jiebin 张介宾 (1563-1640), um afamado médico de Zhejiang. Por sua vez, um ensaísta e poeta chinês, mais ou menos contemporâneo do anterior¹⁰, chamado Yao Lu 姚旅, natural de Fujian [Fukien], escreveu sobre o fumo do tabaco com uma confiança incondicional a propósito das suas qualidades médicas:

*“There is a plant called tan-pa-ku produced in Luzon. Another name is hsiün. You take fire and light one end and put the other end in your mouth. The smoke goes down your throat through the pipe. It can make one tipsy, but it can [likewise] keep one clear of malaria. People have brought it to Chang-chou [Fukien] and planted it, and now there is more than in Luzon, and it is exported and sold to that country. At present [my native district of] P'u has tan-pa-ku. It is commonly called gold-silk-smoke. Its leaves are like those of the lichee. After these are pounded, the juice [extracted there-from] can kill off lice on the scalp. The leaves make the tobacco.”*¹¹

Outros testemunhos do século XVII, citados por Laufer e Goodrich, coincidem em geral em dois pontos: quase todos indicam a província de Fujian para a introdução da planta e apontam datas que medeiam entre o fim do século XVI e o início do século seguinte. Seja como for, não oferece dúvidas de que a divulgação da cultura do tabaco foi relativamente rápida e o seu consumo se instalou de maneira fulminante. Em meados do século XVII a planta aparece espalhada por quase todo o território da China e era fumada por homens e mulheres de todas as classes sociais, embora, como aconteceu praticamente em todo o mundo, o uso do fumo tivesse entrado pelos estratos mais modestos do sexo masculino, nomeadamente soldados e gente do mar.

Um bom indicador da difusão do tabaco são as primeiras proibições, as quais remontam a 1637,

havendo mesmo quem as remeta para 1612¹², e que continuaram a ser promulgadas em anos consecutivos, sem que os efeitos correspondessem à persistência do legislador nem à gravidade das penas. Os motivos para estas interdições não são claros, até porque muitas das fontes os não referem. Parece, no entanto, terem a ver simultaneamente com a reacção a um hábito estrangeiro, com os efeitos psicotrópicos que eram associados ao fumo e, por fim, com o receio de que a planta ocupasse demasiados terrenos destinados, em princípio, à produção de alimentos. Além, obviamente, do receio de incêndios urbanos, uma preocupação comum a outras partes do mundo. Fosse como fosse, o tabaco mostrava-se capaz de resistir a todas as ameaças e a todos os apelos ao bom senso.

Nesta primeira fase de aclimação do tabaco, em todo o continente asiático (como já referimos para os arquipélagos do Sueste) é o fumo a forma de consumo preferida por quase todos. Só entre os Europeus é mais comum o uso do tabaco em pó inalado pelo nariz (“cheirar tabaco”). A justificação normalmente dada de que era o perigo de incêndio nos navios que impunha tal prática não justifica um gosto que, por esse tempo, era também dominante na maior parte dos países da Europa. Já voltaremos a este assunto.

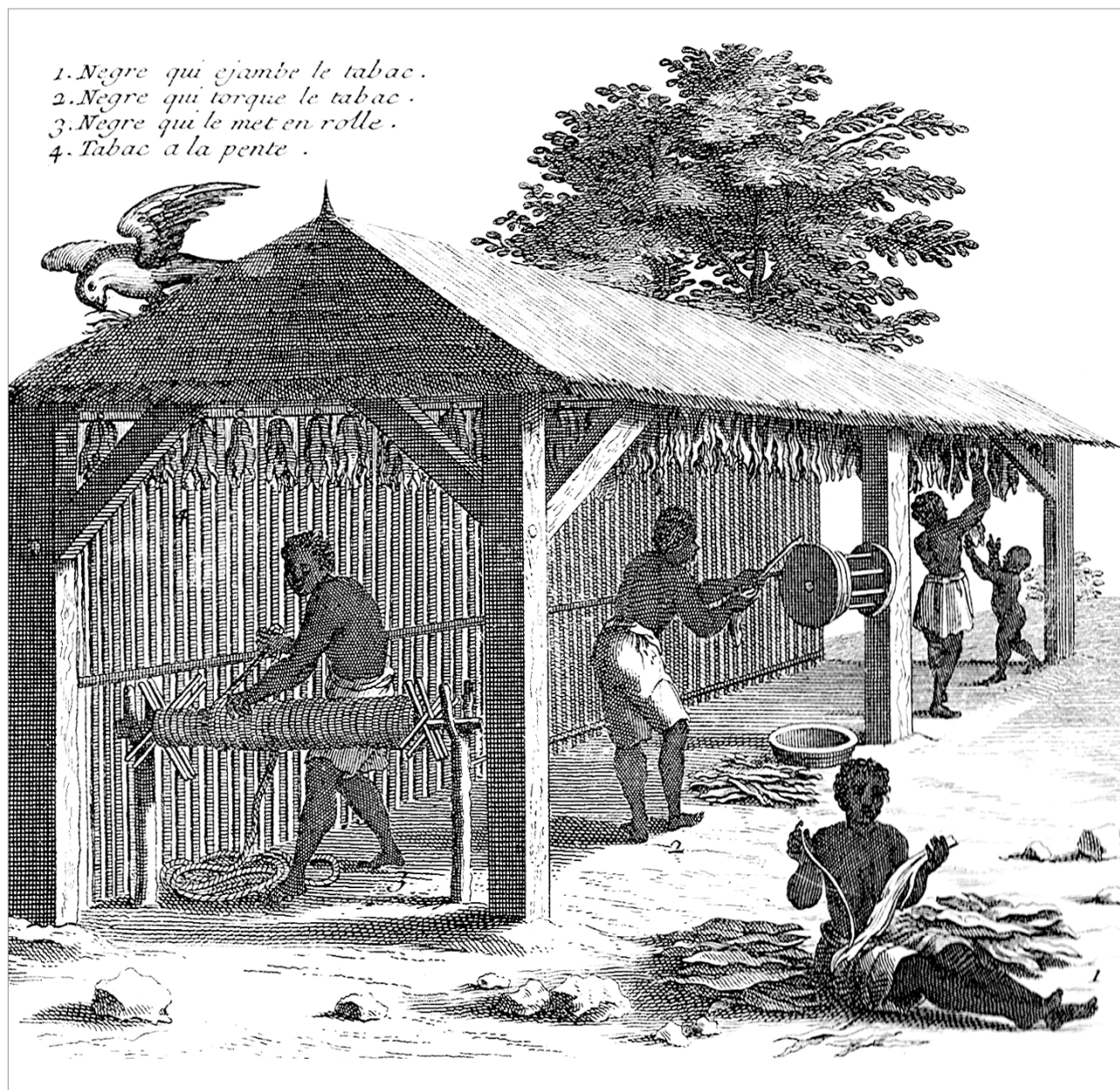
CONSUMO E FABRICO DE TABACO EM PORTUGAL

Os colonos portugueses no Brasil, através do contacto com os Ameríndios, iniciaram-se no uso do tabaco ainda na primeira metade do século XVI¹³. Há-de ter sido numa data próxima, talvez em meados de Quinhentos, que os marinheiros da rota Portugal-Brasil introduziram em Portugal a planta e o respectivo consumo¹⁴.

A planta começou por ser recomendada pelos seus usos terapêuticos (inicialmente é conhecida por “erva santa”), mas foi através da função recreativa que rapidamente se impôs. Nas classes mais baixas, o uso do cachimbo era a forma de consumo mais corrente; nos restantes grupos sociais, em Portugal, durante os séculos XVII e XVIII, é o tabaco “de cheirar”, que impera. Não se trata ainda, ao contrário do que muitas vezes se lê, de rapé (forma mais elaborada de tratamento do tabaco) mas sim de tabaco em pó seco.

É dessa forma que a planta americana ganhará a aceitação social que irá manter ao longo dos primeiros

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



Escravos africanos preparando rolos de tabaco na América Central. Junto ao tecto da cabana vêm-se as folhas do tabaco a secar. Gravura francesa do início do século XVIII.

séculos, considerando-se um gesto de elegância tirar da caixa de tabaco, entre o polegar e o indicador, uma pitada de pó que depois era levada a cada narina com o polegar e aspirada com um mínimo de ruído, enquanto se tapava com o indicador a narina contrária.

A generalização do consumo não vai passar despercebida aos instintos fiscais do Estado que vai tornar a venda de tabaco monopólio da Fazenda Real, administrando-o, em curtos períodos, directamente e,

nos restantes, arrendando-o a capitalistas particulares por grossas maquias. Tratava-se do lucrativo e sempre polémico “Contrato do Tabaco” que, salvo curtíssimos intervalos, vigorou em Portugal entre 1636 e 1865. Para isso, foi preciso pôr em funcionamento três mecanismos diferentes. Primeiro, para impedir que o cultivo da planta do tabaco se espalhasse pelo país, foi publicado um amplíssimo corpo de leis e montada uma fiscalização rigorosa, de forma a impor, melhor ou pior, o consumo

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

exclusivo de tabaco brasileiro. Ao mesmo tempo, foi criado um tribunal para administrar tudo o que se relacionasse com o tabaco (a Junta de Administração do Tabaco, fundada em 1674). Por fim, o exclusivo da manipulação do produto foi entregue a uma fábrica em Lisboa (a Fábrica do Estanco Real do Tabaco), a funcionar desde 1675¹⁵, que, posteriormente, terá também congéneres na cidade do Porto, na Madeira e nos Açores, sob controlo directo dos contratadores¹⁶.

A Fábrica garantiu durante décadas o abastecimento do mercado com variedades de tabaco de consumo de reconhecida qualidade. Desde cedo, porém, a excelência das folhas do tabaco brasileiro deixou de ser correspondida pelo carácter rotineiro das técnicas de manipulação, quer na preparação para o embarque, no Brasil, quer na posterior transformação, na Europa.

No Brasil, as folhas, um ou dois dias depois de colhidas (antes, portanto, de secarem), eram torcidas numa espécie de corda que, após outros cuidados, se apertava em volta de um pau, em três camadas, formando o rolo. Este rolo era desfeito à chegada a Lisboa (ou às outras fábricas, quando as houve), altura de procurar recuperar as folhas e pô-las a secar em fornos próprios. Eram depois reduzidas a pó e este peneirado, sendo o produto considerado tanto melhor quanto mais fino. Acostumados a esta rotina, os contratadores cuidaram pouco de inovar. Deste modo, Portugal era, no final do século XVIII, praticamente o único país europeu que consumia tabaco em pó seco¹⁷. O que desgostava os estrangeiros e os nacionais mais cosmopolitas ou mais endinheirados e dava origem a um movimento de contrabando a que as autoridades procuravam fechar os olhos.

No último quartel do século era possível comprar em Lisboa, clandestinamente claro, o melhor tabaco castelhano (dito de Sevilha, mas proveniente de Cuba e de São Domingos) e sobretudo rapé de França e da Holanda¹⁸. O rapé é também um tabaco em pó, só que menos fino e menos seco do que o português, pois resultava de um fabrico mais complexo e demorado, sendo triturado e perfumado depois de várias fermentações e secagens, muito demoradas¹⁹.

Os tipos de tabaco em pó (ou de “tabaco de pó”, como então normalmente se diz) que os contratadores punham à venda em Portugal variavam quer com a qualidade da folha de tabaco utilizada quer com os próprios processos de fabrico. As principais variedades

eram o “amostra” ou “amostrinha” (feito com a folha mais interior dos rolos, a mais amarela, mais fina e de cheiro mais intenso), o “cidade” (fabricado a partir da folha intermédia), o “simonte” (mais ordinário, obtido a partir das folhas exteriores) e o “de toda a folha” (resultante da mistura dos restos dos três anteriores)²⁰. Nesta escala decrescente de qualidade, o último referido foi substituído, na segunda metade do século XVIII, pelo “esturro” ou “esturrinho”, tabaco que resultava mais queimado no processo de secagem (ficando agarrado às vasilhas no decurso do fabrico). Os preços eram bastante variados: em 1721, vendido a retalho, um arrátel²¹ de “amostra” custava 2560 réis, de “cidade” 1920 réis e de “simonte” 1536 réis²². Durante muito tempo, o “tabaco de cidade” foi o mais consumido. A calvagem dos preços destronou-o, no entanto, a favor de variedades mais baratas: o “simonte”, primeiro²³, o “esturrinho” depois.

As capacidades de laboração das fábricas do tabaco, sobretudo da de Lisboa, eram, nas primeiras décadas do século XVIII, superiores à procura do mercado. Para o estrangeiro, apesar do bom nome do tabaco brasileiro, as saídas eram diminutas, pois o rapé começava já a destronar o tabaco em pó nos grupos sociais com algum poder de compra. No mercado interno, quase só se consumiam as qualidades inferiores de tabaco uma vez que os preços dos melhores produtos eram, como ficou dito, inacessíveis à maioria da população.

A MIRAGEM DA CHINA

À falta de relações regulares com Lisboa, a cidade de Macau era normalmente abastecida de tabaco através de Goa. Ou directamente pelo contratador (recordemos que havia monopólio da venda do tabaco na Índia portuguesa desde o início do século XVII) ou por mercadores particulares que adquiriam o tabaco por via legal ou por subterfúgios menos óbvios. Tratava-se normalmente de tabaco em pó (que algumas fontes traduzem menos rigorosamente por rapé) uma vez que o tabaco de folha, usado para fumar, era de produção local²⁴ ou vinha de origens diversas, incluindo o Japão²⁵. O tabaco em pó destinava-se maioritariamente ao consumo dos europeus, sobretudo os de estatuto mais elevado. É significativa a forma como, numa descrição chinesa de meados do século XVIII, são retratados os portugueses: “Usam um cinto vermelho para atar o

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



Lisboa antes do terramoto de 1755. No edifício em primeiro plano, à esquerda, ficava a Alfândega do tabaco. Painel de azulejos das primeiras décadas do século XVIII. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa.

fato de veludo. Tomam também rapé [isto é, tabaco em pó]. [Quanto às] folhas de tabaco são enroladas com papel, ficando com o feitio de um pincel, ao qual chegam o fogo para as absorver e fumar. [...] Trazem consigo frascos de rapé [tabaco em pó], relógios e outros objectos”²⁶. O que nos mostra que o uso do tabaco em pó não era incompatível com o fumo, já obtido, curiosamente, por meio do cigarro.

No início do século XVIII, numa altura de grandes dificuldades das finanças públicas, vamos ver a Fazenda Real a estrear-se no comércio do tabaco com Macau²⁷. Aproveitando um navio ido, em 1710, directamente de Lisboa, são enviados à experiência (tudo leva a crer que pensando já no grande mercado chinês) dois barris de tabaco em pó, num total de 240 arráteis, o mesmo acontecendo, com quantidades progressivamente mais

altas, em 1711 e 1712. O sucesso da venda foi apenas mediano, devido sobretudo à concorrência feita pelos mercadores que traziam tabaco da Índia. Por isso, logo em 1712, o rei escrevia aos administradores do Estanco do Tabaco do Estado da Índia para que eles, no momento da renovação dos contratos, informassem os rendeiros de que não poderiam mandar tabaco para a China, Timor, Solor e costa de Coromandel²⁸.

O interesse económico por Macau no princípio de Setecentos revela-se, por outro lado, na criação de uma companhia privilegiada de capitais abertos, com uma duração pré-estabelecida de dez anos, a Companhia do Comércio de Macau, autorizada por alvará de D. João V de 17 de Fevereiro de 1710²⁹. O negócio do tabaco também parece interessar-lhes. Logo em 1712, um representante da Companhia, João

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Martins Catalão, apresenta ao rei, através da Junta da Administração do Tabaco, um projecto megalómano de introdução do tabaco em pó na China, que é visto como a solução milagrosa para o escoamento de toda a produção brasileira e para o aumento das receitas públicas, solução que, no entender dos promotores, apenas pecava por tardia.

A pretensa solidez do negócio assentaria numa premissa psicológica universal, isto é, “no apetite dos homens e na repugnância de deixar o uso do que se lhes introduziu e por repetido costume abraçaram por vício”. E confirmar-se-ia por um factor geográfico: “sendo tão dilatado o Império da China, em começando o tabaco a senhorear o apetite, demandarão tanta quantia que para fabricá-la serão necessários muitos milhares de rolos e devendo cada vez aumentar-se o gasto virá a suceder que a China consuma sempre os sobejos do Brasil, ficando certa a saída do tabaco que vier e podendo-se fazer naquelas partes outros estabelecimentos a exemplo deste, logrará o Brasil um seguro consumo de quantos tabacos possa produzir”.

A Companhia sabe que terá despesas iniciais importantes naquilo a que chamaríamos hoje a campanha de promoção: haverá “o gasto das ofertas” e a necessidade de manter, de princípio, os preços baixos, mas rapidamente reparará o perdido e a Fazenda Real poderá prosperar ao mesmo ritmo.

Importa, por isso, diz o representante da Companhia, resolver sem dilação o negócio dos tabacos em Macau para os “fazer conduzir e negociar nas províncias da China mais vizinhas como são Quantung [Guangdong], Fukien [Fujian], Cheqiang [Zhejiang], Kiangsi [Jiangxi], Huquang [Huguang], Queicheu [Guizhou] e Quangsi [Guangxi] e quando muito se alargarão até os reynos de Lunquin e Cochinchina, porque só das ditas partes poderá tornar o procedido a Macau, enquanto os navios ficão lá demorando”.

Condições para o negócio? Além, evidentemente, de lhes ser concedido o monopólio do comércio do tabaco em Macau e no Império da China, precisam de permissão régia para poderem livremente proceder à manufactura do tabaco na respectiva fábrica do estanco em Lisboa, sem intromissão dos contratadores nacionais (a quem, nos termos do seu contrato, pertencia, de facto, o exclusivo do fabrico).

A proposta foi enviada para parecer à Junta de Administração do Tabaco, que juntou ao processo uma carta do capitão das ilhas de Timor e Solor³⁰ e outra do

governador de Macau, Francisco de Mello e Castro³¹, datada de 4 de Fevereiro de 1711.

Mello e Castro aponta algumas condições para a introdução do tabaco na China :

- que o tabaco remetido seja da melhor qualidade;
- que venha em frascos de arrátel ou, se possível, frasquinhos de meio-arrátel pois os chineses compram-nos sobretudo para ofertas (“para fazerem mimos”);
- que se tenha cuidado nos caixotes ou frasqueiras de transporte, não seja caso que a madeira passe cheiro ao tabaco.

Se se tiverem em conta esses aspectos, “como é vício, pelos anos futuros poderá ser se gaste grande soma de tabaco”, pois tem mostrado a experiência “que alguns Chinas não podem já passar sem ele”.

Estes prognósticos optimistas e a mentalidade mercantilista dominante terão contado na decisão da Junta que considerou que era de indeferir o pedido da Companhia de Macau, que a Fazenda Real não devia largar mão do negócio e que era legítimo esperar que no futuro viesse a dar grandes interesses³².

Antes de resumirmos a forma como a Fazenda Real passou a administrar o negócio do tabaco a partir de Macau, vale a pena determo-nos um momento no tipo das relações comerciais com a China e da importância que, nesse contexto, os portugueses viam na introdução do tabaco em pó no Império do Meio.

SAGUATES E INTENÇÕES COMERCIAIS

O comércio com a China é considerado, no século XVIII, “o mais exótico de todos os negócios”, tendo em conta, por um lado, as condições em que se desenvolve e, por outro, a estranheza dos produtos que são trocados³³. Se, de facto, virmos as listas dos saguates³⁴ enviados a mandarins e imperadores, na esperança de abrir as portas do comércio e/ou obter a tolerância religiosa, não podemos deixar de reparar no desejo dos europeus em seduzir pela singularidade dos presentes, nomeadamente pela novidade e raridade das formas e dos sabores e, em alguns casos, pela suposta eficácia terapêutica.

Vale a pena olhar para as listas de presentes que conhecemos de várias embaixadas enviadas a Pequim e ver a importância que nelas é dada, de uma forma geral, ao tabaco em pó.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

Em Outubro de 1714, o Senado da cidade de Macau, preocupado com as dificuldades de comércio que lhe eram levantadas regionalmente, enviou como saguate ao imperador Kangxi (1662-1722) uma série de produtos exóticos, que incluíam, entre outras preciosidades, muitas delas de carácter medicinal, “frascos de vinho da Europa do melhor”, “frascos com amêndoas cobertas, confeitos e pastilhas doces”, uma “boceta de cachondé”, “uma boceta de quinaquina” e “uma frasqueira com doze frasquinhos de tabaco de amostrinha”³⁵. Apesar de, numa corte habituada à opulência e à ostentação, o presente ser considerado modesto, foi bem recebido, sendo uma das razões, ao que parece, o tabaco que incluía³⁶.

Em 1727, é o rei D. João V que manda a Pequim uma embaixada com pompa e circunstância, chefiada pelo embaixador Alexandre Metelo de Sousa Menezes. Os presentes destinados ao imperador, segundo o relatório da missão “eram esquisitos e tais, que, ainda quando se possam ver outros de maior magnificência, não se acharão mais bem imaginados, nem com tanta perfeição e de mais bom gosto”³⁷. Entre a infindável e riquíssima panóplia de presentes, contavam-se “duas frasqueiras forradas, cada uma com seis frascos cristalinos lavrados e cheios de tabaco de amostrinha”. Além dos mimos expressamente destinados ao imperador, seguia ainda um apreciável volume de ofertas, algumas de grande requinte, com certeza para abrir caminho entre os múltiplos dignitários das administrações regionais e central. Nesse conjunto, não deixavam de aparecer com abundância os frascos de tabaco em pó, bem como mais de uma dezena de caixas de prata para tabaco³⁸.

Anos depois, já no reinado de D. José, é enviada nova embaixada à corte de Pequim, desta vez chefiada por Francisco Assis Pacheco de Sampaio, que, tendo saído de Lisboa em 23 de Fevereiro de 1752, chegou a Macau a 11 de Agosto desse ano e entrou em Pequim a 1 de Maio de 1753.

No segundo jantar com que foi recebido na corte imperial o embaixador português foi obsequiado pelo imperador com

“um pequeno frasco de pedra com tabaco, dizendo que gostaria que o estimasse por ser cousa de seu uso”, prova de que o uso do tabaco em pó atingira já os níveis mais altos da sociedade.

Aliás, na lista, bastante extensa, de presentes oferecidos posteriormente ao embaixador contava-se também “uma tabaqueira de cabaça lavrada”.

Por sua vez, entre os escolhidos presentes enviados pelo rei de Portugal ao imperador não faltava o tabaco ou os objectos associados ao seu consumo. Lá estava “uma caixa coberta e forrada de veludo carmesim, guarnecida por dentro e por fora de galões de prata, na qual vão seis caixas para tabaco: uma de ouro, outra de vitorina, outra de madreperola, outra de ágata e duas de ásparo verde, uma delas esmaltada, e todas guarnecidas de ouro”. E iam também, a par de vinho branco de Carcavelos e vinho tinto do Barreiro e de outros infindáveis requintes de boca, “duas frasqueiras cheias de tabaco de amostrinha, do mais selecto”³⁹.

Esse “pré-comércio” de luxo, destinado a seduzir e a impressionar, é, em toda a Europa mas sobretudo em Portugal, um reflexo de mentalidades (está implícita uma visão específica do outro) mas resulta também de razões comerciais um pouco mais vulgares. As mercadorias procurados pelos europeus na China, igualmente produtos de luxo e requinte (o chá, as sedas, as porcelanas, as madeiras lacadas, os biombos...) tinham de ser adquiridos à custa de metais preciosos, sobretudo prata espanhola, a moeda de troca preferida, uma vez que os artigos habituais da veniaga europeia não tinham aceitação, ou tinham aceitação limitada, no território chinês. Através dos seus presentes “esquisitos” os europeus pretendem não só adular as autoridades mas testar e estimular os gostos chineses na expectativa de negócios futuros (alternativa aos metais preciosos).

É neste contexto que surge em Portugal a ideia de introduzir na China o tabaco em pó, reconhecido pela qualidade da matéria-prima (o tabaco brasileiro) e que era desconhecido, ou muito pouco conhecido, no Celeste Império. Por outro lado, como já foi dito, o



Frasco francês para tabaco do Brasil, fim do século XVIII. Museu do SEITA (Service d'Exploitation Industrielle des Tabacs et des Allumettes), Paris.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

tabaco em pó manufacturado em Lisboa e no Porto era excedentário, sobretudo nas suas variedades mais caras, tendo em conta a limitação dos mercados disponíveis, incluindo o mercado interno, e a razoável capacidade de produção das respectivas fábricas do tabaco.

A conjuntura em que, quer particulares quer a Fazenda Real, pretendem aproveitar a divulgação na China do tabaco manufacturado é que não foi talvez a melhor. Nesses fins do século XVII, inícios do século XVIII, também ingleses, holandeses e franceses frequentavam as costas da China e, entre outras mercadorias, levavam tabaco. Além disso, mais ou menos pela mesma data, dá-se a introdução no Império, por via marítima e também pela mão dos europeus, de um sério concorrente da nicotina. Ao abrir de Setecentos, faz a sua entrada, em força, o ópio (ou anfião⁴⁰), sendo logo de 1722 e 1725 a imposição de pesados direitos alfandegários sobre a importação da droga. E é de 1729 a primeira proibição imperial do ópio⁴¹, o que não teve aliás o menor efeito prático. O projecto de divulgar em grande escala o tabaco brasileiro, na sua versão em pó, enfrentava, à partida, sérios concorrentes.

A ADMINISTRAÇÃO DO TABACO VIA MACAU

A Coroa portuguesa acreditou, em mais de um momento do século XVIII, nas grandes potencialidades do comércio do tabaco em pó em território chinês, embora as quantidades enviadas vão desmentir constantemente a optimismo excessivo de alguns pareceres. Ao longo das duas primeiras décadas do século XVIII foram sendo enviadas para Macau, directamente de Lisboa ou através da Índia, mas sempre de forma irregular, quantidades moderadas de tabaco, que nunca parece terem ultrapassado, mesmo nos melhores anos, os 3000 arráteis⁴².

Em 1725, a Fazenda Real mostra vontade de instalar uma administração estável “do tabaco que se manda para a cidade de Macau, sua venda naquela cidade e em todo o Império da China”. É nomeado como administrador Manuel de Sande e Vasconcelos que tinha autoridade para escolher na Alfândega de Lisboa, pagando-os aos respectivos donos, os tabacos que considerasse necessários (calculava-se inicialmente uma média de 30 a 40 rolos), os quais, sob as suas ordens, seriam manufacturados na Fábrica do Estanco do Tabaco e remetidos posteriormente para Macau.

Todas as despesas, ordenados incluídos, corriam pela Junta de Administração do Tabaco⁴³.

Para Macau, Sande e Vasconcelos nomeou dois comissários (Henrique Furtado da Silva e Ângelo Henriques de Sousa), tendo cada um deles direito a um ordenado anual de 400 mil réis e a responsabilidade de “assegurarem a venda do tabaco na cidade de Macau e Império da China”⁴⁴. Nesse sentido, foi avisado o governador de Macau para que só eles se encarregassem dessa venda, recebendo para tal “toda a ajuda e favor” que solicitassem, devendo proceder o governador, a seu requerimento, “contra os descaminhos e introdução de outros tabacos que não sejam da mesma administração”⁴⁵.

As coisas não correram como se esperara. De 1725 a 1730, por razões que desconhecemos, Sande e Vasconcelos apenas fez dois envios de tabaco para Macau: em 1725, 3813 arráteis e uma quarta e, no ano de 1727, 2766 arráteis e três quartas de “tabaco de amostra” e “cidade”, cujas vendas, feitas as contas, não eram sequer suficientes para o pagamento dos ordenados dos seus representantes em Macau⁴⁶. Em consulta posterior, a Junta de Administração do Tabaco volta a chamar a atenção em relação ao desequilíbrio entre despesas e receitas e critica directamente Manuel de Sande e Vasconcelos pelas “despesas excessivas sem dar conta de cousa alguma”⁴⁷.

Nestas circunstâncias, também em Macau as coisas não podiam correr bem. Os comissários do administrador desentenderam-se. As receitas do tabaco que eles tinham vendido eram insignificantes. Num parecer não assinado, datado de 17 de Agosto de 1730, dão-se várias sugestões sobre as formas de administrar, a custos sensatos, o negócio do tabaco. Quase todas as soluções propostas passam pela remoção dos comissários do administrador e pela transferência das suas funções ou para a Câmara ou para particulares que arrendassem o negócio em hasta pública. De qualquer forma, chamava-se a atenção, com invulgar bom senso, para a fraca sustentabilidade do negócio. De facto, segundo o autor do parecer, se

“o tabaco de pó se vier a fazer tão vulgar na China como é na Europa ainda há-de produzir menos [do que até aí] com a Real Fazenda de V. M., porque aqueles homens [os Chineses] não têm menos habilidade que os da Europa e o hão de fabricar como quiserem e com grande cómodo não só para dentro do Império onde se fará

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

estanco dele assim como há do sal, mas também o hão de navegar para os mais portos da Ásia, aonde lhe acharem consumo.”⁴⁸

Entretanto, a administração do negócio continuava a degradar-se em Macau. Um dos procuradores, Henrique Furtado de Mendonça, foi mesmo mandado preso para Goa e daí para Lisboa, onde apresentou várias queixas contra o comissário que se mantinha em Macau, Ângelo Henrique de Sousa⁴⁹.

Face à situação criada pela administração de Manuel de Sande de Vasconcelos, a atitude da Coroa portuguesa é curiosa e mostra jogos de interesses que, a esta distância, nos escapam. Em despacho de 12 de Abril de 1731 o rei manda que seja a Câmara de Macau a nomear um administrador para “o consumo dos tabacos”, que vencerá dez por cento das vendas, e manda regressar a Lisboa, embora sem perda de vencimento, o procurador de Sande de Vasconcelos. Quanto ao administrador propriamente dito, o rei manifesta-lhe confiança e cauciona a sua actuação (“Manoel de Sande tem satisfeito as minhas ordens e não teve omissão alguma”), limitando-se a ordenar-lhe que não deixe de enviar “nesta monção” tabaco para Macau, através de Goa⁵⁰.

Esse tabaco seguiu efectivamente e o mesmo aconteceu nos dois anos seguintes⁵¹. O comissário Ângelo de Sousa foi removido do cargo. Só que a nomeação, em Macau, de um novo “administrador do tabaco de pó” não se revelou tão fácil como parecia a Lisboa, apesar da diligência por parte da Câmara. Sande e Vasconcelos enviara uma lista de três nomes possíveis. Convocado o primeiro, Francisco Xavier Doutel, pediu tempo para reflectir e, depois, acabou por recusar o cargo. Foi chamado o segundo da lista, Henrique de Figueiredo Sarmiento, que, também após alguma hesitação, aceitou o lugar e apresentou como fiador Filipe Coelho, morador de “notória abonação”. O novo administrador tinha direito a dez por cento de todas as vendas e ainda aos “foros, isenções e privilégios” concedidos aos seus antecessores⁵².

A solução foi transitória, pois Henrique de Figueiredo Sarmiento desapareceu com o seu barco numa viagem de Manila para Macau. Havia que

começar tudo de novo. Chamado o terceiro nome da lista atrás referida, João Baptista Monteiro, este exigiu como condição para aceitar o encargo, um ordenado de 400 taéis, alegadamente para o pagamento de funcionários. O Senado da Câmara recusa-se a assumir um compromisso que ultrapassa as suas competências e Monteiro recusa-se a aceitar o lugar, replicando aos vereadores “que não sendo da forma que tem dito de nenhuma sorte aceitava”⁵³.

Em busca de alternativas, a Câmara manda afixar pela cidade um edital solicitando alguém “de suficiência e confiança” que queira assumir o cargo. Não aparece ninguém.

*Através dos seus presentes
“esquisitos” os europeus
pretendem não só adular
as autoridades mas testar
e estimular os gostos chineses
na expectativa de negócios
futuros (alternativa
aos metais preciosos).*

Outra hipótese era Filipe Coelho, que fora fiador de Figueiredo Sarmiento e, na sua ausência, administrava o que ficara dos tabacos recebidos. Também ele “de nenhuma sorte quis consentir”. Em desespero, a Câmara assume ela própria o encargo e entrega a administração respectiva ao seu procurador, Feliciano Monteiro⁵⁴. Era uma solução de compromisso até Lisboa tomar uma decisão, mas acabou por se prolongar no tempo. Em 1739 nada tinha mudado, embora tivessem ido sendo substituídos os procuradores e o Senado continuasse a insistir na necessidade de nomear “alguma pessoa particular mais desembaraçada de negócios comuns” e que estivesse “só a esse fim destinada”⁵⁵. Mas em 1747 ainda é o procurador da Câmara que recebe os 486 arráteis de “tabaco de cidade” e 338 arráteis de “simonte” enviados directamente de Lisboa no ano anterior⁵⁶.

Em 1745 morrera Manuel de Sande e Vasconcelos e tudo se complicara ainda mais, além de ficar à vista a situação caótica em que o negócio sobrevivera durante

Negociante chinês com o típico cachimbo local tomando chá com dois comerciantes europeus. O criado que aguarda no exterior conserva na mão um cachimbo do mesmo tipo. Álbum chinês do início do século XVIII. Biblioteca Nacional, Paris.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



20 anos. O administrador nunca dera conta dos tabacos que recebera e o monarca (tarde de mais!) resolve mandar pôr sequestro aos seus bens⁵⁷. A resolução da questão dos direitos e responsabilidades dos herdeiros ainda se prolonga por vários anos em prejuízo da gestão capaz do negócio, que, em 1757, se considerava estar em “total perdição”. Em 1758 manda-se, juntamente com a remessa da Índia, mas de forma separada, o tabaco que se destina a Macau e “suas anexas”: 4 barris de “simonte” e seis caixas de “tabaco de amostra”, perfazendo 4000 arráteis, em frascos de meio arrátel e quarta. Ordena-se, além disso, que o direito de introdução deste tabaco em Macau seja arrematado, na cidade de Goa, em hasta pública, como contrato independente. Na falta de interessado, o tabaco será remetido ao governador de Macau, que providenciará a melhor forma de administração⁵⁸.

Na verdade não apareceram candidatos ao arrendamento do contrato do “tabaco da China”⁵⁹. E a solução encontrada, e que se manterá até 1782⁶⁰, será a de responsabilizar o governador de Macau, que passará a incorporar nas suas funções a de “superintendente do tabaco”, nomeando, sempre que possível, um administrador titular “do estanco do tabaco de pó da cidade de Macau”⁶¹, em nome da Fazenda Real. Embora com o abastecimento a partir de Goa passe a haver maior regularidade nos envios e não se tenha voltado à desastrosa situação da primeira metade do século XVIII, a verdade é que a administração oficial do tabaco continuou a mostrar muitas insuficiências.

À ineficácia da Fazenda Real responde a iniciativa privada através do contrabando. Há tabaco de contrabando nos navios que vão de Lisboa “em direitura” a Macau. Há contrabando muito activo nos

navios que fazem comércio entre a Índia e a China. Há embarcações que aproveitam a escala no Brasil para levarem tabaco directamente para Macau. Até os navios ingleses descarregam no porto de Cantão grandes quantidades tabaco em pó português ou de carácter muito idêntico⁶².

“OPERAÇÃO CHINA”: UM SUCESSO?

O interesse pela introdução fraudulenta e o aumento progressivo dos preços do tabaco, sobretudo a partir de 1765, parecem ser sintomas, aliás interligados, de que o consumo de tabaco em pó ganhara na China um número apreciável de consumidores.

Numa extensa memória de 1775⁶³, o bispo de Macau avalia assim a situação, com algum cinismo:

“Como já nos Chinas se arreigou este vício do tabaco e vai em grande augmento, porque correm cegamente atrás dos seus apetites e deleites que procurão a todo o custo não prejudica por ora o contrabando ao contrato de Sua Magestade, mas antes de algum modo lhe he útil: porque como o que S. Magest. manda he pouco, ele se consome inda que reste algum de hum anno para outro e tem só o prejuízo de mora e lhe he proveitoso o contrabando porque pela abundancia se espalha muito por entre todos e assim vai em aumento o uso, para maior proveito de S. M. quando acautelar o abuso deste negocio nos estrangeiros e naturaes.”⁶⁴

Dois caixas de tabaco chinesas de porcelana. Dinastia Qing, reinado Qianlong (1736-1795). Fundação Medeiros e Almeida, Lisboa.



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

QUADRO I: TABACO SAÍDO DE GOA PARA MACAU (EM ARRÁTEIS)

ANOS	AMOSTRA	CIDADE	SIMONTE	FOLHA	TOTAL
1760	400	89	613	—	1102
1761	—	—	—	—	—
1762	1281	1050	1127	—	3458
1763	1031	1473	1332	448	4284
1764	700	1271	2494	1096	5561
1765	508	1448	3730	647	6333
1766	800	1581	4914	179	7474
1767	550	541	1126	559	2776
1768	—	—	—	—	—
1769	1000	579	2413	645	4637
1770	—	—	—	—	—
1771	600	1109	1179	294	3182

Avaliar a evolução do consumo, indo além das especulações qualitativas, são contas difíceis de fazer. Em 1734, num ano em que tinham sido enviados através de Goa 48 barris (4 de “cidade” e os restantes de “simonte”), a Câmara de Macau calculava o consumo máximo anual em 18 barris de tabaco (a maior parte do tipo “cidade” e só uma pequena parte de “simonte”) mais dois barris do “tabaco de amostra”, o mais caro⁶⁵. Em 1777, porém, os cálculos do governador e superintendente do tabaco apontavam para valores médios mais altos e o “tabaco de amostra” voltava a ganhar claramente a primazia. Segundo ele, deveriam ser enviados todos os anos para Macau 2000 arráteis de “amostrinha” e os “mil arráteis do costume”, a saber, dez barris de “cidade” e 24 barris de “simonte”. Aparentemente estaríamos na presença de um crescimento significativo, mas a verdade é que já nas primeiras décadas do século XVIII se tinham atingido por vezes, como ficou dito, os três mil arráteis, que é, aliás, um valor mais do que moderado tendo em vista a dimensão do mercado alvo.

Para os anos de 1760 a 1771 dispomos, com ligeiras falhas, dos quantitativos e qualidades de tabaco saídos de Goa para Macau⁶⁶, o que não significa que tivesse chegado na totalidade ao seu destino (ver Quadro1).

O que podemos concluir da análise do quadro, é que há uma tendência para uma subida das quantidades

enviadas, pelo menos até 1766. Por outro lado, merece alguma atenção a evolução relativa dos vários tipos de tabaco. No princípio do século o “tabaco de amostra” era apontado como o único aceite pelos chineses; em 1775 dizia-se que “o forte deste comércio dentro do Império da China consiste no tabaco de amostrinha, porque os chinas não fazem caso do simonte nem cidade”⁶⁷. O crescimento da presença destas duas últimas variedades, de preço mais baixo, parece quer dizer que o consumo se tinha alargado às classes menos ricas. Também é verdade que em alguns lugares da China se tinha apurado uma forma de contrafacção que consistia em voltar a moer o “tabaco cidade” e “simonte”, de modo a reduzi-lo a um pó “tão subtil” que era possível vendê-lo como “amostrinha”.⁶⁸

Seja como for, do que não parece haver dúvidas é que a divulgação do tabaco em pó se circunscreveu praticamente à província de Cantão e à própria capital, Pequim.

A boa aceitação desse tipo de tabaco na corte imperial é indelével. Já vimos atrás como os saguates das embaixadas enviadas à capital do Império não deixavam de incluir esse género e, mais significativo ainda, como o imperador deu manifestação pública do seu consumo ao oferecer, em Maio de 1753, em sinal de particular magnanimidade, um frasco para tabaco do seu uso pessoal ao embaixador de D. José I. Aliás,

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



Caixa de tabaco chinesa de porcelana. Na face interior da tampa, uma fumadora de cachimbo. Datável da dinastia Qing, reinado de Qianlong (1736-1795). Fundação Medeiros e Almeida, Lisboa.

os jesuítas estantes em Pequim tinham, desde cedo, aprendido a utilidade do tabaco em pó na diplomacia. De 1712 a 1758 o rei de Portugal mandava todos os anos aos missionários portugueses ali fixados, “huma grande frasqueira de tabaco de Amostrinha, genero summamente estimado na China, para que fazendo com elle Presente ao Imperador e seos Ministros, conciliassem de hum e outros a protecção e quietação das Christandades”. Ainda em 1785 o bispo de Pequim recordava o facto e pedia que a tradição fosse retomada⁶⁹.

Outra prova do apreço em que era tido o tabaco em pó português é o facto de, todos os anos, as autoridades de Cantão adquirirem em Macau, através do respectivo *hopu*⁷⁰ cerca de 300 arráteis do melhor tabaco em pó, que constituía o tributo da província de Guangdong à corte de Pequim⁷¹.

A importância que o mandarinato local atribuía a esse gesto revela-se em dois episódios, que rapidamente descambam, aliás, em conflitos económico-políticos.

Em 1768, o Senado de Macau manda entregar ao *hopu* 200 arráteis de tabaco de “amostrinha” e 84 de “cidade” que era, de forma aproximada, a quantidade que as autoridades de Cantão adquiriam todos os anos para o saguate ao imperador. O preço tinha sido o

mesmo ao longo do tempo mas, nesse ano, a Câmara, num período em que os preços estavam em alta, resolveu tabelá-lo pelo valor comercial, o preço normal do estanco. Caiu o Carmo e a Trindade.

O *hopu* dirigiu imediatamente ao Senado de Macau um protesto veemente contra o aumento dos preços. Argumentava que não se tratava de um género comum de que em qualquer momento se podem aumentar os preços, uma vez que compravam todos os anos a mesma quantidade e que a pagavam imediatamente. Não deixa de recordar que se trata de tabaco para o imperador e argumenta com a situação de privilégio dos portugueses em Macau, onde assistem há mais de 200 anos. E, o povo de Macau, em vez de se mostrar agradecido, “tem o coração como de seta, buscando ganância sobre este pouco que oferece ao Imperador”. Desta forma, pede (exige?) que não haja alteração nos preços⁷².

Na mesma data, o mandarim de Xiangshan⁷³ secunda a posição do *hopu* e pressiona o Senado para que não haja aumento do preço do tabaco. Recorda que “todos os Portugueses e mais povo de Macau vivem do favor do Imperador” e, subindo já claramente de tom, “avisa que de hoje em diante devem agradecer ao Imperador com grande cuidado e não façam como cada um quer e não busquem trabalhos e lágrimas para si”⁷⁴.

Perante a atitude das autoridades chinesas, a Câmara resolve recuar e prefere ser ela a pagar o excesso do preço do tabaco do que manter um braço-de-ferro do qual, a prazo mais ou menos curto, acabaria por ser a principal prejudicada⁷⁵.

O segundo caso tem a mesma ou ainda maior delicadeza. Em 1775, os mandarins continuavam a comprar regularmente entre 200 e 300 arráteis de tabaco em pó para serem enviados ao imperador e o preço continuava bonificado: pagavam cinco patacas por arrátel quando o mesmo tabaco no mercado se vendia por nove⁷⁶.

Nesse ano, porém, uma série de coincidências, nomeadamente o incêndio do navio que levava o tabaco da Índia para Macau, provocara uma grande escassez, agravada pelo facto de, já no ano anterior, o abastecimento ter sido irregular. A falta de tabaco, além dos efeitos imediatos na subida dos preços, provoca uma enorme agitação em Macau e nos territórios envolventes, o que mostra como o vício estava bem arraigado, mesmo se apenas entre grupos localizados da população. Mas o problema mais grave para resolver

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

era o do tabaco que a província de Guangdong devia mandar ao imperador.

O *hopu* acusa a Câmara e o Governador de incúria e dá a entender que há tabaco oculto, eventualmente de contrabando, suficiente para satisfazer essa obrigação anual. O Senado apressa-se a declarar a sua impotência, mas não se livra de ameaças de retaliação económica. No meio deste imbróglio, as autoridades chinesas, sempre bem informadas, escrevem directamente ao bispo, pela primeira e, aparentemente, única vez⁷⁷. E o bispo lá conseguiu, melhor ou pior, satisfazer as exigências dos mandarins. Promete-lhes também, e não se esquece, de escrever ao rei de Portugal, para que este ordene que, de uns anos para os outros, se reservem 200 arráteis de tabaco, de modo a que fique “o Imperador servido e a cidade em sossego”. E aproveita para pedir para si próprio, a dádiva de 120 arráteis de tabaco de “amostrinha”, alegadamente destinados a distribuir pelos mandarins que o visitam “para os atrair por serem muitos interesseiros e isto serve de muito para delles conseguir em beneficio da cidade alguns desempenhos e favores.”⁷⁸.

Na sua correspondência para Lisboa, o bispo de Macau, D. Alexandre Guimarães, que virá a ser também, episodicamente governador (1777-1778), mantém alguns dos projectos megalómanos que vinham do princípio do século. Pretende encher a China de tabaco brasileiro, admitindo até que se possa abrir, graças à amizade do imperador, um estaque para venda do tabaco, administrado pelos Portugueses, em cada província do Império. Esquecendo que as primeiras experiências remontavam já a quase 70 anos, prometia, ainda a prazo, fabulosos lucros para a Fazenda Real, graças ao aumento das vendas mas também ao aumento dos preços:

“Suposto o génio do china, que não repara em gastar tudo para sustentar os próprios vícios, nenhum receio pode haver na diminuição destes preços, porque depois de radicado o uso, hão de comprá-lo pela taxa que S. M. tem no estaque e por todo o preço que pedirem. O exemplo temos no amphião que sobe de 4 patacas a 14 patacas por cate, que são cinco quartas do nosso peso. E no mesmo tabaco que subiu o ano passado a 16 patacas.”⁷⁹

A realidade era, aparentemente, menos dourada. Ainda que se mantivesse o prestígio do tabaco brasileiro, o fabrico de tabaco em pó em Pequim e em Cantão vinha em crescimento desde o início do século, afirmando-se quer em quantidade quer em qualidade⁸⁰. Não sabemos se por essa razão, cerca de 1778, o imperador da China proibiu a entrada de tabaco português em todo o Império⁸¹. É certo que a Macau continuava a chegar tabaco, supostamente destinado ao consumo exclusivo dos portugueses, e boa parte dele acabava por ser introduzido na China. É certo também que se podia invocar o exemplo do ópio que, apesar de proibido sob as mais graves penas, via o seu comércio prosperar. A verdade, porém, é que o consumo de tabaco em pó (embora se mantivesse por mais algumas décadas) estava ferido de morte. Pelas proibições e pela concorrência interna. Pela competição de franceses, ingleses e outros europeus que iam aumentando as suas vendas de rapé. E até pelo crescimento imparável do consumo do anfião. Talvez por isso, ali perto, na ilha de Java, os holandeses vinham experimentando uma mistura de ópio e de tabaco⁸², provavelmente com a esperança, a mesma que tinham tido os portugueses em relação ao tabaco em pó, de conquistarem um dia o imenso mercado da China imperial. **RC**

NOTAS

- 1 Javier López Linage e Juan Hernandez Andreu, *Una historia del tabaco en España*, Madrid, Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 1990, p. 24.
- 2 Muhamad Abdur Rahim, *Social and Cultural History of Bengal*, Karachi, 1963, cit. por Victor G. Kiernan, *Tobacco: A history*, Londres, Hutchinson Radius, 1991, p. 24.
- 3 Maria da Conceição Cheis, *O Tabaco do Brasil nos Quadros da Economia Portuguesa do Século XVII*, tese de licenciatura fotocopiada, Faculdade de Letras de Lisboa, 1967, p. 176.

- 4 Irfan Habib, *The Agrarian System of Mughul India (1556-1707)*, Bombaim, 1863, cit. por Kiernan, *ob. cit.*, p. 24.
- 5 Instituídos em 1623 pelo vice-rei D. Fernando da Gama, os primeiros contratos de tabaco na Índia foram aprovados pela Provisão régia de 13 de Março de 1626. Em 4 de Abril de 1644 o monarca aceitou igualmente a criação do contrato de tabaco de Damão (Jean-Baptiste Nardi, *Le tabac brésilien et ses fonctions dans l'ancien système colonial portugais (1570-1830)*, tese de doutoramento (dactilografada), Aix-en-Provence, 1990, pp. 756-758.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- 6 Kiernan, *ob. cit.*, p. 25 e Anthony Reid, "From Betel-Chewing to Tobacco-Smoking in Indonesia", *Journal of Asian Studies*, vol. XLIV, n.º 3, Maio 1985, p. 535.
- 7 Thomas Hollmann, "The Introduction of Tobacco into Southeast Asia", in *Symposium Maritime Routes and Associated Networks*, Sagres, s.n., 1992, p. 13. Hollmann faz um inventário das primeiras menções escritas sobre o uso do tabaco na região, de que a mais precoce é Ternate (1599) mas a que se seguem, por exemplo, Java (1606), Malásia (1608), Samatra (1613), Tidore (1616), Birmânia (1616), Sião (1622) e Vietname (1631) (*ibid.*, pp. 5-6).
- 8 Todas as informações sobre o Japão provêm de Dorotheus Schilling, "A introdução do tabaco no Japão", in *Congresso do Mundo Português*, vol. VI, t. 2, 2.ª secção, "Império do Oriente", Lisboa, 1940, pp. 159-177.
- 9 L. Carrington Goodrich, "Early prohibitions of tobacco in China and Manchuria", *Journal of the American Oriental Society*, vol. 58, Baltimore, 1938, p. 648.
- 10 Sabe-se apenas que escreveu no chamado período Wanli (1573-1620).
- 11 Goodrich, *cit.*, p. 648; Berthold Laufer, *Tobacco and its use in Asia*, Chicago, Field Museum of Natural History, 1924, pp. 2-3.
- 12 Goodrich, *cit.*, pp. 649-650 e nota 8.
- 13 Arlindo Manuel Caldeira, "O tabaco brasileiro em Portugal: divulgação e formas de consumo durante o Antigo Regime", in *Portugal-Brasil: Memórias e Imaginários. Congresso Luso-Brasileiro. Actas*, vol. I, Lisboa, G.T.M.E.C.D.P., 2000, pp. 569-571.
- 14 Na crónica de D. Manuel I, publicada em 1566, Damião de Góis afirma "esta erva trouxe primeiramente a Portugal Luís de Góis, que, depois, sendo viúvo, se fez na Índia dos da Companhia do nome de Jesus" (Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel*, Lisboa, 1566-1567, Parte 1.ª, Cap. 56, fl. 52). O Pe. Serafim Leite, que tomou em sentido literal a informação de Damião de Góis, esforçou-se por datar a referida introdução, tendo em conta a biografia de Luís de Góis (1504-1567), e concluiu que essa data podia mediar entre 1535 e 1542, sendo este último ano o mais provável (Serafim Leite, *Novas Páginas de História do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1965, p. 256).
- 15 Até à instalação da Fábrica do Estanco Real o fabrico era assegurado por pequenas oficinas, controladas pelo contratador.
- 16 Sobre qualquer destes aspectos, o estudo mais desenvolvido é o de Jean-Baptiste Nardi, *Le tabac brésilien et ses fonctions...*, *cit.* Vale também a pena ler, do mesmo autor, "Retrato de uma indústria no Antigo Regime: o Estanco Real do Tabaco em Portugal (1675-1830)", *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXV, Fundação C. Gulbenkian, Lisboa/Paris, 1990, pp. 321-339 e Carl A. Hanson, "Monopoly and Contraband in the Portuguese Tobacco Trade, 1624-1702", *Luso-Brazilian Review*, XIX, 2, 1982.
- 17 Ribeiro Sanches, "Sobre as lavouras e fábricas do tabaco do Brasil", in Armando Barreiros Malheiro da Silva, *A 'Censura do Tabaco' do P. Jerónimo da Mota e dois escritos de Ribeiro Sanches*, Braga, Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho, 1986, pp. 74-75. Este texto foi publicado também por Victor de Sá em anexo ao livro de Ribeiro Sanches, *Dificuldades que Tem Um Reino Velho Para Emendar--se e Outros Textos*, Porto, Inova, s.d., pp. 169-181.
- 18 *Ibidem.*
- 19 Pressionados pelo mercado, os contratadores portugueses só começaram a produzir tabaco rapé em 1796.
- 20 Rafael Bluteau, *Vocabulário português e latino...*, Suplemento, Parte II, Lisboa, 1728, voc. Tabaco.
- 21 O arrátel correspondia a 459 gramas. Vendido por miúdo era dividido em oitavas e onças (uma onça= 28,69 grs.).
- 22 Nardi, *Le tabac brésilien...*, *cit.*, p. 176.
- 23 Nardi, "Retrato de uma indústria...", *cit.*, p. 331.
- 24 Ao longo do século XVIII sucederam-se as medidas para impedir a saída de tabaco de folha para a Índia, a partir de Macau (*Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. xv, n.º 5, Maio de 1971, pp. 241, 246 e 259).
- 25 Esta era a origem de "dois caixões de tabaco" no valor de "cinquenta e um taéis, nove mazes, dois conderins e cinco caxas" adquiridos em 1667 (Francisco Mendes Pimentel, *Breve relação da jornada que fez à corte de Pequim o Senhor Manuel de Saldanha, embaixador extraordinário del rei de Portugal ao emperador da China e Tartária*, compil. e anot. de C. R. Boxer e J. M. Braga, Macau, Imprensa Nacional, 1942, Apêndice, p. x II).
- 26 Tcheong-Ü-Lâm e Ian-Kuong-Iâm, *Ou-Mun Kei Leok (Monografia de Macau)*, tradução do chinês por Luís G. Gomes, Macau, Imprensa Nacional, 1950 [1.ª ed. 1751], pp. 170-171.
- 27 Já no ano de 1706, numa altura em que partia uma nau "em direitura" às ilhas de Solor e Timor, a Junta da Administração do Tabaco aproveitara para mandar 36 arrátéis de tabaco para essas ilhas. Em carta posterior, o capitão das mesmas mostra a dificuldade em vender o tabaco em pó, a não ser aos religiosos. A população local consome o "tabaco da terra" em fumo e mesmo os que o consomem em pó, improvisam-no a partir daquele que cultivam. Apesar de tudo, com os lucros do tabaco remetido de Lisboa ainda foi possível enviar a Macau uma apreciável quantidade de sândalo (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tomo [IAN/TT], Junta de Administração do Tabaco [JAT], maço 8 (Consultas), carta de Jácome Morais Sarmiento, 10 de Junho de 1707; *ibid.*, caixa 98, maço 104-A (Cartas do Brasil e da Índia), 1758).
- 28 IAN/TT, JAT, Maço 8, Consulta de 5 de Março de 1712; *ibid.*, caixa 98, maço 104-A (Cartas do Brasil e da Índia), 1758.
- 29 A companhia, que recebeu um largo conjunto de privilégios considerados essenciais para a sua sobrevivência, terá ao longo dos seus dez anos de vida vários acidentes de percurso. Nada disso pode, obviamente, ser desenvolvido aqui. Arquivo Nacional do Brasil, *Secretaria de Estado do Ministério do Reino*, Códice 77, vol. 22, Alvará de 17 de Fevereiro de 1710; Arquivo Histórico Ultramarino [AHU], *Macau*, caixa 2, doc. 89, 3 de Março de 1713; *ibid.*, caixa 3, doc. 8, 23 de Novembro de 1718; *ibid.*, caixa 3, doc. 10, anterior a 4 de Março de 1720.
- 30 Ver nota 27.
- 31 Francisco de Mello e Castro tomou posse do governo de Macau em 28 de Julho de 1710, tendo-se mantido no cargo pouco mais de um ano, pois foi desapossado do lugar por "louco e dezanadernado", segundo a expressão do bispo de Malaca, um dos seus adversários mais fiéis (Jorge Pamplona Forjaz e José Francisco de Noronha, *Os Luso-Descendentes da Índia Portuguesa*, 2.ª ed., vol. II, Lisboa, Fundação Oriente, 2003, p. 616). O seu parecer, no caso do tabaco, parece razoavelmente sensato.
- 32 IAN/TT, JAT, maço 8, Consulta de 5 de Março de 1712.
- 33 Louis Dermigny, *La Chine et l'Occident. Le commerce a Canton au XVIIIe siècle*, Paris, S.E.V.P.E.N., 1964, tomo I, p. 370.
- 34 Saguato ou sagoate significa presente, donativo; o vocábulo parece ser derivado do hindustani-persa Saughát, raridade, curiosidade, presente (S. Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, Coimbra, Academia das Ciências, 2.º vol., 1921, p. 130).
- 35 "Lista do sagoate, digo das couzas p^a o S.or Imp.or Kamhy, as quaes offerece a sua Mag.de o Senn^o da Cid.e de Macao, ? Outubro de 1714", *Arquivos de Macau*, vol. I, n.º 2, Julho de 1929, pp. 77-78.
- 36 A. H. de Oliveira Marques (dir.) *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, 2.º vol., Lisboa, Fundação Oriente, 2001, p. 86.
- 37 *Abreviada relação da embaixada que El-Rei D. João V mandou ao Imperador da China e Tartaria pelo seu embaixador Alexandre Mettelo de Sousa Menezes*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879, pp. 50-51.
- 38 Rui Bebiano, *D. João V. Poder e Espectáculo*, Aveiro, Livraria Estante, 1987, pp. 165-170.
- 39 Visconde de Santarém, *Relatório de Francisco de Assis Pacheco de Sampaio a El-Rei D. José I dando conta dos sucessos da embaixada*

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- a que fora mandado à Côte de Pekim no anno de 1752, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879, pp. 84 e 105-107.
- 40 Ao contrário do tabaco (a que não dedica uma linha) Garcia de Orta nos seus *Colóquios...* (cuja 1.ª edição é de 1563) dá relativo destaque ao “amfiam dito assi corrompidamente porque o seu nome he opio”, mostrando como “comer” ópio era muito frequente na Índia, por influência muçulmana. A nota do Conde de Ficalho que enriquece o texto informa-nos, aliás, que já no tempo de Afonso de Albuquerque esse consumo era corrente (Garcia de Orta, *Colóquios dos simples e drogas da Índia*, fac-símile da edição de 1891, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, vol. II, pp. 170-179).
- 41 Maria Helena do Carmo, *Os Interesses dos Portugueses em Macau na Primeira Metade do Século XVIII*, Macau, Universidade de Macau, 1999, p. 35.
- 42 Jean-Baptiste Nardi, *Le tabac brésilien et ses fonctions...*, cit., pp. 804-805; Raul Esteves dos Santos, *Os Tabacos*, Lisboa, Seara Nova, 1974, vol. I, pp. 171-172.
- 43 IAN/TT, *JAT*, maço 52 (Decretos), Decreto de 1 de Março de 1725; *ibid.*, caixa 98, maço 104-A (Cartas do Brasil e da Índia), Decreto de 1 de Março de 1725.
- 44 IAN/TT, *JAT*, caixa 98, maço 104-A (Cartas do Brasil e da Índia), Decreto de 20 de Março de 1725.
- 45 IAN/TT, *JAT*, maço 52 (Decretos), Decreto de 27 de Fevereiro de 1725.
- 46 IAN/TT, *JAT*, maço 13 (Consultas), Consulta de 13 de Maio de 1730.
- 47 IAN/TT, *JAT*, maço 13 (Consultas), Consulta de 30 de Março de 1731.
- 48 AHU, *Macau*, caixa 3, Doc. 43, 17 de Agosto de 1730.
- 49 IAN/TT, *JAT*, maço 13 (Consultas), Consulta de 30 de Março de 1731.
- 50 IAN/TT, *JAT*, maço 13 (Consultas), resolução régia de 12 de Abril de 1731.
- 51 Em 1733 foram enviados de Lisboa, através da Índia, 83 barris de tabaco, embora o próprio administrador considerasse que seria excessivo para o consumo corrente (carta do Administrador do Tabaco, Manuel de Sande e Vasconcelos, 17 de Abril de 1733, *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. VII, n.º 1, Janeiro de 1967, p. 16). Em 1734 foram remetidos, de Goa, 44 barris de tabaco “simonte” e quatro de “cidade” (*ibid.*, vol. XV, n.º 5, Maio de 1971, p. 273).
- 52 Carta da Câmara de Macau para Manuel de Sande e Vasconcelos 27 de Dezembro de 1732, *ibid.*, p. 242; carta para o ouvidor de Macau, 26 de Dezembro de 1732, *ibid.*, p. 243.
- 53 Termo sobre a administração do tabaco, 25 de Setembro de 1734, *ibid.*, vol. III, n.º 3, Março de 1965, pp. 163-164.
- 54 Carta da Câmara para os Administradores do Tabaco da Índia, 28 de Dezembro de 1734, *ibid.*, p. 273; Termo sobre a administração do tabaco, 25 de Setembro de 1734, *ibid.*, vol. III, n.º 3, Março de 1965, pp. 163-167.
- 55 Carta da Câmara para Manuel de Sande e Vasconcelos, 26 de Dezembro de 1739, *ibid.*, vol. XV, n.º 6, Junho de 1971, pp. 329-330.
- 56 Consulta de 13 de Outubro de 1757, IAN/TT, *JAT*, caixa 98, maço 104-A (Cartas do Brasil e da Índia).
- 57 Decreto de 12 de Setembro de 1745, *ibid.*
- 58 IAN/TT, *JAT*, caixa 98, maço 104-A (Cartas do Brasil e da Índia), 1758.
- 59 Nardi, *Le tabac brésilien...*, cit., p. 808.
- 60 A partir de 1782 administração do tabaco de Macau passou a ser atribuída automaticamente aos contratadores do tabaco de Portugal (*ibid.*, p. 809).
- 61 Provisão expedida ao Administrador do Estanco do Tabaco de pó da Cidade de Macau pela Junta da Fazenda Real da Cidade de Goa e Estado da Índia, 6 de Maio de 1775, AHU, *Macau*, caixa 8, doc. 28.
- 62 Provisão expedida ao Governador da Cidade de Macau pela Junta da Fazenda Real da Cidade de Goa e Estado da Índia, 6 de Maio de 1775, *ibid.* No ano de 1777, os ingleses descarregaram em Cantão dezenas de barris de tabaco “cidade”, “simonte” e “amostrinha”. O governador não lhe poupa improperios: “Estes inimigos comuns de toda a Europa, destruidores do Geral comércio, cada vez irão desbaratando mais este contrato” (Carta do bispo de Macau, Adenda de 30 de Novembro de 1777, AHU, *Macau*, caixa 11, doc. 24).
- 63 Essa memória, que merecia publicação autónoma, intitula-se “Do tabaco, da sua maior introdução na China, das utilidades que pode dar, como se deve vedar o contrabando dos estrangeiros e Portugueses e como se há-de administrar este comércio” (AHU, *Macau*, caixa 9, Anexo ao doc. 9, 20 de Dezembro de 1775). Nessa memória, a par de longas considerações, o bispo faz inúmeras propostas práticas, como as seguintes: proibir a venda em Portugal do tabaco de “amostrinha”, para evitar o contrabando, destinando-o todo à China; deixar em Macau o preço do tabaco livre para os mercadores mas mantê-lo fixo no estanque; baratear os preços em Cantão para facilitar a implantação do hábito; criar uma Junta de Administração em Macau; etc., etc.
- 64 *Ibidem.*
- 65 Carta da Câmara para os Administradores do Tabaco da Índia, 28 de Dezembro de 1734, *Arquivos de Macau*, 3.ª série, vol. XVI, n.º 5, Maio de 1971, p. 273.
- 66 Exportações de tabaco de Goa para Macau (1760-1771) in Nardi, *Le tabac brésilien...*, cit., p. 807, Quadro VIII, 13.
- 67 Memória “Do tabaco, da sua maior introdução...”, cit.
- 68 *Ibidem.*
- 69 AHU, *Macau*, caixa 17, doc. 5, carta de Fr. Alexandre, bispo de Pequim, 20 de Maio de 1785; R. E. Santos, *Os Tabacos...*, cit., I, pp. 174-175.
- 70 O *hopu* (ou *hopo*) de Macau tinha, sobretudo, embora não exclusivamente, funções fiscais no território. O *hopu* de Macau estava sob a tutela do *hopu* grande ou *hopu* de Cantão, da Alfândega de Guangdong (Jin Guo Ping, Wu Zhiliang, *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão e os Procuradores do Senado*, vol. I (1749-1793), Macau, Fundação Macau, 2000, pp. 38-42).
- 71 Pu Hsin-Hsien, *Resumen del comercio internacional de Macau en el siglo XVIII según los documentos en chino del Archivo Nacional da Torre do Tombo*, Lisboa, s.n., 1961. Sep. *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimientos*, 5, p. 5. O autor não distingue, como é, aliás, comum com outros autores, o tabaco em pó do rapé. Neste caso, tratava-se de tabaco em pó.
- 72 Cópia da chapa do *hopu* sobre o tabaco de pó, Agosto de 1768, in *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão...*, cit., pp. 63-64, doc. 19.
- 73 O mandarim de Xiangshan era a autoridade principal do “distrito” a que Macau pertencia (*ibid.*, pp. 16-17)
- 74 Chapa do mandarim de Xiangshan sobre a mesma matéria, Agosto de 1768, *ibid.*, p. 65, doc. 20.
- 75 Padre Manuel Teixeira, *Macau no Séc. XVIII*, Macau, Imprensa Nacional, 1984, p. 543.
- 76 Carta do Bispo de Macau de 10 de Novembro de 1775, AHU, *Macau*, caixa 9, doc. 3.
- 77 *Correspondência Oficial Trocada entre as Autoridades de Cantão...*, cit., p. 16.
- 78 Carta do Bispo de Macau de 10 de Novembro de 1775, cit.
- 79 Memória “Do tabaco, da sua maior introdução...”, cit.
- 80 B. Laufer, *Tobacco and its use...*, cit., p. 33.
- 81 AHU, *Macau*, caixa 12, doc. 25, 1778.
- 82 *Ibidem*, p. 23.

“Seduced by the Thirst for Knowledge” Engelbert Kaempfer’s Scientific Activities in Safavid Persia (1683-1688)

ELIO BRANCAFORTE*



In the preface to Engelbert Kaempfer’s *Amoenitatum exoticarum politico-physico-mediciarum fasciculi V* (1712) the author emphasizes the fact that the material contained in his work will not simply rehash previous information culled from other travel accounts or books on natural history or science. Instead, Kaempfer will recount his own eyewitness experiences and observations from his travels that took him on a ten-year journey from Sweden through Muscovy and Persia, to India, Ceylon, Java, Siam and Japan from 1683 to 1693: “I have introduced nothing drawn from my own imagination, nothing with the imprint of the study, or the reek of lamp oil. Nor have I re-heated cabbage boiled by others, unless the context requires it, but restrict myself to describing that which is either new or has not been thoroughly and fully recorded by others.”¹ A native German, from Lemgo in

Westphalia, Kaempfer (1651-1716) was not just a world traveller; he was a scholar, medical doctor, and naturalist, renowned as the first European to study Japan scientifically—in particular, Japanese customs and Japanese plants.² His descriptions of Japanese flora and medical practices (in the *Amoenitates exoticae*), and his monumental *History of Japan* (published posthumously in 1727 by Johann Caspar Scheuchzer) introduced this “forbidden Empire” to a European audience eager to learn about an unknown part of the world.

The present study, however, will examine Kaempfer’s scientific activities while in Persia. It was during his four and a half years in this country (from 1683-1688) that he honed the skills as a keen observer of natural phenomena and human customs that later stood him in such good stead in Japan (1690-1692). His keen intellect and background as a student of medicine, science, history, law, and foreign languages at a number of European universities prepared him very well for his studies in the Persian Empire. A man of incredible energy, Kaempfer used every available opportunity to record observations that relate to our modern-day disciplines of cartography, botany, biology, ethnography, archaeology, architectural history, medicine...to name but a few.³ Kaempfer not

* Received his Ph.D. in Comparative Literature in 2001 (Harvard University). Since 2000, he has taught in the Department of Germanic & Slavic Studies at Tulane University, New Orleans. His research interests include early-modern European travel accounts and the history of cartography.

Doutorado em Literatura Comparada pela Universidade de Harvard (2001). Lecciona, desde 2000, no Departamento de Estudos Germânicos e Eslavos da Universidade de Tulane, Nova Orleães. As suas investigações incidem principalmente sobre os relatos europeus de viagens dos inícios da Época Moderna e sobre a história da cartografia.

only learned the basics of Persian and Turkish during his stay, he made sketches of cities and archaeological sites, corrected the observations of previous European travellers to Persia, and made numerous discoveries relating to Persian flora and fauna. After a brief overview of his travels and scholarly achievements I will outline some of the most important of his scientific activities while in Persia.

BACKGROUND AND STUDIES

Engelbert Kaempfer was born in 1651 and grew up as a vicar's son in the Westphalian town of Lemgo. He attended high school in a number of different cities—Hamel, Lüneburg, Lübeck—and finally Danzig, where his dissertation, titled *Exercitatio politica de majestatis divisione in realem et personalem*, was published in 1673. Kaempfer then continued his studies at various cities in the Kingdom of Poland, first in Torun, before enrolling at the Jagiellonian University in Krakow, where he studied philosophy, foreign languages and medicine (1674-76). From there he transferred to the Albertus University in Königsberg (1677), and enrolled as a law student.⁴ However, he primarily continued his studies of medicine there and even wrote an (unpublished) manuscript entitled *Physiologia specialis*, dated July 14, 1679.⁵ In 1681 Kaempfer abruptly ended his university career in Krakow—without receiving a terminal degree—in order to transfer schools, yet again, this time to the University of Uppsala. The scholars Olof Rudbeck (1630-1702) and Petrus Hoffvenius (1630-82) taught medicine there, and had helped make it the most celebrated of the Scandinavian universities of its day.⁶ In Sweden, Kaempfer attended classes on medical subjects, and most likely took advantage of the university's facilities—such as the botanical garden and the large “Theatrum anatomicum,” in which observers could witness dissections being performed.⁷ Kaempfer distinguished himself through his studies, made important contacts, and only one year later, in August 1682, he moved to Stockholm. There, he obtained the position of official secretary of a diplomatic and trade mission to Persia.

King Charles XI of Sweden had charged the envoy Ludwig Fabritius, a native Dutchman, with organizing the mission to the Persian court.⁸ The monarch hoped to gain access to Persian goods via Muscovy, thus

avoiding the route around the Cape of Good Hope as well as the Dutch monopoly of the trade in silk and spices. In addition, the Swedish ruler hoped to persuade Shah Sulayman to join the European coalition against the Ottoman Turks. This mission was reminiscent of an earlier, unsuccessful mission sent by the Duke of Schleswig-Gottorf to Persia from 1635-1639, which the secretary to the mission, Adam Olearius, had commemorated in his travel accounts, first in the *Offt Begehrte Beschreibung der Newen Orientalischen Rejse* (1647) and then in an enlarged second edition, the *Vermehrte Neue Beschreibung der Muscowitischen und Persischen Reyse* (1656). Kaempfer's scholarly background and many talents had caught the eye of the Swedish organizers of the mission, and the position must have seemed quite attractive to the 30-year old student, who likely considered the future possibilities of advancement at the Swedish court. In March 1683, Kaempfer left Stockholm with the embassy.

THE JOURNEY

The route of the delegation went from Stockholm to Turku and Helsinki in Finland, to Vyborg and the fortress of Nyenskans (present-day St. Petersburg), to the Estonian city of Narva, before reaching the border of Muscovy. A delay ensued (because the Shah of Persia's name had been placed before that of the Tsar's on the embassy's letters of introduction), but eventually they were able to proceed to Novgorod, where Kaempfer was especially impressed by the large number of monasteries.⁹ From the start of the journey Kaempfer wrote detailed journal entries, a kind of rough draft of everything that he found interesting or noteworthy during the voyage. This text, as well as the rough sketches that he included, was meant to serve as notes for an eventual publication of the travel account. When the embassy arrived in Moscow they were granted an audience at the Kremlin with the two tsars, Ivan and Peter (who later became known as Peter the Great). Kaempfer's journal contains meticulous notes about what clothes the rulers wore, the position of their thrones, the ceremony of the event: the author was particularly impressed with the young Peter's bearing and handsome features.¹⁰ During the rest of the stay Kaempfer made observations about Russian food and ceremonial dinners and processions, about Orthodox burials, about his visits to a Russian school,

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

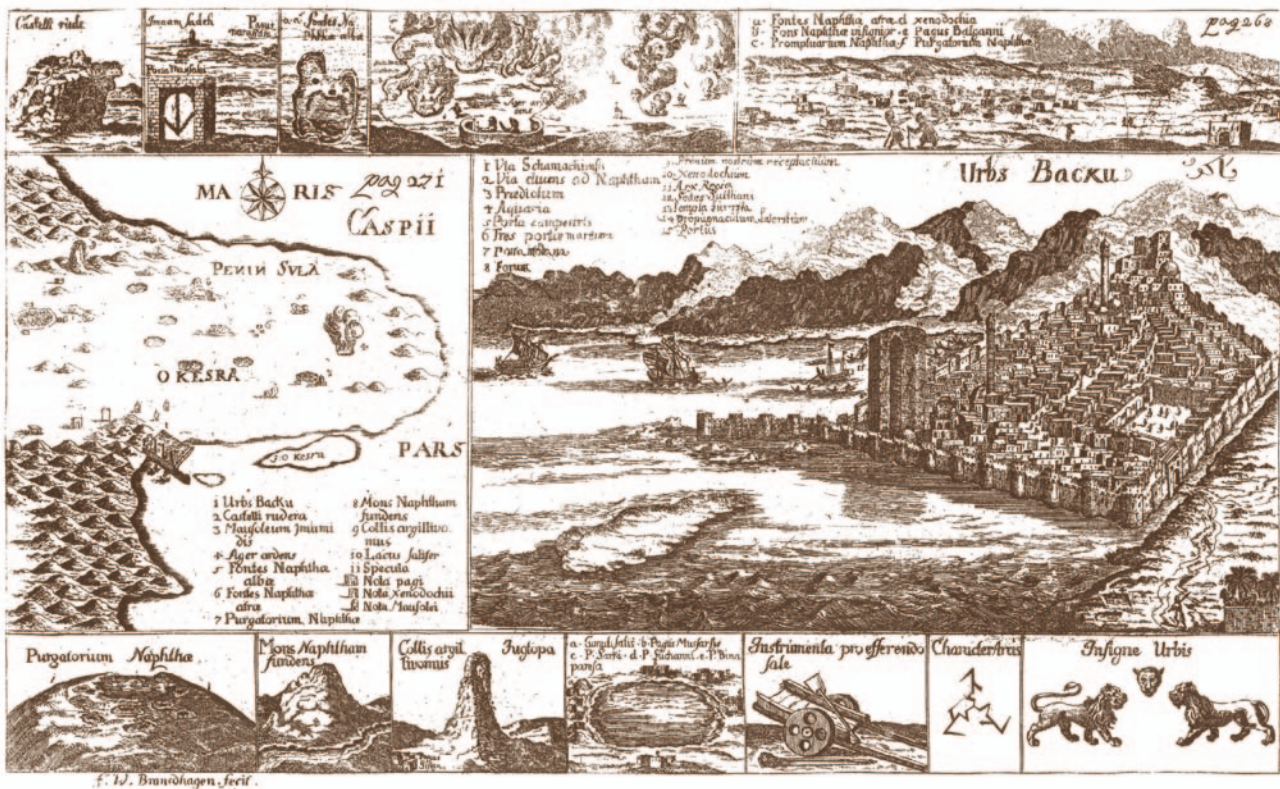


Fig. 1. View of the Apsheron Peninsula and Baku from Engelbert Kaempfer's *Amoenitates exoticae* (1712).

and about a printing press. He writes: “In Russia are many churches and few who come to listen, many drunkards and few tankards, many prostitutes and few houses of prostitution. The following three are under coercion: the bells, the horses and the women.”¹¹

The embassy continued their journey via Nizhni Novgorod, where they boarded boats that took them down the Volga, until they reached Astrakhan and the Caspian Sea. Using Adam Olearius’ travel account and map of the Volga as a guide, Kaempfer made detailed notes along the route downstream, and corrected Olearius’ observations on cartography and geography wherever he felt his predecessor had erred.¹² When they reached the Caspian Sea, they sailed along the western coast, and encountered a fierce storm before they landed at Nisabad, in present-day Azerbaijan.¹³ Kaempfer visited ancient ruins in the vicinity, and later climbed the mountain of Barmach—as Olearius had done—where the prophet Elijah had supposedly lived as a hermit. From there the embassy went to Shemakha, where they had to wait three months for the Shah’s permission to continue into Persia. Kaempfer spent the time meeting with the local

mullah (who, it turns out, had instructed Olearius in the fundamentals of the Arabic script some 45 years earlier). He also ministered to patients, who hounded him because of his skills as a doctor. At the end of his stay Kaempfer was able to steal away for a few days with a companion, an interpreter and two guides, in order to visit the Apsheron Peninsula (which he named *Okesra*) and the city of Baku. There he described the natural wonders he encountered, such as the “land that was burning.”¹⁴ He then wrote about the sources of black and white naphtha and other geological features that were included in an engraving of Apsheron and Baku in the *Amoenitates exoticae* (Fig. 1).¹⁵ Kaempfer also observed that the bituminous taste of the sea water was probably due to the fact that underground naphtha wells flowed into the water. Although the party had some unwished-for adventures—at one point they were suspected of being spies—Kaempfer was able to make detailed sketches of the city before returning to Shemakha.

After receiving the Shah’s permission to continue their journey, the Swedish embassy made its way to the Caspian coast, and followed established caravan routes,

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

passing through Lenkoran, Astara, Rasht, Qasvin, Qum, and Kashan, until they reached the capital, Isfahan, on March 30, 1684.

IN PERSIA:
ISFAHAN AND THE PERSIAN GULF

On the advice of his astrologers, Shah Sulayman declared a four-month waiting period before he would receive the Swedish legation. Kaempfer used this delay to his advantage, making detailed observations of the capital's architectural wonders: the buildings and parks, the celebrated *maidan* (royal square), and the impressive bridges (Fig. 2). He also described Persian customs and clothing, and life at court (including its structure, the powers of the Shah, a description of the royal harem, the make-up of the military and the state's finances).¹⁶ Crucial to this enterprise was the friendship he struck up with the Capuchin friar Raphaël du Mans (1612-1696), who sometimes interpreted for the Shah and had lived in Isfahan for 38 years.¹⁷ Du Mans provided Kaempfer with valuable "insider"

information about the Shah and his court, and of the inner workings of the empire—to the point that he even wrote a personal *Descriptio Persiae* (1684) for the German doctor. This was an updated version of an account, *Mémoire de la Perse*, which he had written for the French minister Colbert in 1660. The priest also helped Kaempfer learn the basics of Turkish (the language of the court), as well as Persian (the literary language). A number of extant letters¹⁸ attest to the fact that the two men were on very good terms, and that Du Mans also provided friendly advice even after the German left the capital.

Kaempfer decided that he did not yet want to return to Europe with the Swedish embassy, and attempted to secure a position with the Dutch East India Company (VOC).¹⁹ After writing a number of petitions (e.g. to the Dutch admiral Casembrood, and to Herbert de Jager, a doctor and naturalist stationed in Batavia with the VOC, whom he had met in Isfahan), and with the help and advice of Fabritius and Du Mans, he was finally granted a position in December 1684 as *Opperchirurgyn* (Head Surgeon) by the Director of

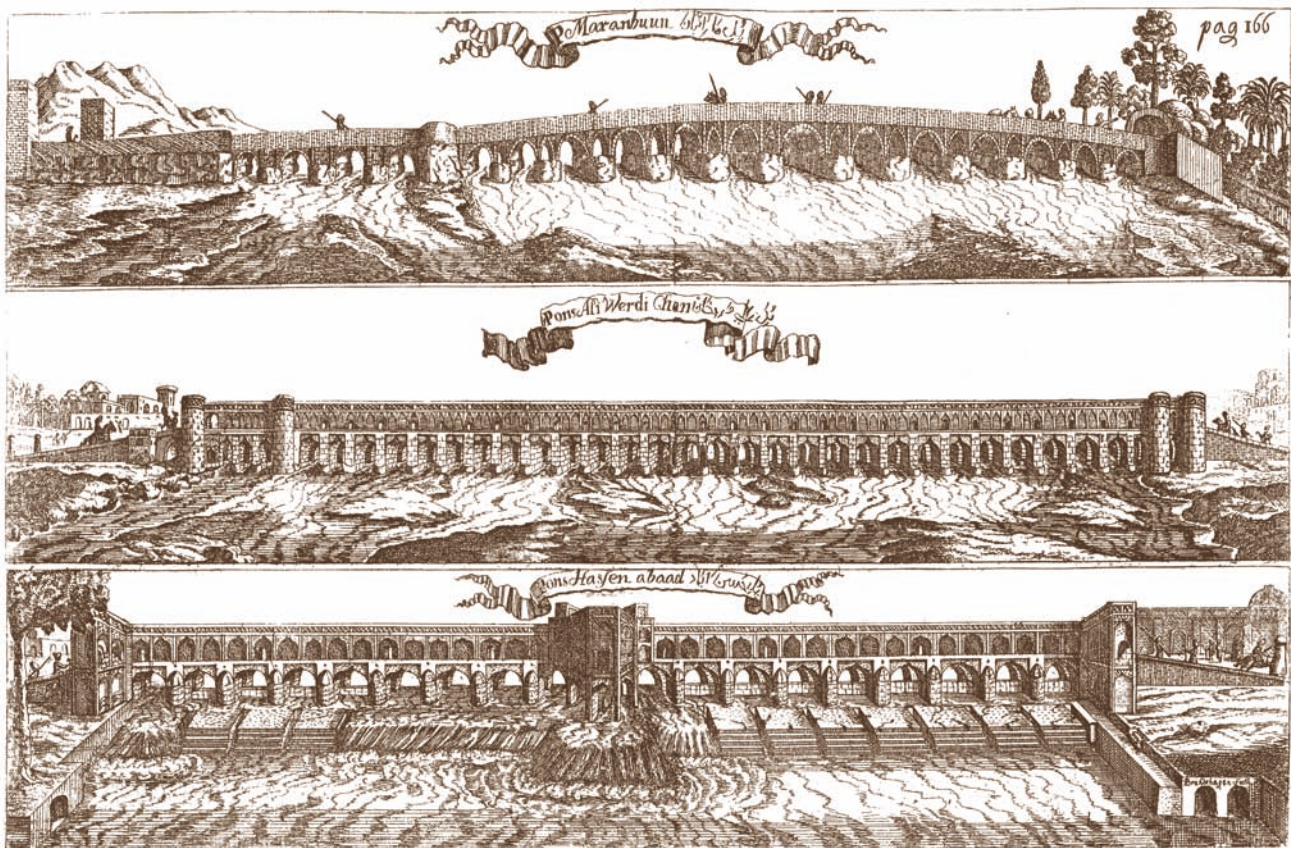


Fig. 2. Bridges of Isfahan from Engelbert Kaempfer's *Amenitates exoticae* (1712).

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

the Dutch factory in Gamron, Justus van den Heuvel. However, Kaempfer had to wait almost one year before leaving the Persian capital for his new post on the Persian Gulf, and thus spent his time writing a treatise on Persian plants and drugs.²⁰

The highlights of Kaempfer's trip from Isfahan to Gamron (present-day Bandar Abbas) were his detours to the ancient ruins of Persepolis and Naqsh-e Rostam, where three days of intense activity resulted in a number of depictions of reliefs, columns and inscriptions. He also visited and sketched the tombs of the Persian poets Sa'di and Hafiz in Shiraz, before arriving on Dec. 28 1685 "to the town of Gombrun, the port of Hormuz, which is world-famous and praised as blessed throughout Persia but is in reality the most barren, driest, hottest, most poisonous, unhealthiest, most cursed place in the world and nearest to Hell..."²¹ Kaempfer's initial impression of the area was prescient: he too fell seriously ill, and his superior at the Dutch trade mission did not want to give him permission to leave his post and recuperate in a more salubrious environment. Finally, through the intercession of the VOC's special commissioner for India, Wibrand Lycochthon, Kaempfer was finally allowed to escape to the cooler hills above Bandar Abbas, in Bugun, where he convalesced to the point that he was able to go hunting for a mountain goat (in the hope of finding a bezoar stone in its stomach). During his two-and-a-half year sojourn on the Persian Gulf and brief visits to neighbouring areas, Kaempfer wrote observations on Persian fauna and flora: e.g. on medicinal plants, on the *Asa foetida*, and an entire treatise on the date palm, *Palma arbor* (which he calls *Phoenix persicus*), and the various stages of the date harvest. He also recorded the symptoms and treatments of various tropical illnesses that he encountered in his work as a doctor. In addition, he compiled cartographic information and worked on providing a more accurate map of Persia and the Persian Gulf.

JAPAN AND RETURN TO EUROPE

On June 30, 1688, after more than four years in Persia, Kaempfer finally left Bandar Abbas on a VOC ship. His journey took him to Muscat, then across the Indian Ocean to the Malabar²² and Coromandel Coast of India, around Ceylon to Java. Since his attempts to secure a position in the VOC hospital in Batavia were unsuccessful, he decided to accept a post as VOC

physician in Japan, where (after a stopover in Siam²³) he arrived in September 1690. There Kaempfer spent two years on the artificial island of Deshima, off the coast of Nagasaki.²⁴ With the help of a Japanese interpreter, Imamura Eisei (Gen'emon),²⁵ Kaempfer was able to collect information on Japanese customs, medicinal practices, and, in particular, flora—an enterprise that had to be carried out in secret, since the Japanese authorities had prohibited foreigners from collecting and disseminating such information. After two visits to the Shogun in Edo (the later Tokyo) he was also able to make a new map of Japan.²⁶

At the end of his stay in October of 1692, Kaempfer was able to smuggle his many materials—including books, maps, manuscripts and exotic rarities—out of Japan. The VOC ships stopped off in Batavia first, and continued from there to the Cape of Good Hope. They reached Holland in October of 1693, and Kaempfer finally set foot on European soil again, more than ten years after his departure from Sweden. A few weeks after his arrival in Amsterdam, Kaempfer registered at the faculty of medicine in Leiden. His dissertation (*Disputatio medica inauguralis exhibens decadem observationum exoticarum*) was published at the beginning of 1694, and a few months later he received his doctorate in medicine. Unable to find employment in the Netherlands,²⁷ Kaempfer returned to his home, and settled down in Lieme, near Lemgo. There he practiced as a physician and started preparing his notes for publication. An appointment in 1698 as "physician in ordinary" to Friedrich Adolph, Count of Lippe, meant a permanent position, but also more headaches. Two years later Kaempfer decided to marry the daughter of a rich merchant, perhaps hoping to live off of the anticipated dowry and have more time to work on his book projects. His wife, Maria Sophia Wilstach, who was only sixteen at the time of the marriage, gave birth to three children, all of whom died of smallpox. Their marriage was an unhappy one, and Kaempfer's final years before his death in 1716 seem to have been marked by family strife to the very end.

THE AMOENITATES EXOTICAE

However, the year 1712 marked the publication of Kaempfer's *Amoenitates exoticae* (Exotic Pleasures). It was over nine hundred pages long, written in Latin, and

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

contained numerous copperplate engravings (although Kaempfer complained bitterly about the bad quality of work done by the engraver).²⁸ The work was divided into five fascicles, entitled: "I. Relationes de aulae Persicae statu hodierno (Reports Concerning the Present State of the Persian Court); II. Relationes et observationes historico-physicas de rebus variis (Historico-Physical Reports and Observations Concerning Various Things); III. Observationes physico-medicas curiosas (Curious Physico-Medical Observations); IV. Relationes botanico-historicas de Palma Dactylifera in Perside crescente (Botanico-Historical Reports Concerning the Palma Dactylifera Growing in Persia); and V. Plantarum Japonicarum...nomina... (Catalogue of Japanese Plants)."²⁹

In the introduction to the *Amoenitates*, Kaempfer explains that he has only provided a "sampling" of his wares. He explains that he has three more manuscripts which he has prepared for publication: "1) Japan in Our Time, 2) Specimen of a Trans-Ganges Herbarium, 3) Journey in Three Parts."³⁰ In fact, after Kaempfer's death, a manuscript of his work on Japan ended up in the possession of Hans Sloane in England, who in turn charged his Swiss secretary, Johann Gaspar Scheuchzer (1702-1729) with translating the work. It was published in London in 1727 as *The History of Japan*, and was an immediate success. "Some twelve editions and translations were published in the next decade alone, and as a result the European image of Japan rested on Kaempfer's account."³¹ On the basis of his work on Japan, as well as his observations on Persia (and other countries), Kaempfer achieved a—primarily posthumous—recognition in Europe as a celebrated explorer and man of letters.

KAEMPFER'S SCIENTIFIC ACTIVITIES IN PERSIA

BOTANY

Botany was the discipline to which Kaempfer devoted most of his scholarly energy, and indeed throughout his entire stay in Persia he spent a great deal of his time in the description and classification of Persian flora. Kaempfer produced two manuscripts on Persian plants that included detailed descriptions and illustrations, one written during his stay in Isfahan (*Plantarum Persicarum Rudis tam delineatio quam descriptio Eng. Kempfer. Tom. 1, Isphahani 1685 Mense*



Fig. 3. The Scythian lamb or Borometz fruit from Jean Bauhin's *Historia plantarum universalis nova et absolutissima* (1650-51).

May);³² and the other while living in Bandar Abbas (*Another volume containing the description and design of plants observed by Dr. Engelbert Kempfer in Persia, chiefly about Gamron. Done by himself on Persian paper in 1687, 1688*).³³ In addition he produced a description of Persian medical plants (*Prostantia Pharmaca*);³⁴ as well as a listing of Persian drugs (*Memoria inquirendorum in Persia Simplicium*).³⁵ However, none of these works was published during his lifetime. They have not yet appeared in print.

The works on Persian fauna that Kaempfer was able to publish were the sections in the *Amoenitates exoticae* on "The Scythian Lamb, or the Borometz Fruit" and his "Report of Disguun Asafetida" (both of which are located in Fascicle III of the *Amoenitates exoticae*);³⁶ as well as the entire Fascicle IV, which is devoted to a history of the date palm.³⁷

His observations on "The Scythian lamb, or the Borometz fruit" concern a myth about a zoophyte, that is, a plant-animal, or a plant that was supposed to possess animal qualities. According to the legend—which had been known in Europe since the Middle Ages—there existed, in Tartary or near the Caspian Sea, a plant known as the "borometz" or "barannetz" that grew in the shape of a lamb (Fig. 3). The plant "is covered with a very fine skin (which the inhabitants remove and use for head coverings), feeds on grass, and is devoured by wolves."³⁸ After conducting inquiries in the area, Kaempfer comes to the conclusion that no such plant exists. He speculates that the word "borometz" is related to the Slavic word for sheep, "baran," (or "barreh" in Persian) through its diminutive form "borannetz,"

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



Fig. 4. Asafoetida plant from Engelbert Kaempfer's *Amoenitates exoticae* (1712).

which is derived from the Russian spoken in Moscow.³⁹ He goes on to describe characteristics of the “karakul” sheep, a breed found around the Caspian and as far away as the Persian Gulf (Basra). The skins of little lambs (and even fetuses) of this breed were prized for their delicate wool, which was used on the borders of robes and cloaks and made for the upper classes. Kaempfer concludes that this is how the fable was passed on: namely, that these skins were taken to far-off lands, and that the true explanation of their origins was misunderstood or lost over time. Robert Carrubba cites a 19th-century study—Henry Lee’s *The Vegetable Lamb of Tartary: A Curious Fable of the Cotton Plant* (London, 1887)—that acknowledges Kaempfer’s ingenuity, but that contends that the fable actually had to do with the cotton pod, and “the similarity of cotton and wool, and the misunderstanding of such figurative phrases as ‘fleece that grows on trees...’”⁴⁰

The other Persian plant that Kaempfer discusses in detail in Fascicle III of the *Amoenitates* is the “hingisih” or asafoetida, prized for its sap from which a malodorous drug is produced (Fig. 4). This medication was used for colics of the stomach and lower intestines

by pharmacists both in the Middle East and in Europe. Kaempfer’s description of the asafoetida begins with a botanical description of the plant: its nomenclature, where it grows, its root system, the appearance of its seeds, how its sap is collected, and its most striking characteristic of its leaf: “its taste is goatlike with bitterness and an aromatic sharpness.”⁴¹ The author goes on to note that “because of its horrid stench, the Germans call it *Teufel’s Dreck*, that is, devil’s dung.”⁴² In the second section of his disquisition Kaempfer provides the various names that the plant has been given over the ages. He cites sources from antiquity (Dioscorides, the Roman physician from the 1st c. AD); the middle ages (the Persian physician Avicenna, or Ibn Sina, 980-1037); and more recent scholars (such as Pietro Andrea Mattioli, 1500/01-1577). Kaempfer also observes that the eminent Julius Caesar Scaliger (1484-1558) and Claude Saumaise (1588-1653) were mistaken in their descriptions of the plant, and that he, Kaempfer, will “record an authentic report of the plant.”⁴³ The author notes that he has travelled to the mountains in the province of Lar, near the Persian Gulf, and that he personally witnessed the cultivation of the plant and the collection of the sap in 1687. He then compares this variety of asafoetida with the one that grows near Herat. Sections 3 and 4 discuss the attributes of the plant (“The stench is an index of excellence; the stronger the stench, the better the asa”⁴⁴); and the harvest of the sap by the citizens of Disguun. Kaempfer includes an engraving of the plant and of the various stages of the harvest (Fig. 5), and enjoins the reader: “For clarity, the reader should consult the illustration, which shows a tract of the hingiferous mountain large enough for harvesting by a single group. In the illustration, the letter A indicates the first location and class of roots; the letter B indicates the second...”⁴⁵ This brief overview gives an idea of Kaempfer’s methodology: he gives a context for his subject of inquiry along with the scholarly sources, but then he does not hesitate to criticize those sources and provide his own eyewitness account of the subject.

Fascicle 4 of the *Amoenitates exoticae* is Kaempfer’s account of the date palm, which he terms “Phoenix persicus.”⁴⁶ The German author provides “a work of great value to the cultural history of southern Persia.”⁴⁷ He describes the plant, examines the origin of its name, then lists the conditions for its growth and the various stages of the date harvest, including the celebrations

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II



Fig. 5. Cultivation of the asafetida plant from Engelbert Kaempfer's *Amenititates exoticae* (1712).

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

held after the harvest (Fig. 6). This leads him to a description of the musical instruments used during the festivities (cymbals, drums, tambourines), and even the types of dances performed during the celebrations. He even notes the practice of capturing locusts, which the participants then consume.⁴⁸ The German doctor also discusses the medical uses of dates: for instance, to treat patients with coughs, dates can be added to a *Decoctum pectorale*, *Syrupus de Hysopo*, *Syrupus resumptivus*; and they can help against kidney and bladder pain.⁴⁹

As Wolfgang Muntschick has observed, “Scientific botany was in a transitional phase around 1700. The naturalists of the Renaissance had been especially interested in identifying and rediscovering plants that had been described by the classical authors... In contrast to this traditional trend, however, in the late 17th century there was a prevailing endeavour to collect, describe and name as many plant species as possible—thus also those that had been unknown in antiquity.”⁵⁰ Kaempfer fits into this new category of naturalists, in that he wanted to include in his writings only the descriptions of Persian plants that were unknown in Europe and not contained in such standard works as Prospero Alpino’s study of Egyptian plant life from

the late 16th century.⁵¹ Kaempfer’s contemporaries in this field included Joseph Pitton de Tournefort (1656–1708)—who “travelled to Greece and Asia Minor in order to rediscover the plants of Dioscurides in their native sites”⁵²—and the Englishman John Ray, author of a *Synopsis methodica avium & piscium...* (London, 1713).⁵³

During his stay in Isfahan, Kaempfer befriended Herbert de Jager (1636/37 – 1694), a senior merchant at the VOC, who had studied at the University of Leiden with the celebrated scholar Jacobus Golius (1596–1667). Through De Jager—who was known for his understanding of Persian and Malaysian, and for his botanical studies—Kaempfer was eventually able to become part of an unofficial “network of botanists” at the VOC.⁵⁴ This group consisted of members of the Company, who had a decided interest in collecting, describing, analyzing and then publishing reports about the plant life to be found at the various VOC factories and outposts around the world. Their main interest lay in the medicinal and botanical properties of plants (and their practical application in producing medicines and drugs that could be used by the VOC personnel). But the practical applications were only

Fig. 6. Cultivation of the date plant from Engelbert Kaempfer’s *Amenitates exoticae* (1712).



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

part of the equation, and some of the publications by these botanists resulted in massive compilations that went far beyond the basic medicinal properties of the plants. Members of this network included the physician Andreas Cleyer (1634-1697/98), who was chief pharmacist at Batavia; Hendrik Adriaan van Reede tot Drakenstein (1636-1691), who produced the 12-volume *Hortus Malabaricus* (published between 1678-1693); Georg Everardus Rumphius (1628-1702), who worked at Ambon and wrote the *Hortus Indicus Malabaricus* (1678); and Paul Hermann (1646-1695), who studied the plants of Ceylon.⁵⁵

ZOOLOGY

Kaempfer's observations on Persian fauna were not nearly as extensive as his description of the country's flora; he did, however, provide a basic overview of the animals he encountered, especially those that were not well known in Europe.

In Fascicle III of the *Amoenitates exoticae*, he provides an account of "The torpedo of the Persian Gulf," a type of electric ray.⁵⁶ Our author notes that "as in the Latin language, the names of the torpedo fish in Persian and in Arabic are derived from the numbness that it inflicts upon anyone who touches it. The Persian name is *lers mahii*; the Arabic is *riaad*."⁵⁷ The first part of the essay describes the anatomy of the fish: "The torpedo's exterior is slippery and has no scales... [and is] marked by a variety of spots: white and dark spots on the back... [The] stomach is white... Each eye is equipped with two eyelids positioned nearly in line with the long axis of the back."⁵⁸ An accompanying woodcut (Fig. 7) depicts the torpedo's back (=A); its stomach (=B) and the abdomen of the female (=C), which shows eggs situated on both lobes of the liver, and the animal's "heart, whose shape is precisely that of a fig... freely suspended in the small pectoral cavity."⁵⁹

The second section deals with the "Faculties" of the Persian torpedo. Kaempfer describes how it differs from the Mediterranean torpedo (that "has been correctly described by Aristotle, Pliny and Galen"⁶⁰); and, in particular, its effects when handled by humans: "The torpedo emits its power with a sort of momentary belching or a certain convulsive motion of the viscera, whereby it dilates the spiracles of the abdomen and absorbs air: with the same effort it simultaneously thrusts out its dreadful virus into the

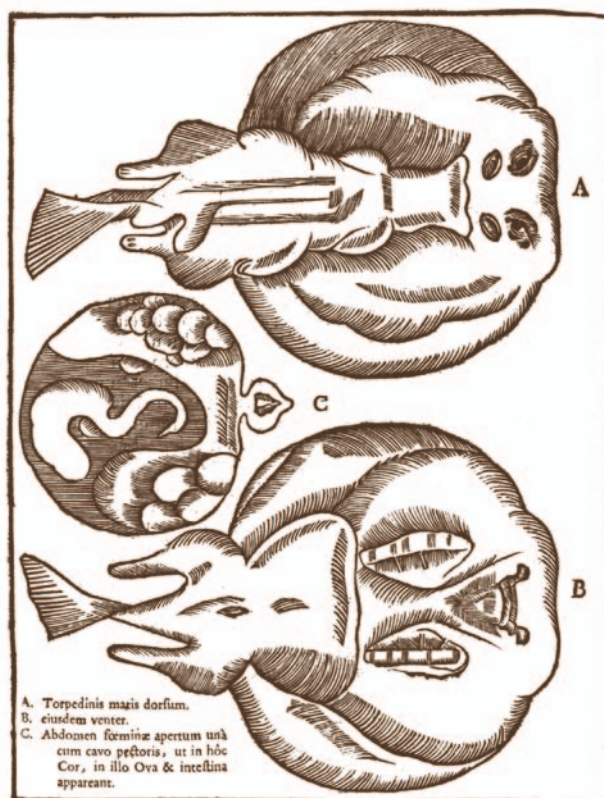


Fig. 7. The torpedo ray from Engelbert Kaempfer's *Amoenitates exoticae* (1712).

air."⁶¹ Ever the doctor and careful scientist, Kaempfer is especially interested in relating the symptoms that the fish produces in humans: "The numbness induced is not the sort felt in a sleeping limb, but a sudden condition that instantly travels through the touching part and penetrates the citadel of life and breath. Then it overwhelms the whole body and mind... And all of this is accompanied by a shudder of the heart, a trembling of the limbs, a numbness, and a chill. So powerful and so swift is the force of the horrifying exhalation that like a chill bolt of lightning it shoots through the handler."⁶² It seems that Kaempfer was the first writer to compare the effects of the torpedo to electricity. He also suggests that while handling a torpedo fish one should hold one's breath—then no harm will come to the person holding it.

When Kaempfer became very ill and had to escape the oppressive heat of Bandar Abbas, he travelled north to the mountains, where he spent some time recuperating in the area near the village Buguun, which lies in a valley of Mount Bennà.⁶³ Since there were numerous wild "bezoar goats," known as *pasèn* (Pâsân)⁶⁴ living in the nearby mountains, Kaempfer hired some

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

hunters to lead him to the animals. The hunt resulted in their killing one such goat in whose stomach they found a bezoar stone, which was “as long as a thumb, cylindrical, black and completely smooth.”⁶⁵ Although the stone was supposed to possess medicinal properties, Kaempfer is quite reserved in discussing its effects—but he does admit to having produced a “*liquor bezoarticus*.”⁶⁶ He also describes other wild animals that live in the region, such as “*paleng*, the leopard” (which was well known, and thus does not warrant an exhaustive report; he merely notes that the Persian variety is “less dangerous than the leopard of Africa and East India... To such an extent does the mildness of that sky even correct the wildness of the beasts.”⁶⁷ Kaempfer also mentions the “golden wolf... *sjechaal* in Persian, in English the *jackal*, in Belgian/Dutch the *jakal*,”⁶⁸ which is “well known from travel accounts because it inhabits almost the entire Orient... they are numerous around the shores of the Caspian Sea.”⁶⁹ Jackals even “stole leggings, shoes and other leather goods from the tents that we had set up near the Caspian Sea. Whatever was too heavy for them to carry off we found not too far from our sleeping places.”⁷⁰ The *sichuur*, or porcupine, “is wild and is described by several authors,”⁷¹ and “*chirs*, *ursus*, the bear... is smaller than the European one... and lets itself be domesticated.” Kaempfer notes: “In Isfahan I saw two of them who walked about the city without a guard, bothering those who were eating unless they were given a morsel; they could not be chased away by blows because they belonged to the

King.”⁷² The animal that merits the most attention is the “*kaftaar*, i.e. *taxus porcinus* or the hyena of the ancients” since it “is unknown in the West.”⁷³ Kaempfer calls it a “wolf-pig” or *taxum porcinum* since its head, tail and feet resemble that of a wolf, whereas the size of its body and shape of its belly are similar to that of a pig. He notes the animal’s *ingenium* (intelligence), ferocity and its carnivorous nature—it even digs out cadavers from cemeteries at night, a trait already noted by Pliny.⁷⁴ Kaempfer had a female hyena captured so that he could observe it more closely. He also notes that the naturalists Ludolfus, Gesner, Jonston and Aldrovandus all gave the name *papio* for “hyena,” but Kaempfer insists that it should be called *taxum porcinum*.⁷⁵ An accompanying engraving (Fig. 8)⁷⁶ shows four of these animals against a background of the natural habitat in which they live. On the left side of the image we see a male and female *abu* (a type of deer), and two bezoar goats (*pasèn*) depicted in a moment of procreation. A jackal (*sjechaal*) is located in the bottom right corner, and a hyena, *kaftaar*, the least well-known of the animals, is the largest animal in the engraving, which even depicts a close-up of its face and elongated neck.

CARTOGRAPHY

Kaempfer was engaged in various cartographic activities throughout his travels. Throughout the journey down the Volga, he made detailed observations in his journal, noting the changes in the river’s course, and the latitude and longitude of the river. He used Adam Olearius’ map of the Volga as his model, and sought to correct the errors that he discovered in it. As was the case with Olearius, Kaempfer was only able to sail along the part of the west coast of the Caspian Sea, thus the information he gathered for his manuscript map of the Caspian⁷⁷ was derived from conversations with other travellers, native informants and other sources. Margarete Lazar, who has done extensive research on Kaempfer’s maps (both in published and in manuscript form), notes that a marked similarity exists between Kaempfer’s map of the Caspian and a map copied by Nicolaas Witsen of 1665, although “neither Witsen nor Kaempfer mentions exchange of maps on the Caspian Sea.”⁷⁸ Noteworthy elements of Kaempfer’s depiction of the Caspian include the North-South extension of the Sea, and the fact that the Apsheron peninsula is missing (even though Kaempfer had visited Baku, which is located on the peninsula).

Fig. 8. Animals from southern Persia from Engelbert Kaempfer’s *Amoenitates exoticae* (1712).



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

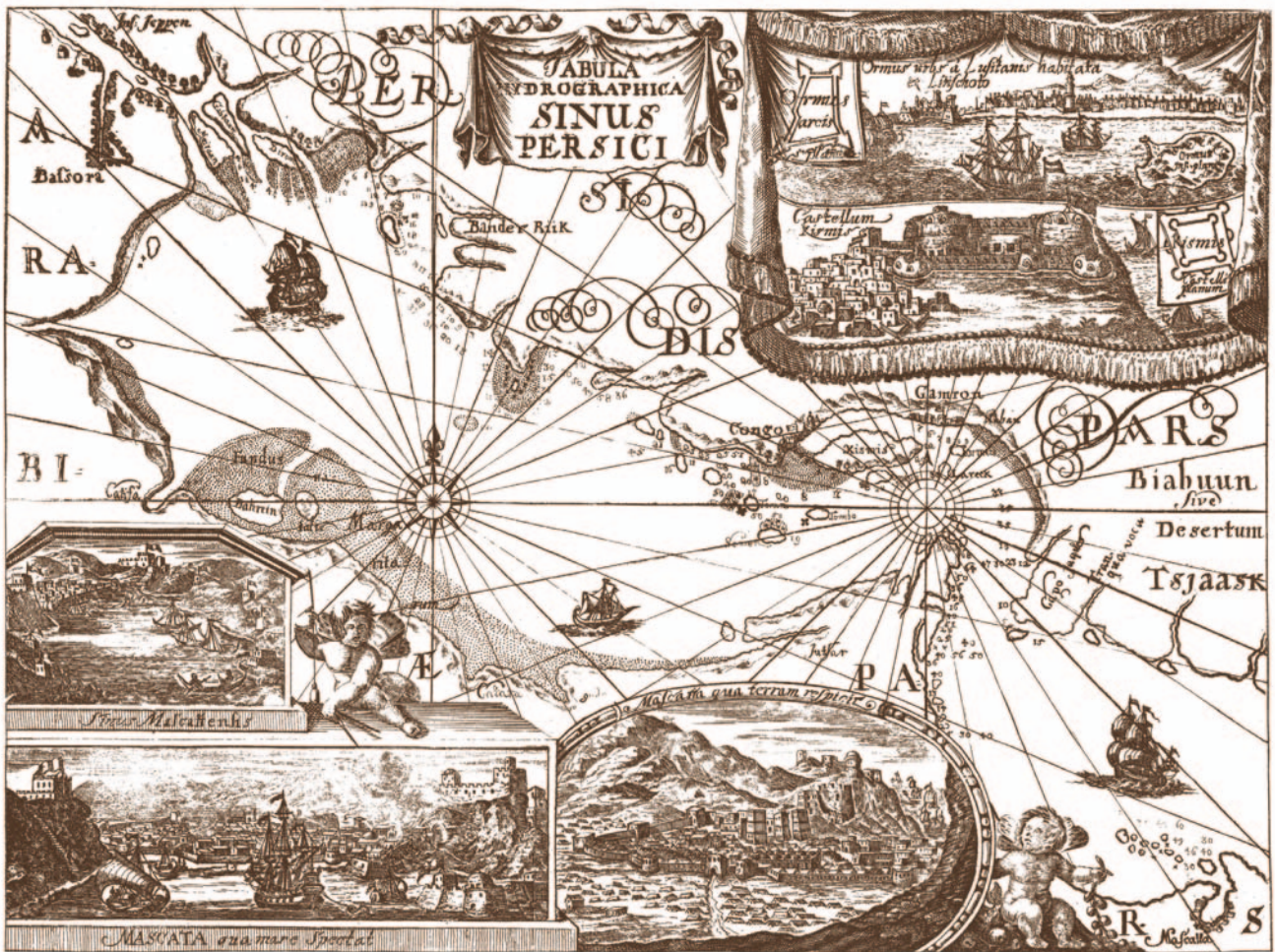


Fig. 9. *Sinus Persici* (Persian Gulf) from Engelbert Kaempfer's *Amoenitates exoticae* (1712).

Kaempfer also prepared a manuscript map that portrays the route the Swedish embassy took: from Tarku, along the Caspian shore, via Shemakha, Rasht and the southern Caspian coast, across the Sefid Rud River (= Kizil Usun), to Qum, and finally into Isfahan.⁷⁹ Our author does not seem to have made a route map of his travels from Isfahan to Bandar Abbas, but while in the latter city he prepared manuscript drawings of the Persian Gulf,⁸⁰ which were used to make the copperplate-engraving map “*Tabula Hydrographica Sinus Persici*” (Fig. 9), which is included in the *Amoenitates exoticae*.⁸¹ On this elaborate map, the elongated Gulf has an East-West extension: The upper right-hand corner contains depictions of Hormuz and Kismis (Qeshm), along with schematic drawings of the forts located on each island. The bottom left has three inset representations devoted to Mascata (Muscat): views of the Gulf of Muscat, and

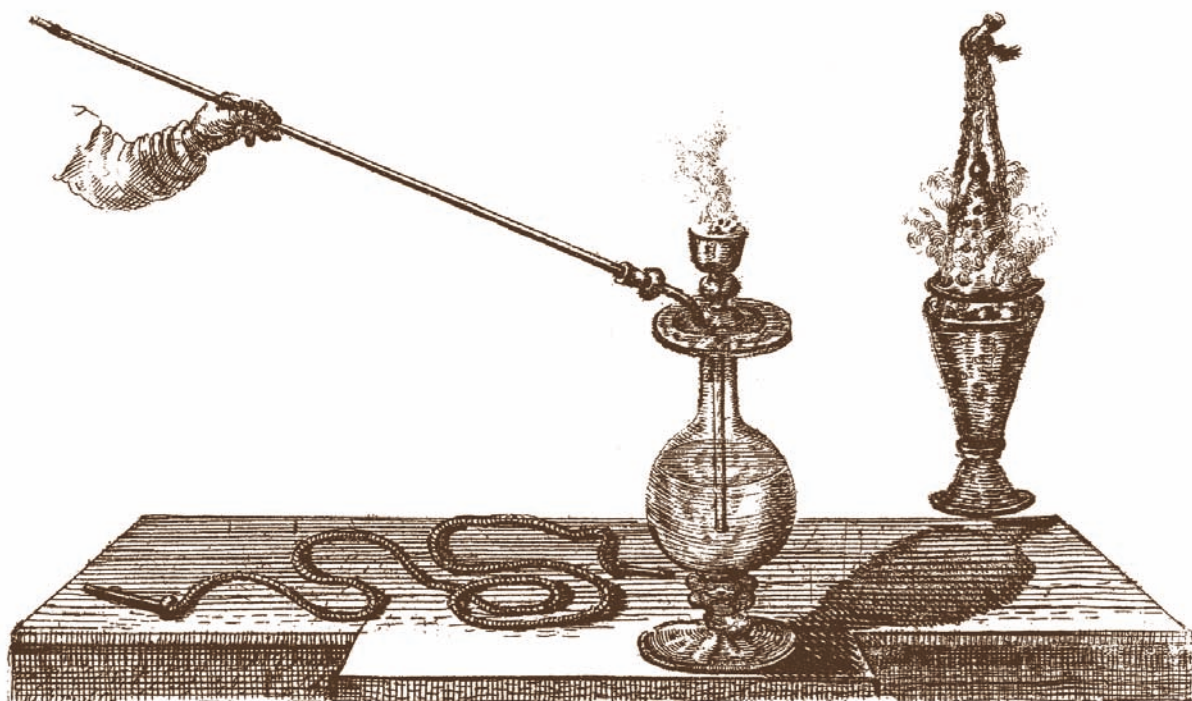
views of Muscat facing the sea and the land. The map contains two prominent wind roses, and indications of depth off the coast of Muscat, along the coast of Oman, and then all along the northern shore, from Jask to the Shatt-al-Arab. The western and southern coasts have no indications of depth, nor is there any notion of the Peninsula of Qatar.

Lazar suggests that his model for the Persian Gulf map was most likely a map by the Dutchman Jacob en Casparus Lootsman, in particular “*Dascaerte Van't Westelyckste deel van Oost Indien*.”⁸² She goes on to suggest that Kaempfer's map, as well as British sources, were in turn the sources for Frenchman Jean-Baptiste d'Anville's representation of the Gulf, in his “*Carte d'Asie*” (1751-53).⁸³ While stationed at Bandar Abbas, Kaempfer wrote to Nicolaas Witsen, and informed him of his desire to make a “more accurate geographic

Fasciculus III.

641

claudit orbiculus æneus, in sesquipalmarem diametrum expanctus, duos in medio permittens *tubulos* invicem adsolidatos, æneos; *Unum*, cujus inferior pars in ampullam demissa, aquæ immergitur; superior recipit nicotianæ cum impositis carbonibus retinaculum, infundibulo seu buccinæ orificio simile: *Alterum* brevior, cujus de-



missa extremitas aquam non attingit: superior incurvata arundinem excipit longam, qua fumus attrahitur. Tubulorum propago, proximè sub orbiculo, telâ xylinâ arcetè circumvoluta est, in eam crassitiem, quæ vitri orificium cum modicâ colli parte expleat atque claudat arctifimè: Ita evenit, ut ad suctum non possit nisi ex infundibulo fumus succedere; qui jucundo strepitu aquam penetrans, primò inanè vitri spatium occupat, inde per arundinem

Mm mm

dinem

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

map of Persia;⁸⁴ however, Kaempfer was not able to publish such a map in his lifetime, leaving behind only manuscript maps of different parts of Persia.

TROPICAL MEDICINE

Kaempfer's profession as medical doctor naturally made him especially interested in native medicines and drugs, and the subjects of tropical diseases and their cures. Observation III (in Fascicle III of the *Amoenitates exoticae*) discusses "Muminahi, or Native Persian Mummy."⁸⁵ This is "a bituminous liquid that exudes from the surface rock of a mountain;⁸⁶ it was incredibly precious and supposedly possessed wondrous healing properties. "In the opinion of the people, this is the genuine and authentic mummy of the ancients with which the early Egyptians preserved the bodies of their leaders, with the result that our people termed the bodies themselves mummies. The same term was then retained for the artificial balsam that is made from spices and is used as a substitute for genuine mummy in preserving corpses."⁸⁷ Kaempfer describes how and where "primary" and "secondary" mummy is collected: the former is the more precious one reserved for the king, which is supposed to be "superbly effective for uniting bones,"⁸⁸ whereas the latter can be obtained more easily and is less effective. Ever the scientist, our author conducts an experiment whereby he breaks the leg of a young fowl, applies some secondary mummy (= balsam) to the fracture, and pours some more of the balsam down the animal's throat. The next day the fowl seems to be back to normal, and has only a slight limp. But after Kaempfer dissects the leg he discovers that it is still fractured, thus no miracle cure had ensued.

One particular medical problem that Kaempfer encountered during his stay in Bandar Abbas was "The Persian *dracunculus* on the Coast of the Persian Gulf," a description of which can be found in Fascicle III of the *Amoenitates exoticae*.⁸⁹ Here the author methodically describes a medical problem, gives its history, and then explains his treatment of it.

The *dracunculus* is "a unique type of worm that is bred not in the intestines but in the muscles on the exterior of the body."⁹⁰ The first section of the essay deals with the question of nomenclature: Latin physicians gave this medical problem the name *dracunculus* ("small serpent"), since the worm resembled a serpent moving under the skin, or because

it coiled itself around the muscles. Kaempfer also mentions Avicenna, who used the term *Irk Medini* (Medina nerve), which was incorrectly translated by Gerard of Cremona as "Medina vein."⁹¹ Avicenna labelled it a nerve or vein, but Kaempfer actually twice withdrew a *dracunculus* from the scrotum of a patient (from an African and a Persian) and noticed that "both worms displayed spontaneous motion and life."⁹² He even placed the worms in cold water and observed—along with two other witnesses—that they displayed sensations of pain, since they raised their heads out of the water and curved themselves in different directions. A description of the worm follows: it is white, can be a foot long or more, about as thick as a lute string, and it has a kind of white beak or beard above a mouth and eye.⁹³

Kaempfer goes on to discuss where one finds the "little beast," namely in Persia, African Guinea, Arabia, Egypt and even near the Ural River, all lands that are very hot. Water is often brackish in those areas, and the inhabitants follow the practice of collecting rain water in cisterns. The German physician describes from what parts of the body he has extracted these worms: usually from the lower leg—soles of the feet, kneecaps—but occasionally from other parts of the body (arms, hips). Kaempfer goes on to explain how one should extract the *dracunculus* from the patient, a procedure which can take anywhere from a few days up to more than twenty days, if the worm breaks and re-enters the body. Sometimes a worm can lie dormant for a year or more before symptoms appear. Section V, which follows, concerns the "seminal principle," namely how the worms reproduce. Here the author evokes such authorities as Aristotle, Pliny, and a contemporary physician, Steven Blanckaert (1650-1702).⁹⁴ Kaempfer asserts that the "seminal principle resides in...rain wash and not in the air or food"—in other words, from the stagnant reservoir water that people drink. The final section, VI, describes how to cure the problem.⁹⁵ Normally when an ulcer forms at a point of exit, one end of the worm can be grasped and wound around a small stick, and then—over a period of time—it can be carefully drawn out of the wound, although sometimes too much force is applied and the worm breaks off and re-enters the body. When the *dracunculus* has been removed, the natives wash the ulcer with cold water for a few days, and it heals quite quickly. Kaempfer seems to endorse this native method, since it seems to accord

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

well with the hot climate (as opposed to European methods of treating such wounds).

Kaempfer is also very interested in the drugs, medical potions and intoxicants that the Persians use. In “Observation XV—*Kheif*, or *Keif*: Persian and Indian Intoxicants,”⁹⁶ Kaempfer reviews “the three most impressive of the Persian intoxicants: nicotine, cultivated white poppy, and cannabis.”⁹⁷ He begins with the tobacco plant, and claims that “although the leaves are poisonous...in fact, its quite beneficial salt removes serum from the recesses of the head and fills the brain with exhilaration.”⁹⁸ Kaempfer then explains the manner in which Persians smoke, and describes how a “*Khaliaan* or *Khaliuun*” (the Persian term for a hookah) functions, and includes an image (Fig. 10) so that the reader can see how it looks. “No people indulge in smoking more than the Persians, both men and women.”⁹⁹

The next “*Kheif*” that is described comes from the juice of the poppy, namely opium. For Persians “this is the famous rest, cheer, and calm of the poets, that is, the medicine that gives the mind serenity, joy and tranquillity.”¹⁰⁰ Kaempfer describes the cultivation of the poppy, the harvest of the juice, then the preparation of opium. Depending on the manner of preparation, opium can have different effects: if mixed with nutmeg, cardamom, cinnamon and mace, and reduced to a fine powder, it “is believed to offer superb benefits to the heart and brain;”¹⁰¹ another type of opiate “is said to suffuse the mind of the taker with wondrous joys and to soothe the brain with fantastic ideas and delights.”¹⁰² Our author concludes with a warning note, and mentions the dangers of addiction.

Finally, the properties of cannabis and its various manners of preparation are briefly mentioned in the final section on Persian intoxicants. He notes where the best-quality cannabis is cultivated in Persia, and the properties and effects of the different parts of the plant (e.g. “The seed has a rather weak power...some men preserve the seeds with sugar or salt for their wives to eat and also enjoy pleasure.”¹⁰³) Finally, he describes how he witnessed four dervishes prepare a kind of cannabis juice

(from crushed cannabis leaves and water): “When they were filled with the liquid, as one would be with wine, and made joyous, they returned to their travels.”¹⁰⁴

CONCLUSION

Engelbert Kaempfer’s activities as a scientist in Persia have not yet been fully appreciated, primarily because his manuscripts on Persia are still in the process of being evaluated. Only a small group of specialists can decipher the handwriting in his journals, and thus have access to his thought. Furthermore, they have to be familiar with the state of science in Safavid Persia and early-modern Europe in order to interpret and then prepare his writings for publication. This brief study has attempted to give an overview of Kaempfer’s life and background, the factors that helped make him a scholar and student of life, whose innate curiosity pushed him to observe and record everything of “interest” that he encountered during his travels and stay in Persia, from 1683-1688. His activities and observations in the fields of botany, zoology, cartography and medicine are outlined, and certain passages from his writings were selected to illustrate his way of thinking, how he described and approached certain problems, and the conclusions he drew from his observations. Scholars have been examining Kaempfer’s many contributions, especially in the field of Japanese studies, in linguistics, in botany, and in a number of other disciplines. His accomplishments as an early-modern scientist in Persia are just beginning to be appreciated. **RC**

Author’s note: The quote in the title (“Seduced by the thirst for knowledge”) refers to a letter written by Engelbert Kaempfer to his friend Herbert de Jager in September 1684, in which the former gives the reasons for having traveled to Persia: “I came here with Mr. Ludwig Fabritius seduced by the thirst for knowledge, by means of which we young people are so often brought to ruin” (my translation). Karl Meier-Lemgo’s German version of the original Latin reads: “Ich bin hierher gekommen mit Herrn Ludwig Fabritius, von der Krankheit der Wißbegierde verführt, durch die wir jungen Menschen ja so oft ins Verderben gestürzt werden.” Meier-Lemgo 1965a: 14.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

NOTES

- 1 Kaempfer 1712: *xvi*; cited and translated in Haberland 1996: 53-54.
- 2 On this topic, see Muntschick 1993; Michel 1993; and Kaempfer 2003c.
- 3 Studies of Kaempfer's various activities are found in Hüls and Hoppe 1982; and Haberland 1993. See also Bonn 1979.
- 4 See Haberland 1996: 13; and Hoppe 2001.
- 5 See Bonn 2003: 16; Detlef Haberland notes that the University of Königsberg "was a centre of attraction for natural scientists due to its rich endowments, above all the Wallenrodt library, Panzer's pharmacy and the important botanical garden," Haberland 1996: 13.
- 6 Cf. Bonn 2003: 18; and Haberland 1996: 15.
- 7 Cf. Bonn 2003: 18.
- 8 Fabritius had already taken an "unofficial" journey to Moscow and Persia from 1679-1682.
- 9 See Bonn 2003: 21.
- 10 See Bonn 2003: 21.
- 11 Kaempfer 1999: 2 [trans. by Bodart-Bailey]. Original in British Library, Manuscript Collections, Sloane Manuscript 2923, f. 147; henceforth references to the Sloane Manuscripts will be abbreviated as "SM."
- 12 See Bonn 2003: 24.
- 13 On Kaempfer's observations regarding the Caspian, see Carrubba 1993.
- 14 Meier-Lemgo 1968: 51; my translation.
- 15 Kaempfer 1712: between 268-269.
- 16 See in this context Kaempfer 1984; Hoffmann 2003; and Gronke 2004.
- 17 The Frenchman Du Mans was born Jacques Dutertre in Le Mans. On his life and work, see Richard 1995.
- 18 See Kaempfer 2001a.
- 19 See Haberland 1996: 37-39.
- 20 See Bonn 2003: 35.
- 21 Quotation taken from Meier-Lemgo 1968: 125; translated and quoted in Haberland 1996: 48.
- 22 See Kaempfer 2003b.
- 23 Cf. Kaempfer 2003a.
- 24 For an account of his stay on Japan, see Bodart-Bailey and Massarella 1995; Kaempfer 1999; and Kaempfer 2001b.
- 25 See Haberland 1996: 67; and Bonn 2003: 54.
- 26 On Kaempfer's cartographic activities in Japan see Lazar 1982; Lazar 1993; and Sternstein 1993.
- 27 On this topic see Haberland 1996: 89.
- 28 Cf. Bonn 2003: 90.
- 29 Translated in Bowers and Carrubba 1970: 272.
- 30 Translated in Bowers and Carrubba 1978: 321-322.
- 31 Kaempfer 1999: 7.
- 32 SM 2917a.
- 33 SM 2917b.
- 34 SM 2920: fol. 157-171.
- 35 SM 2910: fol. 107-111. There are also coloured illustrations of Persian plants in the British Library, Manuscript Collection, Additional Manuscripts 5232: fol. 235-236; cf. Bonn 2003: 35.
- 36 These two topics correspond to Kaempfer 1712: 505-508 and 535-552, respectively. They have also been translated into English by Robert Carrubba, in Kaempfer 1996: 1-8 and 45-64 respectively.
- 37 Kaempfer 1712: 659-764.
- 38 Kaempfer cites the account by the botanist Jean Bauhin (1541-1613) in his *Historia plantarum universalis nova et absolutissima* (Yverdon, 1650-51), 406; see Kaempfer 1996:1, and Kaempfer 1996:5, footnote 4.
- 39 Cf. Kaempfer 1996: 1.
- 40 Kaempfer 1996: 6, footnote 17.
- 41 Kaempfer 1996: 45.
- 42 Kaempfer 1996: 47.
- 43 Kaempfer 1996: 47.
- 44 Kaempfer 1996: 52.
- 45 Kaempfer 1996: 56. Carrubba notes that "hingiferous" means "hingiseh-bearing".
- 46 As Haberland notes: "In the *Amoenitates* he called it 'Phoenix persicus', with reference to its classical metaphorical sense: 'It is surely from the *Phoenix*, or *Palma dactylifera*, the noblest of all trees, sacred to Phoebus, most graceful, auspicious and long-lived, that the feathered Phoenix derives its origin and its name.'" Cf. Kaempfer 1712: 665; cited and translated in Haberland 1996: 48. See also Kaempfer 1987.
- 47 Haberland 1996: 48.
- 48 Kaempfer observes: "In my opinion a disgusting, loathsome diet. One can only assume that John the Baptist's emaciation was due to this vile lenten fare, on which he sustained himself in the desert;" cited in Haberland 1996: 52.
- 49 Cf. Kaempfer 1987:169-170.
- 50 Kaempfer 1987: 13-14; my translation. The original reads: "Die wissenschaftliche Botanik befand sich um 1700 in einer Phase des Übergangs. Die Naturforscher der Renaissance waren vor allem bestrebt gewesen, die von den klassischen Autoren beschriebenen Pflanzen zu identifizieren und wiederzuentdecken... Im Gegensatz zu dieser traditionellen Strömung überwog allerdings im späten 17. Jahrhundert schon das Bestreben, möglichst alle Pflanzenarten—also auch solche, die in der Antike noch unbekannt waren—zu sammeln, zu beschreiben und zu benennen."
- 51 *De plantis Aegypti liber: In quo non pauci, qui circa herbarum materiam irreperunt, errores, deprehenduntur, quorum causa hactenus multa medicamenta ad vsum medicine admodum expetenda, plerisque medicorum, non sine artis iactura, occulta, atque obsoleta iacuerunt...* *Accessit etiam liber de balsamo aliàs editus Prosperi Alpini* (Venetiis, 1592). In addition, Kaempfer was familiar with the works of the French Carmelite Angelus a St. Josephus, who was in Persia from 1664 to 1673 and whose *Pharmacopoea Persica* (Paris, 1681) was important for introducing Persian medicine to Europe. See Kaempfer 1987: 15.
- 52 Cf. Kaempfer 1987: 14.
- 53 See Hoppe 2004: 147.
- 54 See Werger-Klein 1993; Bethlehem and Meijer 1993; and Gelder 2004.
- 55 Cf. Werger-Klein 1993: 42.
- 56 Kaempfer 1996: 9-17.
- 57 Kaempfer 1996: 9. Robert Carrubba observes that: "Torpedo comes from the Latin *torpere*, to be stiff, numb or torpid. The names 'numbfish' and 'crampfish' also demonstrate selection of name from the effect produced. In *De Natura Deorum*, Cicero writes: 'tutantur...torpore torpedines,' that is, 'torpedoes protect themselves with torpor'" (2.50.127); Kaempfer 1996: 15, footnote 1.
- 58 Kaempfer 1996: 9.
- 59 Kaempfer 1996: 11.
- 60 Kaempfer 1996: 12.
- 61 Kaempfer 1996: 12.
- 62 Kaempfer 1996: 13.
- 63 See Meier-Lemgo 1968: 129 ff.
- 64 Also "Bezoarziegen" and "Capra hircus." Cf. Meier-Lemgo 1968: 131.
- 65 This is my translation of the original: "daumenlang, zylindrisch, schwärzlich und völlig glatt;" Meier-Lemgo 1968: 131.
- 66 Meier-Lemgo 1968: 131.
- 67 Kaempfer 1712: 410; my translation.
- 68 Kaempfer 1712: 413; my translation.
- 69 Kaempfer 1712: 413; my translation.
- 70 I am translating from the original: "Sogar aus den Zelten, die wir in der Umgebung des kaspischen Meers aufgeschlagen hatten, stahlen sie uns Gamaschen, Schuhe und andre Ledersachen. Was ihnen zu

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- schwer gewesen war, fanden wir nicht weit von unsrer Schlafstelle wieder;" Meier-Lemgo 1968: 133.
- 71 Kaempfer 1712: 413; my translation.
- 72 Kaempfer 1712: 411; my translation.
- 73 Kaempfer 1712: 411; my translation.
- 74 Kaempfer 1712: 412; my translation.
- 75 Kaempfer 1712: 412; my translation.
- 76 Kaempfer 1712: 407.
- 77 See SM 5232.
- 78 Cf. Lazar 1982: 68-69; and Lazar 1993: 378.
- 79 Cf. Lazar 1982: 69-70; and Lazar 1993: 379.
- 80 SM 5232, fol. 108r and 109r; see also Lazar 1982: 70 and Lazar 1993: 379.
- 81 Kaempfer 1712: 764.
- 82 Cf. Lazar 1993: 379.
- 83 Lazar 1993: 379.
- 84 SM 3063, fol. 139v: correspondence between Engelbert Kaempfer – Nicolao Witsen, Amsterdam (Bandar Abbas, December 25, 1687); cited in Bonn 2003: 41.
- 85 Kaempfer 1996: 18-29.
- 86 Kaempfer 1996: 19.
- 87 Kaempfer 1996: 18.
- 88 Kaempfer 1996: 23.
- 89 Kaempfer 1996: 30-42.
- 90 Kaempfer 1996: 30.
- 91 Cf. Kaempfer 1996: 30.
- 92 Kaempfer 1996: 31.
- 93 Kaempfer 1996: 32.
- 94 Kaempfer 1996: 36-38.
- 95 Kaempfer 1996: 38-40.
- 96 Kaempfer 1996: 180-198.
- 97 Kaempfer 1996: 181. For an analysis of the use of intoxicants in Safavid Persia see Matthee 2005.
- 98 Kaempfer 1996: 184.
- 99 Kaempfer 1996: 185.
- 100 Kaempfer 1996: 185.
- 101 Kaempfer 1996: 186.
- 102 Kaempfer 1996: 187.
- 103 Kaempfer 1996: 188.
- 104 Kaempfer 1996: 189.

BIBLIOGRAPHY

- Bethlehem, J., and A. C. Meijer. 1993. *VOC en Cultuur: Wetenschappelijke en culturele relaties tussen Europa en Azië ten tijde van de Verenigde Oostindische Compagnie*. Amsterdam: Schiphouwer en Brinkman.
- Bodart-Bailey, Beatrice M., and Derek Massarella. 1995. *The Furthest Goal: Engelbert Kaempfer's Encounter with Tokugawa Japan*. Sandgate: Japan Library.
- Bonn, Gerhard. 1979. "Der wissenschaftliche Nachlaß des lippischen Forschungsreisenden Engelbert Kaempfer im Britischen Museum," *Lippische Mitteilungen aus Geschichte und Landeskunde* 48: 69-116.
- Bonn, Gerhard. 2003. *Engelbert Kaempfer (1651-1716): der Reisende und sein Einfluss auf die europäische Bewusstseinsbildung über Asien*. Frankfurt am Main: Peter Lang.
- Bowers, John Z., and Robert W. Carrubba. 1970. "The Doctoral Thesis of Engelbert Kaempfer on Tropical Diseases, Oriental Medicine, and Exotic Natural Phenomena," *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences* 25: 270-310.
- Bowers, John Z., and Robert W. Carrubba. 1978. "Drug Abuse and Sexual Binding Spells in Seventeenth Century Asia: Essays from the *Amoenitatum Exoticarum* of Engelbert Kaempfer," *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences* 33 (3): 318-343.
- Brakensiek, Stefan. 2003. "Politische Urteilsbildung zwischen Empirie und Tradition. Der Persien-Bericht des Engelbert Kaempfer" in *Engelbert Kaempfer (1651-1716) und die kulturelle Begegnung zwischen Europa und Asien*, edited by S. Klocke-Daffa, J. Scheffler and G. Wilbertz. Lemgo: Landesverband Lippe / Institut für Lippische Landeskunde.
- Carrubba, Robert W. 1993. "Engelbert Kaempfer and the Myth of the Whirlpools of the Caspian Sea," *Proceedings of the Seventh International Congress of Neo-Latin Studies*: 261-271.
- Flaskamp, Franz. 1966. "Engelbert Kemper: Persien, Indien und Japan in frühest-deutscher Sicht," *Archiv für Kulturgeschichte* 48 (1): 84-113.
- Gabriel, Alfons. 1952. *Die Erforschung Persiens: die Entwicklung der abendländischen Kenntnis der Geographie Persiens*. Vienna: A. Holzhausens Nfg.
- Gelder, Roelof van. 2004. "Nec semper quodcumque minabitur arcus—Engelbert Kaempfer as a Scientist in the Service of the Dutch East India Company" in *Engelbert Kaempfer (1651-1716): ein Gelehrtenleben zwischen Tradition und Innovation*, edited by D. Haberland. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Gronke, Monika. 2004. "Am Hof von Isfahan: Engelbert Kaempfer und das safawidische Persien" in *Engelbert Kaempfer (1651-1716): ein Gelehrtenleben zwischen Tradition und Innovation*, edited by D. Haberland. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Haberland, Detlef. 1990. *Von Lemgo nach Japan: das ungewöhnliche Leben des Engelbert Kaempfer, 1651 bis 1716*. Bielefeld: Westfalen Verlag.
- Haberland, Detlef, ed. 1993. *Engelbert Kaempfer: Werk und Wirkung. Vorträge der Symposien in Lemgo (19.-22.9.1990) und in Tokyo (15.-18.12.1990)*. Stuttgart: Steiner.
- Haberland, Detlef. 1996. *Engelbert Kaempfer, 1651-1716: A Biography*, translated by Peter Hogg. London: British Library.
- Haberland, Detlef. 2004. "Zwischen Humanismus und Humboldt: Landeskundliches und topographisches Denken bei Engelbert Kaempfer" in *Engelbert Kaempfer (1651-1716): ein Gelehrtenleben zwischen Tradition und Innovation*, edited by D. Haberland. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Hoffmann, Brigit. 2003. "Engelbert Kaempfer in Persien" in *Engelbert Kaempfer (1651-1716) und die kulturelle Begegnung zwischen Europa und Asien*, edited by S. Klocke-Daffa, J.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- Scheffler and G. Wilbertz. Lemgo: Landesverband Lippe / Institut für Lippische Landeskunde.
- Hoppe, Brigitte. 2001. "Materia Medica in a Prussian University Course in 1679." *Acta: 34. Internationaler Kongress für Geschichte der Pharmazie / 34. Congressus Internationalis Historiae Pharmaciae: Firenze, 20-23 ottobre 1999*: 116-119.
- Hoppe, Brigitte. 2004. "Kaempfers Forschungen über japanische Pflanzen im Vergleich zu denen seiner Vorgänger — Vom Sammeln zur wissenschaftlichen Bearbeitung" in *Engelbert Kaempfer (1651-1716): ein Gelehrtenleben zwischen Tradition und Innovation*, edited by D. Haberland. Wiesbaden: Harrassowitz.
- Hüls, Hans, and Hans Hoppe. 1982. *Engelbert Kaempfer zum 330. Geburtstag: Gesammelte Beiträge zur Engelbert-Kaempfer-Forschung und zur Frühzeit der Asienforschung in Europa, Lippische Studien, Band 9*. Lemgo: Verlag F. L. Wagener.
- Kaempfer, Engelbert. 1712. *Amoenitatum exoticarum politico-physico-mediciarum fasciculi V, quibus continentur variae relationes, observationes & descriptiones rerum Persicarum & ulterioris Asiae, multâ attentione, in peregrinationibus per univrsam Orientem, collectae ab Auctore Engelberto Kaempfero, D. Lemgoviae: Typis & Impensis Henrici Wilhelmi Meyeri*.
- Kaempfer, Engelbert. 1984. *Am Hofe des persischen Grosskönigs 1684-1685*, edited by Walther Hinz, 2nd ed. Tübingen: Thienemann and Erdmann.
- Kaempfer, Engelbert. 1987. *Phoenix Persicus: Die Geschichte der Dattelpalme*, translated and edited by Wolfgang Muntzschick. Marburg: Basiliken-Press.
- Kaempfer, Engelbert. 1996. *Exotic Pleasures: Fascicle III, Curious Scientific and Medical Observations [Observationes physico-medicae curiosae]*, translated by R. W. Carrubba. Carbondale and Edwardsville: Southern Illinois University Press.
- Kaempfer, Engelbert. 1999. *Kaempfer's Japan: Tokugawa Culture Observed*, translated and edited by Beatrice M. Bodart-Bailey. Honolulu: University of Hawai'i Press.
- Kaempfer, Engelbert. 2001a. *Engelbert Kaempfer: Briefe 1683-1715*, edited by Detlef Haberland, Vol. 2 of *Engelbert Kaempfer Werke: Kritische Ausgabe in Einzelbänden*, edited by Detlef Haberland, Wolfgang Michel and Elisabeth Gössmann. Munich: Iudicium.
- Kaempfer, Engelbert. 2001b. *Heutiges Japan*, edited by Wolfgang Michel and Barend J. Terwiel, Vol. 1/1 and 1/2 of *Engelbert Kaempfer Werke: Kritische Ausgabe in Einzelbänden*. Munich: Iudicium.
- Kaempfer, Engelbert. 2003a. *Engelbert Kaempfer in Siam*, edited by Barend Jan Terwiel, Vol. 4 of *Engelbert Kaempfer Werke: Kritische Ausgabe in Einzelbänden*. Munich: Iudicium.
- Kaempfer, Engelbert. 2003b. *Notitiae Malabaricae*, edited by Albertine Gaur, Vol. 5 of *Engelbert Kaempfer Werke: Kritische Ausgabe in Einzelbänden*, edited by Detlef Haberland, Wolfgang Michel and Elisabeth Gössmann. Munich: Iudicium.
- Kaempfer, Engelbert. 2003c. *Zeichnungen japanischer Pflanzen*, edited by Brigitte Hoppe, Vol. 3 of *Engelbert Kaempfer Werke: Kritische Ausgabe in Einzelbänden*, edited by Detlef Haberland, Wolfgang Michel and Elisabeth Gössmann. Munich: Iudicium.
- Lazar, Margarete. 1982. "The Manuscript Maps of Engelbert Kaempfer," *Imago Mundi* 34: 66-71.
- Lazar, Margarete. 1993. "Engelbert Kaempfer als Kartograph und Geograph" in *Engelbert Kaempfer, Werk und Wirkung: Vorträge der Symposien in Lemgo (19.-22.9.1990) und in Tokyo (15.-18.12.1990)*, edited by D. Haberland. Stuttgart: F. Steiner.
- Matthee, Rudolph P. 1999. *The Politics of Trade in Safavid Iran: Silk for Silver, 1600-1730, Cambridge Studies in Islamic Civilization*. Cambridge, UK; New York: Cambridge University Press.
- Matthee, Rudolph P. 2005. *The Pursuit of Pleasure: Drugs and Stimulants in Iranian History, 1500-1900*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Meier-Lemgo, Karl. 1960. *Engelbert Kaempfer (1651-1716) erforscht das seltsame Asien*, 2nd ed. Hamburg: Cram, de Gruyter & Co.
- Meier-Lemgo, Karl. 1965a. *Die Briefe Engelbert Kaempfers*. Akademie der Wissenschaften und der Literatur. Abhandlungen der Mathematisch-naturwissenschaftlichen Klasse. Jahrgang 1965, Nr. 6. Wiesbaden: F. Steiner.
- Meier-Lemgo, Karl. 1965b. "Die Wirkung und Geltung Engelbert Kaempfers bei der Nachwelt," *Lippische Mitteilungen aus Geschichte und Landeskunde* 34: 192-228.
- Meier-Lemgo, Karl. 1968. *Die Reisetagebücher Engelbert Kaempfers*. Wiesbaden: F. Steiner.
- Muntzschick, Wolfgang. 1993. "Engelbert Kaempfer als Erforscher der japanischen Pflanzenwelt" in *Engelbert Kaempfer, Werk und Wirkung: Vorträge der Symposien in Lemgo (19.-22.9.1990) und in Tokyo (15.-18.12.1990)*, edited by D. Haberland. Stuttgart: F. Steiner.
- Michel, Wolfgang. 1993. "Engelbert Kaempfer und die Medizin in Japan" in *Engelbert Kaempfer, Werk und Wirkung: Vorträge der Symposien in Lemgo (19.-22.9.1990) und in Tokyo (15.-18.12.1990)*, edited by D. Haberland. Stuttgart: F. Steiner.
- Richard, Francis. 1995. *Raphaël du Mans, missionnaire en Perse au XVII^e siècle*. 2 vols. Paris: Société d'Histoire de l'Orient/L'Harmattan.
- Sternstein, Larry. 1993. "Kaempfer as Mapper" in *Engelbert Kaempfer, Werk und Wirkung: Vorträge der Symposien in Lemgo (19.-22.9.1990) und in Tokyo (15.-18.12.1990)*, edited by D. Haberland. Stuttgart: F. Steiner.
- Werger-Klein, K. Elke. 1993. "Engelbert Kaempfer, Botanist at the VOC" in *Engelbert Kaempfer, Werk und Wirkung: Vorträge der Symposien in Lemgo (19.-22.9.1990) und in Tokyo (15.-18.12.1990)*, edited by D. Haberland. Stuttgart: F. Steiner.

Beyond the Borders of Europe Engelbert Kaempfer's Medical Research and Treatments

BEATRICE M. BODART-BAILEY*



"A doctor must be a traveller ... Knowledge is experience."

Paracelsus

The bust of Paracelsus still today adorns the Renaissance façade of the pharmacy in the market square of Lemgo, Westphalia, just as it did when Engelbert Kaempfer (1651-1716) passed in its shadow on his way to school some three hundred and fifty years ago. Like Paracelsus (1493-1541)—the Swiss alchemist and physician credited with revolutionizing medicine like Luther did religion—Kaempfer spent a large part of his life travelling, and like him he condemned empty superstitions in his own country while being open to alternate forms of healing and folk medicine practiced by cultures considered inferior in Europe at the time. Yet unlike Paracelsus, who eventually became recognized for his medical discoveries, Kaempfer earned fame less for his medical writings than for his

detailed description of Japan and Japanese culture. As a result, his role as a doctor has received relatively little attention. His doctoral thesis in medicine, submitted to the University of Leiden on his return from the East, has been translated into German, and medical essays included in his first great work, *Amoenitates exoticae* have appeared in English. Also the fragmentary notes on medicine Kaempfer made in Japan have been examined.¹ Yet no writing exists on Kaempfer's actual practice of medicine, or how he viewed his position as doctor. The following is an attempt to fill this gap.²

EARLY LIFE AND STUDIES

Like many prominent scholars of his age, Kaempfer was born the son of a Protestant clergyman, in an environment where there was great stimulus to pursue learning, but never quite the finances to do so at leisure. Unlike those from well-to-do families who made up the greater part of the student population, the sons of the clergy usually did not have the leisure to engage in the frivolities of university life. If they wanted to compete with their more privileged fellow students for positions that brought adequate financial rewards and some social standing at the end of their

* Professor of Japanese history and a founding member of the Department of Comparative Culture, Otsuma Women's University, Tokyo. She has published several volumes on Engelbert Kaempfer in Japanese and English including an annotated translation of Kaempfer's description of Japan titled *Kaempfer's Japan: Tokugawa Culture Observed*. Her most recent publication is *The Dog Shogun: The Personality and Policies of Tokugawa Tsunayoshi* (Hawaii UP, 2006).

Professora de História do Japão, membro fundadora do Departamento de Cultura Comparada da Otsuma Women's University (Tóquio). Publicou já diversas obras, em japonês e em inglês, sobre Engelbert Kaempfer e ainda uma tradução anotada da descrição do Japão escrita por este: *Kaempfer's Japan: Tokugawa Culture Observed*. A sua mais recente obra é *The Dog Shogun: The Personality and Policies of Tokugawa Tsunayoshi* (Hawaii UP, 2006).

studies, they had to strive for excellence. The sober, puritan values that shaped Kaempfer's life are reflected in the words his father wrote in his autograph book at their last meeting:

“Study as if living forever; live as if dying today. Seek clear conscience rather than high reputation; reputation can be based on rumour, conscience never. Christ wore a crown of thorns: thus seek not pleasure. Follow the way of Christ to earn your own crown.”³

Kaempfer's father himself had obtained a degree at the University of Rostock before accepting an appointment as cantor and lector at the Latin school of his native Lemgo. Dissatisfied with these qualifications, however, he returned to the University of Rostock to obtain a Master's degree and not long afterwards was appointed deputy vicar at the large central church that still dominates the skyline of Lemgo today. Having married the chief vicar's daughter, he inherited this position on the death of his father-in-law two years later, aged only thirty-four. He continued teaching at the local Latin school, perhaps to supplement his income or to obtain free schooling for his sons. There were six of these, from two marriages, for his first wife, Kaempfer's mother, died early. Five sons obtained university degrees and occupied prominent positions in the society of their day: one was a Hebrew scholar, one a physician at Stavanger, Norway, and one a mayor of Kaempfer's native town of Lemgo.⁴

Young Engelbert attended the local Latin school and, according to his own testimony, was already as a schoolboy instructed in the surgeon's craft by a *pharmacopôla* or drug seller, so that he might better succeed in the study of medicine later in life.⁵ As will be explained in more detail later, in Kaempfer's age the surgeon stood below the doctor, performing practical tasks under the latter's instructions. At the age of sixteen Kaempfer left home to seek tuition at various schools in other cities as was the custom of the day. He graduated at age twenty-one from the gymnasium of present-day Gdansk in Poland, which at the time lay in Prussian territory and was known as Danzig, where German was the dominant language. His graduation thesis argued for benevolent autocracy—not surprising considering that his native Lemgo was famous for the witch hunt conducted by powerful citizens of the city.

His autograph book provides a record of his movements during his studies and information about

his teachers. From Gdansk at the mouth of the Vistula river (German: Weichsel), he went south upstream to study at present-day Torun, then known under the German name of Thorn, famous as the birthplace of the astronomer Nicolaus Copernicus (1473-1543). Here a professor of physics and medicine by the name of Georgius Severus later remembered Kaempfer as his student.⁶ His next destination was still further south along the Vistula, namely the city of Krakow, with its famous Jagiellonian University established in 1364, the second oldest in central Europe, which was drawing scientists, artists, and scholars from across the continent. In March 1676 the rector of the university testified in Kaempfer's autograph book that he had studied medicine and philosophy there for two years with great diligence, conducting himself well. In May of that year, a professor of theology and law warned that not those who know a lot, but those with fruitful knowledge, are to be termed wise. Perhaps Kaempfer showed all too great an enthusiasm for theoretical knowledge for the taste of this scholar. Such zeal, however, was appreciated in the faculty of medicine, where professors praised the twenty-five-year old as an “extremely conscientious” and “exceptionally hard-working” student.⁷

In the late spring of 1676, Kaempfer travelled downstream, visiting his teachers at Torun and Gdansk, and then apparently proceeded to Königsberg, now known as Kaliningrad. Here the German Albertus-Universität, founded in 1544 by Albert, the first duke of Prussia, attracted students from all over the German-speaking world. Just over seventy years later, a student named Immanuel Kant would enter this same university, and eventually use Kaempfer's writings on Japan for his lectures on geography, though posterity knows him better for his philosophical works.

Autographs were mostly requested on departure, and from those in Kaempfer's book we know that he completed his studies at Kaliningrad in the summer of 1681. Here, once again, Kaempfer is praised as “famous for the dedication with which he devoted himself to the study of medicine.”⁸

In the introduction to his description of Japan, Kaempfer states that he “had never been used to receiving large sums of money from home.” In Krakow he would attempt to still the pangs of hunger by boiling hemp seed—which, he later explained, had none of the intoxicating effects generally attributed to this

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

plant—while in Kaliningrad he earned his living as a tutor.⁹ Yet despite these financial difficulties, Kaempfer continued his medical studies for nine years. There is no mention in this period of any practical application of his medical knowledge, and we must assume that he spent nearly a decade on theoretical studies.

THE RATIONAL AND LEARNED DOCTOR

The qualifications of Kaempfer's professors are listed as "Philosophiae et Medicinae Doctor et Professor." The two thousand-year-old saying *philosophia et medicina duae sorores sunt* (medicine and philosophy are sisters), attributed to Aristotle, was still valid at the universities Kaempfer attended.¹⁰ In the classical tradition of tertiary medical studies, the doctor was first of all a man with great theoretical knowledge, the *rationalis et peritus Medicus* (the rational and learned doctor).¹¹ By his great store of theoretical knowledge, he distinguished himself from those who had acquired mainly practical medical expertise, the surgeons and barbers, who were skilled at letting blood, lancing abscesses and other practical surgical operations. Surgeons followed the directions of university-trained doctors who were responsible for diagnosing illnesses and prescribing treatment.¹² This hierarchical difference between physician and surgeon is an important one with regard to Kaempfer's practice of medicine, for all too often he was charged with performing the duties of the latter. Hence we need to examine in greater detail what distinguished him from a surgeon.

The physician had to master Latin and Greek, for the writings of the ancient philosophers were of importance. Most fundamental among these were Aristotle's writings on natural philosophy, establishing a system of inquiry into the structure of nature and the interactions between its constituents. The very term "physician" (Latin *physicus* based on Greek *physikos*) refers to the person skilled in natural philosophy.¹³ Aristotelian logic, in turn, provided the terms of inquiry into nature, and was fundamental to the "discourse" that was to become one of the hallmarks of the university-educated doctor.¹⁴

With Thomas Aquinas' (1224/25-1274) interpretation of Aristotle's natural philosophy, these early Greek writings became acceptable to the church and more or less fundamental to all Western university education. Sanctioned by the church, they could guide

the doctor on how to deal with the difficult question of God's role in the physical working of the human body and the function and nature of the soul. Church and medicine came to be mutually supportive of each other, inasmuch as they understood their complementary function in caring for the mental and physical health of people, and doctors were often also members of the clergy.¹⁵ Kaempfer also studied under a professor of theology. Naturally the church took care to keep the upper hand in this partnership, and an entry in Kaempfer's autograph book asserting that "...just as the soul is more important than the body, so the physician of the soul is more important than that of the body" makes this point clear.¹⁶

The physician's most fundamental textbooks were the writings attributed to the man even Kaempfer, the pastor's son, refers to as the Divine Elder (*Divinus Senex*), the Greek scholar Hippocrates (c. 460BC-377BC), as well as those of his later defender, the Greek doctor, philosopher and prolific writer Galen of Pergamum (129-c. 216), physician to Marcus Aurelius in Rome. Kaempfer displays his detailed knowledge of this extensive literature by frequently quoting it.¹⁷

In line with the scant anatomical knowledge of the times, Hippocrates based his diagnosis on outwardly observable conditions of the body as well as the examination of its various excretions, such as urine, faeces and phlegm. For the prevention, diagnosis and treatment of disease, he considered the correct environment of major importance, a topic treated in his work *Airs, Water, Places*. Galen, in an early effort to distinguish the learned doctor from the many practitioners with only practical medical knowledge, laid great stress on the writings attributed to Hippocrates, and further developed the early Greek theory of humours. Humoral theory maintained that the human body, like all nature, was composed of the four elements: earth, air, fire and water, each of which was associated with a pair of qualities: dry-cold, hot-wet, dry-hot, and cold-wet. Disease was seen as an internal imbalance of these elements, and the task of the physician was to restore it.¹⁸

By the time Kaempfer began his medical studies in the late 17th century, the validity and continued usefulness of these early Greek writings had been challenged. One of the most famous challengers was Paracelsus (1493-1541), often considered to be the founder of chemical medicine since he discovered the

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

use of minerals as well as homeopathic amounts of other poisons in the treatment of illness. Paracelsus publicly burned the works of Hippocrates and Galen, declaring that medical knowledge could only be attained by practice, and not by theoretical study.¹⁹ The writings of Galen were further discredited by Andreas Vesalius (1514-1564) who claimed that Galen had cheated, since his anatomical teachings were not based on dissection of the human body, but merely on that of animals. Impressive woodcuts illustrating his work *De humani corporis fabrica* revolutionized the teaching of anatomy. But to discredit Galen, Vesalius still had to use Galen's system of analysis, and although Galen's mistakes were noted, there was also anger at the disrespect shown towards the much-revered early doctor.²⁰ The new discoveries became part of the study of medicine, through the addition of subjects such as the preparation of medicines and practical anatomical skills, but Hippocrates and Galen were not dropped from the curriculum. One reason was that the study of these early Greek texts distinguished the university-trained physician from those who attempted to practice medicine without the lengthy and expensive theoretical training at higher institutions.

In Japan, Kaempfer taught not just medicine, but also astronomy and mathematics. These two subjects were also part of the physician's curriculum. Hippocrates had argued that astronomy was important for medicine, for the movement of the stars and with it the seasons "changed diseases."²¹ Mathematics was considered essential to quantify excretions and analyze the workings of the organs. Thus William Harvey's (1578-1657) discovery of the circulation of the blood and the function of the heart as a pump was the result of attempts to calculate the amounts of blood emerging from the heart during a certain time span and to match this with the frequency of the heartbeat.²² Descartes (1596-1650) challenged the Englishman's calculations of the heartbeat, but similarly saw the body in mathematical terms. For both, however, the importance of such medical investigation was theological, namely to prove "the hand of God in the world."²³

The wide scope of Kaempfer's university studies was based neither on the spurts of curiosity of an undisciplined mind, nor on the ideal of the *uomo universale*, the Renaissance man. It was, and had been for centuries, the standard fare of a tertiary-educated medical man. With his long theoretical training as

physician, Kaempfer distinguished himself from his later colleagues in the Dutch East India Company where only surgeons were required. The university-trained physician was more than a doctor; as scholar he frequently performed administrative and diplomatic duties for the nobility, and even William Harvey had acted as ambassador for his king.²⁴

After completing his studies at Kaliningrad, Kaempfer visited one of the most famous physicians of his age at Uppsala University, the Swedish scholar Olof Rudbeck (1630-1702), well known for the wide range of his scholarly activities. But Kaempfer did not stay long, for he was soon given the chance to travel beyond Europe.

THE BEGINNING OF THE LONG JOURNEY

Already one year before Kaempfer's birth, as a twenty-one-year-old student, Olof Rudbeck (Olaus Rudbeckius) had discovered the function of the lymph nodes, and with this discovery confirmed Harvey's theory of the circulation of the blood. By the time Kaempfer had completed his studies at Kaliningrad, Rudbeck had become well known throughout Europe for his anatomical research, and had already been teaching generations of students at the famous anatomical theatre, built to his personal specifications, which still exists at the Gustavium Uppsala University today.²⁵ Human dissections, traditionally performed by assistants pointing out organs while the professor simply read the relevant text, were considered by Rudbeck to be an essential skill of any physician, and he made them part of the medical curriculum. Surgery was no longer to be left in the hands of the barber-surgeons. Did Kaempfer go to Uppsala to improve his surgical skills? If he did, he might well have realized then that this branch of medicine held no fascination for him, for later he referred to the surgeon's knife in rather negative terms. In his publication of 1712, the *Amoenitates exoticae*, he contrasted the needle used for acupuncture with the surgeon's "sharp point of deadly steel dripping with blood" and continued: "Occidental surgery with its grim attitude towards human beings prescribes the savage employment of such instruments against men. This approach is an abomination for those whose hearts are guided by human kindness and compassion."²⁶ Kaempfer's approach to medicine was traditional, and his obvious dislike for surgical procedures predisposed

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

him towards a sympathetic reception of Eastern medicine, which shunned anatomical investigation.

Rudbeck, however, not only insisted that the physician must master the skills of the surgeon, but also that he must not leave the preparation of medicines, still mainly herbal based, to the apothecary. He established Sweden's first botanical garden, still in existence today, though carrying the name of the botanist Carolus Linnaeus (1707-1778) who, half a century later, researched his famous system of plant classification here. Rudbeck's illustrated herbals, such as his *Catalogus plantarum* describing nearly two thousand plants, gained fame. For Kaempfer, the encounter with Rudbeck might well have been inspirational, later serving as a model for his own publication on Japanese plants, the *Flora japonica*. In the preface of his *Amoenitates exoticae*, which contained the *Flora japonica*, Kaempfer announced a further volume on plants titled *Herbarii trans-Gangetici specimen* (Examples of Plants from Beyond the River Ganges), with five hundred illustrations. But just like his *Planta Persica* (Persian plants), for which he had already designed the title page in Isfahan in 1685, this work was never published.²⁷ With only twenty-eight illustrations, the *Flora japonica* was minor in comparison with Rudbeck's works. Yet it was frequently cited and reproduced in various publications, being considered more reliable than the works of others who had reported on Japanese plants earlier, such as the gardener Georg Meister (1653-1713) and the doctor Andreas Cleyer (1634-1698). It also earned him praise from Linnaeus, who called him the man "with the greatest intellectual curiosity among all the travellers."²⁸

Aside from his medical research, Rudbeck was perhaps even more famous for his three-volume work *Atlantica*, which claimed that Sweden was the lost Atlantis and the cradle of Western civilization. Later, in his writings on Japan, Kaempfer would similarly speculate about the origin of the Japanese. Such scholarship concerned the human condition, and hence was part of the vast store of knowledge the university-trained doctor considered himself proficient to investigate. The rector of Uppsala University well

defined the ideal of the gentleman-doctor by the virtues he singled out for praise and the order he assigned to them, when he described Kaempfer as "a young gentleman remarkable on account of his noble character, great erudition, and excellent knowledge of medicine."²⁹ Rudbeck, whose medical genius had been recognized at an early age, however, seemed less impressed by the German visitor and simply wrote the warning: "Ability is begrudged by the nobility."³⁰ Perhaps Kaempfer had told him of his plan to seek employment at the court at Stockholm.

The king of Sweden, following the example of the Duke of Holstein-Gottorp of Schleswig-Holstein, was planning his second delegation to the Shah of Persia, and it is likely that Kaempfer had heard of the project already in Uppsala and hence proceeded to Stockholm to investigate his chances of joining the expedition. Nationalism had not yet swept Europe: the leader of the delegation was again the Dutchman Ludwig Fabritius, a man born in Brazil, who earlier had served as an officer in the Russian army. Since the Swedish court corresponded in German, and this was also the *lingua franca* at the Russian court, it was useful to employ a well-educated German for the task of secretary, and Kaempfer was appointed to this position. No doubt his medical knowledge was considered a bonus on this journey through regions where medical assistance, especially in its European form, would scarcely be available.

The earlier expeditions sent by Frederick III of Holstein-Gottorp in 1633-1639 had resulted in the then-famous travelogue of Adam Olearius (Adam Ölschläger, 1603-1671) a work contained in the library of Kaempfer's school at Lemgo.³¹ In Kaempfer's funeral sermon the pastor spoke of the deceased's early desire to see distant lands, and Kaempfer might well have been inspired by Olearius' account from childhood on.

The delegation travelled from Stockholm via Finland and present-day St. Petersburg to Moscow, where they were received by the eleven-year-old boy later to be known as Peter the Great. Travelling on the rivers Oka and Volga they reached the northern shore of the Caspian Sea at Astrakhan. The crossing of the Caspian to the southern port of Nisabad, however, was fraught with danger. A great storm had the delegation fearing for their lives, but in the end it was only the three German greyhounds destined for the Shah that drowned in the separate small vessel

Leaves of the ginkgo tree, copper plate print as contained in the fifth section of Kaempfer's *Amoenitates exoticae* (p. 813), the *Flora japonica*. The Japanese characters are correctly reproduced and the various pronunciations are explained in the text.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

in which they were accommodated. The agonies of the journey, however, did not dampen Kaempfer's scientific curiosity. Investigating the strange currents of the Caspian, which consisted alternatively of salt and fresh water, he lowered a cup into the sea to take samples, only to discover a strange bitter taste not previously mentioned by any traveller. His companions showed little interest in what Kaempfer considered a most exciting discovery, until finally his friend, the Swedish baron Carsten Klingensjerna, agreed to taste the water and confirmed that it was as bitter as wormwood or bile. Kaempfer concluded that the bitter taste was caused by black naphtha, a volatile petroleum issuing from the floor of the sea, as it could also be seen doing on land. Kaempfer was correct. Today the area is dotted with drilling shafts mining the black, evil-smelling liquid that had caught Kaempfer's attention. Unlike such discoveries today, it brought no profit for Kaempfer at the time, though together with the description of the "eternal fires" of the Baku peninsula, where petroleum of several colours and kinds were issuing from the ground, it later provided material for one of the ten essays making up his doctoral thesis and for his publication *Amoenitates exoticae*.³²

More lucrative was the medical work he did in the Azerbaijan city of Samaxi (also Shemakha), which at the time was the seat of the Median viceroy and which the delegation reached on December 19th, 1683. Just days before their arrival, the town had been shaken by an earthquake strong enough to leave behind crevices in the ground for the visitors to inspect. With the extensive injuries caused by the tremor, it was not surprising that the doctor was besieged by patients on arrival. He earned one hundred *Reichsthaler* and was given a fine white horse of equal value.³³ While it is difficult to estimate today what the amount of one hundred *Reichsthaler* represented, being the equivalent of a good horse, the sum must have been considerable. Yet he could have earned still more. The throngs wishing to see the doctor were so great and so insistent that they did not even permit him a walk outside the city gates. Kaempfer, however, was determined to inspect the mysterious "eternal fires" of the Apseron Peninsula some one hundred kilometres to the east, and, fearing that the delegation might be ordered to depart any day, he escaped from his patients in the dark of the night for a five-day excursion to investigate

this unique natural phenomenon. Travelling without official sanction, he and his small party were arrested in the city of Baku, but managed to escape. At dawn, Kaempfer boldly reconnoitred the city in the clothes of his servant and then continued on his trip to the petroleum springs. He took the time to make notes and sketches and wondered at the brightness the liquid produced in lamps, transported to cities in the gut of sheep. Familiar with Hippocrates' analysis of the environment, he could not fail to notice the effect this had on the physical wellbeing of the inhabitants. "Most of them are of bad health and look pale. Those who are otherwise healthy have at least an eye ailment," he noted.³⁴

Kaempfer's description of the "eternal fires" of the Apseron Peninsula, well illustrated with drawings, was published in his *Amoenitates exoticae* and became the first scholarly exposition of this natural phenomenon. Without embarrassment he describes here how he managed to escape his clamouring patients.³⁵ For him there was no question that priority should be given to research for humanity rather than to dressing the wounds of individuals.

In spite of such priorities, Kaempfer did heal people in foreign lands, and one might well ask how this 17th-century north German doctor who only two years previously had concluded his medical studies and embarked on this journey with little or no practical experience in treating patients, succeeded in healing people of an alien culture without the availability of the all-round drugs and disinfectants used in similar situations today.

A HEALER IN FOREIGN LANDS

Kaempfer worked with interpreters who translated the patient's complaints and then the doctor's instructions. His interpreters, however, were far from perfect, as the following episode illustrates. One month after having left Samaxi, the delegation reached the city of Rasht, twenty-four kilometres south of the Caspian Sea, for a five-day rest. Here a patient with an eye ailment was brought to Kaempfer who sought to heal him with a purgative. The interpreter, however, mistranslated Kaempfer's instructions, and the patient put the powder into his eyes instead of imbibing it. But the patient was healed anyway, Kaempfer noted.³⁶

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Kaempfer's use of a purgative to treat an eye ailment shows his reliance on traditional Hippocratic medicine, in which the correct environment and diet, and with it the correct functioning of the digestive system, were considered fundamental. Preventive medicine, though modern-sounding, was considered important in Kaempfer's time. "If people lived as nature demanded, doctors would be out of work," wrote a fellow doctor in Moscow in Kaempfer's autograph book.³⁷

Yet in the case of the patient with the eye ailment, when directions went amiss and the purgative was put into the eye rather than being imbibed, the patient was healed all the same. How could this happen?

One likely explanation is that the complete trust the patient put in the foreign doctor induced the physical healing process. His long years of university training had produced a man confident of his erudition, who projected this aura of self-assurance to his patients. Part of this process might well have been the doctor's penetrating gaze, for Kaempfer's autograph book has two entries in Persian referring to the power of the eyes.³⁸ Yet any confidence Kaempfer might have had in his medical skills was severely shaken once he exchanged his service to the Danish king for a position as surgeon to the Dutch East India Company, and came to serve where the doctor was needed most: namely, in "the hell of Bandar Abbas."

ON THE WAY TO BANDAR ABBAS

On March 29th, 1684, the delegation of the King of Sweden arrived safely at Isfahan, the residence of the Shah of Persia. The Shah, however, was in no hurry to see the Swedes, or any other of the many delegations from all over the world that were awaiting an audience. The delay gave Kaempfer plenty of time to research the area and to make friends with some of the most learned men residing at the court. Some of his best drawings of buildings date from this period.³⁹ Leave was finally granted to the Swedish delegation at the end of 1685, but Kaempfer had already decided the previous year that he was not going to return to Europe. His correspondence gives insight into the determination and even desperation with which he sought employment that would permit him to travel further East.⁴⁰ Finally such employment was obtained when a surgeon of the Dutch East India Company

died, and Kaempfer was accepted as replacement.⁴¹ Kaempfer, it will be remembered, had received training as a surgeon during his youth, before he had commenced his university studies. He was familiar with the work but after his university training as physician, it was a big step down. Though he obtained an official contract and salary only from August 1686, he considered himself employed from the end of 1684, and was ordered to leave Isfahan on November 21st, 1685, accompanying a caravan transporting money to the Gulf of Hormuz.⁴²

The journey permitted Kaempfer a three-day visit to Persepolis, the fabled ruins of the ancient capital of the Achaemenian kings that had been sacked by Alexander the Great, and in the brief period available to him, he made some of the earliest detailed drawings of the remains and their inscriptions.⁴³ After this detour, he caught up with the caravan at Shiraz, "the city of poets and wine."⁴⁴ He also managed to investigate the use of substances that have become part of modern life, but whose damage to health Kaempfer already perceived at the time.

COFFEE AND NARCOTICS

When, on December 13th, 1685, the caravan stopped for a day of rest on account of heavy rains, Kaempfer visited a public coffeehouse to observe the brewing of coffee. Persia, he noted, had as many coffeehouses as Germany had wine taverns and beer gardens, but in Germany coffee was still mainly known as a medicine. The Dutch East India Company had already imported their first large shipment of coffee beans twenty years earlier, but it was only after 1690 that it became worthwhile to make coffee a regular item of trade. In Germany it was only at the beginning of the 18th century that coffee started to be used as an ordinary beverage, and hence Kaempfer's description of its preparation still had novelty value.

The coffee beans were roasted until they were smoking and nearly black, and then ground with mortar and pestle, "the longer the better." It was the task of day labourers to grind the beans to a fine powder, which they did sitting alongside the road and swinging the heavy stone pestle high above their heads with much toil and sweat. A spoonful of the freshly roasted and ground powder was boiled gently "five times the length of the Lord's Prayer." At that point, two spoonfuls of

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

cold water were added to the boiling liquid “to let the oil rise,” and after a further duration of three Lord’s Prayers, the beverage was ready, passed around in small cups and drunk as hot as possible.

Kaempfer noted that coffee had a drying effect and therefore was to be recommended to people suffering from phlegm. He warned, however, that if drunk on a regular basis it would lead to a dry and cold, if not melancholic, state of mind. He made this judgment observing the local “gaunt, black-bearded coffee gluttons” and called this drink, consumed regularly today by one third of the world’s population, “a depressing coal-black beverage of sombre character.”⁴⁵

Kaempfer was somewhat more positive about the effects of herbal intoxicants. He considered their extensive use in Muslim countries to be the result of the prohibition of alcohol, and in Persia cited nicotine, white poppy and cannabis as those most frequently employed. Acknowledging that “we Europeans shudder at the mere names of these plants,” he argued that it was

only “timidity and scruples” that prevented their wider application in the West, and that the Orient, which had much longer experience with these substances, had learned to use them effectively as drugs. He even asserted that “small doses or somewhat larger ones, after habituation, far from injuring a person’s health with any malady, relieve the animal spirits from all darkness, the body from pain and the mind from depression; they very greatly exhilarate.”⁴⁶

This rather positive assessment of narcotics was most likely based on his own experience. At a garden party outside Bandar Abbas where Europeans and Muslims from Bengal were gathered, the latter took lumps of some narcotic instead of the alcohol the Westerners indulged in. Kaempfer was anxious to taste and experience the effect of the substance, and, taking a good mouthful, found that soon he was “suffused and replete with a certain inexplicable joy” the likes of which he had never before experienced. Riding home, he seemed to be “flying with Pegasus through clouds and rainbows,” and the normal dinner at the

The harbour of Bandar Abbas at the Gulf of Hormuz with the city Kaempfer describes as the “location most closely related to hell”. In the background the mountains where the local population and also Kaempfer sought refuge during the heat of summer (*Amoenitates exoticae*, p. 759).



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Dutch trading post was like a meal “with the gods themselves.” Unlike alcohol, there was no hangover the next day, only the remembrance of great joy, though also a strange fear of rushing toward the right side.⁴⁷ Later we see Kaempfer using laudanum, a solution of opium diluted in alcohol, as a medical treatment; but in spite of this obviously pleasurable experience, he does not seem to have continued taking narcotics for recreational purposes. He describes in some detail the preparation of opium and cannabis, and elaborates on the reputation of these plants for bringing pleasure and joy, adding that Europeans are wrong in asserting that only a small doses leads to a horrible death. Yet as a doctor he considers it his duty to warn of addiction and its consequences: human beings resembling “blocks of wood.” Yet he saw no need to describe the evils of addiction, as “medical books are filled with them.” The purpose then of his relatively positive description of the use of narcotics was not to advertise their normal use, but to provide some balance for what he considered the excessively negative treatment of the subject in the medical literature. Addicts were brought to him and he was promised one hundred gold pieces for a cure, but he knew full well that this was impossible.⁴⁸

In contrast to his attempt to lighten the fears of the Western medical profession about the moderate use of opium and cannabis stands his warning about the harm of nicotine, until recently much ignored by a large number of that same profession. Even in the late 17th century Kaempfer noted the “astounding swiftness” with which the “practice of smoking captivated the entire human race.” For him there is no doubt that tobacco must be classified as poison. This was not only indicated by the “vertigo, anxiety, and vomiting” it induces in those unaccustomed to it, but also by the experiments of his contemporary, the Italian Francesco Redi (1626-1697), which showed that a drop of tobacco oil in a wound of a young fowl killed the animal, and was similarly harmful to people. He himself had observed porters smoking leaves through a perforated ox horn dropping like epileptics to the ground, “overflowing with mucus and foam.” Yet, in spite of tobacco’s poisonous nature, once the body became accustomed, exhilaration was felt in the brain.

To lessen the harmful effects of nicotine, the Persians purified the smoke with water by using a device known as a hookah, an illustration of which

Kaempfer included in his *Amoenitates exoticae*. The Turks, Chinese and Japanese, like the Europeans, used a pipe. Only “the dark heathen smoke without any device. The leaves are rolled in the shape of a cone whose base is lighted and whose apex is held between the lips and sucked.” Kaempfer noted.⁴⁹ He would no doubt have been surprised to learn that this practice of sucking on the burning leaves without much attempt to reduce their harmful substances spread across the world, and that it took the medical profession some three hundred years to agree on the poisonous nature of tobacco.

THE HELL OF BANDAR ABBAS

When the party finally entered the Dutch residence at Bandar Abbas on December 29th, 1685, they first discovered “the black body of an old assistant from among the servants, the distressing product of this hellish air.”⁵⁰ As someone trained in the importance of good air and water to sustain health, Kaempfer was devastated, describing the city as “the world’s most inhospitable, driest, hottest, most poisonous, most unhealthy, most cursed and the location most closely related to hell . . .”⁵¹ He believed that it had “the hottest and most injurious climate in the whole of Asia” not because of its tropical location, but because the area was extremely dry, full of salt and sulphur, hot and often harmful springs and arsenic vapours.⁵²

Bandar Abbas had the very climate that Hippocrates once described as most harmful to the body, so it is not surprising that Kaempfer was convinced that here the doctor’s skills were of little use, and that the only way to escape its effects would be to escape the location. When Kaempfer mentions sulphur, he refers to the definition of the alchemists, as sulphur was only defined as a chemical element in 1777 by Antoine Lavoisier. Paracelsus had described it as one of the *tria principia* (three principle substances) together with *sal* (salt) and *mercurius* (mercury), elements detected in the process of burning, in which the ashes were seen as salt, the smoke as mercury, and the flame as sulphur.⁵³ For Kaempfer, the sun, “burning beyond endurance” (*ardet plusquam tolerabilis*),⁵⁴ poisoned the air with sulphur. His reference to arsenic vapours, in turn, is likely to have been guided by Johann Schröder’s popular *Pharmacopoea medico-chymica*, 1654, which provided the first authentic

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

report of the free substance of arsenic produced by heating its oxide with charcoal.⁵⁵

When Kaempfer had sought employment with the Dutch East India Company, his aim had been to explore the world, and not to risk his own health attempting to treat Dutch merchants gambling their lives in return for monetary profits. His great anger at the Company's insistence that the trading post remain staffed during the deadly summer months, when the locals escaped to mountains, found public expression in his *Amoenitates exoticae*. In a chapter on the harvest of the date palm, he strays from the subject and describes at length the terrible effects of the climate. Comparing the burning sun to the Roman goddess of funerals, Libitina, he continues:

"A Dutch soldier returning around lunch time from the garden of Nabam, which we own a mile away from here, enters Martha's wine tavern. Hardly has he saluted her that, complaining about dizziness, he becomes unconscious and dies before I manage to get there to help him. Some days later a young Englishman, a scribe of a trading company, enters our house after having crossed the region outside the city, and suddenly falls to the floor, dead. The same happens at different times to two coloured porters hardly had they returned from vacation to load the ships. A sailor, thirstily returning from inspection, lifts a tankard to his lips and, drinking, drops down dead. Another one, tired after being in the sun, passes on to eternity in his sleep. A third person breathes his last as he gets off his donkey after having had a cold bath in the above-mentioned garden."

But it was not simply the heat that killed. The water was poisoned too. As water levels sank in the canals in the heat of summer, maggots thrived in the water. Worst of all were the threadworms "which appear in between the muscles of those drinking the water, grow to enormous size and have to be removed from festering wounds."⁵⁶

Kaempfer blames constant sweat for the appearance of what the local surgeons called furuncles, but which, according to his description, appear to be the more violent form of affliction known as carbuncles. "They plague the human body cruelly" he notes. But worst of all was that treatment only increased their number: "I counted more than one hundred on the

very small and sick body of our admiral [Lykochthon], and as I lanced them daily, my experience resembled that which the poets report about Hydra. For within a few days, as if growing under the knife, they increased to three hundred and with their vast numbers mocked any attempt to count them."⁵⁷

That the efforts of the doctor were not totally in vain and that some people recovered from the dangerous fevers of the region can be gleaned from Kaempfer's correspondence describing how he cured the fever attack suffered by an acquaintance, even though the man neglected his instructions and then had a relapse from which he was now recovering after renewed treatment.⁵⁸ The Dutch trading post at Bandar Abbas certainly needed the doctor, but the doctor himself fell sick and feared for his life.

Kaempfer detailed the course of his suffering in a letter to the man that employed him, the head of the Dutch trade in Persia, Justus van den Heuvel, who himself had moved to the more healthy climate of Isfahan. Of interest are Kaempfer's references to the works of Hippocrates and Galen, perhaps designed to impress upon the recipient that he was, by virtue of his extensive training, very different from the surgeons normally employed by the Company. Since the description of his own illness and the remedies suggested provide first-hand information on the kind of medicine Kaempfer practiced, I cite it here at length.

After pleading that Van den Heuvel carefully and compassionately read his letter, Kaempfer continues:

"My condition is such that illness prevents me from fulfilling my duties, and I cannot live up to what Your Magnificence expects from me. There can be no doubt that the poisoned air continually damages my health, life, mind and wits so that since my arrival I have not enjoyed a single hour free from the symptoms of illness. First I suffered for two months from the kind of dropsy known as tympanite.⁵⁹ But it was necessary to hide this from my patients as best as possible, so that they would not lose trust in [the abilities of] their sick doctor, and as I was fully living up to my duties, I finally recovered from the illness. But hardly had I escaped this evil that in early June I fell victim to another, suffering an attack of fever, which we refer to as a malignant, double three-day fever. In an effort to cure it, I analyzed my

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

urine, and found that I was suffering from and was dehydrated by hectic fever, and also suffering from a type of acute consumption known as phthisis. This pulmonary disease suddenly got so bad that it virtually constricted my throat and stopped me getting any air, so that even lying down I could barely breathe. Thus I am lying awake during the nights tortured by a thousand anxieties, unable to stop the wanderings of my mind. For if this develops into pneumonia, that is, an inflammation of the lungs where all illnesses of the chest combine, then with this [lack of] strength and in this hot air it means immediate death.

Already earlier I had thought about the fact that Galen sent all those suffering from phthisis to a different climate, but the symptoms of approaching death and the lack of strength whereby the comatose body could come to an end even within the space of a single day, seemed to speak against this. Even in extreme [cases], the most extreme [solution] cannot be ignored, as also according to Hippocrates [any procedure] that provides a glimmer of hope must be given preference over certain death.”

Kaempfer continued to explain that remaining in the unhealthy air of Bandar Abbas was akin to committing suicide, and that he had asked Van den Heuvel's deputy for permission to leave for the cooler climates of the nearby mountainous region. This permission, however, had been refused. Kaempfer argued that he could not look after patients in this condition, and that the two surgeons on Dutch ships in the harbour could take his stead. One of them was asked for an opinion on Kaempfer's illness, and after examining his pulse and urine the surgeon came to the conclusion that Kaempfer would not survive in the heat. Nevertheless, the desired permission was not forthcoming. It was argued that even if he could not attend upon the sick, there was still no reason to leave, and that even if he died, he would be in good company as many good men had come to breathe their last in Bandar Abbas. Kaempfer claims that after much argument he finally was grudgingly given permission to leave, but the gist of his long letter is that he was in fact retrospectively seeking sanction from Van den Heuvel (as head of the Dutch trade in Persia) for his absence from his place of duty, while at the same time

trying to persuade him that, unable to serve in the hell of Bandar Abbas, he should be posted elsewhere as soon as possible.

Kaempfer, it appears, had recovered relatively quickly once he escaped the poisonous climate. He relates to Van den Heuvel in some detail how on the second night an abscess in his chest burst with so much pain and spells of unconsciousness that he was unable even to call his servant—in other words, nobody witnessed the event. When Kaempfer woke up the next day, his condition had improved, and he was able to complete the five-day journey to the mountainous region of Buguun, where he was now recuperating and writing this letter.⁶⁰

Kaempfer later published a description of this trip to the mountains in his work *Amoenitates*, permitting us to follow the course of his journey. On account of the heat, the small party travelled in the dark of night, when only the smell of cultivated plants gave an indication of nearby settlements. Eventually the landscape changed, and green valleys with palm forests and crystal clear water replaced the barren hills. The heat subsided and they started travelling during the day. Though he began his journey crouched in a basket fastened to the side of a camel, by now he was again able to ride a donkey. On the sixth day they reached their destination, the village of Buguun, some seventy-five kilometres north of Banda Abbas in the Kuh-e Bonna mountains. “The location of the village delights the eye with its attractiveness and splendour ... [and] unfamiliar natural scenery.”⁶¹ It was a place where others also sought respite from the heat of the Gulf, and he was soon joined by a young countryman from Holstein, a gunner on one of the ships in the harbour.

In a letter addressed to his brother in November 1687, Kaempfer is explicit with regard to the horrors of the climate, and complains not just about the unbearable summers, but also the winters, where the humidity is so high that a knife becomes covered in rust in the space of one night. He mentions lying unconscious with a high fever and suffering from dropsy, but also mentions some of the advantages of this hardship posting. He writes: “As much as the heat and my duties permit, I find enjoyment every day in the most curious natural phenomena, which have received no attention since no educated person could ever survive in this place, and are left to me as rewards for my pains.”⁶²

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

Earlier in his letter Kaempfer had explained that he was employed in the lowly position of surgeon, and the above statement confirms that he considered himself very different from other surgeons in the employ of the Company who were present at Bandar Abbas: they obviously did not qualify as “educated persons.” The expression is inserted in Greek letters, hence nobody without a classical education would be able to decipher this rather unflattering statement.⁶³ In spite of his many complaints about the location, Kaempfer was delighting in the chance to research matters about which other scholars knew nothing. Indeed, the research conducted at Bandar Abbas would later make up a significant part of his doctoral dissertation submitted to Leiden University on his return, and would furnish material for a large section of his *Amoenitates* of 1712, the only volume he managed to publish during his lifetime.

In contrast to his attempt to lighten the fears of the Western medical profession about the moderate use of opium and cannabis stands his warning about the harm of nicotine, until recently much ignored by a large number of that same profession.

Again, while recuperating in the mountains at Buguun, he soon was well enough to join a party of hunters on an excursion of three days and two nights to hunt the famous bezoar goat, in whose intestines the curious bezoar stone was found, as well as to search for the equally mystifying mountain balsam, a liquid oozing out of rocks, different from but somewhat related to the much treasured “mummy” which was under strict government control and hence unobtainable. This was not an easy undertaking, since it involved traversing mountainous regions where bears and tigers roamed, at altitudes so high that even in August there was ice

on the ground. “Very uncomfortable without lighting a fire,” Kaempfer noted. A large part of the way, the party had to walk under difficult conditions, “frequently injuring knees and hands.” To obtain the balsam they had to enter “narrow caves, crawling, with swarms of tiny mosquitoes attacking the eyes, nose and throat, making breathing difficult.”⁶⁴

Kaempfer was prepared to endure considerable difficulties for the sake of research that was impossible elsewhere and that would secure him fame in Europe. He was not prepared to sacrifice his time and health simply for the sake of practicing medicine. A disinclination to spend time and effort on research that would not lead to this goal can also be sensed from his correspondence, when others, often high-ranking, ask him to do research for them.

In November 1687, for instance, Kaempfer received a long request from a fellow company employee, the scholar De Jaeger, now at Batavia, detailing the many plants, their seeds and descriptions, that he would like Kaempfer to supply from the area around Bandar Abbas. De Jaeger had himself lived in Persia, had done extensive botanical research, and was now being asked by prominent scholars in Europe, including the Royal Society in London, to supply further details. Kaempfer stood in De Jaeger’s debt, for only three years previously he had pleaded for De Jaeger to recommend him for employment with the Dutch East India Company.⁶⁵ But Kaempfer did not fulfil De Jaeger’s request. In June of 1688, just before leaving Bandar Abbas, he informed De Jaeger that not only had he been too busy preparing for his departure, but also that, unfortunately, a large swarm of grasshoppers had eaten every single plant.⁶⁶

Kaempfer might well have been fearful that the information he supplied would appear under De Jaeger’s name, and such fears were not altogether unfounded. After his return to Europe, some of his drawings of Persepolis appeared in the *Philosophical Transactions* of the Royal Society of London without giving him credit. Kaempfer had entrusted copies of these drawings to the influential mayor of Amsterdam, Nicolaas Witsen, who had quickly passed them on to a certain Dr. Martin Lister of the Royal Society without, however, mentioning the name of the author. Lister then published Witsen’s letter together with the drawings in the *Philosophical Transactions* of May, 1694, without any reference to Kaempfer.⁶⁷

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

INDIA

Kaempfer was finally permitted to leave Bandar Abbas and boarded a vessel bound for India on June 30, 1688. But the country where he had dreamed of following in the footsteps of Alexander the Great disappointed him. One reason might well have been that his visit was limited to trading ports where first the Portuguese and now the Dutch were leaving their imprint, and traditional Indian culture had been much compromised. Though Kaempfer's expectations were not met, the country provided the impetus for further medical research and his work there has furnished us with the only detailed material on Kaempfer's practice as a doctor.

Kaempfer spent six months on the Malabar coast, where, in the city of Quilon, the Dutch governor had for some time been suffering from a debilitating disease. Kaempfer's formal write-up of the case, *Consilium medicum* (medical advice), with his description of the illness (*casus*), diagnosis (*resolutio*), prognosis (*prognosis*) and finally treatment (*curatio*), again provides testimony of his close adherence to the writings of Hippocrates and Galen.⁶⁸

Like these classical authors, he first describes the face of the fifty-two-year-old patient—"full and sallow"—and then proceeds to the symptoms suffered during the past fifteen years. An important part, following Hippocratic tradition, is a detailed analysis of the flow and nature of urine. An analysis of the pulse, breathing, the state of the limbs, sleep patterns, the state of the patient's mind and finally the pains described by the patient follow. When Kaempfer encountered the patient, the illness had reached a crisis point, with agitation, disjointed speech, trembling of the limbs and a fixed stare all suggesting that sudden convulsion and death might soon occur. Apparently the Dutch East India Company did not keep a Western doctor on the Malabar coast, for Kaempfer refers to the "visionless" treatment of the Indian doctors over many years before he proceeds to offer his *resolutio*, his diagnosis, of this "desperate case."⁶⁹

His diagnosis is ulcerated kidneys and severe weight loss (*cachexia*). Kidney disease was a subject well treated in Hippocratic literature, being relatively easy to diagnose through urine analysis, which Kaempfer also engaged in with great care at different times of the day and night. The various aches that can result

from kidney disease are explained in Hippocrates' *Internal Affections*, and these descriptions matched the symptoms of the patient.⁷⁰ Thus Kaempfer was able to explain in detail how kidney disease was causing the many pains tormenting the patient, and concluded that the case was "truly a lesson in the effects of the kidneys." In the first instance he prescribed a very hot concoction of boiled ginger to lessen the inflammation. The condition had led to severe weight loss, exasperated by bad water, bad diet and alcohol.⁷¹

The next section, *prognosis*, starts with the warning that no prognosis of healing could be given unless the patient had trust in the doctor and agreed to observe the strict diet and the long course of medication he ordered. To back up his demands, Kaempfer refers to the "Divine Elder," Hippocrates, and paraphrases the first of the latter's *Aphorisms*: "It is not enough for the physician to do what is necessary; the patient and the attendants must do their parts as well ..."⁷²

Prognosis, both Hippocrates and Galen had warned their students, was dangerous. The physician was advised against an optimistic prognosis in case the patient took a turn for the worse and the doctor was blamed for being wrong. On the other hand, confidence in recovery was considered important, for it related to one of the so-called six non-naturals, the passions of the soul, the state of which affected the body.⁷³ Kaempfer's prognosis is correspondingly vague and long-winded. The severe weight loss, he predicts, could be steadily improved as long as the patient did not practice concealment, no doubt a reference to secret indulgence in alcohol and unsuitable foods. But the long-standing ulcers of the kidneys were indeed a challenge. Kaempfer did not want simply to reduce the symptoms temporarily with oil and wax until death brought final release. Instead he wrote that the doctor is taught that sometimes nature produces miracles, and was only prepared to predict that the attacks and pains would lessen.

As to the treatment, Kaempfer's initial goal was to reduce the pain and clean out the intestines, and the first night he gave the patient a draught including mastic, cinnamon and laudanum. But although he himself criticized the Western doctor's excessive fear of narcotics, he carefully substituted a powder for the solution of opium the next day. He also administered a draught of absinthe (wormwood) salts, and oil of aniseed and juniper. Further he used various oils for

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

external treatments, including mustard and camphor. Instead of permitting the patient to drink the local water of the river, he ordered the preparation of boiled barley water with the addition of herbs including china root (*smilax China*), a rhizome used in China since ancient times and, once again, cinnamon. Kaempfer's extensive use of cinnamon is not surprising, for the tree was native to Ceylon and the Malabar coast, and hence cheaply available, while extremely expensive as import in Europe where its anti-bacterial qualities were valued. Barley water was, of course, already well known as treatment of a great variety of illnesses in Hippocratic times.⁷⁴

The patient, the document states, recovered quickly. During a journey out of sight of the doctor, however, he substituted beer for the barley drink, and pork and salt-cured fish for the prescribed diet, and suffered a relapse. The doctor was quickly recalled and re-instituted the prescribed regime.

Kaempfer was prepared to endure considerable difficulties for the sake of research that was impossible elsewhere and that would secure him fame in Europe.

Kaempfer continues his *consilium* by discussing the patient's extreme weight loss (*cachexia*), and correct diet as a means to remedy it. Here again he refers the reader to Hippocrates' *Aphorisms*, including 2:38, which states, "with regard to food and drink, it is better to take something slightly less suitable but pleasing than something more suitable but less pleasing."⁷⁵ Perceiving the difficulty of keeping his patient on a strict diet, Kaempfer obviously felt the need to make concessions. The final section of the work explains his treatment in terms of the humoral theory as it applied to this specific case.

With this Latin *consilium*, in the pattern established by Galen and used ever since by university-trained physicians, Kaempfer gave testimony to his extended study of classical medical literature and theory,

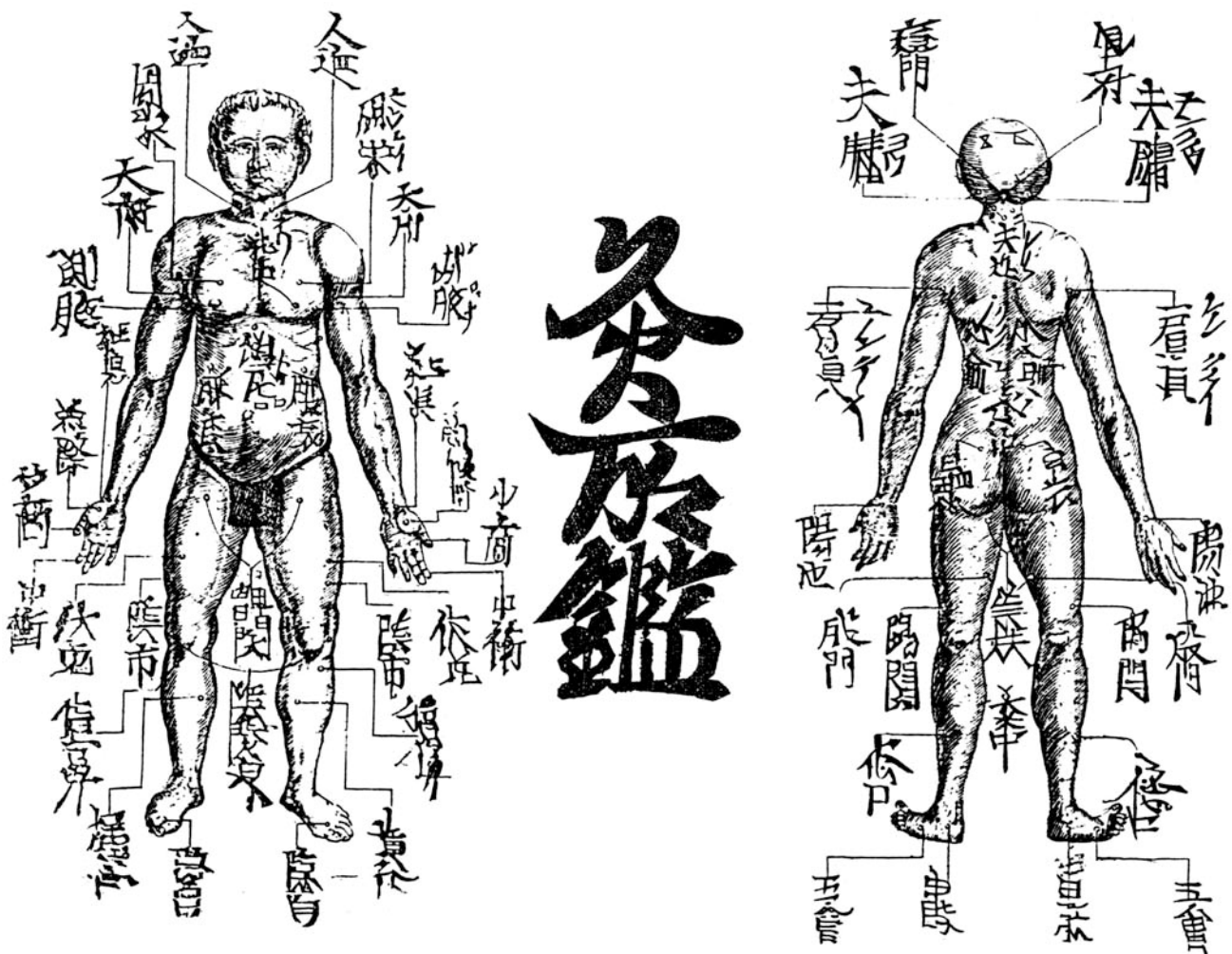
and the benefits that such academic analysis brought to the patient in cases others had failed to cure.⁷⁶ The grateful Dutch governor of the Malabar Coast offered Kaempfer employment as master surgeon, and so did the Dutch commissioner of the Coromandel Coast.⁷⁷ Kaempfer, however, was not satisfied with the post of a mere surgeon in a country that offered no other attractions, and declined.

Nevertheless, before leaving India he produced several more pieces of research, two of which came to form part of his medical thesis submitted to Leiden University as well as appearing in his *Amoenitates exoticae*. In the preamble to these reports he argues, in line with Hippocrates, that each region has its native diseases due to differences in the soil from which the water originates, though he later contradicts himself by showing that one of the diseases he considers endemic to the Malabar coast also exists in Japan.

The first illness, which he calls "Andrum, or Hydrocele," shows itself as an excessive accumulation of fluids in the scrotal sac that surrounds the testes. In Hippocratic fashion, Kaempfer attributed it to the water "and the unwholesome vapours from the wet depression of the land."⁷⁸ The illness is now diagnosed as lymphatic filariasis caused by parasitic worms (helminths). Though described over three hundred years ago by Kaempfer, no effective cure is as yet available. At the time of writing the World Health Organization has assembled an international panel of experts in Tokyo to promote research and development of a drug affordable in the economically depressed regions in which this disease normally occurs.⁷⁹

The second disease Kaempfer describes is mycetoma, which is popularly known as Madura foot or St. Thomas's Bean, because it was frequent among the St. Thomas Christians. In reference to the native pronunciation, Kaempfer calls it "perical" and describes it as "Ulcerous Hypersarcosis of the Feet, or Pedarthrocaces, an Indigenous Disease of Malabar." Kaempfer's essay is the earliest Western description of this disease, which is now recognized as fungal.⁸⁰ He observed the same disease in Ceylon, as well as in Ômura, an area of south-western Kyushu, Japan. In the latter country it was treated with moxa. This inspired Kaempfer to close the essay with yet another citation from Hippocrates: "If pain has located itself in any one place and settled there, and medicines have not been able to drive it out, cauterize the location of the pain,

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II



Points used for moxa treatment. Kaempfer reproduces illustrations from the work *Kyū sho kagami* [Perfect Pattern of Moxa Points]. *Amoenitates exoticae*, p. 601.

wherever it may be; cauterize with raw flax.” Kaempfer apparently quotes from memory, because the passage he refers to, *Internal Affections* No. 30, slightly differs.⁸¹

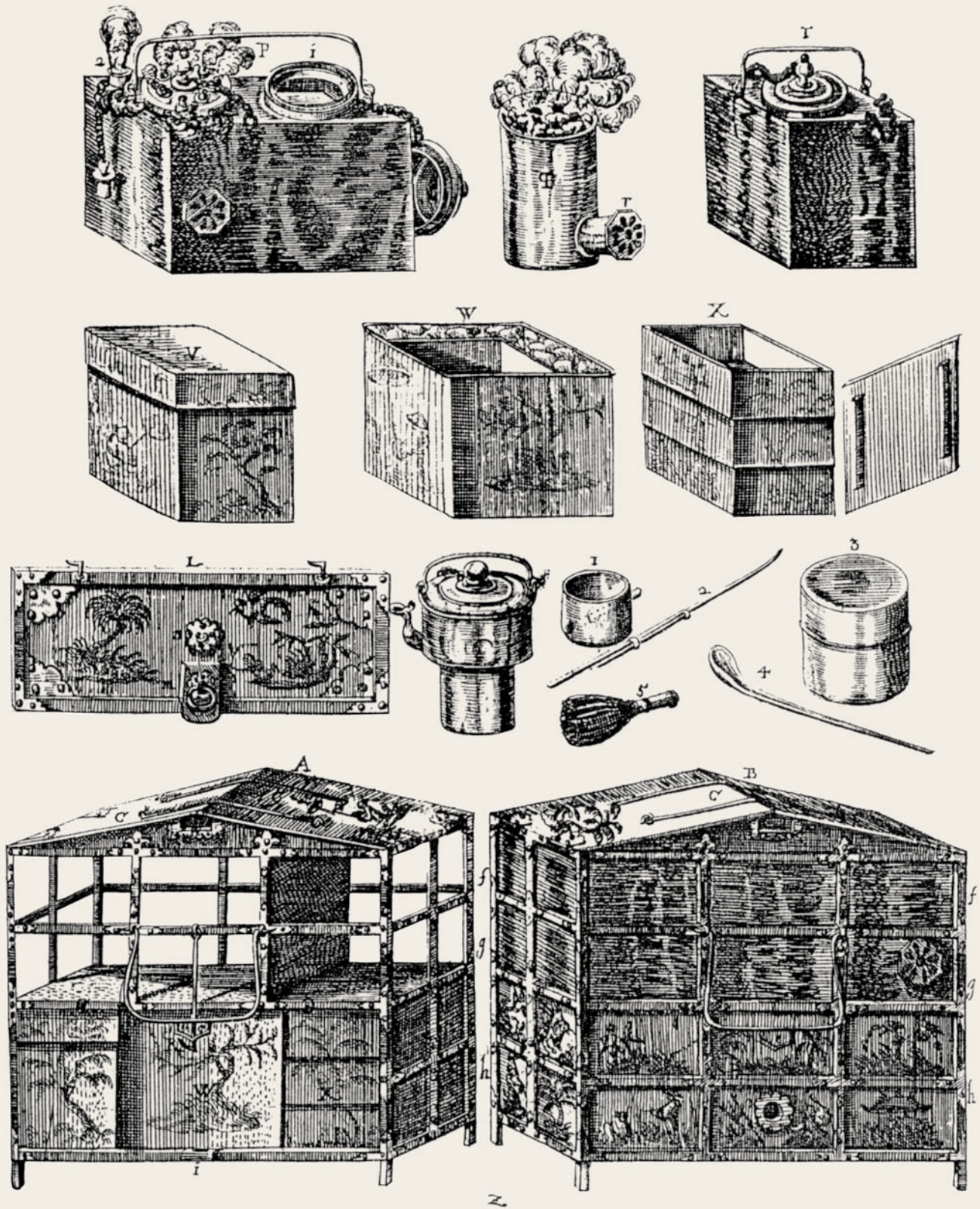
BATAVIA AND BEYOND

The very learned doctor was well-versed in the extensive writings attributed to Hippocrates. Such learning, however, was not able to secure Kaempfer a position at Batavia, the headquarters of the Dutch East India Company in the East. Two medical positions were to be filled at the hospital, but Kaempfer was given neither.⁸² Instead he was sent to perform his duties on an island in the harbour of Batavia, the Onrust, where ships were repaired with much noise. There was no light at night, and not even a table for writing.⁸³ Neither

Herbert de Jaeger, his patron Wybrand Lychonthon, nor his countryman Andreas Cleyer, who had been actively expanding medical facilities at Batavia, could secure him one of the medical positions he desired. Kaempfer blamed this failure on the envy of the chief surgeon: “The man is otherwise not bad, but when it comes to scholarship, he is like the fox who lost his tail and then tries to convince his comrades that this is an advantage. Under such a tutelary deity it is impossible for a man dedicated to matters of higher culture to succeed.” Kaempfer complained to the influential mayor of Amsterdam, Nicolaas Witsen.⁸⁴

The man in charge of medicine at Batavia was a surgeon, lacking the theoretical university education—the fox’s ornamental tail—of which Kaempfer was so proud. No doubt seeking someone with a commitment

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

to practical medicine, the chief surgeon considered such university training not a plus but a minus. Kaempfer, in turn, failed to appreciate that the Company was prepared to pay only for the practice of medicine, not for research. In Bandar Abbas he had escaped to the cooler regions of the mountains when the doctor was much needed in the port, permitting him to assemble a major body of research. This had attracted criticism, but Kaempfer apparently did not understand that putting his medical duties second to his research was unacceptable. In the letter to Witsen he states quite frankly that the reason for wanting a post at Batavia was that it was a good location to write up the first part of his journey through Russia to Persia. Kaempfer, it seems, harboured no doubt that a man as well-studied and cultured as Witsen would understand that the nitty-gritty of medical work should take second place to preparing a publication about foreign lands. For Kaempfer, accepting a lowly position as surgeon for the sole purpose of dedicating his energies to the study of foreign cultures was not problematic, and he failed to see why it should be for anyone else.

Kaempfer had the good fortune to encounter someone who assessed his talents correctly. This was Johannes Camphuis, the outgoing Governor-General of the Dutch East India Company at Batavia, well-known as a Japanophile. He recognized in Kaempfer someone “combining extraordinary learning with superior powers of observation” and sent him to Japan to apply his scholarly talents to compiling a work describing the secluded country.⁸⁵

KAEMPFER IN JAPAN

By the time of Kaempfer's arrival, Japan had been acquainted with Western medicine for nearly one hundred and fifty years. The early missionaries had opened hospitals and apprenticed Japanese Christians to serve there. After the missionaries had been expelled, the Japanese sought knowledge of Western medicine from the Dutch. As contact with foreigners was strictly limited, it fell mostly to the interpreters to observe their medical treatments. Ironic for Kaempfer was the fact that the teachings of a mere barber-surgeon, Casper

Schambergen, resident in Japan 1649-1651, had led to the establishment of a whole branch of Japanese medicine, the *Kasparu ryû* (Casper-style).⁸⁶

Kaempfer, too, was assigned a young Japanese to whom he would teach medicine, but the young man later became famous not as doctor but as interpreter. To make communication possible, Kaempfer had first to teach him Dutch, which he did with such thoroughness that the young man—only some years ago identified as the interpreter Imamura Genemon Eisei—surpassed all his colleagues. When the Italian priest Sidotti was caught entering the country illegally to preach Christianity, Imamura was even able to interpret for the priest, since he had studied Latin under Kaempfer.⁸⁷ The purpose of such meticulous language instruction was of course not simply to transmit knowledge, but to receive information in return. Though he had taken the obligatory blood oath not to pass any knowledge about Japan to the foreigners, the grateful young man risked his life to provide his teacher with the information he requested. Also, with regard to other people he was permitted contact with, Kaempfer skilfully bartered his extensive knowledge as physician for information about the secluded country. “For while I served them willingly and without charge in my profession with medicines, and with a little instruction in astronomy and mathematics (while cordially serving them European liqueurs), I questioned them about local matters, nature, and secular and spiritual topics with total freedom, and nobody ever refused to inform me to the best of his knowledge....” Kaempfer later wrote in the introduction to his work on Japan.⁸⁸ Further, he gave free medical treatment to the *otona*, the official responsible for the man-made island in the harbour of Nagasaki on which the Dutch were cloistered. In return, the official permitted Kaempfer's student to stay with him for the whole duration of his two years' stay, and even to accompany him on the annual journey to Edo (present-day Tokyo) to pay respects to the shogun.⁸⁹

Kaempfer described his twenty-four-year-old student as “learned in Japanese and Chinese writing and science.”⁹⁰ Akin to university-trained doctors in Europe who had to familiarize themselves with classical texts, Japanese doctors had to master ancient Chinese Confucian-inspired texts. Like their Western counterparts, they were recognized as being both scholars and doctors (*jui*, lit.: Confucian and doctor). In Japan where merchants ranked low on the social scale,

Japanese tea utensils (*Amoenitates exoticae*, p. 629). The small portable piece of furniture shown from the front and back is known as *daisu*. Kaempfer's text provides a detailed description of the various small boxes and utensils it contains to perform the tea ceremony.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

Kaempfer was recognized as standing above his fellow company employees. His wide scholarship, considered a hindrance in Batavia, was much appreciated here.

Kaempfer's two years' stay in Japan fell during the controversial government of the fifth Tokugawa shogun, Tsunayoshi. As I have shown elsewhere in detail, this ruler was much interested in scholarship, and before acceding as shogun had curiously eyed the Westerners as they were waiting for their audience in the corridors of Edo castle.⁹¹ Two years after becoming shogun, he supplemented the formal audience of the Dutch director with an informal one, at which all accompanying foreigners appeared. Shielded from sight by a bamboo blind, he and his women and closest retainers watched the visitors as they were requested to write their names with ink and pen, move around and interact with each other in usual Western fashion, as well as having them questioned on various topics.

Kaempfer was well aware of these proceedings, the details being recorded annually in the official diary of the trading post, the *dagregisters*. He obviously prepared himself for the event, for he sang a self-composed love-song of five verses and later portrayed himself as dancing with grand gestures. The shogun directed questions on Western medicine to him, and even had him meet and examine two of his doctors. It appears that the shogun appreciated the Western scholar. The first time Kaempfer appeared before the shogun, the audience was unusually long; and on the second visit, the delegation was asked to appear at an unheard of third audience before the shogun, and was even served food from the shogunal kitchens.⁹² Kaempfer must have been satisfied that here he was given the recognition denied him by the Company.

Japan freed Kaempfer from the "yoke of the scalpel" as he called his service to the Company in his position as surgeon.⁹³ In Japan, after the Dutch merchant vessels had left the country with the autumn trade winds, only some seven Westerners remained at the trading post, and with the moderate climate and good sanitary conditions, little medical treatment was required. Since the foreigners' contact with the locals

was strictly limited by the government, only a very few privileged persons could request medical services from the doctor. Kaempfer, in turn, had little chance to investigate local illnesses. In stark contrast to his research in Persia and India, where he gained first-hand information on illnesses about which nothing was known in the West, the medical topics he discusses for Japan, such as acupuncture, moxa and Japanese tea, had been known to European visitors ever since the time of the missionaries.⁹⁴

Though his medical research in Japan lacked originality, Kaempfer had the leisure to collect detailed information on a culture about which scant information had been available in Europe ever since the missionaries had been expelled and the country had closed itself off from the rest of the world. As requested by Camphuis, he wrote up what he learned and observed, producing a voluminous manuscript he called "Today's Japan" (*Heutiges Japan*). Here religion and customs are more carefully described than illnesses and medicines. Hence Kaempfer earned fame less as a doctor, but came to be praised even by the critical Voltaire as an "honest and learned traveller." A 17th century dictionary lists his name with that of Gottfried Wilhelm Leibniz as an authority on Confucianism, while at his *alma mater* of Königsberg (Kaliningrad), Immanuel Kant used his work for his lectures on world geography. Even the American Commodore Matthew C. Perry, endeavouring to "open up" Japan in the middle of the 19th century, carried Kaempfer's description of the country on board, and when, after Perry's success, more information was required, Western journalists used it as a reference work.⁹⁵

Kaempfer might well have been inspired in his youth by the bust of Paracelsus looking down on him on his way to school. But unlike Paracelsus, for whom travel held the promise of discovering new treatments, for Kaempfer medicine was a means to make travel possible. This fact accounted for friction with his employer and much unhappiness during his travels, but it also resulted in the finest work on Japan in the pre-modern period. **RC**

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

NOTES

- 1 Engelbert Kaempfer, "Medizinische Dissertation über zehn fremdländische Beobachtungen," Hans Hüls and Rohtraut Müller-König, trans. in Hans Hüls and Hans Hoppe, eds., *Engelbert Kaempfer zum 330. Geburtstag, Lippische Studien*, vol. 9, Lemgo, 1982, pp. 31-53; Engelbert Kaempfer, *Exotic Pleasures, Fascicle III: Curious Scientific and Medical Observations*, translated with an introduction and commentary by Robert W. Carrubba, Southern Illinois University Press, 1996; Wolfgang Michel, "Engelbert Kaempfer und die Medizin in Japan" in Detlef Haberland, ed., *Engelbert Kaempfer, Werk und Wirkung*, Boethius-Verlag, Stuttgart, 1993, pp. 249-293.
- 2 For a summary of major events of Kaempfer's life, see Engelbert Kaempfer, *Kaempfer's Japan: Tokugawa Culture Observed*, Beatrice M. Bodart-Bailey, ed., trans., ann., Hawaii University Press, 1999, pp. 1-24; for more details, see B. M. Bodart-Bailey and D. Massarella, eds., *The Furthest Goal: Engelbert Kaempfer's Encounter with Tokugawa Japan*, Japan Library, Folkestone, 1995. In Japanese: B. M. Bodart-Bailey, *Kenperu to Tokugawa Tsunayoshi*, Naka Naichi, trans., Chūko shinsho no. 1168, Tokyo, 1994.
- 3 Meier-Lemgo, "Das Stammbuch Engelbert Kaempfers", in *Lippische Mitteilungen*, Vol. 21, pp. 156-157 (henceforth "Stammbuch"). (All English translations are my own).
- 4 Hans Hoppe, "Engelbert Kaempfers Stellung in der Gesellschaft seiner Zeit," *Engelbert Kaempfer zum 330. Geburtstag*, pp. 134, 136-137; Karl Meier-Lemgo, *Engelbert Kaempfer erforscht das seltsame Asien*, Hamburg, 1960, p. 9.
- 5 Letter to Andreas Cleyer, Bandar Abbas, 26th November 1687, in Engelbert Kaempfer, *Briefe 1683-1715*, Detlef Haberland, Wolfgang Michel, Elisabeth Gössmann, eds., Iudium Verlag, Munich, 2001, p. 283. The Latin *puer* indicates a youth under the age of 17.
- 6 "Stammbuch," p. 153.
- 7 "Stammbuch," pp. 148-150.
- 8 "Stammbuch," p. 161. Detlef Haberland (*Von Lemgo nach Japan. Das ungewöhnliche Leben des Engelbert Kaempfer 1651 bis 1716*, Westfalen Verlag, Bielefeld, 1990, p. 23) notes that the University's records show Kaempfer registered from March 1677 in the Faculty of Law. His autograph book, however, shows that he concentrated on the study of medicine. For the great number of disciplines this entailed, see below.
- 9 *Kaempfer's Japan*, p. 27; Engelbert Kaempfer, *Amoenitatum exoticarum politico-physico-medicarum fasciculi 5, quibus continentur variae relationes, observationes & descriptiones rerum Persicarum & ulterioris Asiae, multa attentione, in peregrinationibus per universum Orientem, collectae*, Meyer, Lemgo, 1712, p. 645 (The work is generally referred to by the abbreviated title *Amoenitates exoticae*); *Briefe 1683-1715*, pp. 31, 509.
- 10 Roger French, *Medicine before Science: the Rational and Learned Doctor from the Middle Ages to the Enlightenment*, Cambridge University Press, 2003, p. 19. As the title of this volume implies, the whole work is dedicated to this topic and provides excellent background material on the education Kaempfer would have received.
- 11 French, *Medicine before Science*, pp. 233-234.
- 12 The hierarchical positioning of the two professions is still documented for the 18th century in Germany, and must have been all the more valid in Kaempfer's time. Peter Elmer and Ole Peter Grell, eds., *Health, Disease and Society in Europe, 1500-1800: A Sourcebook*, Manchester University Press, Manchester, New York, 2004, pp. 353-354.
- 13 French, *Medicine before Science*, pp. 20-21.
- 14 French, *Medicine before Science*, p. 83.
- 15 One of the more famous of these was the eminent surgeon Guy de Chauliac (1298-1368), who was both doctor and personal chaplain to the pope. See *Health, Disease and Society in Europe, 1500-1800: A Sourcebook*, pp. 8, 10. See also French, *Medicine before Science*, pp. 78-79, 131.
- 16 "Stammbuch," p. 173.
- 17 Engelbert Kaempfer, British Library manuscript Sloane 3063, folio 21 verso.
- 18 Peter Elmer, ed., *The Healing Arts: Health, Disease and Society in Europe 1500-1800*, The Open University, Manchester, 2004, pp. 6-8.
- 19 French, *Medicine before Science*, pp. 148-151, 205
- 20 French, *Medicine before Science*, pp. 141-143.
- 21 Hippocrates, *Airs, Waters, Places*, in *Hippocratic Writings*, G.E.R. Lloyd, ed., J. Chadwick et. al. trans., Penguin Classics, reprint 1983, p. 149.
- 22 *Health, Disease and Society in Europe*, pp. 176-177; French, *Medicine before Science*, pp. 176-177.
- 23 Roger French, "Harvey in Holland: Circulation and the Calvinists," in Roger French and Andrew Wear, eds., *The Medical Revolution of the Seventeenth Century*, Cambridge University Press, 1989, pp. 49-50.
- 24 French, *Medicine before Science*, p. 203.
- 25 I thank Dr. C. Björk for guiding me in Kaempfer's footsteps in Uppsala.
- 26 *Amoenitates exoticae*, 3:11 in Engelbert Kaempfer, *Exotic Pleasures, Fascicle III: Curious Scientific and Medical Observations*, pp. 109-110.
- 27 The work on Japanese plants has been reproduced and translated as Engelbert Kaempfer, *Flora japonica (1712)*, Wolfgang Muntzschick, trans. and ann., Franz Steiner Verlag, Wiesbaden, 1983. *Planta Persica*: British Library, manuscript Sloane 2917; *Amoenitates exoticae*, introduction, unnumbered pages; "Stammbuch," p. 163.
- 28 Muntzschick in *Flora japonica*, pp. 13-14.
- 29 "Stammbuch," p. 163. The first volume of Olof Rudbeck's work *Atlantis* was published in 1675 and went into a second printing in 1679. (*Catalogue of the Printed Books in the Library of the Society of Writers*, Edinburgh, 1882, 2:871).
- 30 "Stammbuch," p. 163. Several interpretations are possible. That suggested by Meier-Lemgo has been adopted here.
- 31 Adam Olearius, *Beschreibung der Neuen Orientalischen Reise*, Schleswig, 1647; *Vermehrte Neue Beschreibung der Muscovitischen und Persischen Reyse*, Schleswig, 1656. Karl Meier-Lemgo, *Engelbert Kaempfer (1651-1716) erforscht das seltsame Asien*, Cram, De Gruyter & Co., Hamburg, 1960; Franz Flaskamp, "Engelbert Kemper: Persien, Indien und Japan in frühester deutscher Sicht," in *Archiv für Kulturgeschichte*, Vol. 48, Böhlau Verlag, Cologne, Graz, 1966, p. 85.
- 32 "Medizinische Dissertation über zehn fremdländische Beobachtungen," pp. 36-38; "In mari Caspio, nullae voragine; ejusdem pelagi amarities" and "Okoressa, five Okesra, peninsula Mediae, naturae prodigijs conspicua" in *Amoenitates exoticae, Fasc. II, Relatio I and II*, pp. 253-286. Also Karl Meier-Lemgo, *Die Reisetagebücher Engelbert Kaempfers*, Wiesbaden, Franz Steiner Verlag, 1968, pp. 37-40.
- 33 Kaempfer's letter to his brother Joachim from Bandar Abbas, dated 25th November, 1687, in *Briefe*, pp. 276-277.
- 34 *Amoenitates exoticae*, pp. 262-286. My translation. A German translation of the Latin text can be found in *Reisetagebücher*, pp. 46-57.
- 35 *Amoenitates exoticae*, p. 262.
- 36 Meier-Lemgo (1960), p. 37.
- 37 "Stammbuch," p. 170.
- 38 "Stammbuch," pp. 176-177.
- 39 Many of these have been published and discussed in Hans Hüls, "Auf den Spuren Engelbert Kaempfers im Iran", *Engelbert Kaempfer zum 330. Geburtstag*, pp. 167-182.
- 40 These include letters written on behalf of Fabritius in his capacity as scribe, such as *Briefe*, pp. 180-181, and those written on his own accord, such as those to Justus van den Heuvel, Herbert de Jager, and Dr. B. Vincens, *Briefe*, pp. 182-188, 198-200 respectively.
- 41 *Briefe*, p. 427.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- 42 *Briefe*, pp. 279, 315-316.
- 43 These were published in *Amoenitates exoticae, Fasc. II, Relatio IV, V* (pp. 297-353).
- 44 British Library manuscript Sloane 2912, folio 33.
- 45 *Ibid.*, folio 51; *Reisetagebücher*, p. 115
- 46 *Exotic Pleasures*, pp. 180-181.
- 47 *Ibid.*, pp. 194-195.
- 48 *Ibid.*, pp. 185-189.
- 49 *Ibid.*, pp. 181-185.
- 50 *Ibid.*
- 51 Sloane 2912, folio 69 verso.
- 52 *Briefe*, pp. 279-280.
- 53 Axel Helmstädter, Jutta Hermann, Evemarie Wolf, *Leitfaden der Pharmaziegeschichte*, GOVI-Verlag, Eschborn, 2001, pp. 50-51. *Encyclopaedia Britannica*, entry "Sulphur."
- 54 Letter to Christoph Pristaf, Bandar Abbas, 1687-1688, *Briefe*, pp. 295-298.
- 55 *Leitfaden der Pharmaziegeschichte*, pp. 51-52; *Encyclopaedia Britannica*, entry "Arsenic."
- 56 *Amoenitates exoticae*, pp. 720-721. (*Reisetagebücher*, p. 140).
- 57 *Amoenitates exoticae*, p. 722. (*Reisetagebücher*, p. 141).
- 58 Letter to Raphael du Mans, Bandar Abbas, dated 28th January, 1688, *Briefe*, pp. 299-300.
- 59 *hydropis specie quam Tympanites vocant. Briefe*, p. 253, n. 23 has "Hydrops tympanites" as "trommelsuchtähnliche Bauchwassersucht," citing Ludwig August Kraus, *Kritisch-etymologische medicinische Lexikon*, 3rd edition, Göttingen, 1844, p. 1068f. Dropsy is now generally referred to as edema.
- 60 *Briefe*, pp. 253-259 contains both the Latin original and a German translation. My English translation and interpretation differs in places from the German.
- 61 *Amoenitates exoticae*, p. 389 (*Reisetagebücher*, p. 130). For explanations of the locality, see "Medizinische Dissertation," p. 55, nn. 16-19.
- 62 *Briefe*, p. 280.
- 63 *Unter einem schlechtem Titel*, lit.: with a bad title. *Briefe*, p. 279.
- 64 *Amoenitates exoticae*, p. 391 (*Reisetagebücher*, p. 131), "Medizinische Dissertation," p. 41.
- 65 *Briefe*, pp. 185-188.
- 66 *Briefe*, pp. 305-306.
- 67 *Philosophical Transactions*, May 1694, No. 210, pp. 117-118.
- 68 Kaempfer, British Library manuscript Sloane 3063, folios 19-26. I thank the Reverend Joseph L. Cassidy, PhD., New Jersey, for transcribing and translating the Latin text over 15 years ago. My gratitude goes also to Professor Donald Armstrong, M. D., of Cornell University Medical College, for his comments and for passing the manuscript on to Reverend Cassidy. For Hippocrates and Galen on diagnosis, prognosis and treatment, see *The Healing Arts*, p. 9.
- 69 Sloane 3063, folios 19-20.
- 70 *Internal Affections* in *Hippocrates*, Vol. VI, with an English translation by Paul Potter, Harvard University Press, Cambridge, William Heinemann, London, 1988, pp. 119-131 (articles nos. 14-17).
- 71 Sloane 3063, folios 20-22.
- 72 Sloane 3063, folio 21 verso. Translation: *Hippocratic Writings*, p. 206.
- 73 *The Healing Arts*, p. 9.
- 74 *Diseases* III, in *Hippocrates*, Vol. VI, pp. 59-63. Sloane 3060, folios 22-23 verso. A boiled draught of china root and cinnamon was also used by Kaempfer for other treatments. See for instance *Briefe*, p. 438.
- 75 Sloane, 3063, folio 23 verso; *Aphorisms*, 2:38, *Hippocratic Writings*, p. 211.
- 76 See, for instance, the *concilium* of Ugo Benzi (1376-1439), *Health, Disease and Society in Europe, 1500-1800: A Sourcebook*, pp. 5-6; also *The Healing Arts*, pp. 9-10.
- 77 Letter to Pater Raphael of October, 1689, *Briefe*, pp. 318-320.
- 78 *Exotic Pleasures*, p. 73.
- 79 The Helminth Initiative to Enhance Research and Development for New Products, March 23-25, 2006, Tokyo University, Tokyo. I thank Dr C. Behm for this information.
- 80 *Exotic Pleasures*, pp. 77-78; F. E. G. Cox, ed., *The Wellcome Trust Illustrated History of Tropical Diseases*, Wellcome Trust, London, 1996, pp. 335-336.
- 81 *Exotic Pleasures*, pp. 80-81. The translator mistakenly has *Affections* 29, while *Amoenitates exoticae*, p. 564, has *Affections* 30.
- 82 Letter to Andreas Cleyer of 20th October, 1690, *Briefe*, p. 377.
- 83 Letter to Herbert de Jaeger of October, 1689, *Briefe*, pp. 321-322.
- 84 Letter to Nicolaes Witsen, summer 1691, *Briefe*, p. 411.
- 85 Onno Zwier van Haren, *Proeve, op de levens-beschryvingen der nederlandsche doorlugtige mannen...*, Tezswolle, 1772, translated in B. M. Bodart-Bailey, "Writing the History of Japan," in *The Furthest Goal*, p. 19. For more details on Kaempfer's relationship with Camphuis see the above-referenced essay.
- 86 Grant T. Goodman, *Japan and the Dutch 1600-1853*, Curzon, Richmond, 2000, pp. 37-38.
- 87 For details on the career of Imamura, see Paul van der Velde, "The Interpreter Interpreted: Kaempfer's Japanese Collaborator Imamura Genemon Eisei," in *The Furthest Goal*, pp. 44-58 and Katagiri Kazuo, *Oranda tsūji Imamura Genemon Eisei*, Maruzen Library, no. 146, Tokyo, 1995.
- 88 *Kaempfer's Japan*, p. 28.
- 89 *Ibid.*
- 90 *Ibid.*
- 91 B. M. Bodart-Bailey, *The Dog Shogun: The Personality and Policies of Tokugawa Tsunayoshi*, Hawaii University Press, 2006.
- 92 This is discussed in greater detail in my *Kenperu to Tokugawa Tsunayoshi*, pp. 152-178. Also Kaempfer's letter to Anton Parvé, 1961, *Briefe*, p. 122.
- 93 Letter to Nicolaes Witsen of 1691, *Briefe*, p. 415.
- 94 See Michael Cooper, comp. and ann., *They Came to Japan*, pp. 240-241, 247, 198-199, etc.
- 95 B. M. Bodart-Bailey, "Introduction: The Furthest Goal," in *The Furthest Goal*, p. 1.

Fármacos Chineses Usados na Medicina Portuguesa no Século XVIII

ANA MARIA AMARO*



INTRODUÇÃO

Viajantes mais ou menos anónimos terão transportado consigo as mais diferentes drogas curativas tanto pelas estradas da Ásia Interior como por mar, pelo menos desde a dinastia Han. Contudo, as fontes chinesas referem-se à intensificação destas trocas principalmente na dinastia Tang, identificando até alguns comerciantes responsáveis por este fluxo de fármacos da Arábia e do Sudoeste Asiático para a China. Um deles, Li Susha 李苏沙, de origem persa, naturalizado chinês, ficou registado nos anais chineses do seu tempo por ter oferecido uma valiosa droga aromática denominada *chen xiang ting zi* 沉香亭子 ao imperador Jingzong em 824.

A farmacopeia oficial da dinastia Tang, *Xin Xiu Ben Cao* 新修本草 (Matéria Médica Revista), e o *Ben Cao Shi Yi* 本草拾遺 (Adenda à Matéria Médica) incluem muitas destas drogas estrangeiras a par dos numerosos medicamentos chineses. Nos últimos anos da dinastia Tang, o livro *Hai Yao Ben Cao* 海药本草 (Matéria

Médica Ultramarina), em 6 volumes, refere-se especificamente às drogas estrangeiras que poderiam adquirir-se naquela época nas farmácias do Grande Império do Meio.

O autor deste livro, Li Xun 李旬, tinha estudado a farmacopeia árabe. Segundo Shen Fuwei 沈福伟, as fontes históricas registaram que este estudioso foi convidado pelo famoso médico islâmico al-Razi (865-925) para visitar Bagdade e estudar os trabalhos do antigo mestre romano Claudius Galeno (129-199). Nos séculos IX-X verificou-se uma verdadeira troca de conhecimentos médicos entre a China e a Pérsia, conhecimentos herdados também do mundo mediterrânico, que tornaram muito mais rica a arte de curar nos dois extremos do continente asiático. Daí ser impossível falarmos hoje com propriedade em medicamentos chineses usados em medicina portuguesa num determinado período, uma vez que muitos deles, por via dos árabes, poderão ter entrado muito mais cedo ou mesmo influenciado a utilização de outras espécies semelhantes. Limitar-nos-emos por este motivo a citar alguns exemplos de medicamentos que, sendo originários da fauna e da flora chinesas, constam dos documentos médicos portugueses do século XVIII, sem ser possível determinar, embora, quando e como eles terão entrado nas farmacopeias ocidentais. Inegável é,

* Doutorada em Antropologia pela Universidade Nova de Lisboa, jubilou-se como Professora Catedrática do ISCSP/UTL (Lisboa).

Ph.D. in Anthropology from Lisbon's Universidade Nova. Retired Professor of ISCSP/UTL (Lisbon).

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

porém, o papel dominante da Companhia de Jesus na divulgação e introdução inovadora de muitos destes fármacos bem como dos conhecimentos médicos do Celeste Império que eram experimentados e utilizados nas suas próprias boticas.

O PAPEL DOS JESUÍTAS NA INTRODUÇÃO DE FÁRMACOS CHINESES NA MEDICINA OCIDENTAL

Os séculos XVII e XVIII foram marcados na Europa pelo crescente interesse pelo conhecimento do povo chinês através da arte de exportação e da nova bebida tão estimulante como saborosa, o chá.

François Bernier no *Journal des Savants* de 24 de Abril de 1684 foi um dos primeiros, se não o primeiro, a propor a divisão da raça humana em quatro grupos, acrescentando-lhe o “elemento amarelo”. Este conceito, desde Marco Polo a Afonso de Albuquerque, não se tinha concretizado na Europa porque os chineses, por comparação com as populações africanas e do Sudeste da Ásia, eram olhados como “brancos” em função do tom claro da sua pele. A confirmar o desconhecimento que dominava a Europa acerca da China e do povo chinês é de citar a descrição que, em 15 de Setembro de 1684, surgiu no periódico mensal *Mercure Galant* de um jovem chinês apresentado pelo Pe. Couplet ao rei de França Luís XIV. Este jovem foi, então, descrito como um “jovem indiano com os seus trajas indianos”.

Só nos finais do século XVII, quando, em 1687, começaram os estudos sistemáticos de Sinologia em Oxford e os chineses passaram a ser melhor conhecidos nos meios académicos de França, é que começaram a surgir registos de vários nomes de chineses residentes na Europa, nomeadamente nos colégios da Companhia de Jesus.

Admite-se hoje que o estudo da língua e da cultura chinesas tenha nascido em França, sendo seus impulsionadores os padres e os irmãos jesuítas que pontificaram na corte de Pequim. Contudo, talvez os estudos de Sinologia que mais impacto tiveram na Europa tenham sido os que tiveram lugar na Escola de Yenna com Leibniz, que se correspondia com o Pe. Athanasius Kirshner S. J., seu conterrâneo, que lhe transmitiu ensinamentos da filosofia chinesa que muito o impressionaram e influenciaram os seus escritos.

No entanto, não só foi notória a influência do Pe. Athanasius Kirshner S. J. ; também é de citar o francês Jean-Baptiste Bertin (1719-1792), responsável pela correspondência da Companhia das Índias com a China, que recolheu importantes documentos e foi pioneiro no reconhecimento e na importância dos missionários jesuítas instalados na corte imperial de Pequim, quer nos assuntos comerciais, quer políticos quer científicos.

A partir de então, por influência dos jesuítas que se encontravam na China, a sinologia europeia cresceu ao longo do século XVIII, criando-se vários centros de estudo, um dos primeiros dos quais se deveu aos esforços de A. H. Francke, aluno de Leibnitz¹, que fundou em Halle, em 1707, a Academia de Teologia Oriental, que integrava um departamento para o estudo da filosofia chinesa. Estes estudos chamaram, como seria de esperar, a atenção dos círculos académicos europeus e a sua divulgação logrou atrair cada vez mais estudiosos.

Em 1732, o jesuíta italiano Pe. Matteo Ripa, que dirigia o *Collegium Sacrae Familiae*, em Nápoles, já era auxiliado por católicos chineses conversos².

Depois das primeiras viagens marítimas dos portugueses para o Oriente, seguidos pelos holandeses, ingleses e franceses, ao serem fundadas as respectivas Companhias das Índias, vários produtos, muitos deles já conhecidos antes por via das rotas terrestres da seda, passaram a ser importados em grandes quantidades e a preços mais baixos, como o chá, os tecidos, o papel de parede, as lacas, a cerâmica, a porcelana e o marfim, explodindo, na Europa, a loucura pela *chinoiserie*.

A par desta moda e da nova paixão pelo exotismo das peças decorativas chinesas também cresceu o interesse pelos seus produtos naturais.

Entretanto, não só em França mas também em outros países da Europa iam surgindo os primeiros sinólogos e com eles o interesse pelo estudo dos mais variados assuntos entre os quais a botânica e o aproveitamento de espécies vegetais, animais e minerais utilizadas em medicina pelos chineses com uma experiência de milénios. Começaram, então, a aparecer traduções de livros sobre este assunto sendo a tradução do *Mai Jing* 脉经 (Tratado do Pulso), datada do século XVII e que se encontra na Biblioteca Nacional de França, uma das mais antigas que conhecemos.

Contudo, nem só na corte de Pequim os jesuítas estudavam os usos e os valores dos filhos do Celeste Império. Em outros pontos do Oriente também se

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

encontravam jesuítas portugueses, como o Pe. João de Loureiro, que herborizou e classificou várias plantas da China do Sul e da Cochinchina e o Pe. António de Barros, que na tradução de uma obra chinesa – “Simplices Sinicos e medicinaes com as suas qualidades e virtudes do livro que tem por título Y Haoc” – identificou algumas das plantas usadas em medicina pelos chineses, enviando o seu manuscrito³ para o Colégio de São Paulo em Macau.

Ao mesmo tempo que chegavam à Europa notícias de fármacos chineses também entravam conhecimentos da medicina europeia no Império do Meio através dos jesuítas, muitos dos quais possuíam conhecimentos adquiridos nas mais famosas escolas médicas europeias, como Bernard Rhodes (1669-1711), João José da Costa (1679-1749), Etienne Rousset (1689-1758), Manuel de Matos (1725-1764) e Luís Bazin (1712-1774), além de outros físicos e cirurgiões. Até o próprio imperador Kangxi (1662-1722) se interessou pela medicina ocidental depois de ter adoecido com malária e ter ficado profundamente impressionado com a sua cura obtida com uma decocção de quina preparada pelos padres Gerbillon e Pereira.

Como é do conhecimento geral, a quina (*Cinchona officinalis* L.) é uma planta americana que os padres jesuítas tinham encontrado nas suas missões nas Índias Ocidentais.

Aliás, por onde passavam, procuravam descobrir as virtudes das plantas curativas locais, talvez por influência da teoria de Paracelsus que considerava que “onde está a doença está a sua cura”.

Foi, aliás, um missionário jesuíta anónimo que escreveu em Cantão, em língua francesa, o livro *Secrets de la Médecine des Chinois*, impresso em Grenoble em 1671⁴. Excluindo alguns escritos em latim, publicado em França este é o primeiro livro escrito em língua europeia que se conhece sobre medicina chinesa. Desconhece-se, porém, o nome do seu autor. Este livro foi traduzido em Itália em 1676 e para inglês em 1707, mas a verdade é que não obteve grande atenção dos praticantes europeus de medicina.

Só mais tarde, quando surgiram novos livros em latim sobre o assunto e ficou conhecido o famoso livro de Li Shizhen 李时珍 (1518-1593) através do trabalho monumental de Du Halde e que foi parcialmente traduzido em 1731, passaram a merecer maior interesse os trabalhos que se sucederam ao longo do século XVIII.

O médico francês Jacques François Wandermonde, que exerceu em Macau entre 1700 e 1731, ao regressar a França em 1732 com o seu filho Charles Augustin (1727-1762), fundou o *Journal de Médecine Chirurgie et Pharmacie* no qual publicou muitos artigos sobre medicina chinesa.

Como seria de esperar, os eruditos da época mais esclarecidos e que dominavam, além da sua língua materna, o latim e a língua francesa, receberam estes escritos com algum entusiasmo e incluíram alguns dos elementos neles referidos no seu receituário.

São exemplo vários medicamentos chineses de origem vegetal, como a ergotamina [*mai jiao an* 麦角胺], a chaulmogra (*Hydnocarpus kurzii* (King) Warb.) [*da feng zi* 大风子], a éfedra (*Ephedra sinica* Stapf.) [*ma huang* 麻黄] desconhecidos até então na Europa, que acabaram por ser usados com sucesso. O óleo de castor foi também reabilitado como lenitivo e o ruibarbo chinês foi estudado pelo Pe. Parrenin (1665-1741), sendo identificado por Lineu como *Rheum palmatum*, já para não falar no chá.

As plantas da China, tanto medicinais como ornamentais, passaram a ser, na Europa, o assunto de vários artigos, tendo chegado aos nossos dias alguns álbuns magníficos com lindíssimas ilustrações.

A acupunctura foi mencionada no século XVI por Fernão Mendes Pinto e depois por outros autores, quase em paralelo com as moxas japonesas e com o uso da artemísia⁵.

Não surpreende, pois, que João Curvo Semedo, que ficou na história como um dos mais brilhantes médicos portugueses do século XVIII, e que mantinha boas relações com os jesuítas do Colégio de Santo Antão em Lisboa, onde estudara, se tenha interessado pelas exóticas plantas da China trazidas e estudadas pelos mais diversos viajantes por rotas inidentificáveis e em épocas sem possibilidades de serem exactamente definidas. A verdade é que, através dos religiosos da Companhia de Jesus e certamente de muitos outros viajantes mais ou menos anónimos, estas plantas chegaram à farmacopeia portuguesa e passaram a ser usadas até na corte no século XVIII.

A medicina chinesa, desconsiderada durante muito tempo e ainda hoje olhada com desconfiança pela grande maioria dos médicos ocidentais que a consideram empírica e distante do método científico, é uma medicina muito antiga com milénios de

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

experiência, que tem revelado a pouco e pouco os seus segredos farmacognósticos e conquistado o respeito que muitos dos seus elementos, principalmente vegetais, merecem.

As duas fontes principais que nos permitem avaliar em que medida eram utilizados medicamentos chineses na farmacopeia portuguesa no século XVIII são a *Collecção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da Índia, de Macao e do Brasil compostos e experimentados pelos melhores medicos, e boticarios mais célebres que tem havido nessas partes*⁶ e as receitas de segredo do médico português João Curvo Semedo bem como o seu *Memorial de vários simples que da Índia Oriental, da América & de outras partes do mundo vem ao nosso reino para remédio de muitas doenças, no qual se acharão as virtudes de cada hum, & o modo com que se devem usar*, publicado em Lisboa em 1727.

João Curvo Semedo foi um dos médicos mais notáveis e eruditos dos séculos XVII-XVIII. Nasceu em Monforte em 1 de Dezembro de 1635 e faleceu em Lisboa em 26 de Novembro de 1719. Era familiar do Santo Ofício e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Estudou em Lisboa no Colégio de Santo Antão e formou-se na Universidade de Coimbra.

Exerceu clínica em Lisboa onde se tornou rapidamente famoso, principalmente porque criava novos remédios, obtendo com eles curas espantosas para a época.

Foi muito criticado pelos seus colegas de profissão precisamente por se afastar dos métodos científicos de curar do seu tempo, usando e abusando do empirismo e até da superstição. É possível que a desconfiança dos seus colegas se deva, em parte, à utilização de drogas exóticas, como as chinesas.

Por conhecer e ter acreditado nestes novos simples farmacêuticos, ao que é de crer por influência dos padres do Colégio dos Jesuítas de Santo Antão, o que parece poder comprovar-se com a leitura dos manuscritos atrás citados onde estão registadas as receitas de segredo das boticas dos colégios de Santo Antão, deve ter sido Curvo Semedo o primeiro médico português ou um dos primeiros a usar no reino a quina contra as “febres terças e quartãs” bem como outros fármacos tais como a “contrayerva”, o alcaçuz, o sapuche, o “ginsão” (ginseng) e a “maçã de vaca”, além de outras.

Curvo Semedo descreveu algumas destas espécies e os segredos da sua manipulação e utilização⁷.

Seleccionámos apenas alguns destes fármacos, que consideramos mais representativos:

Ponta de Abbada, & suas virtudes

“Serve o pò desta ponta tomado em quantidade de meya oytava para matar lombrigas, com tal condição, que se tome cinco dias em jejum desfeyto em agua cozida de grama, ou de codeço; a agua em que esta ponta estiver metida hum quarto de hora, bebida alegra o coração, & modera a sede; para esquinencias, & para parotidas, he grande remedio untar as taes partes com o polme que se fizer com esta ponta, repetindo esta diligencia muytos dias; os que padecem palpitações de coração, conhecem grande alivio bebendo a agua que estiver hú quarto de hora dentro de hum copo da ponta da Abada.”

A “abada” é o mesmo que chifre de rinoceronte (*Rhinocerus sp.*) conhecido em chinês por *xiniu* 犀牛. Reduzido a pó, o gosto é salino e actualmente sabe-se que contém queratina, tirosina, cistina, carbonato de cálcio e fosfato de cálcio. É usado, em medicina chinesa, como cardiotónico, antipirético, hemostático e como antídoto eficaz contra envenenamentos.

*Pào Cobra, & suas virtudes*⁸

“Este pào na lingua de Gentio, se chama Dengya Catenga, outros lhe chamaõ Catubia; o nome de pào Cobra lhe deraõ os Portuguezes, por ser o mais efficaz remedio do mundo para as mordeduras das cobras mais venenosas.

Serve o pò deste pào sulado, ou muido muyto subtilmente, para remedio das grandes febres, dando-o a beber em agua, & untando com o seu polme o corpo: serve para qualquer dor quente, ou fria, ou inchaço, ou gotta, untando com o seu polme a parte dolorosa.

Dizem os naturaes daquellas terras, que esta raiz se deve colher no mingunte da Lua, tomando a raiz que fica para a parte do nascente, porque a do poente não tem virtude; antes dizem que he prejudicial.

Do pò desta raiz se pòde dar meya oytava misturada com agua.

Applica-se com grande utilidade sobre as pontadas, tomando-o tambem pela boca.

Na inchaço das pernas faz o tal polme consideraval proveyto.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Tal condição que se applique morno, & não se deyxer secar.

O pô desta raiz misturado com a agua em que tiverem cozida a erva Anagalis, a que chamamos Marugem, ou misturado com espirito de vinho alcanforado, cura por modo de encantamento as Erysipelas, có Nas parelesias se pôde dar pela boca a aua em que foi sulada esta raiz, untando tambem a parta paralitica com o seu polme muytas vezes no dia.

Nas dores do estomago faz maravilhoso proveyto o tal polme já bebido, já untando-o com elle; doente houve, que estando desesperado com dores de estomago, o untou com o polme de tal raiz, & porque o doente molhou a mão no dito polme para esfregar com elle o lugar da dor, não sò melhorou della, mas tendo a mão com gotta, se tirou a gotta, nem a teve mais em sua vida.

Nas feridas obra a maravilhosos effeytos deytândolhes os ditos pôs: serve este pô para dores de madre, ou seja bebido, ou seja untando o pintam com elle, alimpa os rins de areas.”

O pau-de-cobra é semelhante a “sapsana”, sapuche ou “sapuz”. São, no entanto, espécies diferentes do mesmo género. A primeira [*she gen mu* 蛇根木] corresponde a *Rauwolfia serpentina* Benth. ex Kurz (sin. *Ophioxylon serpentinum* Linn.; *O. majus* Hass.) e a segunda [*luo fu mu* 萝芙木] a *R. verticillata* (Lour.) Baill. e era usada na medicina oriental como alexifármaco. Na receita de segredo n.º 26 da botica do Colégio de São Paulo de Macau o sapuche era usado na preparação de bálsamo estomacal.

Contrayerva, & suas virtudes

“Nas Indias de Castella se cria hua erva a que os naturaes daquelle terra chamaõ Contrayerva, na lingua Portugueza val o mesmo, que contraveneno; he admiravel antidoto, ou seja para rebater o veneno das mordeduras de bichos peçonhentos, ou seja para vencer o veneno, que maliciosamente se deo para matar a alguém. Para as febres malignas he remedio quasi Divino, nem até este tempo se tem achado outro mais poderoso do que he esta raiz, como consta assim pelo que dizem della os grãdes Herbolarios, como pelas muytas febres malignissimas, que eu João Curvo Semmedo tenho curado em tantas doenças que não tem numero, os quaes já estavaõ agonizando quando

fuy chamado para os curar & dandolhes eu o Cordeal Bezoartico Curviano, que he segredo, & invento meu, & em cuja composiçaõ entra a dita Contrayerva escapàraõ quasi todos, como os curiosos poderaõ examinar dos mesmos doentes quasi resuscitados com o dito Bezoartico, cujos nomes acharaõ apontados na minha Polyanthea da terceyra impressaõ no trat. 2, cap. 106. desde a folha 571. até 579.

Ajuda a vir a conjunçaõ mensal, com tal condição que se tome nove dias em jejum em quantidades de huma oytava feyta em pô, & misturada com meyo quartilho de caldo de grãos pardos. Em certo homem muyto perseguido de accidentes de pedra, tem feyto maravilhas a dita raiz, dando huma oytava della, misturada com meya oytava de bom almifcar, desfazendo estas duas consas em meyo quartilho de agua cozida, & bem espremida com a erva chamada alfavaca de cobra, ou com a raiz da erva chamada Onohis, ou remora aratri, que em Portugal se chama rilha boy”.

Esta contra-erva, antidoto contra mordeduras de cobras, nativa da América do Sul, passou a ser substituída pelos padres jesuítas no Oriente pela “contraerva” ou “contrayerva da China”, que supomos tratar-se da espécie *Zanthoxylum nitidum* (Roxb.) DC. (sin. *Z. hamiltoniana* Will. ex Hook); *Z. asperum* var. *glabrum* CC. Huang; *Fagara nitida* (Roxb.) DC.

Esta espécie é originária das províncias do Sul da China e conhecida em Macau por xantólio ou por *jin niu gong* 金牛公 na língua oficial, sendo de há muito utilizada como antidoto contra a mordedura de cobras. O seu princípio activo é a mitidina, extraída principalmente do córtex radicular.

Em Macau estas raízes eram vendidas frescas, nos ervanários, ou secas, nas farmácias locais.

Este fármaco é considerado anódino carminativo, deputarivo, antiflatulento, analgésico e insecticida.

É tóxico para os peixes, embora muito estimado para “expulsar” o veneno da mordedura dos offídios.

Supomos, pois, que seja esta espécie a que os jesuítas da botica de São Paulo chamavam “contraerva da China”.

Em medicina chinesa são conhecidas várias outras espécies do género *Zanthoxylum*, como a *Z. ailanthoides* Sieb. et Zucc., a *Z. alatum* Roxb., a *Z. piperitum* (DC.) Lour. e a *Z. Schinifolium* Sieb. et Zucc. [*qing jiao zi* 青椒子].

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

Embora conhecidas em chinês por nomes diferentes não é de excluir que algumas delas possam ser variedades regionais e não espécies diferentes.

No Catálogo da Exposição de Plantas Medicinais, realizada em Macau pelos Serviços Florestais e Agrícolas de Macau de 14 a 18 de Julho de 1983 constam duas espécies de *Zanthoxylum* usadas pelos médicos chineses do território: a *Zanthoxylum avicennae* (Lour.) DC., conhecida por *shan jiao* 山椒, usada no tratamento da hepatite, edemas e reumatismo e a *Z. nitidum* (Roxb.) DC., conhecida por *jin niu gong*, utilizada no tratamento de reumatismo, mordeduras de cobras e como antitetânica.

Este dado de 1983 parece corroborar a nossa hipótese de ser esta espécie aquela que os jesuítas conheciam e denominavam “contraerva da China”, também conhecida por “agulhas em ambas as faces”.⁹

Raiz de Ginsão, & suas virtudes

“Esta raiz vem da China, & se faz della grande estimação; tem virtude contra febre agudas, & querem que seja tomada cozida com frangaõ, para aquelles enfermos que estão nos ultimos paroxismos.

Mas a razaõ diz, q tomada pequena porçaõ em agua da fonte, & bebida no mesmo caldo do frangaõ, ou franga, he admiravel remedio para qualquer enfermo prostrado, desfalecido, ou esfalfado. Ajuda muyto aos fastientos, porque lhes excita o appetite de comer.”

A raiz de “ginsão” é a espécie *Panax ginseng* C. A. Mey. (sin. *P. shinseng* Nees), uma araliácea conhecida em chinês por *ren shen* 人參 e entre nós por ginseng.

A raiz do verdadeiro ginseng é rara, sendo olhada pelos chineses como uma verdadeira panacea devido ao facto de ser semelhante ao corpo humano.

Por vezes esta raiz é adulterada com raízes de espécies dos géneros *Adenophora*, *Platyecodon*, *Campanula*, *Angelica* e *Rehmannia*.

O ginseng americano (*P. quinquefolius* L.) é actualmente exportado para a China e também usado localmente pelos chineses imigrados nos EUA, pois as suas virtudes são consideradas semelhantes.

Em medicina chinesa é tido por um bom estimulante do sistema nervoso quando usado em pequenas doses, sendo também prescrito como tónico, estimulante, afrodisíaco e ainda indicado no tratamento da dispepsia, palpitações, impotência e asma.



Ginseng. Desenho retirado, assim como os das páginas seguintes, da obra de Li Shizhen *Ben Cao Gang Mu* 本草綱目 (dinastia Ming).

Maçã de vaca¹⁰

Também conhecida por “bezoar da China”. Sobre este fármaco o Pe. António de Barros registou que “he amargo e fresco. Serve contra o vento que tira a falla e cauza fleuma na garganta...”

Esta pedra que se cria dentro do fel da vaca, foi assim descrita por Curvo Semedo:

“Dentro do fel de algúas vacas se criaõ humas pedras taõ amarellas como he o açafraõ; estas taes pedras tem grande virtude para curar a Ictericia, com tal condiçaõ, que o doente esteja primeyro bem evacuado: tomam-se vinte grãos de tal pedra

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

pulverizada, quinze dias em jejum, misturando-a com feis onças de agua cozida com folhas de morangos, ou com raizes de grama.

Em minha casa tenho hum remedio, ou segredo taõ efficaz para curar a Ictericia, que sendo eu Medico ha cincoenta & oyto annos, ainda não achei outro tão certo como este, & o tenho em minha casa só a fim de tirar a occasião a alguns. Boticarios pouco escrupulosos, para que não vendaõ o tal remedio, dizendo, que lho reveley, como dizem hoje muytos, que eu lhes reveley o meu Bezoartico, & outros remedios que inventou a minha curiosidade, & que ninguem sabe como são compoftos, nem os ingredientes que entraõ na fabrica delles, & sem embargo disso, raras são as boticas aonda se peça o Bezoartico do Curvo, & outros segredos mais, que não digaõ que o tem, sem fazer escrupulo dos graves damnos, que se seguem de vender os remedios adulterados por verdadeyros.”

Em medicina chinesa o nome deste fármaco é *niu huang* 牛黃, mas corresponde não só aos cálculos da vesícula biliar de bovídeos domésticos, como o nome indica, mas também de rinoceronte. O nome português, constante das antigas farmacopeias é “bezoar”, nome do qual derivam as várias “pedras bazar” ou “cordiais” artificiais das boticas setecentistas.

O sabor é amargo e é usado na medicina chinesa como antitóxico, cardiotónico, antipirético, sedativo e diurético.

De curioso há a notar que no rol dos seus símplies farmacêuticos, João Curvo Semedo inclui a tinta-da-china, afirmando que:

“Da tinta negra, que vem da China, chamada Dolanquim, que roçando-a levemente com agua commua, faz huma tinta muyto mais excellente que aquella, com que escrevemos em Portugal Da China vem para a India humas talladinhos negras, estreytas, & chatas, do comprimento de hum dedo, das quaes humas são douradas, & outras não; cujo prestimo ordinariamente he para servirem de tinta para escrever; porem, tem outra serventia taõ admiravel, que todo o dinheyro do mundo he pouco para se pagar; porque quando os olhos se esbugalhaõ, de forte que parece querem rebentar, & saltar fóra do rosto, faz a tal tinta hum effeyto taõ estupendo, & milagroso, como eu vi em huma filha do

Ceytano de Mello de Castro Viso-Rey da India. Deo a esta menina hua dor taõ repentina em o olho direyto, que de improviso inchou, & se fez tamanho como hua laranja, & quando todos temiaõ que o olho rebentasse, pela grandeza a que tinha crescido a inchação, se sulou húa migalha da dita talhadinha em hum didal de agua da fonte, & com esta agua, ou polme negro se untou a palpebra de cima, & de bayxo, & foy cousa como de encãto, porque em duas horas se desfez a inchação, & a vermelhidaõ, & sarou por modo de milagre. He superior remedio para estancar todos os fluxos de sangue do peyto, misturando-a em agua de tanchagem, de forte que fique a agua bem preta, & grossa como polme. Eu fuy testemunha deste successo, & da brevidade com que succedeo na inchação do olho.”

AS RECEITAS DE SEGREDO DAS BOTICAS DA COMPANHIA DE JESUS

Quando, pelos anos de 1562 ou 1563, os jesuítas fundaram, em Macau, a sua residência, como ponto de passagem para o Grande Império da China, o “primeiro lugar em que se agazalharão foi abaixo da Cruz onde esteve a ermida de Sto. António e, depois se passaram para cima por não haver água”¹¹. Essa segunda residência, espaçosa, com horta e jardim, veio a transformar-se no famoso Colégio de S. Paulo que teve, desde muito cedo, uma enfermaria¹² e uma botica bem apetrechada.

Quanto à botica, já em 1603 estava provida com simples e medicamentos da farmacopeia ocidental mais avançada da época, simples que eram pedidos para Goa e dali remetidos anualmente.

Esta botica era dirigida por um irmão especializado na preparação de medicamentos, o qual, às vezes, em caso de necessidade, era chamado a tratar dos doentes, quer na enfermaria, quer fora do Colégio.

Em 1625 não havia, em Macau, nem botica nem mezinhas ao modo português, a não ser as do Colégio dos Jesuítas¹³. E tanto a enfermaria como a botica do Colégio em breve se impuseram à consideração da população de Macau, que não lhe rogava donativos, por vezes de certa monta.

Tal como o Colégio de Goa, o Colégio de Macau tornou-se, desde logo, no centro cultural da

266
 Pedra basar artificial
 Da Bot^a do Coll. de Macão.

R ^e Ambar	
Almiscoar	an . 3j
Carneora	Fi
Spodio	
Iacynthos	
Topazios	
Sapheiras	
Rubins	
Esmeraldas	
Cranadas	
Bolo Armenio	
Terra sigillada	
Corno de ceruo	
Raspas de unicornio	
Raspas de marfim	
Olhos de caranguejo	an . 3iiij
Coral vermelho	
Coral branco	
Aljofar	an . 3ij
Pedra basar Oriental	3iiij
	Tar-se:

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

cidade¹⁴. Segundo o Pe. Pfister¹⁵, já no início do século XVII funcionaram ali três cursos com nível superior (Matemática, Astronomia e Geometria) e outros de menor grau (Medicina e História Natural). Havia, ainda, um terceiro nível de ensino mais elementar, no qual os estudantes aprendiam a ler, a escrever e também rudimentos de latim. Estes três graus de ensino correspondiam, de certa maneira, aos que ainda hoje existem entre nós. Todos estes cursos eram generosamente abertos à população portuguesa e provavelmente a todos os cristãos¹⁶. Deve ter sido nesse colégio que aprendeu a arte médica o cirurgião João Baptista, um “china de nação” que se criara entre europeus, provavelmente um pupilo e, daí, protegido pela Companhia de Jesus¹⁷, e também o referido Pe. António de Barros S. J., missionário natural de Macau que viveu e trabalhou pela fé na Cochinchina no século XVIII.

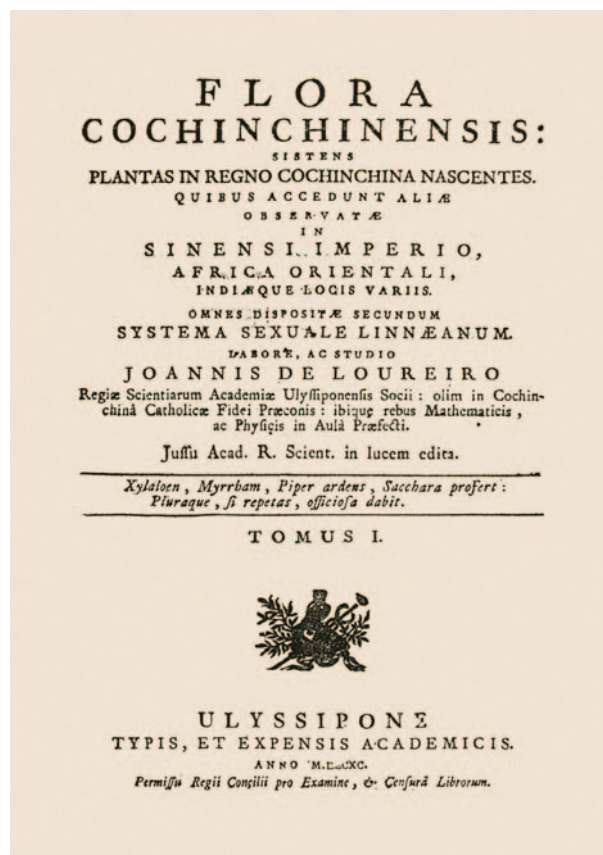
Pode avaliar-se, em parte, a riqueza da botica de S. Paulo e o vasto conhecimento de medicina dos jesuítas pela análise de um documento manuscrito, no qual se pede uma remessa de medicamentos para Goa e cujos elementos constam das farmacopeias mais famosas da época¹⁸, mas muito principalmente, pela análise do receituário que ali se manipulava¹⁹.

A testemunhar o interesse que, desde muito cedo, mereceram à Companhia de Jesus as drogas medicinais chinesas existem vários documentos, ao que supomos inéditos, como cópias manuscritas de traduções de livros de medicina clássica e apontamentos diversos de propriedades de várias plantas nativas, algumas acompanhadas da identificação latina.

Muitos foram os irmãos e padres jesuítas mais habilitados que, só assim, e mediante exibição de alguma arte puderam entrar na corte da China. Estas artes eram principalmente as artes utilitárias, como a medicina, ou as que mais se relacionavam com pensamento mágico oriental, como era o caso da astronomia.

Os jesuítas interessaram-se pela medicina chinesa logo no século XVII.

O Pe. Michael Boym (1612-1659, na China), polaco, filho de um médico do rei da Polónia, que viveu em Macau em 1650, escreveu várias obras das quais citamos *Specimen medicinae sinicae*, tradução dos quatro livros de Wang Shuhe 王叔和 sobre o conhecimento



Frontispício de *Flora Cochinchinensis: sistens plantas in regno cochinchina nascentes*, do Pe. João de Loureiro, Lisboa, 1790.

do pulso, diagnóstico pela língua e descrição dos “frutos de árvores do reino da China” e das suas propriedades farmacêuticas.

Outros padres estudaram a flora exótica da China e da Conchinchina, como o suíço João Schreck ou Terrentius (1576-1630), o francês Pedro d’ Incarville (1706-1757) e o português João de Loureiro (1710-1791)²⁰, que por zelo apostólico estudou a flora regional da Cochinchina para suprir a falta de medicamentos necessários à prática da medicina na sua missão.

Apresentamos a seguir uma lista de usados contra várias enfermidades pela Companhia de Jesus nas boticas dos seus Colégios, inclusivamente no de Santo Antão em Lisboa:

LOSNA

Também conhecida por artemísia, de há muito que era usada na farmacopeia ocidental e consta, fermentada, das receitas n.ºs 14 e 21 do Colégio dos Jesuítas de S. Paulo. Em Macau ainda hoje se encontram

Receita da “Pedra basar artificial” da botica do Colégio de S. Paulo.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

envasadas três espécies de artemísia oriental ali cultivadas para uso medicinal:

– *Artemisia annua* L. [*qing hao* 青蒿]. É nativa do Norte da China, Vietname do Norte, Sibéria e Índia. As folhas e os caules são usados como antipirético e prescritos também para combater desinteria crónica. Em uso externo são usados como bactericida em abscessos e oftalmias.

– *A. capillaris* Thunb. [*yin chen hao* 茵陈蒿], originária da China do Norte, Japão e Taiwan, é utilizada como diurético e antipirético. Colhida na Primavera e seca ao sol é considerada um bom fármaco para eliminar “a humidade” e o “calor” do fígado, da vesícula biliar e do baço-pâncreas, fazendo baixar o colesterol e também eficaz em casos de icterícia.

– *A. vulgaris* L. [艾叶 *ai ye*]. Esta espécie é das mais difundidas e conhecidas pois, embora nativa da China, vegeta praticamente em toda a Eurásia. Esta

diversidade reflecte-se na sua sinonímia: *A. integrifolia* L., *A. indica* Willd., *A. ignaria* Max. e *A. lavandifolia* DC. É usada como hemostático e estomáquico e também na preparação de moxas para moxibustão e cauterização.

RUIBARBO

Esta espécie muito usada em medicina chinesa e conhecida por *da huang* 大黄 é um dos elementos das “pillulas Silvanas”, receita n.º 22 do referido Receituário de Segredo.

O ruibarbo, que consta também da *Pharmacopea Tubalense*, editada em 1735 por Manuel Rodrigues Coelho, corresponde à espécie *Rheum officinale* Baill., nativa da China Ocidental e do Tibete. Os rizomas são usados como estomáquico e purgativo, aliados a várias outras drogas tais como sais de ferro, zinco e cinchona.

Artemisia annua.*Artemisia capillaris.*

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

AQUILÁRIA

Pau-de-águila ou aquilária são os nomes vulgares da espécie *Aquilaria agallocha* Roxb., timeleácea arbórea, nativa dos Himalaias e do Assam, que entrou na medicina chinesa com o nome de *chen xiang* 沉香 e, na medicina ocidental antiga com o nome de linaloés. Garcia da Orta (Colóquio XXX) referiu-se a esta árvore, dizendo que os ramos eram importados de Malaca.

De porte arbóreo, esta espécie é natural dos Himalaias, Vietname e Nordeste da Índia, mas há muito que foi introduzida na China e a sua madeira incluída na sua farmacopeia.

A cor é amarela e a textura pesada quando imersa em água. O sabor é pungente e doce-amargo. O odor é fortemente aromático. É também usado um seu óleo como essência em perfumaria, com o nome de “madeira de aloés”.

Em medicina chinesa é prescrito como estomáquico em émise nervosa e soluços.

CATO ÍNDICO

Consta da receita n.º 8 da botica do Colégio de S. Paulo. Supomos tratar-se de extracto do lenho da rubiácea *Uncaria rhynchophylla* Miq. (sin. *Nauclea rhynchophylla*) [*gou teng* 鉤藤], nativa do Japão. Em Macau esta planta é conhecida pelo nome de “ganchos”, sendo de há muito usada na medicina chinesa como sedativo e anti-espasmódico e principalmente em neuropediatria. É considerada eficaz para “acalmar o vento” e as convulsões, actuando ao nível do sistema nervoso central e periférico.

FEL DE URSO

Da receita n.º 17 do manuscrito que vimos a citar consta, como um dos seus componentes, o fel de urso.

Ruibarbo.



Aquilária.



OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

Este é, sem dúvida, um dos fármacos mais caros que encontramos nas farmácias chinesas de Macau e isto porque é difícil de obter e é considerado muito eficaz no combate às infecções, o que era quase sempre muito difícil antes da descoberta dos antibióticos.

ESCORCIONEIRA DA CHINA

Uma das espécies descritas e das mais usadas na medicina popular de Macau é a *tian men dong* 天门冬. Consta da receita n.º 6 da botica do Colégio de São Paulo, “Bezuartico de Curvo” (Semedo), aliada a “contraerva” da China e à quina.

Inicialmente, foi identificada pelo Pe. António Barros com a escorcioneira mediterrânica. Contudo, esta palavra foi riscada pelo próprio e substituída por *Melanthium tuberosum*. Esta espécie é hoje identificada como *Asparagus lucidus* Lindl. e usada em associação com a *shan mai dong* 山麦冬 (*Liriope spicata* Lour.),

Cato indico.



identificada como *Commelina medica* pelo Pe. António Barros.

Sobre a primeira escreveu o Pe. A. Barros:

“Amargoso, frio, refresca os bofes, serve contra a queuntura, fleuma, tosse, chagas dos bofes, sede, fluxos de sangue pelo nariz, moe a saliva, contra ptizica (ilegível) esperma. Contra espasmos. Rejeita-se a casca e a raiz interna. Se infunde em água quente e se seca ao fogo.”

Seguem-se nomes de outros fármacos escritos em chinês que compõem esta receita. E ainda uma nota: “Para desopilar o sangue se infunde em vinho.”

Esta receita n.º 6, que reproduz o “Bezuartico de Curvo”, é composta por “contraerva da China, quina boa e cozimento de raiz de escorcioneira.”

Esta escorcioneira poderá ser a escorcioneira ibérica (*Scorzonera hispanica* L.), usada contra mordeduras de víboras, ou *Liriope spicata* Lour. (sin. *L. graminifolia*, *Fluggea spicata* Schult, *Ophiopogon japonicus* Wall, *Oph. longifolius* Decne, *Oph. spicatus*, Ker Gawl., *Oph. gracilis* Kunth), escorcionária originária da China e do Japão.

Os rizomas da espécie *Liriope spicata* Lour., são usados em medicina chinesa como antitússico, expectorante e emoliente.

CASCA DE LARANJA-DA-CHINA

Laranja-mandarina ou laranja-da-china – *Citrus nobilis* Lour. (sin. *C. deliciosa* Tenore) –, conhecida em chinês por *ju pi* 橘皮, é o fruto duma pequena árvore de 5-8 metros, originária do Sudeste da China e do Vietname.

O retículo da parede interna da casca é usado, de há muito, em medicina chinesa. Contém vitaminas A, B e C, hesperidina e óleos essenciais tais como citral e limoneno.

É considerado um bom estomáquico e digestivo e ainda antiemético expectorante e antitússico.

No Hospital Queen Mary da Universidade de Hong Kong as auxiliares chinesas davam a cheirar laranja aos recém-operados, para evitar as náuseas devidas à anestesia.

As sementes são utilizadas como analgésico em caso de cólicas e as folhas, em uso externo, são usadas como antiflogístico em mastites e em outras afecções. A receita n.º 25 do referido manuscrito inclui entre os seus quatro elementos a dita “barba”, isto é, o retículo do interior da casca do limão ou tangerina muito usado

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

de há muito em medicina chinesa. Também inclui casca de cidra (*Citrus medica* L.), conhecida como *fó shou* 佛手, mão de Buda.

ANIS-ESTRELADO DA CHINA

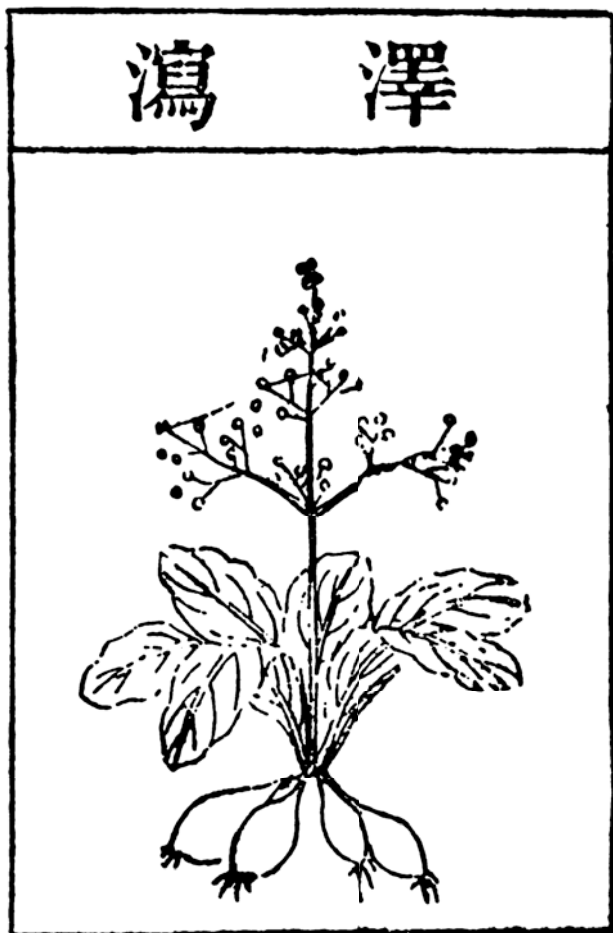
Da receita n.º 28 do mesmo receituário consta o “aniz da China em pó”, sementes da *Illicium verum* Hook. f. (sin. *Illicium san-ki* Perr).

É tido por medicamentoso sendo nativo do Sul da China, principalmente de Yunnan e Fujian.

Muito aromática, a semente desta espécie, conhecida por *ba jiao* 八角 é utilizada não só por tornar mais fáceis de tomas as decoções medicamentosas mas também por ser considerada carminativa, além de edulcorante,

Por vezes é usada em sua substituição outra espécie de anis, o *Illicium anisatum* L., conhecida por *bai hua ba jiao* 白花八角.

Alisma



Segundo a mesma receita, que incluía ainda cravinho, canela, azougue, resina de pinheiro, cera amarela e “oleo de girzelim” (sésamo), o “aniz da China em pó” era usado em unguentos contra feridas, chagas, queimaduras e quebraduras.

Os jesuítas assinalaram, aliás, que este unguento se preparava com simples do Oriente “em tijella de barro vidrada”.

GERGELIM

Esta planta, *Sesamum indicum* L. (sin. *S. orientale* L.), de há longa data utilizada em medicina chinesa com o nome *hu ma* 胡麻, é nativa da Ásia tropical, sendo actualmente cultivada em regiões quentes do Velho e Novo Mundo.

Existem duas variedades: a de sementes negras e a de sementes brancas, de sabor adoçado. Análises recentes revelam a existência de vários óleos essenciais úteis no tratamento de queimaduras.

É também prescrita como lenitivo em casos de obstipação e como tónico e nutriente em neurologia. Como vimos, este óleo era usado na preparação do unguento contra feridas, chagas, queimaduras e quebraduras.

ALÇAÇUZ

A espécie *Glycyrrhiza uralensis* Fisch., da família das leguminosas, é o alçaçuz chinês [*gan cao* 甘草]. Originário do Norte da China, Mongólia e Sibéria, consta da receita n.º 6 da botica do Colégio de Macau, possivelmente como edulcorante, muito embora lhe sejam reconhecidas outras propriedades terapêuticas.

ALISMA

Esta planta aquática, *Alisma plantago* L. (sin. *A. cordifolia* Thunb.), uma alismácea, está difundida por todo o hemisfério Norte e por isso não surpreende que faça parte dos fármacos usados tanto no Ocidente como no Oriente. Conhecida em chinês por *ze xie* 泽泻, o extracto das suas raízes é usado em medicina chinesa no tratamento de infecções urinárias, sendo também considerada estimulante dos órgãos genitais femininos. O seu uso mais generalizado, no entanto, é como diurético.

Na receita n.º 9 das fórmulas de segredo da botica dos Jesuítas de São Paulo em Macau aparece integrada como um dos 17 elementos no “Unguento do Pe. Costa”, usado no tratamento de chagas.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

Na receita n.º 16 do mesmo repositório de mezinhas de segredo surge para tratamento de febres “malignas ou acidentés”, entre outros elementos.

HASTES DE CERVO E RASPAS DE UNICÓRNIO

Estes dois elementos são dos mais usados na farmacopeia chinesa e também dos mais caros, encontrando-se nas farmácias de Macau, por vezes, em caixas forradas de seda.

As hastes de *Cervus hortulorum*, *Cervus sika* e do antílope *Nemorhaedus cripus*, são das mais apreciadas pelos médicos chineses.

O médico João Curvo Semedo considera estas raspas capazes de “adelgaçar o sangue e promover a circulação”.

Os médicos chineses consideram as raspas das hastes de *Cervus sika* um bom tónico e estimulante em doses de 3-5 g, e as de *N. cripus* tónico, antipirético e antiespasmódico.

Angélica chinesa.



HASTES DE CERVÍDEO

As mais usadas destas hastes são as de *Cornu cervi* (*lu rong* 鹿茸).

O seu nome farmacopeico actual é *C. cervi pansotrichum*. De natureza quente e de sabor doce e salgado, tonifica os rins e o *yang*. Reforça a energia original, o esperma e fortifica os órgãos genitais.

É um remédio afrodisíaco usado para tratamento de ejaculação precoce. Na receita n.º 16 da Botica do Colégio de Macau estas hastes surgem aliadas a raspas de unicórnio (rinoceronte), raspas de marfim, olhos de caranguejo (concreções calcárias das carapaças dos caranguejos), coral, aljôfar, âmbar, almíscar, cânfora, pedras preciosas e outros preparados na composição da “pedra basar” artificial da botica do Colégio de Macau usada contra febres malignas.

ANGÉLICA CHINESA

As raízes de *Angelica pubescens* (*dang gui* 当归) secas ao sol e conservadas dois a três meses até que amarelecem para voltarem a ser secas, são um dos vegetais mais antigos que entraram na farmacopeia ocidental.

De sabor amargo e picante é usada para restabelecimento da energia nos meridianos dos rins e da bexiga. Dispersa o vento e a humidade e combate as dores de artroses lombares e dos joelhos.

CÂNFORA DA CHINA, CÁSSIA OU CANELEIRA DA CHINA

Desta laurácea, a espécie utilizada nas boticas da Companhia de Jesus era a *Cinnamomum cassia* Blume (sin. *C. aromaticum* Nees), em chinês *gui zhi* 桂枝. Originária do sudeste da China, Laos, Vietname e Samatra, é considerada carminativa, adstringente, estimulante e anti-séptica, sendo vulgarmente utilizada como estimulante do sistema nervoso e vascular. Pode causar náuseas; é ainda considerada analgésica.

AQUÉBIA

A *Akebia quinata* Decne. [*mu tong* 木通] (sin. *Rajania quinata* Thunb.) é uma lardizabalácea originária da China Oriental e do Japão. Os caules lenhosos são usados em lamelas finas de 1 cm de diâmetro como diurético e antiflogístico.

Muitos mais exemplos poderíamos citar mas não desejamos alongar por demais esta nossa exposição.

A título de remate é de referir que este receituário era utilizado não só em Macau mas em todas as boticas

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

dos Colégios dos jesuítas, incluindo o Colégio de Santo Antão de Lisboa. É de notar que o “Bezuartico” de Curvo Semedo foi incluído neste receituário de segredo, o que prova a troca de conhecimentos médicos entre os padres e irmãos jesuítas e aquele conceituado médico setecentista.

CONCLUSÃO

De acordo com João Curvo Semedo (1727), “os remédios que vem da India Oriental, & de outras partes, ou sejaó pedras, páos, ossos, frutos, sementes, ou raizes, se daó moidos, ou roçados em agua commua; outros os daó misturados em agua de arroz, a que os naturaes daquellas terras chamaó Ambatacanja²¹; algus os daó em çumo de limao gallego; & aquelles que se daó para as febres, se bebem á entrada, & à despedida dellas.

A experiencia dos Mouros & dos Gentios da Asia, foy a mestra, que deo o conhecimento para o uso de tais remedios.

Muytos Medicos, & outras pessoas que no saó, tem para si que os bezoarticos, & remedios que vem da India, & de outras terras, nam fazem em Portugal as mesmas maravilhas, que fazem na India, & nas terras em que se crearão, assim

pela diferença do clima, como porque quando chegaó cà, já naó tem aquelle vigor, que tinhaó nas terras em q nasceraó. A esta duvida respondo, que todos os simplicis conservaó as virtudes, com que Deos os creou, em quanto no corpo dos taes simplicis naó entra corrupçáo. Vemos, & experimentamos, que dos simplicis, que vem de Conquistas para as boticas do nosso Reyno, se fazem muytos remedios compostos, & tornaó para as mesmas Conquistas para serviço dos enfermos, & là fazem os mesmos bons effeytos, que fizeraó em Portugal, vindo de diversos climas, & sendo muytos simplicis das boticas que mais sugeytos à corrupçáo. Que nenhum dos bezoarticos da India, que tem duraçáo muyto mais larga, & perduravel.”

A leitura desta breve anotação confirma o uso não só de fármacos indianos e chineses mas também a sua manipulação e até a maneira de os ministrar pelos médicos portugueses como João Curvo Semedo o fez, tal como fizeram os religiosos da Sociedade de Jesus.

Medicamentos os mais diversos viajaram do Oriente ao Ocidente e depois da América até à Ásia Extremo Oriental. Viajantes mais ou menos anónimos os levaram. Homens inteligentes e curiosos e despidos de preconceitos os experimentaram. E a Humanidade enriqueceu. **RC**

NOTAS

- 1 Shen Fuwei 沈福伟, *Cultural Flow Between China and Outside World Throughout History*.
- 2 Em 1868 passou a Real Collegio Asiatico e, em 1868, a Istituto Orientale. Actualmente, Università degli Studi di Napoli “L’Orientale” (UNIOR).
- 3 Manuscritos Azuis n.º 335, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.
- 4 Consultámos este livro na Biblioteca Nacional de Paris. O prefácio está datado de 21 de Outubro de 1668, em Cantão, mas sem nome de autor.
- 5 Descrita como elemento principal das moxas (Kempfer, 1712).
- 6 A. H. S. J., Roma, Códice A. R. F. J., Opp. N.N. 17, p. I-XVIII/610-I-IX/688.
- 7 Em 1738, Manuel José Curvo Semedo publicou em Lisboa um folheto intitulado *Compêndio dos segredos medicinais ou remédios Curvianos, mandado imprimir por Manuel José Curvo Semmedo, actual manipulador e administrador dos ditos remédios*.
- 8 Espécie descrita por Garcia da Orta no seu livro *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da India...*
- 9 É de referir que, em medicina chinesa, a mesma espécie pode ter vários vernáculos o que resulta do seu conhecimento e utilização muito antiga em diferentes pontos do seu tão vasto território.
- 10 O mesmo que “maçam de vaca”.
- 11 Pe. B. Videira Pires, “Os três heróis do IV Centenário”, in *Boletim Eclesiástico da Diocese de Macau*, ano V, vol. V, Out./Nov., 1964.
- 12 As boticas e as enfermarias existiam em todos os grandes colégios jesuítas da Europa.
- 13 *Jesuítas na Ásia*, Mss. Bibl. da Ajuda, Cód. 49-V-6, fls. 346 e ss.
- 14 A importância do colégio de Macau era tão considerável no princípio do século XVII, que em 1616 foram para ali enviados 7000 livros, dos quais 500 oferecidos pelo Papa.
- 15 Pe. Louis Pfister, *Notices biographiques et bibliographiques de tous les membres de la Cie. de Jesus qui ont vécu en Chine pour y prêcher l’Évangile...*
- 16 Os filhos dos moradores pagavam propinas, pelo que seriam os filhos dos comerciantes mais abastados aqueles que tinham, então, em Macau, acesso à cultura. Os chineses não eram admitidos, porque

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- se considerava “haver perigo para a cristandade juntar meninos portugueses com os gentios” (*Jesuitas na Ásia*, “Carta Ânua”, Mss. da Biblioteca da Ajuda). Supomos, porém, que os filhos dos chineses cristãos não eram impedidos de frequentar o Colégio.
- 17 Este cirurgião acompanhou em 1692 o médico Pe. Isidoro Lucci S. J., partindo de Macau em 12 de Maio de 1692 para a corte de Pequim. Ali, o cirurgião chinês teve maior sucesso do que o próprio Pe. Lucci. Porque aprendeu medicina da mais actualizada da época num colégio do Oriente e aliava à terapêutica ocidental a genuína terapêutica chinesa?
- 18 “Do Rol das cousas que se hão de mandar cada anno da India p^a. provimento do Collegio de Macao /p^a. a botic”, in *Jesuitas na Ásia*, Cód. 49-IV-66, fls. 17v e 18 (1603).
- 19 *Colecção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da India, de Macao e do Brazil compostos e experimentados pelos Milhores Medicos e Boticarios mais celebres que tem havido nessas partes. Aumentada com alguns indices e noticias curiosas necessarias para a boa direcção e acerto contra as enfermidades.*
- 20 O Pe. Loureiro navegou para o Oriente em 1735 e trabalhou durante 36 anos como missionário na Cochinchina em cuja corte foi nomeado pelo rei “Presidente dos Physycos” e compôs a célebre *Flora Cochinchinensis*.
- 21 Canja, congé (G. d’Orta) V. Ana Maria Amaro, “Da ‘cange’ de Garcia d’ Orta, à popular canja nortenha”, in *Revista de Cultura*, Macau, Instituto Cultural de Macau, n.º 37, Outubro/Dezembro, Macau, 1998, pp. 79-88.

BIBLIOGRAFIA

Manuscritos

- Colecção de várias receitas e segredos particulares das principais boticas da nossa Companhia de Portugal, da India, de Macao e do Brazil compostos e experimentados pelos milhores medicos, e boticarios mais celebres que tem havido nessas partes. Aumentada com alguns indices e noticias curiosas necessarias para a boa direcção e acerto contra as enfermidades.* Roma, 1766, A. H. S. J., Roma, Códice A. R. F. J., Opp. N. N. 17, pp. I-XVIII/610–I-IX/688.
- Jesuitas na Ásia*, Mss. da Biblioteca da Ajuda, Códices 44-IV-61; 44-V-2; 49-IV-66¹⁻⁶⁶; 49-V-2 ^{26/26}; 49-V-3; 49-V-7; 49-V-6.
- Tradução do Y Haoc pelo Pe. António de Barros da Província da Cochinchina*, c. 1756, Manuscritos Azuis n.º 335, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Impressos

- Amaro, Ana Maria, *Medicina Popular de Macau*. Tese de doutoramento, dactilografada, Lisboa, 1988.
- Amaro, Ana Maria, *Introdução da Medicina Ocidental em Macau e as Receitas de Segredo da Botica do Colégio de São Paulo*, Macau, Instituto Cultural de Macau, Macau, 1992.
- Benthsm, G., *Flora Hongkongensis*, Londres, 1861.
- Faria, José de Cisneiros e, *Uma Botica do Séc. XVIII*, separata de *Noticias Farmacêuticas*, Lisboa, 1935.
- Farmacopeia Lusitana*, Lisboa, 1841.
- Farmacopea Bateana*, Pamplona, 1763.
- Flora Cantonensis*, South China Institute of Botany, “Academia Sinica”, 1956.
- Flora Hainanica*, t. I-V, Guangdong Institute of Botany, 1964, 1974, 1979.
- Gan Weisong 甘伟松, *Yao Yong Zhi Wu Xue* 药用植物学, Guo li zhongguo yixue yanjiusuo, Taipei. 1969.
- Hong-Yen Hsu & Peacher, W. G., *Chinese Herb Medicine and Therapy*, California, Oriental Healing Arts Institute, 1976.
- Leite, Pe. Serafim, “Serviços de Saúde da Companhia de Jesus no Brasil”, in *Brotéria*, Lisboa, 1942.
- Loureiro, Pe. João de, *Flora Cochinchinensis: sistens plantas in regno cochinchina nascentes*, Lisboa, 1790.
- Ma Yuan tai, 马元台, Zhang Yin’an 张隐庵, *Huangdi Nei Jing Su Wen Ling Shu He Bian* 黄帝内经素问灵枢合编, Zhongguo yixue congshu tailian guofeng chubanshe, Taipei, 1968.
- Pfister, Pe. Louis, *Notices biographiques et bibliographiques de tous les membres de la Cie. de Jesus qui ont vécu en Chine pour y prêcher l’Évangile depuis la mort de St. François-Xavier jusqu’à la suppression de la Compagnie*, Xangai, 1868-1875.
- Pharmacopêa Portuguesa*, edição oficial, Lisboa, Imprensa Nacional, 1876.
- Pharmacopêa Tubalense Chimico-Galenica*, por Manuel Rodrigues Coelho, Lisboa, na Oficina de António de Souza da Sylva, 1735.
- Semedo, João Curvo, *Advertências dignas de serem sabidas: os remedios que preparo e deixo ensinados a meu filho o Reverendo Ignácio Curvo Semmedo: Livros do autor que estão impressos*, s.l.: s.n., 17- (encadernado com a *Polyanthea medicinal*).
- Semedo, João Curvo, *Polyanthea medicinal: noticias galenicis, e chymicas repartidas em três Tratados*, Lisboa, na Oficina de Miguel Deslandes, 1697.
- Semedo, João Curvo, *Compêndio dos segredos medicinais ou remedios curvianos que inventou e compôs o Doutor João Curvo Semmedo... mandado imprimir por Manoel José Curvo Semmedo*, Lisboa na Oficina de Jozé de Aquino Bulhoens, 1783.
- Semedo, João Curvo, *Memorial de vários simplicis que da India Oriental, da América & de outras partes do mundo vem ao nosso reyno para remedio de muytas doenças, na qual se acharão as virtudes de cada hum & o modo com que se devem usar*, João Curvo Semmedo, s.l., s.n., 17-, 1 v.
- Semedo, João Curvo, *Polyanthea medicinal: noticias galenicis e chymicas*, ed. Ignacio Curvo Semmedo, Lisboa, António Pedroso Galram, 1741.
- Shen Fuwei 沈福伟, *Cultural Flow Between China and Outside World Throughout History*, China Knowledge Series, Ed. Foreign Languages Press, Beijing, 1997 (2.^a ed.).
- Xu Guojun 徐国钧, *Yao Cai Xue*, 药材学 Renmin weisheng chubanshe, Pequim, 1964.
- Zhu Ang 注昂, *Tang Tou Ge Jue* 汤头歌诀 Qian qing tang shuju, Xangai, 1924.



Flora's Apostles in the East Indies

Natural History, Carl Linnaeus and Swedish Travel to Asia in the 18th Century

CHRISTINA GRANROTH*

In late autumn of 1745 the Swedish clergyman and naturalist Christopher Tärnström was preparing for a long journey. He had been appointed Chaplain of the Swedish East India Company's ship *Calmar*, bound for China. For several years Tärnström had been a student of Carl Linnaeus, professor of medicine at the University of Uppsala. Linnaeus had himself been instrumental in Tärnström's appointment; this was the first time he was able to send one of his own students to the East Indies and expectations were high. A few months before departure Linnaeus issued Tärnström with the following instructions:

"Acquire a tea bush in a pot, or at least seeds of it, preserved in the manner that I instructed you earlier.

Seeds and leaves of the Chinese mulberry tree.

All the undescribed fishes of the East Indies: to be preserved in *spiritu vini*, and to be published, since this part of the natural history of the Indies is left to our time and Academy.

As many plants as possible to be collected. Preferably with flowers and fruits.

Bulbi and *tubera* of roots of lilies to be kept in dry sand or moss, as will all succulent plants.

Insects to be kept on needles, but *zoophyta* in *spiritu vini*.

All snakes are to be collected, but in particular *naja* or *cobras de capelo*.

A piece of unworked clay for porcelain.

Unknown drugs: *anisum stellatum*, *gummi ammoniacum*, catechu, *lignum aloes* and *myrobalani*. The trees from which these originate are to be carefully observed and described.

Of mace, a correct description is to be obtained.

The ripe fruits of as many palm trees as can be had.

Living goldfish for her Majesty the Queen.

Thermometrical observations day and night below the line and in Canton.

More I have asked for in conversation.

Farewell

Upsala 22 Nov 1745

Your servant

C. Linnaeus'.²¹

This seemingly haphazard list of things to do and acquire in many ways mirrors the impatience which

* Received her Doctorate at the University of Cambridge in 2004 with a thesis examining European knowledge of Southeast Asia in the early modern era. She currently teaches European expansion at Birkbeck College, London and at the University of Cambridge.

Doutorou-se em 2004 na Universidade de Cambridge com uma tese sobre o conhecimento europeu sobre o Sudeste Asiático nos primórdios da Idade Moderna. Actualmente lecciona Expansão Europeia no Birkbeck College, Londres, e na Universidade de Cambridge.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

would become the hallmark of Linnaeus' instructions to his travelling students. At the same time, these complicated and diverse requests encapsulate the core of the Linnaean project, which from the start went beyond the grand project of mapping the natural world. Tärnström was sent out not only as a scientist, but as an industrial spy, seeking out the secret of Chinese porcelain manufacturing methods as well as the utility of plants collected. The patriotic undertones are obvious, as Tärnström was to augment the prestige of Sweden's royal family and further economic development of the fatherland.

By this time, Linnaeus had already gained a considerable reputation within the European scientific establishment. The Swede had first attracted attention in 1735 with the publication of *Systema Naturae* where he had proposed a new system of botanical and zoological classification based on sexual reproduction. The new nomenclature was designed to accommodate an ever increasing knowledge of the world, as it would now be possible to classify every plant and animal in the known world. The first editions of the *Systema Naturae* were closely linked to his three-year stay in Holland, where he had been able to see for himself the wonders of the non-European natural world in the collections and gardens connected to the Dutch East and West India Companies. After his return to Sweden Linnaeus initiated a remarkable increase in the study of natural science, which would last until the end of the 18th century. Around mid-century, Linnaeus himself was the hub around which much of Swedish natural sciences revolved. The expansion of the Linnaean project is illustrated in the many editions of the *Systema*, in which increasing numbers of species of animals and plants from Europe, Asia, America and Africa were examined and determined. Once the format was exhausted, Linnaeus compiled several supplements to accommodate new species and genera.

After taking up a chair in medicine at the University of Uppsala, Linnaeus was not to leave his native Sweden again. His work therefore depended on a great number of informants, observers and correspondents in Sweden, Europe and beyond. Within Europe, Linnaeus created an extensive network of leading European scientists. He also relied to a great extent on Swedish travellers, collectors, countrymen and, most of all, his own students, men whom he sometimes referred to as his apostles or disciples.

During the 1740s and 1750s, Linnaeus was to send out a number of his own students on travels to North and South America, the Middle East, Africa and the Far East. Although there are several older overviews in Swedish of the expeditions undertaken by some of Linnaeus' students, an evaluation of the impact of Swedish travel on the work of Linnaeus has until recently attracted relatively little scholarly attention.² However, in the last few years this has been remedied: in Sweden itself a lavish TV series with an accompanying book has been produced, and a multivolume project is under way to publish the textual material accumulated by the travelling Apostles.³ Common to these projects is the insistence on a set number of apostles, defined as those of Linnaeus' students at Uppsala who travelled abroad. In fact, this number of men sent out by Linnaeus himself was rather small. It is, however, well known that Linnaeus did not rely solely on his own students for information and collection of zoological and botanical specimens. It could, in fact, be argued that any examination of Linnaeus' knowledge of the non-European world must take into consideration the wider contribution of Swedish traders and travellers, who had not necessarily been students of Linnaeus. This is especially the case with respect to the Far East where a relatively large number of Swedes could contribute to the Linnaean project in connection with the activities of the Swedish East India Company.⁴

The uniqueness of 18th century Swedish natural history with Linnaeus at the helm is illustrated by the ways in which a variety of institutions were mobilised to financially support scientific travel. It is well known that Linnaeus himself actively encouraged and orchestrated these arrangements by securing travel grants from the University of Uppsala to enable gifted students to embark on often hazardous journeys. Both the Parliament and the Royal Household made financial contributions to enable Swedish scientists to travel outside Europe. The foremost sponsor of Swedish travel in the 18th century was the Royal Swedish Academy of Sciences, founded partly on the initiative of Linnaeus himself, which not only granted financial support for travel outside Europe, but built up its own collections and published the findings of travellers. On a practical level, Swedish travel to Asia was made possible through the fruitful collaboration between Linnaeus and the Swedish East India Company. The close co-operation

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

between Linnaeus, the Academy and the East India Company resulted in an immediate and intimate acquaintance with the Asian flora and fauna which hitherto had been little studied and never evaluated in a wider European context.

As the list for Christopher Tärnström shows, Linnaeus' quest for knowledge about Asia was not limited to botanical and zoological subjects. In fact, his standing instruction to his travelling apostles was: "you will ask about everything". This means that reports produced by Swedish travellers dealt with a variety of subjects: botany and zoology always were at the forefront, but was interspersed with ethnographic and anthropological observations, as well as information on agriculture, religion, architecture, and commodities. But Linnaeus' hopes for his apostles often ended in disappointment. Christopher Tärnström was not to return to Sweden: he perished at Pulau Condor in the China Sea on his outward journey. Of Linnaeus' long list, only the final point would materialise. It would be another twenty years until a living tea bush from China would finally arrive in Uppsala, where Linnaeus was still waiting impatiently to see for himself this most prized of East Indian plants.

A more systematic survey and detailed evaluation of the contribution of Swedish travellers in the East Indies to the work of Carl Linnaeus is still to be done. Therefore, what follows aims to present a bibliographical and archival overview of the material accumulated by Swedish travellers in the Far East during the time of Linnaeus and in the decades after his death in 1778. As will be seen, much of this has not been published, and fewer still of the Swedish travel journals have been translated into English.

The son of a Lutheran clergyman, Carl Linnaeus was born in the southern Swedish province of Småland in 1707.⁵ He first studied medicine at the University of Lund in southernmost Sweden, but soon transferred to the University of Uppsala. As a child, he had already acquired a special interest in botany which then was studied as part of the medical curriculum. His time in Uppsala was increasingly taken up by botanical studies, and in the early 1730s he set out on several expeditions of botanical exploration, touring and collecting plants in Lapland and other parts of Sweden. In 1735 Linnaeus left Sweden and travelled to Holland in order to further his studies. There he obtained a medical degree and in 1735 he published the first

edition of the ground-breaking *Systema Naturae*, where he presented a new classification of plants, based on a binominal nomenclature. Further publications such as *Fundamenta Botanica* and *Classes Plantarum* within a few years gave Linnaeus a name within the European scientific establishment.⁶

Linnaeus' fascination with tropical flora and fauna, and the East Indies in particular was formed during his early years in Holland.⁷ The first edition of *Systema* was compiled while Linnaeus acquired a thorough knowledge of tropical plants in the hothouses and extensive gardens of George Clifford, an Englishman who had become one of the Directors of the Dutch East India Company. Clifford employed Linnaeus as a curator of his gardens and plant collections in Haartecamp outside Haarlem, and this work would result in the magnificently illustrated *Hortus Cliffortianus* (1737). In Holland, Linnaeus also became associated with leading Dutch botanists involved with the Dutch East Indies, such as Herman Boerhaave and Johann Fredrik Gronovius. Of particular importance was his friendship with the Burmann family, known for their publications on tropical botany, and he actively assisted Johannes Burmann the Elder in the publication of his *Thesaurus Zeylanicus* (1737).

Following a lengthy visit to England, Linnaeus returned to Sweden. After practising medicine in Stockholm, he took up a chair of Medicine at the University of Uppsala in 1741. By then, his fame had grown, and in Uppsala he was able to attract students not only from Sweden but from all over Europe. He showered the most promising of these with attention, and instructed them privately, making them close associates as collectors and informants.

In Sweden, the mid-18th century would bring about a rise of economic prosperity and a general sense of optimism after decades of political turmoil. In the 17th century, Sweden had become one of the great European powers, acquiring both economic and territorial ground on the southern shores of the Baltic Sea. The so-called Great Nordic War (ending in 1721) changed much of this, as Sweden lost both people and territory, undermining its political and economic status in Europe. Towards the middle of the century, a time of relative peace and prosperity dawned. In Swedish history, this time is referred to as the "Age of Freedom", when political powers lay with the estates of the Riksdag, where the dominating

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

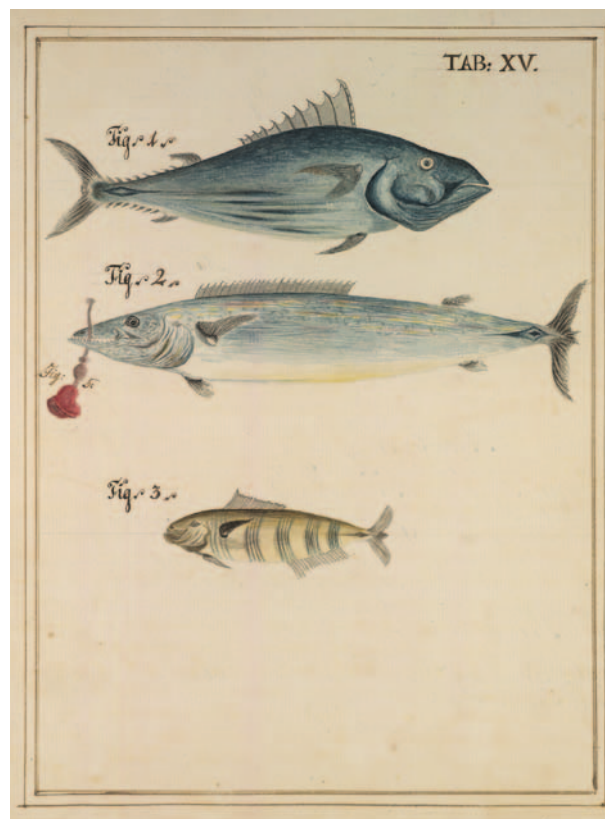
political party, the Hat Party, forcefully promoted a utilitarian program with strong patriotic overtones. The goal was for Sweden to become economically independent by accumulating wealth from exports and developing manufacturing.

Utilitarian cameralist ideas were to colour much of Linnaeus' thinking too, and it has recently been argued that the whole Linnaean project was in fact propelled by economic motives; that the rise of natural history in Sweden represented a unique form of patriotic science.⁸ Linnaeus himself was convinced that economic progress and the advancement of science were intrinsically linked. He enthusiastically believed that Sweden would be able to carve a niche for itself in the scientific establishments of Europe while at the same time promoting Swedish industries, manufacturing and agriculture. This was the spirit in which he instructed his students to explore the world. From North America his student Pehr Kalm wrote back to Uppsala

"I do know that *Historia Naturalis* is the base for all things concerning Economics, Commerce, Manufacturing... since aiming for Economic progress without a mature or sufficient knowledge of Natural History is to behave like a dancing master with only one leg".⁹

The idea that new scientific findings could be used for the benefit of the country was also a key principle behind Linnaeus' approach to travel. Sweden could gain on other European nations by utilizing the great resources that Providence had laid down in Swedish soil, and Linnaeus lived in the belief that foreign plants could be transferred and adapted to Swedish conditions. This was a gospel that very much permeated the ambitions of his 'apostles' visiting the Far East.

A perhaps neglected aspect of the role of Linnaeus' informants is his persistent opinion that information and observations transmitted by his fellow countrymen were more reliable than those of 'foreigners'. In Holland he had himself experienced first hand the flora and fauna of the East Indies, but he also made use of collections, travel literature and reports from the East Indies produced in his native Sweden. In the 17th century there had already been extensive contact between the East Indies and Sweden due to the close commercial links between Sweden and Holland at this time. Thousands of Swedes took employment with the Dutch East India Company,¹⁰



G. F. Hjortberg, *Ost-Indisk Resa 1742 och 1749 författad och beskrefven af Gustaf Hjortberg* (East Indian Journey 1741 and 1749 Written and Described by Gustaf Hjortberg). Manuscript Collection, Royal Library, Stockholm, Sweden. Photo Jessica Lund.

and some travel books on Asia were published in Swedish.¹¹ Many of the Swedes in the service of the VOC served as medics.¹² One of these was Herman Grim, who was employed as a medic in Batavia in the 1670s and later published a *Pharmacopoeia Indica* (1684). Grim was also involved in the Dutch project of opening up silver mines in Sumatra, from where he brought back gold and silver which was processed in Sweden in the 1690s. Grim is said to have brought back extensive collections of *Naturalia* which he donated to the Collegium Medicum, but Grim's contribution to the knowledge of Southeast Asia is still unexplored.¹³ Another sailor, Anders Toreson, compiled a travel description which has only been published in modern times.¹⁴

An early Swedish description of the flora and fauna of the East Indies was the travel journal entitled *Beskrifning Om en Resa genom Asia, Afrika och många andra Hedna lander* [Description of a Journey Through Asia, Africa and Many Other Heathen

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Countries] published in 1667 by Nils Matson Kiöping, who crisscrossed Asia over a long period of time, employed by the Dutch East India Company. Partly due to the scarcity of translated travel literature in Sweden, Kiöping's book became the most widely read description of Asia in Swedish and went through a number of editions in the 18th century.¹⁵ In addition to observations of peoples, peculiarities and rivalries between the European nations in the East, Kiöping's account contained long passages describing the flora, fauna and peoples of the countries he visited: Ceylon, Java and the East Indian archipelago as well as China. It is known that Linnaeus had been familiar with Kiöping's account since his youth, and he would make use of information provided by Kiöping in his classification of humans (see below).

Around 1700, Swedish interest in China was rife, inspired by Jesuit publications. Several academic dissertations on Chinese themes, such as Chinese history and dissertations on the Great Wall, were published at Sweden's universities. However, it was not until the 1730s that systematic and direct contact between Sweden and the East Indies was more firmly established. The Swedish East India Company was founded by a group of Swedish merchants and Scottish businessmen in 1735. Several of these had been involved in the failed Ostende Company, and modern historians have sometimes questioned whether this in fact was a Swedish venture at all.¹⁶ In any case, the new Company was viewed with suspicion by other European trading companies in Asia. The directors of the Company had plans to get a foothold in the increasingly lucrative trade on India and initially sailed on Surat, but British hostility soon forced the Swedes to focus on Canton. Linnaeus had at an early stage realized the potential opportunity offered by the Company for Swedish scientists to gain access to new knowledge, and he courted the Company directors in order to ask for students of his own to be employed on board the Swedish ships. In order to finance the voyages of trained scientists, it was necessary to associate not only with the East India Company, but to gain the support of the Royal Swedish Academy of Science.

Only four years after the first Swedish ships had left for Canton, six leading scientists and politicians (Carl Linnaeus among them) had met in Stockholm to form an Academy of Science. Although based on

equivalent institutions in Paris and London, the new Academy adopted a unique and ambitious programme from the start which aimed to promote "useful" sciences. Meetings of the Academy and its published proceedings were permeated by ideas of the practical usefulness and economic gains of the scientific findings.¹⁷ Another remarkable feature of the early activities of the Academy was the creation of networks of communication among its members and informants.¹⁸ It supported not only travelling naturalists abroad but also local collectors and informants, and actively encouraged excursions to Lapland and other remote regions of Sweden.¹⁹ Another geographical focus of the Academy's interest was China: its economy, agriculture, manufactures and natural history.

The mechanisms of East Indian reporting were put in place at an early stage. The very first year of the establishment of the Academy saw the election of one of the supercargoes of a Swedish East India ship, Hans Teurløen, to the Academy, at the recommendation of Linnaeus. This was done on the condition that he presented the Academy with two Chinese books: one on the growing of silk worms, the other on rice cultivation. Furthermore, Teurløen was given a list of things to study and report on for his next journey.²⁰

Like other scientists of his time, Linnaeus was well acquainted with existing publications on the East Indies. In his *Flora Zeylanica* (1747), which also included new plants brought back by the Swedish ships, he referred to writers such as Knox, Burmann, Kempfer, Hermann, van Rheede and Rumphius.²¹ The prospects of new findings and being presented with new East Indian species excited Linnaeus throughout his life. After his return to Sweden he actively sought to acquire not only botanical and zoological material from the East Indies, but to further knowledge about the East Indies more generally. He himself published contributions in the proceedings of the Academy, the first one being a description of a new species of Chinese pea.²² To Linnaeus, the East Indies represented a never ending source of scientific discovery, as he wrote to a student:

"When I think about all the wonderful things to be found in the Indies, it hurts to think that so little is known, which easily could be known, if only travellers collected all kinds of insects, mosses and plants or trees together with their flowers and fruits".²³

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

In letters to the Academy, Linnaeus pleaded for a naturalist to be given financial help to undertake journeys, especially to Bengal, where

“no one has collected plants with open eyes, still less done anything for Zoology. A few blind men have picked up around 15 plants there. I had never thought that the Swedish nation would have the honour of describing the rare plants of India”.²⁴

The second charter (*Octroi*) of the Swedish East India Company, beginning in 1746, would become the commercially most successful chapter in the Swedish East India trade. It was during these years that Swedish interest in Chinese culture and arts peaked, symbolized by the building of a “China Pavillion” in the gardens of the royal castle of Drottningholm, inaugurated by the Crown Prince dressed as a Chinese Mandarin.²⁵ It was also the time when unofficial reporting by East India Company officials was replaced by more formalised links between the Academy and the Company.

On Linnaeus’ initiative the Academy began negotiations with Company directors for a *Historiae Naturalis Studiosus* to be sent to Canton on a yearly basis. The Academy mobilised its most prominent member, Count Tessin, who conducted negotiations with the Company’s directors to give free passage to the East Indies for naturalists sent out by the Academy. It seems that the terms of this arrangement remained unclear, but during the decades around mid-century the directors and administrators of the Company were often reminded by Linnaeus and other members of the Academy of the need to appoint men trained in the sciences as ships, chaplains and surgeons.²⁶ From the Company headquarters in Gothenburg, Johan Leche, medic of the East India Company, issued instructions to all the captains of Swedish ships to urge their sailors to take notes and collect specimens of natural history. The goal was to “metamorphise peasants into naturalists”.²⁷

Despite ambitions to involve every available man on board the Swedish ships, the scientific contributions were largely dependent on a handful individual men. A long-time organiser in collecting and distributing the East Indian material was Magnus Lagerström, an amateur scholar who had risen to become one of the key persons in the Company as well as a member of the Academy. In 1747, Lagerström drew up instructions for the Company



C. J. Gethe, *Dagbok hällen på resan till Ostindien, 1746-1749* (Journal from a Journey to the East Indies 1746-1749). Manuscript collection, Royal Library, Stockholm, Sweden. Photo Jessica Lund.

to appoint only men with insights in natural history as chaplains on board the Swedish ships. These men would preferably have been students of Linnaeus and should have been able to show references from the Professor himself. The chaplains as well as surgeons, supercargoes and captains were to collect *naturalia* and deliver them to the Board of Directors. In addition, the ships’ captains and mates were ordered to keep journals of cartographic, magnetic and astronomical observations. The supercargoes, who carried out the transactions with the Chinese merchants, were asked to produce general reports on the China trade to be submitted to the Academy. For several decades, Magnus Lagerström acted like a spider in the web: he arranged for trained naturalists to be employed by the Company, and organized for their collections to be distributed to collectors and institutions at the receiving end.²⁸ It was within this arrangement that streams of seeds, living and dried plants and animals were brought back to Sweden and divided up between Linnaeus in Uppsala, the Academy in Stockholm, the collections of the Royal Household and other private collectors.²⁹

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

Much of what was sent on to the Academy was only anonymously recorded in the Minutes, where Lagerström spoke warmly about what he called his yearly “East Indian harvest”. This consisted not only of Chinese plants, but a variety of marine produce, birds’ nests, turtle eggs, fishes, crabs and corals, as well as models and drawings of Chinese buildings and machinery and tools associated with agriculture and manufactures such as a silk looms, bellows, threshing machines and tools.³⁰ A selection of zoological specimens acquired by Lagerström was published in 1754, under the title *Chinensia Lagerstromiana*. Lagerström was also said to have owned a *Botanicon Chinense*, written in Chinese characters, recently acknowledged as the well known Materia Medica *Pen ts’ao kang mu*.³¹ Lagerström also owned Chinese books and a collection of about 1000 Chinese drugs.³² Journals and diaries from the Board were copied and sent to the Academy. Plans were proposed to publish a complete description of China, a Swedish Du Halde, incorporating all the material on China accumulated by Swedish travellers, but this never materialized.³³

Among the sometimes anonymous donors to the collections of the Academy, there are a few better-known individuals who submitted both journals and collections to Linnaeus himself as well as the Academy and private collectors. The first scientist sent to China to be sponsored by the Academy was Johan Fredrik Dahlman, who was not trained in botany but in mathematics, astronomy and meteorology. Dahlman’s journal, submitted to the Academy, contains excellent sea charts and other cartographical material, together with meteorological observations.³⁴ Perhaps Dahlman’s most valuable contribution was a large collection of East Indian minerals. Dahlman presented Linnaeus with a piece of gold from Ophir (the Malay Peninsula) which excited the master to such an extent that he wrote that “the mere sight of it made the blood rush in my little toe”.³⁵ Dahlman also brought back a collection of fruits and plants, of which nine new species would be described by Linnaeus in his *Flora Zeylanica*.³⁶

The first of Linnaeus’ own students to be sent out was the above-mentioned Christopher Tärnström, whose early and sudden death on Pulau Condor off Cambodia would move Linnaeus to tears, and also cause him much grief: Tärnström had been a married man and Linnaeus himself was set to care for the widow. In future Linnaeus would make sure only to

send out unmarried students. Tärnström’s recently published journal from Java and Pulau Condor gives an insight into the hectic pace of the Swedish naturalist’s activities.³⁷ While staying on the little island he went ashore every day to botanize; he visited villages, thoroughly describing the people, their livelihood, customs and religion. Tärnström’s journal, coming to an abrupt end almost mid-sentence, therefore illustrates well the frantic collecting and recording of flora and fauna mixed with ethnographical observation that was the hallmark of Linnean investigation.³⁸

Gustaf Fredrik Hjortberg was another student of Linnaeus who travelled to Canton three times between 1748 and 1753, supplying Linnaeus and the Academy with valuable meteorological observations as well as numerous specimens and drawings of mammals, birds and fish.³⁹ Hjortberg’s diaries are systematic and detailed, and contain a longer description of his stay in Batavia. They have, however, remained unpublished.⁴⁰ His reporting from the East Indies secured him a membership in the Academy, but like many other travellers Hjortberg did not pursue a career in the sciences but ended his life as a vicar in southern Sweden.

C. J. Gethe, *Dagbok hållen på resan till Ostindien, 1746-1749* (Journal from a Journey to the East Indies 1746-1749). Manuscript collection, Royal Library, Stockholm, Sweden. Photo Jessica Lund.



OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

Vol. 1. 247 Tab. 13.

Tea	茶 Tja	9	春 hey	f	六 läck
			春 Heyson Tea		f six Catty
Honang-Tea	何南 há nam		春 kiän		六 kann
		10	沫 tie	9	七 salt
Ankai-Tea	安坎 an kaj		沫 thé		七 g. seven Catty
			成 sing	h	八 pall
Tao-kyon-Tea	陶春 tao kjänn	11	成 Single Tea		八 h. eight Catty
			茶 tja	i	九 kau
Congo-Tea	夫 kong so	12	大 tdaj		九 i. nine Catty
			大 sjö	k	十 siapp
Soatchuen-Tea	少車 soa tjäng	13	茶 lao		十 k. ten Catty
		a	一 jatt	l	百 jatt
Linkisaim-Tea	連心 linkis äm		一 a. a Peokol		百 l. one Tale
			一 daam	m	一 jatt
Pekho-Tea	白 pack há	b	一 jatt		一 m. one Mace
			一 kann	n	一 seen
Bohea-Tea	白 mo ji	c	三 sam		一 rien
			三 c. three Catty	o	分 jatt
		d	四 só		分 n. one Kandarim
			四 d. four Catty	e	分 o. two Kandarim
		e	五 ön		分 jatt
			五 e. five Catty	p	分 jatt
			五 kaan		分 p. one Cash
					分 l.äi
					茶 ta
					S. sa
					f. teh
					Keempf-amoen
					817.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

The most lavishly illustrated travel journal is that of Carl Johan Gethe, an officer at the Swedish admiralty who travelled to Canton on board the ship *Götha Leijon* 1746-1749. Even though it contains twenty skillfully drawn colored plates, Gethe's journal remained unpublished until 1975.⁴¹ Gethe was never a student in Uppsala but the journal is dedicated to the Crown Prince and is particularly valuable for the detailed descriptions of Chinese agriculture, which were eagerly seized upon by the Academy in Stockholm.⁴²

Most of the reports and journals compiled by employees of the Swedish East India Company originated from journeys to Canton and back, but there were a few men who provided specimens and reports from Southeast Asia and India. One of these was Johan

Gerhard König, a Danish-born physician who had been a private student of Linnaeus. König had first travelled to Iceland, but would spend most of his active life on the Indian subcontinent. Throughout he kept in touch with Linnaeus by sending Indian plants, many of which were described in Linnaeus' *Mantissa Plantarum*. König also visited Thailand, Ceylon and the Malay Peninsula, and died only in 1785 on his way to Tibet.⁴³

By the time König reached Southeast Asia Linnaeus was already dead. There were, however, two Swedes who in the 1750s provided Linnaeus and the Academy with information on India and the Malay Peninsula. Olof Torén, one of Linnaeus' most promising students, was sent out on two Company journeys to Asia. One of these took him to India, where he stayed for five months in 1751, and the Malay coast. Torén's seven letters to Linnaeus described various Indian ports and his journey along the Malay coast on board the ship *Götha Leyon* 1752, and were published in Swedish as an appendix to Pehr Osbeck's travels (see below).⁴⁴ From these letters it emerges that plants collected in the Malay Peninsula had been sent to Linnaeus through the Company director Lagerström. Torén's description of Kedah on the Malay coast remains one of very few published European sources on this Malay state in the mid-18th century.⁴⁵ Torén died shortly after his return to Sweden.

Another reporter and collector on board Torén's ship was Christopher Henric Braad, who would produce a wealth of information on Asia.⁴⁶ Initially not directly associated with Linnaeus, Braad had been employed as a supercargo on several ships to Canton, and had presented the Academy with a travel journal from one of these, *Berättelse om resan med skeppet Hoppet* [An Account of the Journey on Board the Ship *Hoppet*]. In 1751 Braad received instructions to go to India in order to compile reports on trading possibilities there, as the Swedes were at this time looking into the possibilities of expanding their trade in India. Based in Surat, Braad travelled in India, Ceylon and the Malay Peninsula for several years, disguised as a scientist sent out by the Swedish Academy. He eagerly recorded trade information, collected historical knowledge



Illustrations from *A voyage to China and the East Indies, by Peter Osbeck...together with A voyage to Swatte by Olof Toreen...and account of the Chinese husbandry by captain Charles Gustavus Eckeberg. To which are added a Faunula and Flora Sinensis*, London 1771. Reproduced by the permission of the Syndics of Cambridge University Library.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

through indigenous sources, and provided general descriptions of European trading posts along the Indian coasts.⁴⁷ Braad's extensive manuscripts reveal a keen interest in Indian society. He wrote to a German acquaintance that he had managed to lay hands on a variety of excerpts and translations from the writings of "the people themselves", which would, he hoped, enable him to put together a more accurate description of India than any traveller before him. Braad's remarkable reports were submitted to the directors of the East India Company and the Academy. The manuscript entitled *Beskrifning På Skeppet Götha Leyons Resa Till Surat och Åtskillige Andre Indianske Orter* [Description of the Journey of the Ship *Götha Leyon* to Surat and Various Other Places in India] describes both the Indian subcontinent, the Malay Peninsula and India. This report was sent to the Academy of Sciences in Stockholm, while another copy is found in the archives of the Swedish East India Company in Gothenburg.⁴⁸ A manuscript entitled *Historiske Anmärkningar Om Bengala; Dess Invånare, och närvarande Tillstånd* [Historical Remarks on Bengal, Its Inhabitants and Present State] is kept in the Uppsala University Library, written in the form of a journal starting from November 1754. Braad was not a student of Linnaeus, and has hitherto not been recognised as an informant on the natural history of Asia. From Linnaeus' correspondence with other students, it can be concluded that Linnaeus did not know Braad prior to his travels in India. The extensive Uppsala manuscript is, however, addressed to an unknown gentleman, presumably Linnaeus. Despite his lifelong ambitions to do so, Braad never published the wealth of material collected in Asia.⁴⁹

Pehr Osbeck was to become the best known Swedish traveller to China after his travel journal was translated to several European languages. A favourite student of Linnaeus, Osbeck was appointed chaplain on the ship *Prins Carl* in 1750. Osbeck started to collect plants in the Sunda Straits and spent his four months in Canton wandering around the city and its environs. His reports to the Academy were systematic and meticulous. His journal, *Dagbok öfver en ostindisk resa* [Diary of an East Indian Journey], published in 1752, provides vivid glimpses of the toils and troubles of a botanist's life in Canton.⁵⁰ He also dwells on the relationship with local populations, claiming that in comparison to other European traders, the Swedes generally got on better with the Chinese, enabling them

to acquire more precise knowledge of the flora and fauna of China. Osbeck's journal was translated into German (1765) and from that language into English in 1771 as *A voyage to China and the East Indies*.⁵¹ In the English version, Torén's and Carl Gustaf Ekeberg's accounts were added, all translated by Johann Georg Forster who was an associate of Linnaeus and was later to accompany James Cook to the Pacific. The English translation also contained an Appendix entitled *Faunula and Flora Sinensis*, where more than 150 animals and over 250 Chinese plants were described, many of them determined by Osbeck himself.

As a collector of naturalia, Osbeck was perhaps the most zealous of Linnaeus' students. He lists 150 Chinese animals and in all 244 Chinese plants, with their Linnaean names, or proposing new names.⁵² Throughout his journeys, Osbeck corresponded with Linnaeus and sent his teacher a large East Indian herbarium.⁵³ In the first edition of *Species Plantarum*, Linnaeus described 37 plants brought by Osbeck from China.⁵⁴ Like many other travellers, Osbeck chose to take up a life as a clergyman after returning to Sweden. Mainly as a result of the international success of his book, Osbeck was elected a member of the Academy in Stockholm and published a number of contributions to the *Proceedings* in the 1760s.

Another well known reporter was Carl Gustaf Ekeberg, who altogether made twelve voyages to Canton.⁵⁵ Although not a professional naturalist, Ekeberg was a relentless reporter to the Academy. His observations on magnetic inclination were published by the Academy together with treatises on Chinese agriculture and economy.⁵⁶ Ekeberg was a deeply engaged cartographer and contributed several sea charts and maps of the waters along the route to China, some of which were published in the *Proceedings* of the Academy in Stockholm.⁵⁷ In 1773 Ekeberg published the journal *Capitaine Carl Gustaf Ekeberg Ostindiska resa åren 1770 och 1773*.⁵⁸ During his long career, Ekeberg provided Linnaeus and numerous other collectors with East Indian plants.⁵⁹ In 1763 Ekeberg was able to bring back a living tea bush, which to Linnaeus' great excitement survived almost one whole winter in Uppsala. In 1766, Captain Ekeberg invited a student of Linnaeus, Anders Sparrman, to accompany him to China as a ship's surgeon. Sparrman brought back a number of plants and fruits from China to be described by Linnaeus. In 1772 Sparrman travelled to the Cape and eventually

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

joined James Cook on his expedition to the Pacific in 1775. He later returned to Sweden to publish a travel account that would be translated to several languages, but he was not to see China or the Far East again.⁶⁰

Overall, it seems that the frantic activity of scientific reporting from China slowed down after the 1750s, as it was becoming increasingly difficult to recruit willing naturalists to go on board the Swedish ships.⁶¹ During the following decades, several of the pioneering travellers were elected members of the Academy, and publications relating to China and East Indian natural history were still published.⁶² The interest in China during these decades also took a more theoretical turn, and the ideas of the French physiocrats were reflected in several publications on Chinese Agriculture.

Linnaeus' final years were marked by depression and low spirits. A series of mild strokes left him bedridden for several years, and eventually led to his death in 1778.

As pointed out earlier, a systematic and detailed survey of Swedish reporting and collecting in the East Indies and how this informed the work of Linnaeus as has still to be undertaken. The contributions made by men on board the ships of the Swedish East India company can only be pieced together, as many of the new Asian plants described in Linnaeus' publications are not attached to a name. Nevertheless, Linnaeus' publications show a steady increase in the number of Chinese and East Indian species known to him. In 1753, for example, the *Species Plantarum* named and described nearly 100 Chinese plants. The 1759 edition of the *Species* presented 9 new Asian species and in 1762 nineteen more were added. The additions to the *Systema*, entitled *Mantissa Plantarum*, listed twenty new 'Indian' and Asian species and the later addition *Supplementa* ten.

Less studied still are the unpublished specimens of naturalia; it would be possible to draw a fuller picture of knowledge of Asian flora and fauna in Sweden in the 18th century by charting in more detail the history of both institutional and private collections, for some of which catalogues were published.⁶³ The collections of the University of Uppsala are better known, even though some inventories made before the 1780s by Thunberg and Linnaeus Filius have been lost.⁶⁴ The collections of the Academy of Sciences were augmented throughout the 18th century, and this work relied for

decades on the above mentioned Lagerström who tirelessly worked to acquire East Indian specimens. This collection lacked a catalogue until 1786, but acquisitions and donations can be traced partly through the Minutes of the Academy. Another important collection was that of the Royal Household. During Linnaeus' time, the King and especially the Queen, Lovisa Ulrika, took a very active interest in natural history. The Queen appointed Linnaeus curator of the royal collections, and the magnificently illustrated catalogue which he published in 1763 shows that the royal cabinet contained a wealth of zoological material from the East Indian archipelago (present Indonesia).⁶⁵ The royals also kept a zoo of living exotic animals, many brought back from the East Indies.⁶⁶ As for private collectors, both travellers and amateur naturalists kept large cabinets of natural history.⁶⁷ Several of the directors of the Swedish East India Company also kept private museums. Most famous of these was Claes Alströmer and professor Peter Jonas Bergius, a student of Linnaeus who did not travel himself but built up one of Sweden's best herbaria.⁶⁸

The uniqueness of Swedish reporting and collecting lies not only in the systematic way in which a variety of subjects were linked, but in how closely scientific enquiry was intertwined with a search for the useful. The transmission of knowledge was therefore not limited to natural history: the Linnaean traveller was both an ethnographer, an economist and a geologist, an observer of industrial technology and trading activities. It has recently been argued that the entire Linnaean project in fact was ultimately driven by economic interests and patriotic cameralist ideas.⁶⁹ The Swedish publications on Chinese subjects show that much of the enthusiasm and interest for the Orient was driven by this patriotic fervour. Within the Academy of Sciences, as Sven Lindroth has shown, essays on China would be dominated by economic subjects, not zoology or botany.⁷⁰ Not only could the Swedes learn from Chinese agricultural methods and manufactures; another goal was import substitution: rice, tea plants and mulberry trees, Linnaeus believed, could and should be brought back alive. Once acclimatised to Swedish conditions and cultivated there on a larger scale, expensive imports could be replaced by homegrown produce. Commercial information was equally important, and the East India Company could rely on the Linnaean voyager for information

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

on local trading conditions, people and their customs. The travellers to Asia therefore, by default, continued the tradition established by Linnaeus himself during his extensive travels in Scandinavia, of incorporating ethnographic observations into scientific reporting. It is here in this all-encompassing inquisitiveness of Swedish reporting that new insights into the work of Linnaeus can be gained. One example of the use of information not directly connected with botany or zoology is Linnaeus' controversial classification of Man in the tenth edition of his *Systema*, where he proposed two "missing links", both classified as humans but with only half-human behavior and physical appearance. This would fuel much criticism, and was to have wider implications for the wider European debates about the relationship between man and beast in the second half of the 18th century. Here, it is possible to trace Linnaeus' perceptions of human diversity to Swedish travellers' reports on Asia.

The tenth edition of *Systema Naturae* (1758) stands out as an almost completely new work, especially with regard to the nomenclature of man and his closest relatives. It was here that Linnaeus introduced the

term *Homo sapiens* and the concept of *Mammalia* and *Primates*. The most controversial novelty was presented within the genus *Homo*, where two new species of humans were proposed: the *Homo Troglodytes*, also called *Homo nocturnus* (night man), and the *Homo Caudatus* (the tailed man).⁷¹ The natural habitat of both these species, Linnaeus explained, was the East Indies: the night man lived in Java, Amboina, Malacca and Ternate, whereas men with tails were to be found in Borneo, on the Nicobar islands, which means that both these "human" beings could be found only in modern Southeast Asia. Traditionally, studies of Linnaeus' anthropology have explained these "missing links" between man and beast within a European context: they have been seen as originating from continued European dependence on ancient ideas of the "wonders of the East", Linnaeus' uncritical belief in the supernatural and monstrous, unreliable travel lore or misguided interpretations of apes.⁷² However, a closer look at the references given by Linnaeus not in the *Systema*, but in a later dissertation of one of his students, entitled *Anthropomorpha*, reveals the full extent of the role of travelling Swedes. It seems that the two new human

Engraving accompanying Linnaeus' 1760 dissertation *Anthropomorpha*, published in the sixth volume of his *Amoenitates Academicæ* (1763).



EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

species were indeed created mainly from observations by his countrymen. The 17th century travel journal by the earlier mentioned Nils Matson Kiöping was used as the main source. The most recent observations of these peculiar people, Linnaeus claimed, had been recorded in the Malay Peninsula by C. H. Braad. This information, relayed to Linnaeus in a private conversation, originated to a great extent from local circumstances, namely the often uneasy relationship between the coastal Malays and the peoples of the interior, a persistent theme in Southeast Asian history.⁷³ The sightings of “half-humans”, which to Linnaeus confirmed the existence of a different species of the genus *Homo*, was simply based on Malay perceptions of the aboriginal peoples of the Malay Peninsula, today referred to as *orang asli*. The case of the *Homo Troglodytes* therefore highlights the patriotic element in Linnaeus’ thinking in his insistence on the reliability of information provided by his own countrymen. But the tracing of informants also show how the writings of Linnaeus evolved from a network of informal reporting from Asia, and the sometimes crucial role of men who have not been acknowledged in the official list of “travelling apostles”.⁷⁴

Historiography generally saw the decades after the death of Linnaeus as a time of decline for Swedish science, and it has been argued that “without Linnaeus the project died”.⁷⁵ Linnaeus’ chair at Uppsala was taken over by his son, also named Carl, but the younger Linnaeus was never able to take up the fallen mantle of his father. During the decades after the death of Linnaeus, a few naturalists did however continue the traditions of travelling and collecting. Swedes travelling to Canton continued to send back plants and reports. One of these was Peter Johan Bladh, supercargo in the service of the Swedish East India Company who spent many years in Canton and provided the University of Uppsala as well as the Academy and private collectors with botanical collections.⁷⁶ In Sweden and Uppsala, the work of Linnaeus was continued by Professor Carl Peter Thunberg, who also forged close connections to Asia.

Thunberg had been Linnaeus’ favorite student.⁷⁷ After studies in Holland and Paris he was called to go out as a botanist on board a Dutch ship to Japan. After a long stay at the Cape, where he made several expeditions to the interior, he embarked on his journey to Japan, where he stayed more than a year.⁷⁸ On his way back to Europe Thunberg spent six months in



Hornstedt examining insects in Java accompanied by his slave Ali. C. F. Hornstedt, *Dagbok från en resa till Ostindien 1783-85*. Archives of Svenska Litteratursällskapet, Helsinki, Finland.

Java, travelling to the relatively unknown interior of the island. Throughout his travels Thunberg sent plants to a wide variety of institutions and private persons, the Botanical Gardens in Leiden and Amsterdam, but above all to Linnaeus. By the time Thunberg returned to Sweden, however Linnaeus was already dead.

Thunberg succeeded Linnaeus the younger on the chair of botany in Uppsala in 1784, a position he held until his death in 1812. His travel account *Resa uti Europa, Africa, Asia* was published in four parts in 1788-1793.⁷⁹ It was an immediate success, and translations into French, German and English brought him international fame.⁸⁰ Much of the interest in Thunberg rested on his unique description of Japan, a country which during this time was closed except to a few tightly guarded Dutch traders. Thunberg did not visit China, but instead included a rather neglected description of Java.⁸¹ During his stay in Java, Thunberg not only collected local plants, he also in true Linnaean spirit made enquiries into the history, language and industries of Java. This meant that the translation of his travel journal, he was often mentioned by contemporaries as

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

an authority on the Malay language and he acquired a considerable collection of books on Malay and other Indian languages, which he donated to the University of Uppsala in 1782.

The last Swedish traveller in the Linnaean tradition was one of Thunberg's students, Clas Fredrik Hornstedt. During his European and Asian travels, Thunberg had forged a vast network of scientific contacts, and he corresponded with leading Dutch scholar-administrators in Batavia until his death. When Thunberg heard that a new Academy of Arts and Sciences had been founded in Batavia in 1778, he offered to send Hornstedt, his own most promising student, to work as a curator for the Society's collections. Sweden was, after all, one of the leading scientific nations, and Thunberg hoped to receive East Indian collections for himself. Hornstedt sailed out in 1783, but came to stay in Batavia for a only a year. During this time he managed to acquire substantial zoological and ethnographic collections, but also a large number of minerals and medical substances.⁸² His long journal described in detail his scientific endeavours, as well as life among the Dutch, seen through the eyes

of an outsider.⁸³ Like many other Linnaean reports, Hornstedt's journal was not published, although some of his zoological findings were published in the proceedings of the Swedish Academy of Sciences.⁸⁴

In 1784 Linnaeus the Younger wrote to Joseph Banks in London telling him about Hornstedt, suggesting that new information on Java soon might be available.⁸⁵ This was a time when British interest in Southeast Asia was awakening, partly due to the increasing importance of the China trade, and Bank's correspondence with the Swedes at this time signalled a new role for the Swedish naturalists. As informants, the Swedes were drawn into the wider contexts of European expansion. Since Linnaeus' stay in England in the 1730s there had been strong scientific links between Britain and Sweden, and the contributions made by the Swedish members of Cook's expeditions to the Pacific are well known.⁸⁶ Overall, European natural science networks were important in the ascendancy of Britain as the leading nation of natural history towards the end of the century, and Richard Drayton has recently shown how, within Britain's' imperial ambitions, the natural sciences and political economy became intertwined at this time.⁸⁷ The Swedes were important links in these networks. Thunberg and Linnaeus the Younger both upheld extensive contact with England.⁸⁸ The Swedes also acted as intermediaries between British and Dutch natural history, through exchanges of plants and publications. Examples of this expanding network is the earlier mentioned Johan Petter Bladh, who provided both the Academy in Stockholm and Sir Joseph Banks in London with plants from his posting in Canton. Another Swedish naturalist associated with Linnaeus was Johan Arnold Stützer, who like Hornstedt had been in Dutch service in the East Indies. Stützer would later be employed by the British as a source for strategic information on Java in connection with the British occupation of the island in 1811.⁸⁹

By then, the all-encompassing enquiry which had marked out Swedish travel would serve new goals. The instructions issued by Linnaeus to Christopher Tärnström in 1745 might still have been relevant, but knowledge of the natural world had entered a bigger scene, where European nations competed for political

Javanese plant. C. F. Hornstedt, *Dagbok från en resa till Ostindien 1783-85*. Archives of Svenska Litteratursällskapet, Helsinki, Finland.



Javanese lizard, from C. F. Hornstedt, *Dagbok från en resa till Ostindien 1783-85*. Archives of Svenska Litteratursällskapet, Helsinki, Finland.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II



OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

and economic influence. It has often been said that the scientific results by the travelling apostles was a disappointment for Linnaeus: Of the more than twenty of his own students sent out to different parts of the world, more than half perished abroad, others went insane, and some would bring back material that was never published or acknowledged. Collections were eaten by insects or lost in shipwrecks. Of all Linnaeus' travelling students, only Thunberg would pursue an academic career.

Despite calls for an overall evaluation of the contribution of Linnaeus' "travelling apostles", a comprehensive study of Swedish contribution to European knowledge of Asia has yet to be undertaken. The sketch provided here can at best serve as an introduction to the unique and mostly Swedish-language source material on Swedish contact with Asia in the 18th century. The uniqueness of these partly unexplored Swedish sources can be seen on several fronts. Firstly, the trafficking of reports, plants and naturalia was made possible by the systematic co-operation between Linnaeus himself, the Swedish East India Company, and the active role taken by the Academy of Science. Secondly, Sweden's position in Europe at this time carried advantages: after having previously lost much of its power and prestige, Sweden was no longer perceived a threat to the bigger European nations. Apart from a small trading post in the Americas, Sweden had no colonial ambitions, and in Asia it seems that Swedes indeed received a warmer welcome than other European traders.⁹⁰ This meant that the Swedes were often allowed glimpses into Asian life and its natural world that would not have been possible for representatives of other nations.

These circumstances resulted not only in a rich scientific reporting from Asia, but accumulated material that due to its diversity provide unique sources for European knowledge of Asia. Throughout his life, Linnaeus was preoccupied with utility and economic prosperity, and his great project of ordering the world encompassed a variety of subjects. All this is mirrored in the Swedish reports, where concern for the useful often overshadows purely scientific goals. In

his inauguration speech to the Academy, Pehr Osbeck spoke on "What should be attended to in Voyages to China", arguing that knowledge of the local food and medical drugs always should be the primary concerns for a traveller to China.⁹¹ In Sweden the tradition of "asking about everything" would change towards the end of the century, when the all-encompassing enquiry would give way for more specialized sciences. The earlier Linnaean tradition of one-man expeditions, with the goal of drawing up meticulous and endless lists and detailed descriptions of individual objects and specimens came to an end, giving way to new ways of seeing the natural world.⁹²

The hallmark of Linnaean travel had been the excitement over prospects of new additions to the great map of the natural world. This map, it was felt, was being drawn up back in Sweden, from where Linnaeus urged his travellers not to miss any opportunity to collect and observe. Restless impatience therefore permeated the activities of the Swedes in Asia. Osbeck once vented his frustration off the coast of Java: not being able to go ashore, he had to walk the deck of the Swedish ship "like a hungry man forced to watch food from a distance".⁹³ Back in Uppsala, Linnaeus eagerly awaited news, findings, specimens and travel reports. Most reliable of all were reports by his own men, those with a calling, men trained in the natural sciences, with knowledge and ability to see. Linnaeus once wrote to Osbeck:

"Most of the voyages hitherto published, by imposing barbarous names on their discoveries, have rather sharpened our desire for knowledge, than afforded any real instruction. You, Sir, have everywhere traveled with the light of science: you have named every thing so precisely, that it may be comprehended by the learned world; and have discovered and settled both the genera and the species. For this reason, I seem myself to have travelled with you, and to have examined every object you saw with my own eyes".⁹⁴

This unfaltering belief that fellow countrymen provided the most reliable knowledge marks the Swedish travellers out as unique informants of Linnaeus' grand project of mapping the natural world. **RC**

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

NOTES

- 1 'Instruction för Magister Tärnström', in Linné 1908, 53-54.
- 2 Selander 1960 and Schildt 1960 both introduce the travelling apostles and the contents of their published accounts. The most detailed study of contacts between Sweden and Asia is still Arne 1952.
- 3 Sörlin & Fagerstedt 2004; See also www.ikfoundation.org
- 4 The most detailed account of the reporting from China to the Academy of Sciences is found in Lindroth 1967. A useful overview of Sweden's relationship with the non-European world is found in Holmberg 1988. For an evaluation of Swedish attitudes to the Chinese, see Nyberg 2001. Swedish travel in Southeast Asia in the 18th century is summarized in Lind & Svensson 1987.
- 5 Biographies of Linnaeus in English are Stafleu 1971 and Wilfrid Blunt, *The Compleat Naturalist: A Life of Linnaeus*, with the assistance of William T. Stearn, London: Collins, 1971, several editions.
- 6 On Linnaeus' contribution to botany, see, for example, Eriksson 1983.
- 7 For Linnaeus' impact on Dutch natural history in the East Indies, see Smit 1978, 45-47.
- 8 See Koerner 1999.
- 9 Pehr Kalm to Linnaeus, 3.6.1748, translation in Sörlin 2000, 65.
- 10 It has been estimated that 4-8 % of soldiers and sailors on board VOC ships during the period 1633-1687 were of Scandinavian origin. See Steenstrup 1982.
- 11 None of the Swedish 17th century travel accounts are mentioned in the otherwise exhausting inventory of European writing on Asia, Donald Lach's multivolume work *Asia in the Making of Europe*, Chicago, 1977-1993.
- 12 Arne 1956; Åberg 1981, 207.
- 13 Löwegren 1936, 347.
- 14 Sundberg (ed.) 1948.
- 15 Kiöping 1667; Almqvist 1965.
- 16 Frängsmyr 1976, 20-21. Histories of the Swedish East-India Company are Frängsmyr 1976, Kjellberg 1975 and C. Koninckx. 1980. *The first and second charters of the Swedish East India Company (1731-1766): a contribution to the maritime, economic and social history of north-western Europe in its relations with the Far East*. Kortrijk. Bengt Johansson (ed.) 1992 contains useful articles on Sweden's trade with China. A new and valuable publication on the China trade is Kristina Söderpalm (ed.), 2000. *Ostindiska Compagniet. Affärer och föremål*, Göteborg: Göteborgs Stadsmuseum.
- 17 See Liedman 1989. For the history of the Swedish Academy of Sciences, see Lindroth 1967, Frängsmyr 1989.
- 18 Sörlin 2000, 59.
- 19 The regions of the far north, its people, flora and fauna were the subject of scientific curiosity in Europe and had attracted several French expeditions.
- 20 Lindroth 1967, 632.
- 21 Linnaeus 1747. Although Linnaeus made references to Rumphius, it has been claimed that he lacked a thorough understanding of Rumphius' works. See Beekman (transl. & ed.) 1999, Introduction.
- 22 'Beskrifning på et slag ostindiska ärter...ingifne af amiral Ankarcrona' (1742).
- 23 Linné 1911, 329.
- 24 Linnaeus to Elvius, in Linné 1908, 72f.
- 25 See Sirén 1948-49.
- 26 Lindroth, 635.
- 27 Leche to Linnaeus, quoted in Lindroth 1967, 638.
- 28 Lagerström also managed to salvage some journals, letters and specimens from men who had died during the journey. Linné 1911, 160, 162. See also Lindroth 1967, 636f.
- 29 Löwegren 1952, 354. No letters from Linnaeus to Lagerström have survived, but the frantic traffic in plants, animals and seeds can be followed in Lagerström's letters to Linnaeus. See, for example, Linnaeus 1920, 166.
- 30 Lagerström to Wargentin, Secretary of the Academy, in *Minutes*, 3.3.1750 (KVA).
- 31 The volumes of this work now held in the collections of the Linnean Society, London, probably originate from Lagerström.
- 32 Bretschneider 1898, 63; Lindeke & Yue 2000.
- 33 Lindroth 1967, 640. See also *Minutes* 15.6.1754 (KVA).
- 34 Dahlman's journal is kept in the archives of the Royal Swedish Academy of Sciences (KVA). For biographical information on Dahlman, see Frängsmyr 1976, 142f.
- 35 Linnaeus to Dahlman, in Linné 1911, 329.
- 36 Linnaeus 1748.
- 37 Grape 1918. Tärnström's journal has recently been published in Swedish as *Christopher Tärnström's Journal. A Passage between Europe and East Asia in the year 1746*. *Mundus Linnæi*, 1, 2005.
- 38 Tärnström's scientific contribution was a great disappointment for Linnaeus, only a box of seeds and a 'sea-fruit' from Java reached him. Linné 1922, 160; Frängsmyr 1976, 142.
- 39 Frängsmyr 1976, 143.
- 40 Three manuscripts by Hjortberg are held in the Royal Library, Stockholm: *Ostindisk resa 1748-49*, *Resedagbok 1749-50* and *Minnesanteckningar*.
- 41 Gethe 1975. Ten of the twenty plates are reproduced in Frängsmyr 1975.
- 42 See Gethe 1975, 52-57 for biographical notes.
- 43 For a description of his journey to the Malay Peninsula, see Koenig 1894.
- 44 A republication of Torén's journal is Torén 1961.
- 45 See Dianne Lewis 1979, 'Kedah - the development of a Malay state in the 18th and 19th centuries', in *Pre-colonial state systems in Southeast Asia*. Monographs of the Malaysian Branch of the Royal Asiatic Society, 6. Kuala Lumpur, 39ff.
- 46 Braad's papers are scattered around various archives in Sweden and Finland. The Braad collection in the Helsinki University Library contains most of his later correspondence, including five short letters from Linnaeus. The archives of the Linköping's Stiftsbibliotek holds material related to Braad's East Indian journeys, including lists of his readings during his stay in India, while Uppsala University Library has a substantial collection of notes taken in India.
- 47 C. H. Braad, *Curriculum Vitae* (manuscript), 29, Royal Library, Stockholm. On his homeward journey, Braad was shipwrecked off Limerick, and most of his collections were lost. See Frängsmyr 1976, 109-120; Nauman 1925, 626; Lindroth 1967, 642f. Biographical information is also found in Allan Ranius. 1997. *Nya strövtag I Linköpings stiftsbibliotek*. Linköping, 65-78. The only publication on Braad's travels in India is Franks 1997.
- 48 The full title is *Beskrifning På Skeppet Götha Leyons Till Surat och Ånskillige Andre Indianske Orter. Uppsatt och i ödmjukhet öfverlemnad Till [Höglofda] Swenska Ostindiska Compagniet af Christ: Hind: Braad*.
- 49 Braad to P. Wargentin, Secretary of the Royal Academy of Sciences, 8.10. 1759. Braad collection, Helsinki University Library.
- 50 A facsimile of the 1757 edition of Osbeck's journal is Osbeck 1969.
- 51 Osbeck 1771.
- 52 For 21 plants found in or near Canton Osbeck proposed new names. See Bretschneider 1898, 59.
- 53 Linnaeus' correspondence with Osbeck has been partly published in Fox Maule & Hansen 1972-74.
- 54 Linnaeus described a further eighteen Chinese plants which appear in Osbeck's list, omitting Osbeck's name.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- 55 For biographical information on Ekeberg, see Forsstrand 1928; Lindroth 1967, 643f.
- 56 *Kort berättelse om den chinesiska landt-bushällningen* (1757); *Underrättelse om Tutanego* (1756); *Om Chinesiska Soyas* (1764); *Chinesiska olje-prässen och prässnings-sätt* (1767); *Chinesernas sätt at utkläcka ägg...* (1768); *Berättelse om chinesiska olje-früet och dess trefnad i Sverige* (1764).
- 57 *Anmärkningur och beskrifningar öfver Bancasundet uti Ostindien*, Kungliga Vetenskapsakademiens Handlignar, 37 (1776). In 1774 he also presented to the Academy a splendid map of the little known south coast of Java.
- 58 A facsimile edition is Ekeberg 1970.
- 59 Bretschneider 1898, 61. Ekeberg was an important contributor to the herbarium of Peter Jonas Bergius.
- 60 See Andrew Sparrman 1785, *A Voyage to the Cape of Good Hope*. London.
- 61 Lindroth 1967, 640.
- 62 Sparrman published an academic dissertation at Uppsala in 1768 entitled "Iter In Chinam".
- 63 See, for example, Sparrman 1786-89.
- 64 Holm 1957, 9.
- 65 Linnaeus 1763.
- 66 The Queen specifically asked Lagerström to bring back a live deer from Java. See Lagerström to Linnaeus in Linné 1922, 171.
- 67 For an overview of these, see Löwegren 1952.
- 68 A database of 18th century plants in the Bergius collection can be accessed at www.bergianska.se
- 69 Koerner 1999. See also Koerner 1996.
- 70 Lindroth 1967, 226ff.
- 71 Linnaeus 1758. Here, however, the *Homo Troglodytes* is not separated as a species from the *Homo Caudatus*. A closer explanation of these beings and their sources are found in the dissertation *Anthropomorpha*, resp. Hoppius (1760), published in Linnaeus 1763, 63-76. A handwritten Swedish version of this dissertation is kept in the Linnean Society in London, and has been published by T. Fredbärj (Linné 1955).
- 72 Broberg 1983.
- 73 Linnaeus mentions his conversation with Braad in a letter to the Scottish writer Lord Monboddo, see Burnet (Lord Monboddo) 1967, 236, footnote.
- 74 For a detailed examination of Linnaeus' sources for the *Homo Troglodytes*, see Maria Christina Granroth, *European knowledge of Southeast Asia: Travel and scholarship in the Early Modern Era*, PhD thesis, University of Cambridge, UK, 2004, Chapter 1.
- 75 Johannisson 1979-80.
- 76 Bretschneider 1898, 111.
- 77 For biographical notes and a bibliography, see Wallin (ed.) 1993. A recent biography of Thunberg is Nordenstam 1993
- 78 Since Japan was closed to other Europeans, Thunberg had to disguise himself as a Dutchman, and he spent several years at the Cape learning the Dutch language.
- 79 A facsimile edition is Thunberg 1971.
- 80 Thunberg 1795.
- 81 A recent publication, *Observationes in linguam Japonicam* (Tokyo, 1994), has reproduced Thunberg's drawings of Japanese plants.
- 82 Although it has been claimed that Hornstedt brought back a living orang-utan to Sweden (Rookmaaker 1989), his journal clearly states that the animal died on board the Swedish ship which brought him back. His collections were later dispersed, much was donated to the Royal collections, the Academy, and Thunberg in Uppsala. Hornstedt's lists of his collected Javanese manuscripts, minerals and Materia Medica are to be found in the Uppsala University Library.
- 83 There exist several versions of this manuscript, one of which has been partly published (Hornstedt 1888). The only modern publication acknowledging Hornstedt's contribution to the knowledge of Java is Kumar 1989.
- 84 See Rookmaaker 1988. For Hornstedt's botanical collections, see Steenis 1949.
- 85 Smith 1821, 330.
- 86 Perhaps most prominent was Daniel Solander, a student of Linnaeus, who would spend the rest of his life in England and became a close associate of Joseph Banks.
- 87 Drayton 2000.
- 88 See Jonsell 1994. In his letters Joseph Banks reveals that Thunberg supplied him with Dutch publications, among them the proceedings of the Academy of Arts and Sciences in Batavia, which Banks had translated by a Swede residing in London. See Banks to Thunberg, 17.6.1785, Thunberg Collection, Uppsala University Library.
- 89 There are 5 plants collected by Bladh in the Banksian Herbarium.
- 90 Sörlin 2000.
- 91 Osbeck 1771, 130-131.
- 92 See Eliasson 1998.
- 93 Osbeck 1969, 87.
- 94 "Linnaeus's Letter to Mr Osbeck", in Osbeck 1771, 127-8.

BIBLIOGRAPHY

- Åberg, Alf. 1981. *När svenskarna upptäckte världen: från vikingar till gustavianer*. Stockholm.
- Almqvist, Sven. 1965. "Nils Matsson Kiöping och hans mecenat". *Lychnos*, 335-346.
- Arne, T. J., 1952. *Svenskarna och Österlandet*. Stockholm: Natur och Kultur.
- Arne, Ture J. 1956. "Svenska läkare och fältskärer i holländska Ostindiska kompaniets tjänst". *Lychnos*, 132-145.
- Beekman, E. M. (transl. & ed.). 1999. *The Ambonese Curiosity Cabinet. Georgius Everhardus Rumphius*. New Haven/London: Yale University Press.
- Brelin, Johan, 1973. *Beskrifning öfver en Äfventyrlig Resa til och ifrån Ost-Indien, Södra America, och en del af Europa, åren 1755, 56, och 57*. Uppsala 1758. Facsimile edition: Stockholm: Suecica Rediviva.
- Bretschneider, E. 1898. *History of European Botanical Discoveries in China*, Vol. 1. London: Sampson Low.
- Broberg, Gunnar. 1975. "Homo Sapiens L. Studier in Carl von Linnés naturuppfattning och människolära". *Lychnosbibliotek*, 28. Uppsala.
- Broberg, Gunnar. 1983. "Homo Sapiens. Linnaeus's classification of Man", in Tore Frängsmyr (ed.), *Linnaeus. The Man and his work*. Berkeley/London: University of California Press, 156-194.
- Burnet, James (Lord Monboddo). 1967. *On the Origin and Progress of Language*. Vol. 1. Facsimile. English linguistics 1500-1800. Menston: Scolar Press, 48.
- Drayton, Richard. 2000. *Nature's Government: science, Imperial Britain, and the "improvement" of the world*. New Haven/London: Yale University Press.

EUROPEAN TRAVELLERS AND THE ASIAN NATURAL WORLD - II

- Ekeberg, Carl Gustaf. 1970. *Capitaine Carl Gustaf Ekebergs Ostindiska resa, åren 1770, och 1773: beskrefven uti bref til Kongl. Svenska vet. Academiens secreterare* Stockholm, 1773. Facsimile edition: Stockholm: Suecica Rediviva, 15.
- Eliasson, Pär. 1998. *Platsens Blick: Vetenskapsakademien och den naturallistoriska resan, 1790-1840*. Umeå.
- Eriksson, Gunnar. 1983. "Linnaeus the Botanist", in Tore Frängsmyr (ed.), *Linnaeus. The Man and his work*. Berkeley/London: University of California Press, 63-109.
- Forsstrand, Carl. 1928. "Carl Gustaf Ekeberg, hans färder till Ostindien och Kina. Naturvetenskapliga intressen och förbindelser med Linné". *Svenska Linnésällskapets årsbok*, XI, 147-161.
- Fox Maule, Anne & Hansen, Carlo. 1972-74. "Linnés korrespondance med Pehr Osbeck 1750-1753". *Svenska Linnésällskapets årsbok*, 75-145.
- Frängsmyr, Tore. 1976. *Ostindiska kompaniet: Människorna, äventyren och den ekonomiska drömmen*. Höganäs: Wiken.
- Frängsmyr, Tore. 1989. "Introduction: 250 years of science", in Tore Frängsmyr (ed.), *Science in Sweden. The Royal Swedish Academy of Sciences*. Bidrag till Kungliga Svenska Vetenskapsakademiens historia XXII, 1-22.
- Franks, Jeremy. 1997. "The Observant Braad: a Swedish enquirer in Gujarat in the 1750s". *Moyen Orient & Océan Indien*, 10, 155-182.
- Gethe, Carl Johan. 1975. "Dagbok hållen på resan till Ostindien 1746-1749", edited by Bo Ryden. *Svenska Linnésällskapets årsbok*. Uppsala.
- Grape, Anders. 1918. "Om Christopher Tärnströms resejournal". *Svenska Linnésällskapets Årsskrift*, 1, 126-144.
- Hoadley, Mason C. & Svanberg, Ingvar. 1990-1991. "Hunting Rhinoceros in Java. Johan Arnold Stützer and his journal 1786-1787", *Svenska Linnésällskapets årsbok* 1990-1991, 91-141.
- Holm, Åke. 1957. "Specimina Linnaeana. I Uppsala bevarade zoologiska samlingar från Linnés tid". *Uppsala Universitets Årsskrift*, 6.
- Holmberg, Åke. 1988. *Världen bortom västerlandet: Svensk syn på fjärran länder och folk från 1700-talet till första världskriget*. Acta regiae societatis scientiarum et litterarum Gothoburgensis. Humaniora, 28. Göteborg.
- Hornstedt, Clas Fredrik. 1988. *Anteckningar under en resa till Ostindien åren 1782-1786*. Skrifter utgifna af Svenska Litteratursällskapet i Finland, X, 2. Helsingfors.
- Johannisson, Karin. 1979-1980. "Naturvetenskap på reträtt. En diskussion om naturvetenskapens status under svenskt 1700-tal". *Lychmos*, 109-152.
- Johansson, Bengt (ed.) 1992. *The Golden Age of China Trade: Essays on the East India Companies' trade with China in the 18th Century and the Swedish East Indiaman Götheborg*. Hong Kong: Viking Publications.
- Jonsell, Bengt. 1994. "The Swedish connection", in R. E. R. Banks & al. (eds.), *Sir Joseph Banks: a global perspective*. Kew: Royal Botanic Gardens, 23-29.
- Kiöping, Nils Matson. 1667. *Beskrifning Om en Resa genom Asia, Afrika och många andra Hedna Länder, som är gjord af Nils Matson Kiöping*. Visingsborg.
- Kjellberg, Sven T. 1975. *Svenska ostindiska kompanierna 1731-1813: kryddor, te, porslin, siden*. 2 vols. Malmö: Alhem.
- Koenig, J. G. 1894. "Journal of a voyage from India to Siam and Malacca in 1779". *Journal of the Straits Branch of the Royal Asiatic Society*, 26, 58-201.
- Koerner, Lisbet. 1996. "Carl Linnaeus in his time and place", in N. Jardine, J. A. Secord and E. C. Spary (eds.), *Cultures of natural history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Koerner, Lisbet. 1999. *Linnaeus: Nature and Nation*. Cambridge, Mass./London: Harvard University Press.
- Kumar, Ann. 1989. "A Swedish view of Batavia in 1783-4: Hornstedt's letters", *Archipel*, 37, 247-262.
- Kongliga Vetenskaps Akademiens Handlingar. 1757-79. Stockholm: Salvius.
- Liedman, Sven-Eric. 1989. "Utilitarianism and the economy", in Tore Frängsmyr (ed.), *Science in Sweden. The Royal Swedish Academy of Sciences 1739-1989*. Bidrag till Kungliga Svenska Vetenskapsakademiens historia XXII, 23-44. Canton, Mass.: Science History Publications.
- Lind, Elisabeth & Svensson, Tommy. 1987. "Early Indonesian studies in Sweden. The Linnean tradition and the emergence of ethnography before 1900". *Archipel*, 33, 57-78.
- Lindeke, Björn & Qun-Ying Yue, "Ett kinesiskt apotek", in Kristina Söderpalm (ed.). 2000. *Ostindiska Kompaniet. Affärer och föremål*. Göteborg: Göteborgs Stadsmuseum, 211-220.
- Lindroth, Sten. 1967. *Kungliga Svenska Vetenskapsakademiens historia 1739-1818*. Vol. I: 2: Tiden intill Wargentins död (1783). Utgiven av Kungliga Vetenskapsakademien. Stockholm: Almqvist & Wiksell.
- Linnaeus, Carolus. 1747. *Caroli Linnaei ... Flora Zeylanica sistens plantas indicas Zeylonae insulae*. Stockholm.
- Linnaeus, Carl. 1754. *Hans Maj:ts Adolf Fredriks vår allernådigaste Konungs Naturalie Samling innehållande säslynte och främmande djur, som bevaras på Kongl. Lust-Slottet Ulriksdahl*. Stockholm.
- Linnaeus, Carl. 1758. *Caroli Linnaei Systema Naturae*. Holmiae.
- Linnaeus, Carolus. 1763. *Amenitates academicae; seu dissertationes variae, physicae, medicae, botanicae antehac tabulis aeneis*. Volumen sextum. Holmiae.
- Linné, Carl von. 1955. *Människans cousiner (Anthropomorpha)*. *Efterskrift och noter av Telemak Fredbärj*. Valda Avhandlingar av Carl von Linné utgivna av Svenska Linné-Sällskapet, 21. Ekenäs.
- Linné, Carl von. *Bref och skrivelser af och till Carl von Linné*. 1908. Vol. 1. 2. *Skrivelser och bref till K. Svenska Vetenskapsakademien och dess sekreterare / utgifna och med upplysande noter försedda af Th. M. Fries*. Stockholm: Ljus.
1911. Vol. 1. 5. *Bref till och från svenska enskilda personer: Bäck (1756-76) - Coch D / utgifna och med upplysande noter försedda af Th. M. Fries*. Stockholm: Ljus.
1917. Vol. 1. 7. *Bref till och från svenska enskilda personer Hasselgreen-Kallström / utgifna och med upplysande noter försedda af Th. M. Fries och J. M. Hulth*. Stockholm: Ljus.
1922. Vol. 1. 8. *Bref till och från svenska enskilda personer: Kalm-Laxman / utg. och med upplysande noter försedda af J. M. Hulth*. Stockholm: Ljus.

OS VIAJANTES EUROPEUS E O MUNDO NATURAL ASIÁTICO - II

- Löwegren, Yngve. 1952. "Naturaliekabinett i Sverige under 1700-talet". Lychnos-Bibliotek, 13.
- Nauman, Eric. 1925. "Braad, Christopher Henric", in *Svenskt biografiskt lexikon*. Vol. 5. Stockholm.
- Nordenstam, Bertil (ed.). 1993. *Carl Peter Thunberg. Linnean, resenär, naturforskare 1743-1828*. Bidrag till Kungliga Vetenskapsakademiens historia, 25. Stockholm.
- Nyberg, Kenneth. 2001. *Bilder av Mittens rike. Kontinuitet och förändring i svenska resenärers kinaskildringar, 1749-1912*. Avhandlingar från historiska institutionen i Göteborg, 28. Göteborg.
- Osbeck, Pehr. 1969. *Dagbok öfver en ostindisk resa åren 1750, 1751, 1752*. Facsimile of 1757 edition. Suecica Rediviva, 5. Stockholm.
- (Osbeck) 1771. *A voyage to China and the East Indies, by Peter Osbeck... together with A voyage to Surat by Olof Toreen... and account of the Chinese husbandry by captain Charles Gustavus Ekeberg. To which are added a Faunula and Flora Sinensis*. Translated from the German by John Reinhold Forster. London: Benjamin White, 1771.
- Reinius, Israel. 1939. *Journal hållen på resan till Canton i China..... upptecknade af... Israel Reinius*. Edited by Birgit Lunelund. Skrifter utgivna af Svenska Litteratursällskapet i Finland, 273. Helsingfors.
- Richter, Herman. 1959. *Geografins historia i Sverige intill år 1800*. Lychnos-Bibliotek, 17, 1. Uppsala.
- Rookmaaker, L. C. 1988. "De Descriptiones animalium (1784) prepared by C. F. Hornstedt on a journey to the East Indies". *Archives of Natural History*, 15, 3, 289-309.
- Rookmaaker, L. C. 1989. "A Living Orang Utan in Uppsala in 1785". *Zoologische Garten*, Jena, 59, 4, 575-576.
- Rookmaaker, L. C. 1989. *The zoological explorations of Southern Africa*. Rotterdam: A. A. Balkema.
- Schildt, Göran (ed.). 1960. *Resenärer i Floras rike. Reseberättelser av Linnés lärjungar*. Stockholm.
- Selander, S. 1960. *Linnélärjungar i främmande länder*. Stockholm: Bonniers.
- Sirén, Osvald, "Kina och den kinesiska tanken i Sverige på 1700-talet". *Lychnos* 1948-49, 1-84.
- Smit, P. 1978. "International influences on the development of Natural History in the Netherlands and its East Asian colonies between 1750 and 1850". *Janus*, LXV, 45-65.
- Smith, Sir James Edward. 1821. *A selection of the correspondence of Linnaeus, and other naturalists, from the original manuscripts*. Vol. 2. London: Longman, Hurst et. al.
- Sörlin, Sverker. 1989. "Scientific travel – the Linnean tradition", in Tore Frängsmyr (ed.), *Science in Sweden: The Royal Swedish Academy of Sciences 1739-1989*. Canton, Mass.: Science History Publications.
- Sörlin, Sverker. 1990-91. "Apostlarnas gärning. Vetenskap och offervilja i Linné-tidevarvet", *Svenska Linnésällskapets Årsskrift*, 75-89.
- Sörlin, Sverker. 2000. "Ordering the world for Europe: science as intelligence and information as seen from the Northern periphery". *Osiris*, 2nd ser. 15, 51-69.
- Sörlin, Sverker & Fagerstedt, Otto. 2004. *Linné och hans apostlar*. Örebro: Natur och kultur.
- Staffeu, Frans A. 1971. *Linnaeus and the Linnaeans: the spreading of their ideas in systematic botany, 1735-1789*. Utrecht: Oosthoek.
- Steenis, C. G. J. van. 1949. "Account of Javan plants collected by C. F. Hornstedt in 1783-1784". *Acta Horti Bergiani*, 15 (1949), 39-43.
- Steenstrup, C. 1982. "Scandinavians in Asian waters in the 17th century: on the sources for the history of the participation of Scandinavians in early Dutch ventures into Asia". *Acta Orientalia*, 43, 69-83.
- Sparрман, A. 1786-89. *Museum Carlsonianum, in quo novae et selectae aves, coloribus ad vivum brevique descriptione illustratae, suasu et sumptibus generosissimi possessoris, exhibet Andreas Sparрман...* Holmiae.
- Sundberg, Olof G. (ed.). 1948. *Anders Toresons ostindiska resa 1674-1683*. Stockholm: Elgers Bokhandel.
- Thunberg, Carl Peter. 1971. *Resa uti Europa, Africa, Asia*. 2 vols. Niloes Klassikerbibliotek. Helsingborg.
- Thunberg, Charles Peter. 1795. *Travels in Europe, Africa, and Asia, performed between the years 1770 and 1779.....* 3 vols. London: W. Richardson.
- Torén, O. 1961. *En Ostindisk Resa*, introd. by Stellan Ahlström. Tidens svenska klassiker. Stockholm.
- Wallin, Lars (ed.). 1993. *Carl Peter Thunberg (1743-1828). Självbiografiska anteckningar med bibliografi*. Scripta Minora, Bibliothecae Regiae Universitatis Upsaliensis, Vol. 6. Uppsala.
- Willman, Olof Eriksson. 1992. *En kort beskrivning på en resa till Ostindien och Japan*. Edited by John Bernström and Tore Wretö. Stockholm.

Manuscript sources

- Archives of the Royal Swedish Academy of Sciences, Stockholm (KVA)
- Minutes 1740-1790.
 - Braad, Christian Hindrik, *Beskrifning På Skeppet Götha Leyons Till Surat och Åtskillige Andre Indianske Orter. Uppsatt och i ödmjukhet öfverlemnad Till [Högloföla] Svenska Ostindiska Compagniet af Christ: Hind: Braad*.
- Royal Library, Stockholm, Manuscript collection
- Hjortberg, Gustaf Fredrik, *Ost-Indisk Resa 1742 och 1749 författad och beskefven af Gustaf Hjortberg. Resedagbok, Minnesanteckningar* (M281a-c).
 - Braad, C. H, *Curriculum Vitae* (I.b.59).
 - Gethe, C. J., *Dagbok hållen på resan till Ostindien, 1745-1749*. (M280).
- Uppsala University Library, Uppsala, Manuscript Collection
- Thunberg Collection.
 - C. F. Hornstedt, *Dagbok, Anteckningar 1783-85* (W166, W165).
- Svenska Litteratursällskapet, Helsinki
- C. F. Hornstedt, *Dagbok från en resa till Ostindien 1783-85*.

RESUMOS

O Mundo Natural Asiático nos *Ragionamenti* de Francesco Carletti (1594-1606)

A realidade que Francesco Carletti nos apresenta nos seus *Ragionamenti* é globalizante, no sentido geográfico do termo, e é única por ser descrita numa altura histórica particularmente relevante, entre os séculos XVI e XVII.

O final de Quinhentos constitui um período inovador. De grandes transformações no âmbito agrícola, comercial e, consequentemente, social e cultural. A visão do mundo está em constante mudança. O ver é agora mais apurado, mais científico e matemático.

O processo da viagem, como multiplicação da experiência humana no espaço geográfico, enriquece o contacto com o outro e com outras paisagens, civilizações, alimentos e cria uma evolução psicológica, interior e pessoal, fundamental para estas mudanças globais quinhentistas. Aqui se insere o global/particular de Carletti. Aquele processo que leva o autor a substituir o seu próprio imaginário simbólico pelo real objectivo ao longo da sua viagem. [Autor: Elisabetta Colla, pp. 11-29]

Uma Erva de Muitas Virtudes. O Aloés Socotorino na Mira de Botanistas e Viajantes desde a Antiguidade até à Idade Moderna

O aloés é considerado, desde a Antiguidade pré-clássica, uma *materia medica* de primeira importância no tratamento da obstipação, de infecções e inflamações, de feridas internas e externas, assim como de outros males de cabeça, dentes e estômago. No presente artigo, invocam-se os principais textos greco-romanos dedicados ao aloés, da autoria de Plínio e Dioscórides. Observa-se depois o aparecimento do aloés de Socotorá (*Suqutra*, actual Iémen) no panorama dos mercadores, geógrafos e físicos muçulmanos da Idade Média. Analisam-se por fim os desenvolvimentos em torno desta substância durante os séculos XVI a XVIII. Uma das particularidades da história em questão prende-se com uma confusão

recorrente entre uma certa qualidade de suco de aloés, chamado *succotrinum* ou *succorinum* desde a Idade Média, e uma espécie botânica africana que os autores do século XVIII convencionaram apelidar de *Aloe succotrina*. Na realidade, o melhor aloés socotorino provém de uma espécie identificada no século XIX como *Aloe Perryi*. As virtudes medicinais do aloés, laxantes ou adstringentes conforme a aplicação, constituíram objecto de debate aceso ao longo da Época Moderna. Ainda hoje, este género permanece mal estudado devido ao grande número das suas espécies e à complexidade química dos seus componentes.

[Autor: Zoltán Biedermann, pp. 30-48]

“A Verde Folha da Erva Ardente”. O Consumo de Bétele nas Fontes Europeias Quinhentistas

O consumo de bétele era um hábito social amplamente divulgado na Ásia quando os portugueses descobriram o caminho marítimo para a Índia. Tal como muitas outras práticas consideradas exóticas na Europa, também o consumo de bétele era tema de relatórios pormenorizados por parte dos primeiros viajantes europeus modernos. As fontes portuguesas, assim como outras fontes europeias, redigidas nos séculos XVI e XVII guardam uma autêntica mina de informações, que ainda não foi devidamente explorada, acerca deste aspecto da vida diária no Oriente.

[Autor: Rui Manuel Loureiro, pp. 49-63]

A Divulgação do Tabaco Brasileiro na China. A Miragem de Um Mercado

Macau foi tradicionalmente a porta para a entrada do tabaco brasileiro na China. Com a expansão do cultivo da própria planta no Império, e apesar do aumento exponencial do consumo, aquele comércio nunca ultrapassou dimensões modestas. Porém, no início do século XVIII, por iniciativa particular primeiro, sob exclusivo estatal em seguida, desenvolve-se em Portugal um projecto comercial com vista a introduzir na China, em larga escala, o consumo de tabaco brasileiro em pó (não se trata de rapé,

mas de tabaco em pó seco). Esse tipo de tabaco, largamente excedentário nas fábricas portuguesas de Lisboa e do Porto, parece ter tido uma razoável aceitação inicial, mas, por razões específicas do mercado chinês e deficiências da administração portuguesa, esteve longe de atingir o esperado consumo de massas. Torna-se, no entanto, um produto de elites e nos saguets enviados por Macau e pelos reis de Portugal à corte de Pequim o tabaco em pó está sempre presente e é objecto de muito bom acolhimento. Da mesma forma, as autoridades de Cantão adquiriam anualmente em Macau, através do respectivo *hopu*, uma quantidade certa do melhor tabaco em pó, que constituía o tributo da província de Guangdong ao imperador. O facto de a administração macaense nem sempre satisfazer cabalmente esse abastecimento foi, algumas vezes, objecto de críspação com os responsáveis provinciais chineses.

[Autor: Arlindo Manuel Caldeira, pp. 64-81]

“Seduzido pela Sede de Conhecimento”. As Actividades Científicas de Engelbert Kaempfer na Pérsia da Dinastia Safavid (1683-1688)

De 1683 a 1693, o médico e naturalista alemão Engelbert Kaempfer fez uma viagem memorável, desde a Suécia, passando por Moscóvia e Pérsia, até à Índia, Ceilão, Java, Sião e Japão. Homem dotado de notável energia, Kaempfer aproveitou todas as oportunidades disponíveis para registar as suas observações, que estão relacionadas com as nossas actuais disciplinas de cartografia, botânica, biologia, etnografia, arqueologia, história arquitectónica e medicina. O presente artigo tem por objectivo examinar as actividades científicas de Kaempfer enquanto se encontrava na Pérsia da dinastia Safavid, de 1683 a 1688. Durante a sua estadia, fez esboços de cidades e de locais arqueológicos, corrigiu observações dos anteriores viajantes europeus à Pérsia e fez numerosas descobertas relacionadas com a flora e a fauna persas. Na sua obra principal,

RESUMOS

Amoenitatum exoticarum politico-physico-medicarum fasciculi V (1712) o autor realça o facto de na sua obra não se limitar a apresentar sob uma nova forma as anteriores informações seleccionadas de outros livros e relatos de viagens sobre ciência e história natural. Ao invés, Kaempfer relata as experiências vividas durante as suas viagens. Analisam-se ainda algumas passagens dos seus relatos para ilustrar a sua maneira de pensar, a forma como descreve e aborda determinado problema e as conclusões que retira do seu trabalho.
[Autor: Elio Brancaforte pp. 82-99]

Para Lá das Fronteiras da Europa. O Trabalho de Investigação Médica e as Terapêuticas Desenvolvidas por Engelbert Kaempfer

O médico vestefaliano Engelbert Kaempfer (1651-1716) ficou conhecido, sobretudo, pelas suas descrições do Japão, com especial destaque para as religiões, os costumes e o ambiente sociopolítico daquela ilha-nação, então fechada ao mundo. A investigação médica conduzida ao longo de uma década de viagens serviu-lhe para obter o doutoramento, no regresso à Europa, e viria a ser publicada no seu *Amoenitates exoticae*, datado de 1712. Os seus escritos sobre medicina foram traduzidos e constituíram tema de debate público, mas pouco se tem feito para divulgar a verdadeira acção de Kaempfer enquanto médico, ou os requisitos e significado de se ser médico naquela época, dois tópicos que abordamos neste artigo. Debruçamo-nos ainda sobre o enorme fosso que, em termos de saber e de estatuto, separava naquela época um vulgar médico de um cirurgião, e vemos até que ponto a sua contratação como cirurgião ao serviço da Companhia das Índias Orientais holandesa terá dado origem à diferença de expectativas da Companhia e do próprio Kaempfer, o que iria determinar, em última análise, o curso das viagens deste. Abordamos os seus exames e terapêuticas médicas, em particular na Pérsia e na Índia, e a forma como se deixara influenciar pelos trabalhos de Hipócrates e de Galeno. Analisamos também a sua obra, rica em detalhes e nunca editada, *Concilium*

medicum (Conselhos médicos), escrita num estilo clássico e em que pode ler-se a descrição, diagnóstico, prognóstico e tratamento da doença que afectou o governador holandês de Quilon. A postura de Kaempfer e o registo que fez das substâncias “tóxicas” com que se deparou na viagem pela Pérsia, designadamente o café, o ópio e a nicotina, são também objecto da nossa análise.
[Autor: Beatrice M. Bodart-Bailey, pp. 100-120]

Fármacos Chineses Usados na Medicina Portuguesa no Século XVIII

Viajantes mais ou menos anónimos transportaram ao longo dos séculos, nos dois sentidos Oriente-Occidente, quer por mar quer através dos corredores da Ásia interna, os mais diversos produtos, entre os quais alguns de natureza medicinal, o que veio a enriquecer o património cultural da humanidade. No presente trabalho procuramos demonstrar a utilização na medicina portuguesa setecentista e oitocentista de alguns produtos da riquíssima farmacopeia chinesa ainda hoje utilizados por muitos médicos tradicionais no Oriente.
[Autor: Ana Maria Amaro, pp. 121-136]

Os Apóstolos da Flora nas Índias Orientais. História Natural, Carl Lineu e as Viagens à Ásia Promovidas pela Suécia no Século XVIII

É propósito deste ensaio passar em revista os conhecimentos sobre a Ásia acumulados durante as viagens ao Oriente empreendidas pelos suecos no século XVIII. Era uma época em que a Suécia passara a fazer parte da vanguarda científica europeia graças à obra de Carl Lineu que, em 1730, propôs a adopção de um novo sistema de classificação do mundo natural. Era, também, o período em que o contacto dos suecos com a Ásia, e em particular com a China, se intensificava através das actividades da Companhia das Índias Orientais sueca. Com o objectivo de obter informação inédita sobre a flora e a fauna orientais, Lineu arranhou forma de os seus próprios alunos viajarem a bordo dos navios que

navegavam com a bandeira daquela Companhia. Lineu estava convicto de que o progresso económico e o avanço da ciência se achavam intimamente ligados e incentivou os seus alunos a descreverem os mais ínfimos aspectos das sociedades chinesa e asiática. Estes homens trouxeram, assim, um imenso manancial de informação não só sobre o mundo natural mas também sobre temas como a agricultura, a indústria e o comércio. Na Suécia, os relatos relacionados com a Ásia eram também intensamente promovidos e financeiramente apoiados pela Academia Real das Ciências sueca, de que o próprio Lineu era membro fundador. Diários de viagem, espécimes e colecções de história natural passaram a integrar os arquivos e as colecções da Academia no decorrer do século. A experiência sueca na Ásia pouco atraiu as atenções dos meios eruditos para lá das fronteiras do país, dado que grande parte daquele material não chegou a ser editado ou traduzido. Este artigo tem por objectivo descrever as incursões suecas na Ásia durante o século XVIII e apresentar uma panorâmica bibliográfica das publicações, até à data pouco conhecidas, e do material de arquivo relacionado com o Extremo Oriente e editado em língua sueca.
[Autor: Christina Granroth, pp. 137-156]

ABSTRACTS

The Asian Natural World in *Ragionamenti* by Francesco Carletti (1594-1606)

The reality presented to us by Francesco Carletti in his *Ragionamenti* is global, in the geographical sense of the term, and is unique as it is described by him at a particularly important time in history, between the 16th and 17th centuries.

The late fifteen hundreds was an innovative period. Major transformations took place in agriculture and trade, and consequently in social and cultural life. The world view was constantly changing. Observations were now more precise, more scientific and mathematical. The process of journeying, as a multiplication of human experience across geographical space, enriched contact with the other, including other landscapes, civilisations, and foods creating a psychological, interior and personal evolution that was essential for these global 16th-century changes. This fitted the global/personal paradox of Carletti. The process led the author to replace his own symbolic imaginary with an objective reality over the course of his journey.

[Author: Elisabetta Colla, pp. 11-29]

An Herb with Many Virtues. Aloe Succotrina as Seen by Botanists and Travellers from Antiquity to the Modern Age

Since pre-classical antiquity, aloe has been considered to be *materia medica* of paramount importance in the treatment of constipation, infection, inflammation, and internal and external wounds, as well as for head, tooth and stomach aches. This article looks at the major Greco-Roman texts on aloes, written by Pliny and Dioscorides. It then moves on to the appearance of Socotra (*Suqutra*, now the Yemen) aloes within the panorama of medieval Muslim merchants, geographers and physicians. Finally, an analysis is made of the developments involving this substance during the 16th to 18th centuries. One issue of the history in question is the recurrent confusion between a certain quality of aloe juice that

has been called *sucocetrinum* or *succotrimum* since the Middle Ages, and an African botanical species which 18th century authors concurred in calling *Aloe succotrina*. In fact, the best aloe succotrina comes from a species identified in the 19th century as *Aloe Perryi*.

The medicinal virtues of aloes, either laxative or astringent according to application, have been the object of fierce debate in the modern age. Even today, this genus aloins have not been fully studied due to the large number of species and the chemical complexity of their components.

[Author: Zoltán Biedermann, pp. 30-48]

“A Verde Folha da Erva Ardente”. Betel Chewing in 16th Century European Sources

Betel-chewing was a wide spread social habit in Asia when the Portuguese discovered the maritime route to India. As with many other practices considered exotic in Europe, it was the subject of detailed reports by early modern European travellers. Portuguese and other European sources written in the 16th and 17th centuries hold a treasure-trove of information, which has not been properly explored so far, about this aspect of daily life in the Orient.

[Author: Rui Manuel Loureiro, pp. 49-63]

The Dissemination of Brazilian Tobacco in China. The Mirage of a Market

Macao was traditionally the gateway for Brazilian tobacco into China. With the expansion of cultivation of the plant itself in the Empire, and despite the exponential increase in consumption, this trade never went beyond a modest scale. Nevertheless, at the start of the 18th century, first through private initiative, and subsequently exclusively under state supervision, a commercial project was devised in Portugal aimed at introducing into China, on a wide scale, consumption of Brazilian tobacco in powder form (not rapeseed but dry powder tobacco). This kind of tobacco,

of which there was a huge surplus in the Portuguese factories in Lisbon and Oporto, seems to have been reasonably well accepted to begin with, but for reasons specific to the Chinese market, together with poor Portuguese administration, it was far from reaching the expected consumption of the masses. It therefore became a product of the elite and powder tobacco was always present in the “*saguates*” sent by Macao and by the kings of Portugal to the court of Peking where it was very well received. Likewise, the authorities of the Canton acquired annually in Macao, through the respective “*hopu*”, a certain quantity of the best powder tobacco, which constituted a tribute from the province of Guangdong to the emperor. The fact that the Macao authorities did not always fully satisfy this supply at times led to a degree of irritation with the Chinese provincial officials.

[Author: Arlindo Manuel Caldeira, pp. 64-81]

“Seduced by the Thirst for Knowledge”. Engelbert Kaempfer’s Scientific Activities in Safavid Persia (1683-1688)

From 1683 to 1693 the German doctor and naturalist Engelbert Kaempfer went on a remarkable journey from Sweden through Muscovy and Persia, to India, Ceylon, Java, Siam and Japan. A man of great energy, Kaempfer used every available opportunity to record observations that correspond to our modern-day disciplines of cartography, botany, biology, ethnography, archaeology, architectural history, and medicine. This study examines Kaempfer’s scientific activities while in Safavid Persia from 1683-1688. During his stay, he made sketches of cities and archaeological sites, corrected the observations of previous European travelers to Persia, and made numerous discoveries relating to Persian flora and fauna. In his magnum opus, the *Amoenitatum exoticarum politico-physico-mediciarum fasciculi V* (1712), the author emphasizes the fact that the material contained

RESUMOS

in his work does not simply rehash previous information culled from other travel accounts or books on natural history or science. Instead, Kaempfer recounts his own eyewitness experiences from his travels. Certain passages from his writings are examined, in order to illustrate his way of thinking, how he describes and approaches certain problems, and the conclusions he draws from his work.

[Author: Elio Brancaforte, pp. 82-99]

Beyond the Borders of Europe. Engelbert Kaempfer's Medical Research and Treatments

The Westphalian physician Engelbert Kaempfer (1651-1716) is best known for his description of Japan, with its focus on the religions, customs, and socio-political conditions of the then secluded island nation. The medical research conducted on his decade-long travels served to obtain his doctorate on his return to Europe and was published in his *Amoenitates exoticae* of 1712. His writings on medicine have been translated and discussed, but little work has been done on Kaempfer's actual practice of medicine and what it required and meant to be a physician in his age, two topics approached in this article. Attention is drawn to the wide gap in learning and status between a physician and a surgeon at that time, and how his employment as surgeon with the Dutch East India Company led to differences between Kaempfer's own and the Company's expectations, ultimately shaping the course of his travels. His medical examinations and treatments are analysed, especially with regard to Persia and India, and his reliance on the works of Hippocrates and Galen is discussed. His detailed and unpublished *Concilium medicum* (medical advice) written in a classical style with a description, diagnosis, prognosis and treatment of the illness suffered by the Dutch Governor at Quilon is examined, along with Kaempfer's attitude and account of "intoxicants" he encountered on his journey through Persia, such as coffee, opium and nicotine. [Author: Beatrice M. Bodart-Bailey, pp. 100-120]

Chinese Drugs Used in 18th Century Portuguese Medicine

Over the centuries, generally unacknowledged travellers have transported the widest variety of products, some of them medicinal in nature, from East to West and vice-versa, whether by sea or via the inland corridors of Asia, thereby enriching man's cultural heritage. This article demonstrates the use of a number of products from the wealth of Chinese pharmacopoeia in 18th and 19th century Portuguese medicine some of these are still used by many traditional doctors in the East.

[Author: Ana Maria Amaro, pp. 121-136]

Flora's Apostles in the East Indies. Natural History, Carl Linnaeus and Swedish Travel to Asia in the 18th Century

This essay examines knowledge of Asia accumulated through Swedish travel to the East in the 18th century. This was when Sweden entered the European scientific limelight through the work of Carl Linnaeus, who in the 1730s proposed a new system for classifying the natural world. This was also when there was close contact between Sweden and Asia and China in particular, through the activities of the Swedish East India Company. In order to acquire first hand information of the flora and fauna of the East, Linnaeus arranged for his own students to travel on board the Swedish East India Company ships. Linnaeus himself was convinced that economic progress and the advancement of science were closely linked, and he encouraged his students to report on every aspect of Chinese and Asian society. These men therefore brought back a wealth of information, not only on the natural world, but on subjects such as agriculture, manufacturing and trade. In Sweden, reporting from Asia was also eagerly promoted and financially supported by the Royal Swedish Academy of Sciences, of which Linnaeus was a founding member. Travel journals, specimens and collections of natural history found their way to the archives and collections of the Academy throughout the century. Swedish contact with Asia has attracted little scholarly attention outside Sweden,

since much of this material has not been published or translated. This article therefore aims to outline Swedish travel to Asia in the 18th century, and to present a bibliographical overview of little known publications and archival material concerned with the Far East in the Swedish language.

[Author: Christina Granroth, pp. 137-156]

AUTORES / AUTHORS

- APILADO, Digna Balague
The Fernão de Magalhães expedition in the Philippines. A globalizing event
全球大事：麦哲伦考察菲律宾
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 114-118
- BAPTISTA, António Rodrigues
Entre Xavier e Valignano: A missão do Padre António Vaz
圣方济各·沙勿略和范礼安传教期间：安东尼奥·华士神父的圣职
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 124-133
- BORSCHBERG, Peter
The euro-asian trade and medicinal usage of *radix Chinae* in the early modern period (ca. 1535-1800)
1535-1800 年间·欧亚贸易与茯苓的医学用途
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 102-115
- CARVALHO, Teresa Nobre de
Imagens do mundo natural asiático na obra botânica de Cristóvão da Costa
基斯杜化·高士德植物学著作中有关亚洲自然世界的图像
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 28-39
- CHURCHILL, Bernardita Reyes
Seeds of change, seeds of exchange. Magellan's voyage and the Philippines
变迁之籽·交流之籽—麦哲伦航海与菲律宾
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 23-31
- COLVIN, Thomas B.
Arms around the world. The introduction of smallpox vaccine into the Philippines and Macao in 1805
环球装备：牛痘疫苗于一八零五年到达菲律宾和澳门
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 70-88
- CORREIA, Pedro Lage
A *Apologia* de Valignano e a defesa do Padroado e dos direitos da coroa portuguesa na Índia Oriental
范礼安之“护教论”，维护在东亚地区葡萄牙王国的权利和圣职授予权
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 171-188
- COUTO, Dejanirah
A viagem a Goa do médico de Henrique IV
亨利四世御医果亚之旅
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 56-76
- DONG Shaoxin
Odes on guiding smallpox out. Qiu Xi's contribution to vaccination in China
邱熿及《引痘题咏》
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 99-111
- FERNANDES, Francisco Maria
A cultura mambai
帝汶“曼拜”文化
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 37-47
- GARCIA, José Manuel
A fundação das relações históricas e comerciais entre Portugal e Timor (1512-1522)
澳门与东帝汶的历史贸易关系的建立 (1512-1522)
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 6-12
- GARCIA, José Manuel
A grande aventura de Fernão de Magalhães na cronística portuguesa do século XVI
16 世纪葡萄牙编年史中的麦哲伦冒险之旅
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 84-104
- GARCIA, José Manuel
A viagem de Fernão de Magalhães e a contra-viagem manuelina (1519-1522).
Novos problemas, perspectivas e debates
麦哲伦之航与马努埃尔之对向航行 (1519-1522)：新问题，透视与辩论
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 32-53
- GARCIA, José Manuel
Manuel Teixeira, a historiografia sobre S. Francisco Xavier e o tema da chegada do seu corpo a Goa
文德泉·有关圣方济各·沙勿略和其遗体送至果阿为题之历史编纂学
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 80-99
- GUIMARÃES, Jorge Gonçalves
Entre a hagiografia e a crónica: a *História da Vida do Padre Francisco de Xavier* de João de Lucena
圣徒传和编年史：João de Lucena 的《圣方济各·沙勿略生平历史》
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 100-112
- JIN Guo Ping; OLIVEIRA, Francisco Roque de
Mapas de Macau dos séculos XVI e XVII. Inventário, descrição e análise comparativa de espécimes cartográficos europeus e chineses
16-17 世纪的澳门地图：中国与欧洲地图绘制特点之对比分析
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 133-169
- LEIRISSA, Richard Z.
St. Francis Xavier and the Jesuits in Ambon (1546-1580)
圣方济各与安汶的耶稣会士 (一五四六年至一五八零年)
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 53-63
- LOPES, Marília dos Santos
A revelação das plantas. Garcia da Orta, Carolus Clusius e as espécies asiáticas na Europa
植物的启示 — 加西亚·奥塔·卡罗鲁斯·克鲁修斯与引进欧洲的亚洲品种
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 10-27
- LOUREIRO, Rui Manuel
Introdução / Introduction
介绍
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 6-9
- LOUREIRO, Rui Manuel
Kirishitan Bunko: Alessandro Valignano and the Christian press in Japan
Kirishitan Bunko: 范礼安和日本基督教刊物
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 134-153
- MADEIRA, José
A construção hagiográfica de S. Francisco Xavier e a ideologia missionária portuguesa na Ásia
圣方济各·沙勿略圣徒传之构建和葡萄牙传教士在亚洲传教之意识形态
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 113-123
- MANSO, Maria de Deus Beites
St. Francis Xavier and the Society of Jesus in India
圣方济各·沙勿略与印度
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 12-33

ÍNDICE N.ºs 17-20

- MOJARES, Resil B.
The Philippine Islands according to Pigafetta
皮加费塔心目中的菲律宾群岛
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 67-83
- MORAIS, Isabel
Smallpox vaccinations and the Portuguese in Macao
牛痘疫苗和澳门的葡萄牙人
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 112-124
- OLIVEIRA, Francisco Roque de
Terra, costumes e ritos chineses segundo a *Historia del Principio y Progreso de la Compañia de Jesús en las Indias Orientales* de Alessandro Valignano
根据范礼安的《耶稣会在东印度的起源和发展史》撰写中国人之家乡和中国传统习俗——一篇前进的地理及人类学方面记叙体之文章分析
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 154-170
- OLIVEIRA, Francisco Roque de;
JIN Guo Ping
Mapas de Macau dos séculos XVI e XVII. Inventário, descrição e análise comparativa de espécimes cartográficos europeus e chineses
16-17 世纪的澳门地图：中国与欧洲地图绘制特点之对比分析
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 133-169
- PEARSON, Michael
Portuguese and Indian medical systems. Commonality and superiority in the early modern period
近世葡萄牙和印度医疗系统的共通点及优势
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 116-141
- PEREIRA, Lisete Lumen
Memórias de vida de timorenses em Macau
澳门东帝汶人的生活回忆
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 23-33
- POS, Arie
Sources and organisation of the botanical section of the *Itinerario* (1596) by Jan Huygen van Linschoten
林苏荷顿《Itinerario》(1596)一书中植物学章节的结构及原始资料
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 40-55
- PUENTE BALLESTEROS, Beatriz F.-X. D'Entrecolles S. J. and Chinese medicine. A Jesuit's insights in the French controversy surrounding smallpox inoculation
殷弘绪神父和中医：了解法国对接种牛痘疫苗的争论
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 89-98
- RCI
Editorial / Editorial
社论
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 6-11
- SOUSA, Ivo Carneiro
Apresentação / Foreword
编者前言
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 6-22
- SOUSA, Ivo Carneiro
A coleção fotográfica de Sousa Gentil (1919-1920). Um portfolio da ordem colonial? / Sousa Gentil: Photographs of Timor (1919-1920).
A portfolio of colonial rule? 苏萨·让蒂尔 (1919-1920) 照片集：殖民主义画夹？
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 48-69
- SOUSA, Ivo Carneiro
Memórias e estudos inacabados do Padre Francisco Maria Fernandes (1935-2005)
弗朗西斯科·玛丽亚·费尔南德斯神父回忆录及未完成的研究 (1935-2005 年)
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 34-36
- SOUSA, Ivo Carneiro
As Molucas, as Filipinas e os corredores dos mares do Sul da China na cartografia portuguesa entre 1537 e 1571. Representações cruzadas de interesses divergentes?
1537 至 1571 年间在葡国地图绘制中的摩鹿加·菲律宾以及中国南海通道。利益分歧的交叉表现？
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 119-132
- SOUSA, Ivo Carneiro
Para a história da relações entre Macau e Timor (séculos XVI-XX)
澳门与帝汶的历史关系 (十六至二十世纪)
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 13-22
- SOUSA, Ivo Carneiro
Peregrinatio, pecado, sexualidade e mentalidade mercantil. Discutindo o Livro de Antonio Pigafetta sobre a grande viagem de Fernão de Magalhães
安东尼奥·皮加费塔关于麦哲伦之航一书之讨论：远游·罪恶·性与商人心理
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 54-66
- SOUSA, Ivo Carneiro
S. Francisco Xavier no Sudeste Asiático: evangelização, solidão e obras de misericórdia
圣方济各·沙勿略在东南亚：传教、静修和从事慈善事业的功绩
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 34-52
- SOUSA, Ivo Carneiro
St. Francis Xavier's letters from China (1552)
圣方济各的中国来信 (一五五二年)
N.º 19, Julho/July 2006, pp. 64-79
- VAN DYKE, Paul A.
Manila, Macao and Canton. The ties that bind
马尼拉·澳门及广州之间的联系
N.º 18, Abril/April 2006, pp. 125-134
- VAN GOOR, Jurrien
Trade, research and science under the Dutch in Asia
荷兰人于亚洲的贸易、研究和科学
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 142-150
- VILLARROEL, Fidel
Fernão de Magalhães and Fray Bartolomé De Las Casas. Their convergence in the Philippines
麦哲伦与卡萨斯一会聚菲律宾
N.º 17, Janeiro/January 2005, pp. 105-113
- ŽUPANOV, Ines G.
Amateur naturalist and “professional” orientalist. Paulinus a S. Bartholomaeo in Kerala and Rome (18th-19th c.)
喀拉拉和罗马的业余博物学家及“专业”东学家 Paulinus a S. Bartholomaeo (18 至 19 世纪)
N.º 20, Outubro/October 2006, pp. 77-101